

Marcos César Borges da Silveira

**Herdeiros de Sísifo: Trabalho e trabalhadores no norte do antigo
Goiás (1960 - 1975)**

Tese de Doutorado apresentada ao PPG em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientadora: Professora Dra.Regina Weber

Porto Alegre

2009

Resumo

Herdeiros de Sísifo: Trabalho e trabalhadores no norte goiano (1960 – 1975)

No estudo sobre trabalho e trabalhadores no setentrião do velho Goiás, durante as décadas de 1960 e 1970, busco descrever e interpretar aspectos importantes da passagem de uma organização camponesa, criada por lavradores rústicos e quebradeiras de coco, para uma formação social assentada na propriedade privada da terra, atividades agropecuárias e urbanização acelerada. Através do exame do discurso dos velhos camponeses e trabalhadores procuro reconstruir aspectos importantes do mundo dos roceiros, narrar a desagregação deste cosmos social e lançar luzes sobre as formas de dominação e resistência estabelecidas - no campo e na cidade - nesta fronteira amazônica.

Abstract

Sísifo's heirs: Work and workers in the North of Goiás (1960 – 1975)

In the study about work and workers in the North of the old state Goiás, during the 1960's and 1970's, we intend to describe and interpret important aspects of the passage of a peasant organization, created by rustic farm-hands and coconut breakers, for a social formation established in the private property of the land, agricultural activities and accelerated urbanization. Through the speech evaluation of the old peasants and workers we want to rebuild important aspects of the country world, narrate the separation of this social cosmos and take a better look at the established forms of domination – in the country and in the city – in this Amazonian border.

Agradecimentos

No percurso da pesquisa pude contar com o apoio de várias instituições cuja colaboração foi importante para a realização desta tese. Assim, agradeço ao PPG de História da UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - que acolheu a proposta de estudo sobre relações de trabalho e poder no norte goiano. Ao IFCH – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas - da Unicamp onde complementei pesquisas e discussões relativas a este “mundo as avessas” que é o “mundo do trabalho“. Também foram valiosos os contatos com a CPT - Comissão Pastoral da Terra - e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguaína (TO), graças ao apoio destas instituições pude obter dados para a pesquisa e, principalmente, conhecer e entrevistar vários trabalhadores rurais da região. Também sou grato ao CAPES pelo apoio financeiro - mediante bolsa de doutorado – durante o ano de 2005 e ao CNPq, que concedeu bolsa sanduíche, durante final de 2007 e início de 2008.

Dito isso gostaria de salientar as pessoas que em diferentes momentos e lugares contribuíram para que pudesse dar continuidade a trajetória de pesquisa. Agradeço aos professores da UFT – Universidade Federal do Tocantins - Luciano Guedes, Wanderlei de Oliveira, Carlos Machado, Ana Motter, Airtton Sieben, Antunes que, generosamente, repartiram seu teto, alimentos e conhecimentos sobre a região. Fica registrado a dívida de gratidão e os laços de amizade que tenho para com estas pessoas.

Não poderia deixar de mencionar os professores, colegas e amigos que, gentilmente, leram e fizeram sugestões ao projeto, materiais e/ou capítulos da tese, conforme os distintos momentos e lugares em que a pesquisa foi tomando corpo. Neste sentido, agradeço a Beatriz Loner, Renata Brauner, Edgar Neto e Claudia de Felipe. Agradeço aos colegas e professores do PPG em História da UFRGS pela camaradagem, troca de experiências, debates e discussões realizados no âmbito do programa de pós-graduação. Também cabe um agradecimento especial aos professores Benito Bisso (UFRGS) e Marluza (UNISINOS) pelas críticas e sugestões realizadas durante o Exame de Qualificação (EQ), notadamente a carência, naquele momento, de uma maior visibilidade da fala dos entrevistados no texto.

Durante a vigência da bolsa sanduíche - junto ao IFCH/Unicamp - fui favorecido pela interlocução com o professor Fernando Teixeira - que, gentilmente, aceitou ser meu orientador durante o período de vigência da bolsa – ao professor Teixeira agradeço pelas conversas e sugestões. Durante a estada nesta instituição também pude contar a leitura atenta e qualificada do professor Michael Hall a quem agradeço pelas sugestões referentes ao arranjo teórico-metodológico da tese.

Faço uma menção especial a professora Regina Weber, orientadora dedicada e pesquisadora rigorosa. Espero que, ao menos em parte, este estudo corresponda aos investimentos intelectuais recebidos ao longo dos quase cinco anos de convívio

acadêmico.

Numa tese de doutoramento baseada, em grande parte na metodologia da história oral, seria injusto não externar minha dívida em relação aos homens e mulheres que abriram suas casas e vidas fornecendo os relatos, fatos, interpretações e sentimentos com os quais tentei tecer uma história do trabalho e dos trabalhadores nos confins do país e, em muitos aspectos, do humano. Embora, por motivos óbvios, não seja possível mencionar todos os nomes, cito algumas destas pessoas cujas narrativas acometeram o pesquisador de um misto de espanto, indignação, solidariedade e iluminação em relação a realidades tão próximas e estranhas. Agradeço a Davi Fernandez que colocou a minha disposição seu tempo e conhecimento dos lugares e pessoas desta porção sertaneja da Amazônia. Agradeço aos ex-operários da Cimba, pessoas como Natividade, Almerciades, Julio, Osmar, Luzia, que aceitaram partilhar suas memórias sobre o trabalho e a vida cotidiana. Agradeço a Braz, João Aurora, Chico Louro e outros velhos lavradores, graças aos quais pude entender melhor o mundo rústico, anterior a atual Araguaína de “muito pasto e pouco boi”. O mesmo vale para Dona Antonia, Raimunda, Odete e outras quebradeiras que dividiram suas experiências de trabalho, sofrimento e luta nos confins dos sertões do Tocantins. Enfim, tendo em vista a impossibilidade de destacar e agradecer a todos os colaboradores das localidades de Araguaína, Babaçulândia e Tocantinópolis, recorro a um agradecimento coletivo, de certo modo, esta pesquisa também é de vocês.

Finalmente, agradeço ao apoio afetivo da família, principalmente, de minha esposa Elisângela de Felipe. Dedico esta tese a Marlene Borges e Marêncio Moura, que sempre trabalharam e a pequena Gabriela, razão para continuar. Depois de vários anos de investimentos, chego, não a um termo, mas num ponto em que é possível e necessário apresentar resultados e credenciais que atestem o valor desta empreitada. Não é preciso lembrar que todos os possíveis equívocos deste caminho são de responsabilidade do autor.

Sumário

Agradecimentos	3
Sumário	5
Índice das Ilustrações	6
Introdução.....	9
1- Notas teóricas para o estudo do trabalho em situações de fronteira.....	20
2 - Os lavradores do rio Lontra.....	38
2.1 – O setentrião Goiano.....	40
2.2 – O sertão do Lontra.....	42
2.3 – Garimpeiros e lavradores.....	52
2.4 – Os povoadores do sertão do Lontra.....	56
2.5 – Lavradores e comerciantes	71
3 – O sertão: morto, recriado e espelho	93
3.1 - A modernização da agricultura no Goiás	94
3.2 – A criação das fazendas sobre as cinzas dos roçados e barracões rústicos.....	97
3.3 - Acordos e tensões interpatronais	110
3.4. A Besta-Fera	114
4. Trabalho e poder na fronteira agrícola	122
4.1 – Os padrões da Cimba e a cadeia mercantil do coco babaçu.....	124
4.2 – Agregados e moradores: a re-criação da produção camponesa	129
4.3 – A peonagem nas fazendas do norte goiano	143
5 - O trabalho urbano e fabril na fronteira	162
5.1 – O mito da fartura de trabalho e a raridade do emprego na fronteira urbanizada .	162
5.2 – A organização do trabalho numa indústria pioneira	168
5.3 - Os Profissionais	172
5.4 – Auxiliares e serventes.....	186
5.5 – A recriação da morada no urbano: a Vila da Cimba	196
Considerações finais	205
Bibliografia:.....	210
Anexos	217

Índice das Ilustrações

1- Ruínas fabris.....	7
2- Ruínas fabris e homens arruinados.....	8
3- Manoel do Bruno do Pé do Morro	92
4- Davi, senhor e senhora Cruz	92
5- O Xixebal	121
6- Antonia Quebradeira	121
7- Antonia Quebradeira	121
8- Restos de trator usado na construção da Belém-Brasília.....	159
9- Trabalhadores rurais.....	160
10- Trabalhadores rurais	161
11- Riacho dos Porcos	217
12- Visão do Povoado Crato	218
13- Cemitério do Gaúcho	219
14- João Aurora no Caracol	220
15- Vista do Tocantins	220
16- Carta do Município de Babaçulândia	221
17- Carta do Município de Araguaína	222
18- Mapa do estado do Tocantins	223
19- Mapa da microrregião de Araguaína	223

Ruínas fabris



Imagem parcial das ruínas da Cimba. A maior parte dos prédios fabris - incluindo a casa dos antigos patrões - foram reduzidos a pouco mais que alicerces em meio ao matagal. Foto: Marcos Silveira, 2005.



O piso de uma antiga seção fabril tomado pelo mato. Ao fundo os restos de uma máquina, possivelmente um locomóvel (Silveira, Araguaína, 2005).

Ruínas fabris e homens arruinados



Galpão fabril tomado pelo matagal, destaque para a retirada das aberturas e telhas por parte dos moradores do bairro que se formou nas imediações do terreno da fábrica. Foto: Marcos Silveira, 2005.



Moura enfrentou o trabalho nas fazendas e indústrias na frente de expansão do norte do antigo Goiás e sul do Pará. Atualmente, doente e quase cego, lamenta que, embora tenha trabalhado desde jovem, não conseguiu formar a sua própria família. Como a ausência de registro na carteira de trabalho dificulta a aposentadoria, “seu Mourão”, sobrevive de pequenos biscates como ferreiro. A doença, a miséria e a solidão compõem um quadro humano estranhamente próximo ao das ruínas da antiga fábrica. Foto: Marcos Silveira, 2005.

Introdução

O homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir com aquela ironia formidável. É que realmente, nas paragens exuberantes das héveas e castiloas, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo. De fato, o seringueiro e não designamos o patrão opulento, se não o freguês jungido à gleba das ‘estradas’, o seringueiro realiza a tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se (Euclides da Cunha).

No segundo semestre do ano de 2002 e ao longo do primeiro semestre de 2003 tive a oportunidade de trabalhar como professor no curso de História da Universidade do Tocantins - campus de Araguaína, meio norte do estado do Tocantins. Durante a estada nesta cidade comecei o estudo sobre o trabalho e os trabalhadores nesta porção da Amazônia Oriental¹. Conversas informais mantidas com amigos, colegas de trabalho e moradores suscitaram o meu interesse pela fábrica Cimba, *Companhia Industrial e Mercantil da Bacia Amazônica*, uma das primeiras, e também mais importantes, indústrias estabelecidas no antigo norte goiano. Aliás, toda uma série de tabus e narrativas de violências que envolvem a fábrica assinalam o elo desta empresa com as frentes de expansão que devassaram a Amazônia nas décadas de 1960 e 70. Neste período, o norte do velho Goiás se caracterizou por ser uma fronteira econômica impulsionada por frações do capital nacional deslocado pelo capital monopolista do centro do país. A chamada frente pioneira – identificada com empresários, fazendeiros, grileiros, autoridades públicas, administradores, técnicos, policiais, gatos e pistoleiros – entrou em antagonismo com as formas de organização social estabelecidas pelas frentes de povoamento e com as sociedades indígenas. Araguaína, localizada nas margens da rodovia Belém-Brasília, surgiu neste movimento de expansão econômica e logo se tornou a maior cidade do norte goiano. Sua posição estratégica, verdadeira dobradiça entre as áreas deprimidas do Nordeste e as frentes de expansão agrícola, mas também seu papel mediador entre a região Norte e o Centro-Sul brasileiro, torna a localidade um observatório privilegiado para o estudo das relações de trabalho em situações de fronteira. No setentrião goiano, e mais especificamente na localidade de Araguaína e seu *hinterland*, que, *grosso modo*, corresponde ao “meio-norte” do atual Tocantins, tais transformações ganharam expressão no início da década de 1960, quando “pioneiros”

¹A chamada Amazônia Oriental brasileira corresponde ao oeste do Maranhão, Tocantins, leste e sul do Pará (Becker, 1982).

vindos do Centro-Sul passaram a adquirir terras devolutas – áreas ocupadas há várias décadas por camponeses – e/ou “grilar” terras pertencentes a antigos lavradores.²

Estas percepções sobre a fronteira foram como que “objetivadas” quando me deparei com as ruínas da Cimba. Numa área com cerca de mil metros quadrados - tomada pela capoeira - restos de máquinas enferrujadas em meio a prédios derruídos, vítimas da ação do tempo e da depredação, conferem ao cenário o aspecto de um cemitério ou mausoléu abandonado. A imagem diferia das minhas concepções habituais, pois não se tratava de vestígios de antigas culturas, incluindo aí fragmentos de períodos anteriores da história da indústria e do trabalho. Afinal, o sistema fabril, como outras realizações da modernidade, constitui fato da história recente da região. Aliás, poder-se-ia sincronizar a construção da Belém-Brasília, o surgimento de Araguaína, a criação de grandes fazendas de gado e o estabelecimento da Cimba com o processo de modernização acelerada experimentada pelo norte goiano no período em tela. Contudo, como tantas obras da sociabilidade moderna na Amazônia, aquele estabelecimento industrial foi precocemente reduzido a ruínas. Com efeito, a fábrica, que começou a funcionar em 1964 já havia encerrado suas atividades no início da década seguinte, o que indica que num curto espaço de tempo foram consumidas florestas, cocais, instalações, maquinismos e homens. Aí as próprias ruínas fabris remetem a este tempo acelerado, impulsionado por processos predatórios de valorização do capital, e cujo corolário era o esgotamento precoce das forças produtivas, notadamente da força de trabalho.

Difícil não retomar aqui a escrita de Euclides da Cunha que, em textos como “Terra sem história” e “Judas-Asvero”, descreve a incorporação da Amazônia à “civilização” como uma “sinistra catequese” feita “a ferro e fogo”, na qual, conjuntamente ao extermínio “dos mais interessantes aborígenes sul-americanos” ia se formando um povo de párias, “excomungados da distância” que, longe das vistas de Deus, da sociedade e do poder público, sofriam um destino semelhante ao de Sísifo³. Todavia com um agravante, já que os sertanejos e caboclos rolavam seus próprios corpos em vez de blocos de pedra. Homens presos num “círculo demoníaco”, o “deserto

² Segundo Otávio Velho (1972), o crescimento urbano de Araguaína foi equiparável ao de Imperatriz, cidade do sul do Maranhão, com ambas localidades registrando os maiores índices de urbanização da Amazônia Oriental no período em tela.

³ Segundo o dicionário de mitologia específico da obra de Horácio (1822), “Sisypho, filho d’Eolo e rei de Corinto, assolava, como dizem, todo o paiz com seus roubos, e foi morto por Theséu. Não concordão sobre o seu supplicio; Mas segunda a fabula foi comndenado a rolar nos Infernos uma grande pedra, que apenas chegava ao cimo do monte e logo se precipitava no fundo”.

verde” constituía uma verdadeira “prisão sem muros”, onde, dia a após dia, viam-se às voltas com a maldição de um “ofício rudimentar”, que aprendido “em uma hora, era exercido por toda a vida”. As constantes secas que criaram uma multidão de nordestinos miseráveis e a busca, por parte dos sertanejos, de uma vida melhor, ou nos termos de Euclides, “a ambição maldita” e as “ilusões” dos caboclos aparecem na origem de uma tragédia cujo término é a sujeição dos trabalhadores nas frentes de expansão da borracha. Na fala de Euclides da Cunha – contextualizado o evolucionismo e determinismos raciais e geográficos - aparecem traços importantes do “paraíso-demoníaco” como o caráter de fronteira de recursos da Amazônia, a natureza predatória das atividades econômicas, o sistema de trabalho espoliador, a ausência de um espaço público e relações sociais provisórias. Tais aspectos comparecem no “ciclo da borracha”, mas também marcam os períodos identificados ao *boom* desenvolvimentista e ao “milagre brasileiro” num contínuo entre presente e passado que parece circunscrever a trajetória da Hiléia. É verdade que, para Euclides, esta “sinistra catequese” era uma fatalidade histórica, “estamos condenados a modernidade”, daí que, apesar de todos os revezes, apesar da tragédia dos trabalhadores nacionais que migraram para o Norte, o escritor acreditava que era necessário continuar e depositava suas esperanças na ciência e no esclarecimento das elites políticas. Por outro lado, também existe na obra Euclideana um viés romântico que se expressa na crítica do processo civilizatório. Homem e Natureza degradando-se mutuamente num movimento secular cuja resultante, a História, não é senão uma coleção de ruínas e desertos. Na Amazônia surge uma “sociedade tumultuária”, onde “cada um traz o seu código penal no rifle”, lugar de aventureiros, nômades e inconstantes que, dando vazão ao seu mais “deçamado egoísmo”, deixavam para trás, como fruto de suas faina devastadora, casebres desabados e aborígenes sacrificados.

Com efeito, o caráter brutal assumido pela civilização na selva aparece nas obras de vários autores contemporâneos que escreveram sobre a Amazônia. Francisco Hardman enxergou na ferrovia Madeira-Mamoré e em outras obras modernas estabelecidas na Hiléia o aparecimento de uma “cadeia fantasmática” atravessada por “um único e decisivo fio”: “o da barbárie sempre reproduzida, o das ruínas prematuras” (Hardman, 2005, p.60).⁴ Para o autor, vários registros sobre as aventuras da

⁴ Hardman reconstrói (notadamente no capítulo intitulado “Chuva, Vapor e Velocidade: projeções à sombra do mecanismo”) o debate em torno da recepção da modernidade. O autor percorre a fala de autores como Marx, Gogol, Flaubert, Tchekhov, Proust e encerra o capítulo apontando para as rupturas

modernidade nos sertões brasileiros, incluindo-se aí os escritos de Euclides, estabelecem “um nexos entre o movimento do capital e as fantasmagorias dispersas destas obras perdidas” (idem, p.126). Tal conexão resulta numa pista importante para desvendar os processos de devassamento da Amazônia à medida que assinala:

[...] a dilapidação continuada das forças produtivas – com especial ênfase para a maior dentre elas, a força de trabalho – é um processo imanente, desde a violência concentrada na acumulação primitiva, á produção/reprodução dos capitais. Assim como também o ilusionismo tecnológico, que acompanha todo o imaginário em torno dessas obras, é parte integrante e constitutiva do mesmo movimento (ibidem, p.126 e 127).

No que diz respeito ao norte goiano e à fábrica Cimba, embora ainda não tivesse incorporado o termo fantasmagoria, utilizado por críticos da modernidade e recuperado por Hardman, já percebia que, através daquelas ruínas, este passado violento e transformador, próprio das situações de fronteira, anunciava-se no presente. Mais do que isso, este pretérito aparecia como um enigma, cuja decifração eu havia tomado como tarefa. Todavia, daí por diante, a reconstrução deste cosmos dependeria mais da colaboração daqueles que o transmutaram em sua própria carne: os trabalhadores.

Aliás, para minha surpresa, ao longo das conversas com regionais não faltaram relatos sobre cemitérios clandestinos nas fazendas e fábricas destes sertões, como que apontando, nos termos dos entrevistados, para a existência de um elo entre expansão do capital e degradação do trabalho na fronteira. Poder-se-ia dizer que o nexos modernidade-ruínas, estabelecido de forma externa, não está longe da representação fazenda/fábricas-cemitério construída pelos próprios “nativos”. Tendo em vista a centralidade econômica desta empresa pioneira, articulando a produção rural com as atividades industriais, as referências sobre a existência de um cemitério no terreno da Cimba, além da simbolização da fábrica enquanto lugar de dilapidação das forças produtivas (homem – natureza), também parece refletir algo da violência aberta praticada contra trabalhadores nas fazendas da região. Haveria aí um deslocamento de imagens e representações, enquanto parte de um trabalho de memória, contribuindo para a conversão das ruínas fabris em monumento, que, por assim dizer, presentifica a

espaço-temporais que a modernidade cria no ambiente circundante, transformações provocadas pelos novos mecanismo e procedimentos tecnológicos com impactos notáveis no plano das mentalidades e, por outro lado, para o caráter auto-centrado e moto-contínuo destas inovações de modo que em todas as latitudes que surgem estes “monstros e colossos de um novo gênero” se radicalizou a apartação entre os homens e entre estes e a natureza (Hardman, 2005, p.61).

degradação do trabalho e dos próprios trabalhadores na frente de expansão. Se esta simbolização da dominação pôde traduzir um aspecto da interiorização da resistência, uma outra imagem, a da “fartura de trabalho” no tempo da Cimba e dos seus patrões - os irmãos “Boa Sorte” - apontaria justamente para a internalização da dominação por parte dos trabalhadores. Voltarei a estas questões mais adiante, mas, por enquanto, gostaria de chamar a atenção para esta estranha correspondência entre, de um lado, o cadáver da fábrica, já bastante enterrado, e, de outro, toda uma série de marcas que acometem os corpos e as almas das pessoas que vivenciaram direta ou indiretamente o trabalho nesta frente pioneira. Poder-se-ia ler estas identificações, as ruínas da fábrica, o corpo doente de seu Moura e toda uma simbolização do mal expressa em relatos míticos como o “cemitério da Cimba” ou o “vento do Ademar Boa Sorte” (que será analisado posteriormente), mediante as relações entre história reificada e história incorporada tal como é proposto por Bourdieu em “Le mort saisit le vif” (2002). Mas também não poderia deixar de incorporar à análise a perspicácia de Euclides (1999) que, ao falar das ruínas da modernidade, não deixou de incluir os homens reduzidos a homúnculos pela sanha destruidora dos pioneiros.

Retomando a trajetória da pesquisa, após explorar as ruínas fabris, estabeleci algumas conversas com moradores e amigos o que reforçou as intuições iniciais. Estimulado por tais encontros, apesar de ser um estranho na região, um “chegante” ou “forasteiro” para usar categorias locais, formulei o germe do projeto de pesquisa e realizei as primeiras incursões sobre o objeto. A própria ausência de fontes escritas sobre a fábrica e seus trabalhadores, o que poderia ser percebido como um entrave para a realização de um estudo histórico, foi largamente compensada pela descoberta de um bairro, formado no antigo território da fábrica, onde viviam e ainda vivem vários ex-operários. A idéia original da pesquisa era estabelecer as particularidades de um grupo de trabalhadores fabris formado a partir do estabelecimento de uma indústria *pioneira*. Assim, a análise da trajetória social, níveis de renda, condições de vida, relações de trabalho, comportamentos, percepções e valores permitiriam a composição de um quadro denso, isto é, um relato capaz de permitir uma aproximação, ainda que relativa, da condição operária numa fronteira agrícola, conturbada pelo conflito pela terra, apresentando um processo de urbanização acelerada ensejando o aparecimento de padrões sociais concentracionistas e excludentes. Num momento posterior, o estudo deveria ser enriquecido mediante uma análise comparativa que levasse em conta alguns aspectos selecionados da experiência dos trabalhadores locais com elementos análogos

extraídos da experiência dos trabalhadores fabris dos centros urbano-industriais do país. Todavia, achei por bem deixar este exercício comparativo para um outro momento, isto é, para fins desta pesquisa pareceu mais útil praticar um comparativismo “comportado”, no caso, que confrontasse aspectos importantes da experiência dos operários da Cimba com o cotidiano e a cultura de trabalhadores de fábricas localizadas em outras áreas periféricas e/ou de fronteira como o Nordeste, por exemplo. Avaliei que estabelecer uma comparação do tipo Norte *versus* Sul, semi-rural *versus* urbano, já na fase inicial da pesquisa, poderia favorecer, ainda que por “contrabando”, a incorporação de algumas idéias cristalizadas – extraídas, por exemplo, das teorias da modernização – que costumam compor uma visão negativa dos segmentos da classe trabalhadora mais “atrasados” do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas. Como buscava identificar e explicar características específicas de grupos de trabalhadores sujeitos a formas particulares de dominação era fundamental não incorporar ao estudo uma série de caracteres idealizados comumente identificados aos trabalhadores das regiões periféricas do capitalismo brasileiro. Neste sentido, o acento no *descobrimento* de traços significativos da cultura dos produtores diretos com destaque para a valorização das inter-relações apreendidas empiricamente, ajudou – assim espero - a evitar alguns equívocos. Todavia, a abertura para todo o *modo de vida* dos trabalhadores comportava uma certa ambigüidade à medida que seria impossível, mesmo no quadro de um estudo circunscrito, possuir a consciência de todos os aspectos importantes do modo de vida destes coletivos.

Assim, o recorte analítico foi realizado progressivamente de modo a articular os quadros de referência com as evidências advindas da pesquisa empírica. Neste ponto, os fatos e representações obtidos junto aos entrevistados apontavam para a necessidade de incorporar outros agentes e espaços sociais à pesquisa. À medida que a investigação avançava foi ganhando corpo à idéia de que o estudo não poderia ficar restrito aos trabalhadores da fábrica, mas deveria incorporar outros grupos de produtores diretos, notadamente os segmentos da força de trabalho empregados nos projetos agropecuários. Aliás, a própria Cimba, por se tratar de uma indústria-rural, apontava para a existência de conexões importantes entre o espaço fabril e as fazendas localizadas no *hinterland* de Araguaína, bem como os latifúndios e cocais espalhados por todo norte goiano e sul do Pará.

A indústria fechou em meados da década de 1970 devido à morte de um dos proprietários, Ademar Vicente Ferreira, assassinado por um tratorista numa de suas

fazendas, mas também em virtude do esgotamento do coco-babaçu e da madeira. A Cimba era uma empresa típica da fronteira, e como tal possuía um caráter predatório; portanto, uma vez esgotados os recursos naturais, deveria acompanhar o deslocamento da frente pioneira ou cerrar suas portas. No que diz respeito à exploração da madeira, não havia qualquer medida que implicasse em reflorestamento e/ou manutenção de áreas de reserva. A atividade madeireira - enquanto subproduto dos desmatamentos - não possuía autonomia própria, de modo que sua permanência, passada a frente pioneira, era coisa hipotética. O mesmo pode ser observado em relação à indústria do arroz (descascamento e condicionamento), cujo plantio acompanhava o desflorestamento, servindo para introduzir as pastagens nas áreas desmatadas, de modo que, tratava-se de atividade itinerante dotada de um caráter temporário de abertura de campos.

A morte do patrão da Cimba, Ademar Vicente Ferreira (1974), homem plenamente adaptado ao capitalismo de fronteira, assinala a passagem de Araguaína à condição de retaguarda da frente pioneira. Todavia, o fato de que o próprio empresário tenha estabelecido um frigorífico em Araguaína, por volta de 1972, o Frimar, já sugere que um processo de mudança no padrão de acumulação no chamado “capitalismo-latifundista” estava em curso. Na década de 1960 predominaram processos de expropriação dos camponeses, perpetrados por fazendeiros e seus prepostos com o apoio efetivo ou velado de autoridades públicas. Esses processos de expropriação, apesar de criar condições para o aparecimento de um proletariado rural, não podem ser identificados pura e simplesmente com constituição de uma classe de trabalhadores assalariados, prova disso é que nas fazendas que surgiram por sobre as cinzas dos barracos e roçados dos lavradores rústicos, não era raro, o aparecimento de tipos “intermediários” – meeiros, parceiros, moradores. Na década de 70, a criação extensiva de gado, embora continuasse dependendo do uso de formas tradicionais de trabalho, como atesta a presença do vaqueiro, já aparecia articulada aos frigoríficos e, portanto integrada a um sistema agro-industrial que, além de poupar mão-de-obra, diferia das demais indústrias de fronteira pelo seu caráter estável. Por outro lado, a pecuária semi-extensiva também se prestava para a especulação imobiliária assegurando a manutenção da fusão das figuras do fazendeiro e do empresário. No primeiro momento, década de 1960, grosso modo, o estabelecimento da propriedade da terra servia como base para o estabelecimento do capitalismo na região, mas também aparecia como mediação para um tipo de dominação caracterizada pela repressão da força de trabalho. Já a partir do

decênio seguinte - com a redução do uso, por parte dos fazendeiros dos “tipos intermediários” de produtores, a renda fundiária passou a depender, menos do excedente produzido pelos agregados e moradores, e mais do tributo pago por toda a sociedade com vistas à manutenção de latifúndios pouco ou nada produtivos. Araguaína – e seu *hinterland* – no final da década de 70 e início da seguinte, já havia deixado de ser uma ponta de lança da frente capitalista na Amazônia Oriental. As florestas haviam sido consumidas pelo “arco-de-fogo”, os conflitos pela terra pareciam “pacificados” pela ação combinada de fazendeiros e autoridades públicas. A praça central deixava de ser o local de encontro de pistoleiros a espera de serviço, ou, pelo menos, a jagunçagem não era requisitada com a mesma frequência do período anterior, quando a cidade era um autêntico *faroste*. As fazendas de gado estavam estabelecidas e, portanto, já não demandavam os exércitos de trabalhadores sazonais usados nas décadas de 1960 e 1970. Também não se ouvia falar – não com tanta frequência – de peões que simplesmente sumiam depois de receber seu “ganho”. Nas fazendas, em vez da agitação nervosa dos machados, foices e enxadas das “derrubadas de mato” e das “limpezas de campos”, passou a dominar o tranqüilo repasto dos bois sob o olhar vigilante dos vaqueiros, os mesmos que durante a “formação das fazendas” zelavam para que os trabalhadores não se dispersassem pelas matas fugindo do cativo como bois do matadouro. A passagem do município à posição de retaguarda da frente pioneira traduziu a tendência da classe dominante regional em optar pela estratégia de valorização do capital mediante pecuária semi-extensiva e, principalmente, através da transformação da terra em reserva de valor. As propriedades financiadas e sacramentadas pelo Estado Autoritário – que simplesmente abstraiu a existência de posseiros desde pelo menos o início do século XX na área de Araguaína – foram cada vez mais utilizadas para fins especulativos em detrimento da produção.

Não deixa de ser sintomático que hoje muitos trabalhadores pressionem o poder público para desapropriar várias das antigas fazendas dos “Boa Sorte” – algo em torno de cinco fazendas, segundo lideranças do sindicato rural – consideradas improdutivas. Também é significativo o fato de que dentre esses lavradores seja possível encontrar sertanejos expulsos de seus antigos sítios pelos irmãos “Boa Sorte” há mais de 40 anos. Aliás, é notável que alguns desses trabalhadores rurais tenham mantido, durante todo esse tempo, um forte vínculo afetivo com a terra que pertenceu às suas famílias. Tal vínculo, potencializado pela memória da expulsão da terra, foi fator de coesão dos lavradores e arma moral na luta pela desapropriação de terras tomadas, no passado,

pelos irmãos Boa Sorte.⁵ Tal foi o caso da fazenda Levinha (propriedade rural localizada a cerca de 60 Km da cidade de Araguaína em direção ao município de Aragominas), cuja ocupação, durante a década de 1990, realizada por trabalhadores sem-terra, contou com a participação de lavradores que, no passado, haviam sido expulsos da suas “terras de trabalho”.

Entendo que uma arqueologia do trabalho desta região de fronteira pode permitir a construção de referenciais heurísticamente válidos para o estudo de outras experiências do trabalho, isto tanto no Brasil como em outras latitudes do subcontinente latino-americano. Neste sentido, procuro descrever e interpretar a história do norte goiano com base nas travessias realizadas por distintos coletivos - camponeses, trabalhadores rurais e urbanos - em meio a processos de campenização, descampenização, recampenização e proletarização com ênfase nas relações de trabalho e poder. Nesse percurso será focado, sempre que possível, a visão dos próprios produtores diretos e, com base nestas falas, espero construir uma interpretação que contribua para um melhor entendimento dos modos de dominação na fronteira Amazônica.

Com base nesta *démarche*, tentarei responder as seguintes questões: O que buscavam e como viviam as populações rústicas estabelecidas no sertão do Lontra? Como os padrões tradicionais se relacionavam com os lavradores e “quebradeiras”⁶? Qual o impacto da frente pioneira sobre este arranjo social? Como as populações locais avaliavam estas mudanças? Como estava organizada a produção nas fazendas modernas? Que estratégias de dominação estavam presentes nestes espaços? Como estava organizado o trabalho na indústria de fronteira? Que estratégias de dominação apareciam no espaço fabril? Quais as percepções dos trabalhadores fabris sobre as suas atividades econômicas? O controle patronal sobre bens e serviços necessários à reprodução dos produtores diretos ensejava que tipo de comportamentos e

⁵ “Até hoje tem fazenda na justiça porque são todas, quase todas, improdutivas entendeu? Tem fazenda dos Boa Sorte que tem 150 famílias dentro tá, aqui pertinho de Araguaína tem outra que tá na justiça, aqui pertinho de Araguaína, outra no município de Araguaína que tá na justiça também, o pessoal também tá invadindo, tem cinquenta e tantas famílias lá dentro. Então é assim” (Chico Louro, Araguaína, 2005).

⁶ Mulheres que tinham na atividade de coleta e quebra do coco babaçu uma de suas principais atividades de subsistência. Tratava-se de trabalho predominantemente, mas não exclusivamente, feminino, geralmente associado com a agricultura. No passado, no que hoje é o município de Araguaína, era marcante a presença das quebradeiras de coco, sendo que, atualmente, as coletoras ainda podem ser encontradas em comunidades de lavradores tradicionais próximas ao rio Tocantins e, principalmente, na Região do Bico do Papagaio (TO).

representações por parte dos trabalhadores? Quais os fundamentos dos modos de dominação estabelecidos na fronteira?

Para a escritura do texto que segue utilizei, além da pesquisa bibliográfica, uma série de entrevistas realizadas nas cidades de Araguaína, Tocantinópolis e Babaçulândia durante os anos de 2003, 2005, 2007 e 2008. Foram realizadas 40 entrevistas sendo 36 gravadas (com duração média de 60 minutos) e 4 não gravadas. As entrevistas estão distribuídas da seguinte forma: um barqueiro, quatorze trabalhadores rurais, onze trabalhadores urbanos, sete antigos moradores, dois fazendeiros, dois comerciantes, um ex-gerente da Cimba, um caminhoneiro que atuou no “transporte” de trabalhadores rurais e um funcionário da FUNAI. Entre as fontes escritas destaco o pequeno, mas importante, livro de memórias de Luzia da Cruz Machado, antiga moradora da localidade, cujas lembranças do período anterior à urbanização, combinado as entrevistas realizadas com os velhos lavradores e moradores, contribuiu para compor uma imagem do “mundo rústico” do norte goiano. Também foram utilizados para fins de contextualização e comparação os relatórios do Ministério do Trabalho sobre a indústria Tobasa S/A, localizada na cidade de Tocantinópolis, realizados em 2005, o Relatório da Comissão Pastoral da Terra sobre “conflitos no campo no Brasil” para o ano de 2004 e dados obtidos junto ao IBGE sobre os municípios de Filadélfia, Babaçulândia e Araguaína. Procurando incorporar a visão patronal, além das entrevistas envolvendo gerentes e chefes de seção, examinei alguns discursos e projetos do senador Benedito Vicente Ferreira compilados no livro “A questão agrária” de 1986.

No primeiro capítulo procuro delinear os aspectos historiográficos, teóricos e metodológicos que servem de referência para esta pesquisa, trata-se de identificar o campo de interlocução, sistematizar os conceitos fundamentais, definir a problemática e apontar as estratégias de pesquisa.

No segundo capítulo pretendo dar conta de uma visão geral do mundo rústico dos lavradores do rio Lontra abordando aspectos importantes da cultura deste grupo como o povoamento deste sertão, as expectativas das pessoas que aí se estabeleceram, o processo de adaptação ao ambiente natural, a organização do tempo, do trabalho e a hierarquia social.

O terceiro capítulo focaliza o processo de expropriação dos camponeses, assinalando um processo de acumulação primitiva, ligado a formação das fazendas por sobre as cinzas dos casebres e roçados dos lavradores. Examinei a visão dos patrões sobre o processo de modernização da agricultura, através do exame dos discursos e

projetos políticos do senador Benedito Ferreira, mas também procuro ligar estes discursos aos atos e práticas presentes nas relações que os irmãos Boa Sorte estabeleceram com os posseiros. Por outro lado, através do exame de algumas representações e relatos populares sobre os patrões, procuro aprender a visão dos lavradores acerca dos processos de expropriação e dependência a que foram submetidos.

No quarto capítulo examino as relações de trabalho e as modalidades de dominação que organizavam a experiência dos produtores diretos empregados nas fazendas modernas. A continuidade da acumulação primitiva de capitais se expressa na reinvenção das categorias do agregado e do morador, bem como no uso de trabalhadores sazonais, os peões. Estas figuras expressam continuísmos no que diz respeito aos expedientes primitivos de acumulação de capital e na manutenção de costumes e tradições autoritárias calcadas na repressão da força de trabalho.

O quinto capítulo incide sobre a prática econômica dos trabalhadores fabris descritas com base na visão dos produtores diretos sobre seu trabalho. Também procuro integrar à análise o espaço doméstico dos produtores e, neste sentido, explicar o lugar que expedientes como o controle patronal da moradia e/ou dos circuitos comerciais necessários à reprodução dos operários, portanto práticas que estabeleciam pontes com formas de dominação tradicionais, tinham no quadro de dominação em tela.

1- Notas teóricas para o estudo do trabalho em situações de fronteira

Creio que atualmente existe um certo consenso entre os historiadores no que diz respeito à heterogeneidade das relações de trabalho no Brasil e na América Latina. Entende-se que tal quadro se deve ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no país e no subcontinente, desenvolvimento que longe de romper significou soluções e arranjos de continuidade com padrões sociais oriundos de outras temporalidades históricas. Conforme Maria Célia Paoli:

Heterogeneidade nas experiências de proletarização, vindas de processos de trabalho muito distintos, no interior de uma divisão técnica de trabalho que vinculava, desigualmente, todos os níveis de qualificação e habilidades; vindas de uma divisão sexual e etária do trabalho industrial, a partir desta divisão técnica, que se acompanha de uma construção de estigmas de gênero, de cor, de idade, de origem, determinando situações de exploração diferenciadas; vindas de formas de disciplinamento e organização do trabalho também diversas, que se juntavam a noções hierárquicas da própria noção de trabalho, formada na matriz escravocrata (Paoli, 1987, p.63).

O fato é que o reconhecimento de toda esta complexidade histórica vem alterando as perspectivas dos historiadores resultando, entre outras coisas, na ultrapassagem de algumas fronteiras historiográficas. Tal é o caso da crítica às interpretações baseadas nos chamados “centros definidores de sentido” cuja superação contribuiu para que se integre à historiografia do trabalho a experiência de grupos de trabalhadores em regiões e localidades afastadas dos grandes centros urbanos e industriais nacionais (Petersen, 1995, p.132). A heterogeneidade nas experiências de proletarização depende, em grande parte, das modalidades regionais, e mesmo particulares, dos empreendimentos capitalistas ensejando situações que podem comportar desde o trabalho assalariado, tal como se vê nos grandes centros industriais, mas também recriando modalidades mistas de dominação capitalista, como, por exemplo, o sistema fábrica/vila operária presente em indústrias rurais (Lopes, 1988), a escravidão por dívida encontrada nas fazendas de gado e algodão no Nordeste (Garcia, 1988), o cativo de mulheres em casas de prostituição próximas aos garimpos da região Norte ou ainda a peonagem que, desde a década de 1960, faz-se presente nos latifúndios e fazendas da Amazônia (Esterci, 1988; Figueira, 2004). Não se trata de negar a importância dos grandes centros urbano-industriais, mas simplesmente de chamar a atenção para o fato de que tal centralidade não justifica o apagamento de

outras experiências. Afinal, o reconhecimento da diversidade das modalidades de produção e dominação na sociedade brasileira constitui um momento necessário para a construção de interpretações históricas mais ricas e complexas do mundo do trabalho (Petersen, 1995; Costa, 2001; Batalha, 2002).⁷ Pode-se afirmar que, conjuntamente à questão regional, a integração do espaço doméstico dos trabalhadores constituiu outro eixo importante deste alargamento da perspectiva historiográfica. Não é este um dos principais traços da chamada “Nova História do Trabalho”? Que, por assim dizer, à medida que passa a valorizar a diversidade das experiências de trabalho no tempo e no espaço e encarar o cotidiano e a cultura dos produtores como fatores importantes e, às vezes, determinante, enseja um momento historiográfico permeável aos debates das ciências sociais. Creio que este alargamento historiográfico enriquece a história permitindo a construção de interpretações mais “globalizantes” porque ancoradas na observação e análise de todo o modo de vida dos trabalhadores. Poder-se-ia afirmar ainda que estas mudanças criam as condições para uma guinada comparativa no âmbito dos estudos históricos, notadamente no que diz respeito às sociedades latino-americanas. Aliás, talvez, fosse o caso de planejar exercícios comparativos mais ousados e, certamente, não tão bem comportados, de modo a abarcar outras regiões de fronteira, como a África ou, mais recentemente o leste europeu. Com efeito, o exercício comparativo em escalas regional e global não seria uma pré-condição para a confecção de sínteses históricas mais ambiciosas? Tal esforço não implicaria numa configuração coletiva da prática da pesquisa, ancorada em equipes com especialistas de diferentes áreas? Creio que seria pertinente para um historiador do trabalho interessado na história contemporânea do Brasil poder trocar experiências de pesquisa e discutir o significado de determinados termos como trabalho, trabalho cativo, espaços produtivos e reprodutivos, modalidades de dominação, composição orgânica do capital, o papel do Estado, dentre outros aspectos, com historiadores do trabalho voltados para outras regiões da América Latina e para outros períodos históricos. Isto para não falar da possibilidade de trocar experiências com antropólogos e sociólogos dedicados ao estudo de determinados segmentos econômicos, grupos ou categorias de produtores. Certamente, o estabelecimento de similitudes e diferenças alargaria o conhecimento

⁷ Para uma crítica ao “paradigma Rio-São Paulo” como modelo explicativo para as relações de trabalho na totalidade da sociedade brasileira, veja-se o artigo de Silvia Regina Petersen, “Cruzando fronteiras: As Pesquisas Regionais e a História Operária Brasileira” (1995). No que diz respeito à ultrapassagem dos modelos explicativos centrados apenas no exame das condições materiais de vida ou das relações políticas da classe trabalhadora veja-se o supracitado artigo de Maria Célia Paoli, “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: Tempo, espaço e classe na história operária brasileira” (1987).

teórico dotando de maior precisão os instrumentos e métodos de pesquisa à disposição do historiador.

Tendo em vista que o re-conhecimento da diversidade local e regional constitui um dos pontos capitais do atual debate acadêmico, não parece má idéia começar a reflexão teórica ressaltando aquilo que, talvez, seja a característica fundamental da Amazônia, a sua condição de *fronteira*. Com efeito, costuma-se falar sobre a Amazônia como fronteira demográfica, fronteira de recursos, fronteira agrícola, fronteira do capitalismo, fronteira do humano, fronteira étnica, fronteira política. Tais expressões assinalam uma série de mudanças e transformações ambientais, sociais, políticas e culturais importantes do ponto de vista da história e da cultura dos coletivos regionais, mas também, cada vez mais, das populações que vivem fora das fronteiras geográficas da Região.

A multiplicidade de processos e os sentidos recobertos pela noção de fronteira aproximam o termo mais de uma metáfora, naquilo que permite enxergar da cultura e da história da Amazônia e do país, do que de um conceito. Vê-se que não se trata de uma simples imagem, mas de uma metáfora viva, na qual a fronteira aparece tanto como lugar onde as contradições do nosso tempo se mostram de forma plena e trágica através da reprodução ampliada de uma economia predatória, afiançada na manutenção de práticas políticas negadoras dos direitos mais elementares da população e por concepções etnocêntricas que continuam enxergando os grupos tradicionais e regionais como parte da natureza a ser explorada/dominada. Ao mesmo tempo, a fronteira apresenta também um fundo de esperança, sob variantes milenaristas ou pós-capitalistas, de um outro arranjo vital, capaz de - se não resolver - pelo menos minimizar o estado de guerra que secularmente acomete o homem da fronteira, e sua matriz sócio-cultural, em relação ao quadro natural e às coletividades que lhe são estranhas. Creio que, tanto a força como a clareza com que estes fenômenos emergem na fronteira, explicam o sucesso, bem como os riscos de reificação do termo. Neste sentido, a fronteira corresponde a um observatório privilegiado e, como tal, sua importância está naqueles processos, categorias e movimentos que nela se manifestam.

Nos limites desta pesquisa, a noção de fronteira aparece enquanto *locus* de recriação de um campesinato, ligado à crise da *plantation* nordestina e dos sistemas repressivos da força de trabalho que lhe são correlatos (Velho,1976; Palmeira, 1977, Sigaud,1979). A mobilidade das populações sertanejas, liberadas pela agricultura de exportação e dos sistemas econômicos a ela ligados, originando as chamadas “frentes de

expansão demográfica” ou “frentes de povoamento” (Martins, 1975), levaria, de um lado, ao aparecimento de comunidades de “agricultores rústicos”, cujo modo de vida assentava-se nas trocas diretas com o ambiente natural, nas relações familiares e de vizinhança e, secundariamente, nas relações de mercado (Cândido, 2001; Brandão;1981,1986; Martins; 1997, 2001; Sader,1986) e, de outro, no estabelecimento de relações de alteridade repercutindo em “fricções interétnicas” envolvendo camponeses e povos nativos (Oliveira,1964), atualizando a condição da Região enquanto “fronteira étnica”. (Ramos, 1980).

A partir da década de 1960, a Amazônia brasileira se tornou campo privilegiado para a expansão de empresas capitalistas apoiadas pelo Estado Autoritário. Neste quadro, a Região se torna uma fronteira do capitalismo nacional e global, mediante estabelecimento de projetos agropecuários e de infra-estrutura (Velho,1976; Cardoso e Muller, 1977; Ianni, 1979; Becker, 1982), gerando grandes impactos ambientais (Valverde e Freitas, 1980,) e radicalizando os conflitos étnicos e sociais, de modo que a Região se torna “fronteira do humano” (Martins, 1997).

Alguns autores, com base no “sistema mundial” e na “geopolítica”, elegem o Estado como uma espécie de demiurgo que, diante do “caos das relações sociais” impõem uma “racionalidade privilegiada”, identificada ao “interesse geral” e cujo enfraquecimento, no final do século XX, tendo em vista as mudanças no modelo de acumulação na era da “alta tecnologia”, levaria a uma fragmentação do espaço na fronteira, de modo a radicalizar a fragmentação do espaço regional (Becker, 1982, 1988). Neste tipo de análise, fenômenos sociais importantes que escapam à lógica estatal ou do sistema mundial, como a imigração espontânea de camponeses para a Amazônia, mas também a própria abstração da cultura dos grupos indígenas e populações tradicionais,⁸ para não falar da identificação entre Estado e “interesse geral”, não são devidamente levados em conta, o que, no meu entendimento, tende a limitar, quando não obscurecer, o entendimento da realidade histórico-social da Amazônia. Neste sentido, espero que este estudo mostre, tendo como base o norte goiano, a existência, no passado recente, de um campesinato, enquanto segmento social dotado de particularidade histórica, tanto material, isto é, organizado nos moldes de uma reprodução simples, como cultural, à medida que apresentava concepções e valores

⁸ Nas palavras da autora, “Camponeses são entendidos aqui como produtores de dimensões familiares que têm como um de seus elementos característicos o trabalho na terra, sem que esse fato implique a presença de uma lógica própria de funcionamento das unidades produtoras de uma identidade social particular” (Becker,1988, p.69).

distintos das percepções e valorações dos agentes ligados a frente pioneira.

Neste sentido, o presente estudo se aproxima de pesquisadores que afirmam a particularidade cultural de coletivos cujas vidas transcorrem num “mundo mítico” ou, no caso dos lavradores rústicos, inserem-se na História de modo distinto ao da sociedade envolvente. Disso decorre que as tensões e conflitos entre índios e camponeses e, principalmente, entre estes e os agentes ligados à expansão econômica, iniciada na década de 1960 (fazendeiro, empresário, governo, pistoleiros etc), não se limitam às relações de propriedade e produção, mas também envolvem distintas concepções de tempo, espaço, natureza, trabalho, direito, família, festa, religiosidade (Martins, 1997).

Por outro lado, não se trata de negar, no caso dos grupos de camponeses regionais, a ausência de processos de diferenciação social. A tese da diferenciação interna da frente de povoamento, diferenciação que seria anterior a própria penetração dos pioneiros, parece bastante plausível quando se raciocina em termos históricos, isto é, o mundo criado pelos lavradores sertanejos nos sertões e florestas da Amazônia não era fechado e tampouco estático. Neste sentido, o reconhecimento de determinadas estruturas sociais não implica na negação da sua historicidade, daí que, junto aos mecanismos de *reprodução simples* operavam mecanismos de *reprodução ampliada*, basicamente através de cadeias mercantis geradoras de redes de patronagem que articulavam lavradores, coletores aos comerciantes e, através destes, ao mercado e ao mundo urbano. O fato é que este processo de diferenciação interna entre os grupos camponeses não se traduzia na negação da produção camponesa, mas nela se apoiava e, a partir daí, gerava uma hierarquia social constituída por lavradores-coletores, donos de terras e donos de comércio. Este sistema social, baseado na produção camponesa, foi destruído pelo avanço da frente pioneira, o que não significa que fragmentos deste mundo não tenham sido integrados no novo arranjo social.

No que diz respeito ao universo social rústico, no passado, existente no sertão do rio Lontra, espero ser capaz de apontar para a existência da produção camponesa sem reificá-la. Mas isto sem imputar aos lavradores tradicionais a “expectativa de reprodução ampliada” enquanto traço comum a “quase todos os agentes da fronteira” (Becker, 1988, p.67). Outra questão abordada nesta pesquisa diz respeito à proposição de que na Amazônia Oriental estaria ocorrendo um processo de “desmarginalização” do campesinato originário do nordeste (Velho, 1976). Velho sustenta esta tese - embora afirme de que não se tratava de um processo definido – a partir de seu estudo sobre a

frente de expansão no sul do Pará - com base no recebimento de títulos de propriedade, por parte de grupos de camponeses, bem como pela importância assumida pelos alimentos, notadamente o arroz produzido pelos pequenos lavradores, nos mercados do centro-sul do país.

O exame do impacto da frente pioneira sobre as comunidades de lavradores tradicionais, na área do atual município de Araguaína, não aponta para aquilo que seria um processo de “desmarginalização” do campesinato. Na verdade, o que se viu foi a expulsão das “terras de trabalho”, seguida pela redução dos lavradores à condição de dependentes dos fazendeiros e empresários estabelecidos nas décadas de 1960 e 70, portanto, para usar os termos de Velho, o que estava em curso era um processo de “marginalização” social. Neste sentido, a produção de arroz, bastante destacada na localidade, inclusive com exportações deste alimento para várias localidades do centro-sul, não apareceu vinculada ao estabelecimento da pequena propriedade familiar, mas ligava-se à criação de formas repressivas de controle da força de trabalho – agregados, moradores, peonagem – tipos sociais comuns durante a abertura das fazendas na região.

Ao mesmo tempo em que a expansão do capitalismo na Amazônia politiza a alteridade em meio a conflitos envolvendo nativos, lavradores, populações regionais e pioneiros (Ianni, 1979; Mellati, 1967), os processos de proletarianização levados a cabo na Região, combinando à expulsão dos índios de suas “terras tribais” e dos lavradores de suas “terras de trabalho”, com o reforço da imigração de populações sertanejas, acabam criando novos grupos e classes integradas à expansão das fazendas e à acelerada urbanização. Os aspectos predatórios e repressivos, que marcaram a expansão do capitalismo na Amazônia, compõem na organização da produção das empresas modernas dando continuidade à acumulação primitiva iniciada com as expropriações. Neste sentido, a fronteira é marcada pela existência de distintas relações de trabalho num *continuum* que pode abarcar desde o trabalho assalariado e contratual, passando por relações de superexploração da força de trabalho e, no limite, configurar trabalho sob coação. Além da expropriação que força a entrada do trabalhador no mercado de trabalho, também deve ser levado em consideração a superexploração da força de trabalho nos processos de produção do capital nas unidades capitalistas na região Norte. Veja-se que, no segundo caso, o produtor direto compromete sua reprodução e de sua família na medida em que é “expropriado da possibilidade de viver, trabalhando mais do que a jornada normal de trabalho, acima do trabalho excedente extorquido sob a máscara do salário e da contratualidade estabelecida entre patrão e empregado”

(Martins, 1997, p. 95).

Reconhecer a fronteira como *locus* de acumulação primitiva de capital implica conceder importância fundamental às “formas de dominância”, isto é, priorizar a análise das articulações entre o econômico e o político, tentando entender de que forma a Região também se constituía numa fronteira política, marcada pela recriação de modos de dominação particularizados pelo estabelecimento de pontes com a tradição repressiva da força de trabalho que é própria ao país (Velho, 1976). Neste sentido, instituições como a “morada” e a “agregação”, caracterizadas pela “personalização da dominação” (Palmeira, 1977; Sigaud, 1979; Brandão, 1981) comuns nas frentes de expansão demográfica, também apareciam em áreas pioneiras do norte goiano. No caso da *morada*, Moacir Palmeira, em seu estudo sobre os trabalhadores da cana na *plantation* tradicional, chama a atenção para o fato que “morar” não significava simplesmente “habitar”, “mas ligar-se a um engenho e ligar-se de maneira muito particular” (Palmeira, 1977, p.104). Com a casa, o morador recebia trabalho ou terra, sendo a casa mais do que a simples habitação à medida que incluía um *terreiro* ou *chão de terra* onde o lavrador podia “botar roçado”. Dependendo da posição do trabalhador-morador na hierarquia do engenho, a relação de morada podia implicar na cessão patronal do *sítio*, considerado “o mais importante dos prêmios” que o senhor de engenho podia atribuir ao lavrador - morador. Tratava-se da permissão para que o morador plantasse árvores e outros gêneros, inclusive comerciais, nas terras do senhor de engenho. Através do *sítio* e/ou das lavouras o morador ligava-se em definitivo à propriedade, diferenciava-se dos demais trabalhadores, intensificava as relações com seus patrões, alcançava maior autonomia e, ao mesmo tempo, interiorizava de modo mais pleno as regras da morada. Por seu turno, “qualquer que seja sua posição dentro do engenho, o que o morador tira de seu *terreiro*, *sítio* ou da agricultura da cana, pertence de direito ao senhor de engenho, como a própria casa em que mora e o *sítio* em que trabalha”. Daí derivava a “prioridade” do senhor de engenho comprar os produtos dos seus moradores e, inclusive, a possibilidade de “confisco” das lavouras. Tais produtos entravam no ciclo de retribuição permanente que prendia o morador ao proprietário por uma dívida “eterna e eternamente renovada”. Aí tanto a produção dos lavradores, como o dever de trabalhar para o estabelecimento, apareciam como contrapartidas devidas pela cessão da casa, trabalho e terra (idem, p. 104-107).

Lógica análoga pode ser encontrada na relação de agregação, no passado, bastante comum nos sertões da Bahia, Minas Gerais e Goiás. Em seu estudo sobre o

campesinato goiano, Carlos Brandão (1981) destaca a predominância, no passado, de grandes fazendas de gado onde, sob as ordens de proprietários, inúmeras famílias de lavradores agregados viviam e trabalhavam, cuidando do gado e/ou plantando pequenas lavouras de cereais, basicamente arroz, feijão e milho, conhecidas como *roças de toco* (não superiores a quatro alqueires). Os roçados podiam pertencer aos próprios fazendeiros, mas era comum que estes entregassem a terceiros, sob a forma de “terra cedida”:

Por este sistema antigo de trocas de serviço o lavrador plantava sem obrigação de repartir com o fazendeiro, parte de sua colheita de cereais. O trato previa a devolução das terras usadas sob a forma de pasto formado para o gado do dono, depois de dois ou três anos de plantio de arroz, feijão e milho. Abandonando um local de lavoura o agregado não abandonava necessariamente a fazenda. Ele era autorizado a derrubar mais uma outra parte da mata e reiniciar outro contrato de serviços com o proprietário. Era também prevista a ajuda e a fidelidade do lavrador para com o seu fazendeiro (Brandão, 1981, p.22).

Na fronteira, além da recriação das relações de agregação e morada, também apareceram relações de dominação marcadas por um enfraquecimento dos vínculos diretos de dependência, nestas situações, o estabelecimento de “pontes” com a tradição ocorria através de expedientes marcados pela “teatralização a dominação” (Thompson, 1995; Lopes, 1988, Garcia,1988). Aí, todo um conjunto de “gestos”, “atitudes” conferiam “visibilidade” e sobrelevavam o poder patronal. Não se tratava apenas de criar a “ilusão do paternalismo”, embora esta não estivesse ausente do sistema, mas também de “expedientes” e “rituais” destinados a conformar os trabalhadores, notadamente os peões, às regras impostas pelos fazendeiros.

Todo este conjunto de instituições, práticas e representações implicavam num avanço do poder patronal sobre o espaço doméstico dos produtores diretos com os patrões enfeixando o poder econômico e político o que dotava o modo de dominação de características extensivas e repressivas (Velho, 1976; Esterici, 1999; Figueira, 2004). Geralmente, em alguma medida, a superexploração dos peões e de outros segmentos de trabalhadores na fronteira, como, por exemplo, as prostitutas, liga-se à reprodução de práticas e valores cuja origem pode ser identificada ao passado escravista e ao *ethos* senhorial. Aspectos como a iniciativa dos patrões em estabelecer/inaugurar relações com aqueles considerados socialmente inferiores, os mecanismos de endividamento de trabalhadores mediante “abono” ou a compra em “armazéns” e “barracões”, as transações interpatronais envolvendo a “compra” de trabalhadores endividados, a proximidade, às vezes traduzida em compadrio, entre patrões e trabalhadores ditos de

“confiança” remetem a formas de dominação da força de trabalho - diga-se de passagem, bem distantes do trabalho assalariado e contratual – nos quais a dívida, material e/ou simbólica, possuía papel estruturador.

Sabe-se que a dívida contraída por uma dádiva enseja solidariedade entre aquele que dá e aquele que recebe, “pois quem dá partilha o que tem, quiçá o que é, com aquele a quem dá”, como também uma relação de superioridade, “pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para com aquele que deu”, portanto, sob a dependência direta daquele que fez a concessão. (Godelier, 2002, p.23-25). “Dar obriga”, e esta obrigação pode prender o devedor ao credor à medida que a dívida assumida pelo recebimento de uma concessão ou dádiva não pode ser paga:

O contradom não cancela a dívida porque a ‘coisa’ dada não foi realmente dada não foi realmente separada, afastada completamente daquele que a deu. A coisa foi dada sem ser realmente ‘alienada’ por aquele que a deu. Assim a coisa dada leva com ela algo que faz parte do ser da identidade daquele que a cede. Mas tem mais, pois aquele que dá não cessa de ter direitos sobre a coisa depois de tê-la dado (Godelier, 2001, p.68).

No contexto da fronteira amazônica, Neide Esterici (1999) sublinhou a importância assumida pela dívida nas relações de trabalho e poder na região. Conforme a autora, trata-se de um mecanismo de usurpação da liberdade e superexploração da força de trabalho geralmente incorporado – como “ponto de honra” - à percepção do trabalhador, e cuja recusa aparece ligada à assimilação de noções como assalariamento e direitos, por parte dos produtores. Ainda segundo a pesquisadora, a dívida não implica apenas em relações materiais, já que também pode expressar relações de dependência que se traduzem em dívida moral, isto é, situações em que o produtor assume compromisso e lealdade para com seu patrão. Daí que a presença da dívida indica que estamos diante de relações de exploração, mas também de dominação:

Neste sentido, é que se podem pensar as relações de exploração as quais estamos nos referindo, ao mesmo tempo, como relações de dominação e, assim, incluir uma dimensão de interação entre os dois pólos na qual as razões, os valores e as estratégias dos dominados têm um lugar importante. De fato, falar em dominação implica pensar que há expectativa de cumprimento de obrigações recíprocas ainda que desiguais, que há espaço para negociação e que a relação se sustenta a partir de algum tipo de legitimidade que lhe é conferida. Porém, em muitos dos casos denunciados hoje como escravidão, o uso da violência é tão arbitrário e o descumprimento dos acordos é tão ostensivo, que o consentimento dos subordinados parece não importar absolutamente. A sociabilidade entre os pólos da relação está de tal modo ausente, que as noções de dominação e legitimação não mais se aplicam. Não é que o exercício da

dominação exclua inteiramente o uso da violência, mas, ao ser aplicada, a violência tem se estar de algum modo sancionada pelas regras sociais. O que se configura em inúmeras situações denunciadas é a atitude predatória, o interesse de curto prazo, em que não há expectativa de lealdade futura por parte dos empregadores, mas apenas o desejo de lucros imediatos (Esterci, p.101, 1999).

Como lembra a própria autora, nenhum sistema de exploração e dominação do passado ou do presente pode se reproduzir apenas com o uso da força. O uso da violência física prepondera nas relações com menor legitimidade e investimento simbólico, isto é, nas quais existe menos interesse em legitimá-las. Como atesta o uso do termo “menor” não se poderia deduzir daí a ausência de estratégias “destinadas a criar alguma forma de compromisso e legitimação”. Neste caso, com destaque para “os mecanismos falaciosos de criação da dívida material, a eficácia da dívida moral, a violência simbólica e a imposição de condições degradantes, que concorrem para manter os dominados submissos” (idem, p.102).

Desde os anos 1960, pesquisadores, órgãos da imprensa e, um pouco mais tarde, do próprio governo, vem denunciando e debatendo espoliação de trabalhadores nas fazendas e latifúndios da Amazônia, termos como “semi-escravidão” (Graziano, 1981), “imobilização da força de trabalho” (Becker, 1982), “condições análogas à escravidão”, expressão característica dos órgãos governamentais, são usados para explicar as condições desumanas de trabalho impostas nesta e em outras Regiões do país. Vale dizer que, estas mesmas relações eram denunciadas pela CPT e por vários pesquisadores como “escravidão”, mais especificamente como “escravidão por dívida”, já que, no aparecimento desta instituição na Amazônia e em outras partes do país, existe um elo importante, a saber: a dívida do trabalhador, real ou fictícia, e a obrigação de saldá-la antes de deixar o imóvel (Figueira, 2000, p.33). Sobre as razões da escravidão nas frentes pioneiras da Amazônia pode-se destacar alguns fatores importantes como a dificuldade de obter trabalho em alguns estabelecimentos rurais mais afastados, a alavancagem do capitalismo através da acumulação primitiva de capitais e, não menos importante, a concepção de que determinadas pessoas, devido a sua pobreza e/ou origem étnica, podem ser objeto de coisificação, de modo que o seu sacrifício possibilite a reprodução ampliada de seus dominadores (Martins, 1997, Figueira, 2000).

Balizado por essas noções e com base na memória dos velhos trabalhadores, busco iluminar a experiência material e simbólica de trabalhadores rurais e urbanos desta área de fronteira. Creio que abordar a experiência desses coletivos diz respeito às

seguintes operações: a) estabelecer os elementos constitutivos das formas de dominação; b) estabelecer as lógicas que permeiam os sistemas de poder e suas contradições; c) entender como os produtores diretos interiorizavam os modos de dominação, tanto através da legitimação como também na resistência. Esta *démarche* é característica de uma tradição de pensamento que valoriza as percepções e valorações dos agentes na reconstrução das lógicas que configuram os múltiplos espaços sociais. Creio que a partir das memórias e representações dos trabalhadores seja possível delinear o quadro de dominação em seus distintos elementos, bem como reconstruir essa maquinaria de poder do ponto de vista dos próprios trabalhadores que a internalizaram, apontando para a própria contribuição dos dominados para a reprodução das relações de dominação e dependência. Neste caso, as memórias e representações dos agentes tornaram-se perceptíveis e apropriáveis para a pesquisa científica através das formas de sua exteriorização, isto é, via observação dos comportamentos e, principalmente, através dos depoimentos dos trabalhadores.

Esse encaminhamento teórico-metodológico é, em grande parte, produto da própria estratégia de pesquisa, isto é, advém da opção pela mediação subjetiva dos agentes enquanto linha que perpassa e organiza o estudo. Assim, partindo da *memória social* dos produtores diretos, pretende-se chegar a uma reconstrução das relações de trabalho e poder tal como foram interiorizados pelos trabalhadores. Inspirado em Halbwachs (2004), entende-se a “memória” enquanto um fenômeno social. Isso significa que, apesar de serem os indivíduos que se lembram, as lembranças permanecem coletivas (inclusive quando se trata de acontecimentos nos quais somente o indivíduo estava envolvido). A explicação para esse paradoxo está no fato de que no mundo social nunca se está verdadeiramente só, pois os outros comparecem de forma incorporada à subjetividade do agente e é justamente a presença destes outros que confere vida e sentido aos fatos e experiências do passado. A memória enquanto presentificação do passado supõe a existência de uma comunidade afetiva, material ou virtual que permite ao agente reconstruir suas lembranças sobre um fundamento comum. No caso, termos como “coletivo” e “presentificação” indicam que “só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo”. Assim, por memória social entende-se, *grosso modo*, a presença do passado, isto é, uma reconstrução seletiva do passado construída mediante a inserção do indivíduo num grupo social. Em se tratando de um estudo histórico, as representações do passado

dotadas de caráter recorrente e repetitivo, que digam respeito a um grupo ou comunidade e que possuam uma aceitação no interior e/ou fora destes coletivos, podem ser entendidas como constitutivas de uma memória social (Rouso, 2001, p. 95). Em relação à questão da memória e das representações dos trabalhadores, é verdade que estes, ao se autoclassificarem, utilizam freqüentemente categorias não-específicas, isto é, termos que foram definidos pelos chefes e patrões e que, portanto, remontam a uma classificação funcional dos produtores diretos. Todavia, a especificidade dessas categorias não se esgota numa questão da terminologia, pois incorpora o significado que as categorias adquiriram no contexto dos distintos espaços produtivos e reprodutivos (Lopes, 1976; 1988). Assim, a especificidade do discurso dos trabalhadores em relação à sua prática econômica reside, em grande parte, no caráter de “reinterpretação criativa” (Bourdieu, 1979) imprimido pelos trabalhadores às classificações patronais. Do ponto de vista do método, o esforço em penetrar no significado que os termos possuem para os trabalhadores liga-se à importância do modo como os agentes falam de sua experiência. Esse cuidado com as palavras é pertinente quando se tem em mente caracterizar uma forma de dominação de modo mais concreto:

Os aspectos retidos e enfatizados pelos trabalhadores dão uma medida do jeito como a dominação foi interiorizada. À maneira de um ‘modelo consciente’, as entrevistas apresentam uma repetitividade de variações dentro de um mesmo padrão de elementos exagerados e caricaturizados semelhantes aos mitos, apontando para os aspectos dessas formas de dominação que mais afetaram suas vidas (Lopes, 1988, p. 35).

A opção pelo uso da metodologia da história oral como suporte principal, porém não o único, para a realização da pesquisa justifica-se, em grande parte, pela escassez de fontes escritas sobre os camponeses e trabalhadores espalhados pelos campos, florestas, cocais, centros, povoados, fazendas e cidades no norte goiano e – de forma geral – sobre a história do trabalho no estado do Tocantins e na Amazônia. Do ponto de vista teórico não é menos significativo a possibilidade de escrever a história dos trabalhadores com base nas categorias dos próprios produtores, neste ponto, os documentos oficiais, apesar de permitirem confrontar e ou completar as informações e representações dos produtores diretos, não poderiam ir além de um papel complementar.

Nos momentos iniciais da pesquisa esperava encontrar de forma mais fácil, digo direta, pessoas-fontes pertencentes ao grupo selecionado para o estudo, isto é, ex-trabalhadores de uma indústria pioneira. Esta expectativa estava apoiada no fato de que

ao redor da fábrica Cimba, que funcionou numa área próxima ao que é hoje o centro da cidade, formou-se uma vila de trabalhadores de modo que o próprio bairro não deixa de ser uma forma materializada da história e o que era ainda mais importante, tratava-se de um bairro habitado por pessoas que *interiorizaram* a história que eu desejava desenterrar. A disposição espacial delimitava o grupo selecionado de modo que parecia trazer algumas facilidades para a pesquisa; cheguei a pensar que bastaria bater de porta em porta e suportar o calor tórrido para obter uma lista de possíveis colaboradores que, mais tarde, seriam devidamente entrevistados. Creio que neste momento a estratégia de pesquisa se aproximava da metodologia utilizada pela antropologia clássica, pois acreditava estar tratando de um grupo territorializado num espaço geográfico de forma que, com base no binômio grupo-território, pensava escrever uma história local construída através da mediação subjetiva dos ex-operários. Apesar da existência de uma comunidade constituída a partir da fábrica e estabelecida num espaço já tradicional da urbe, os contatos com os trabalhadores e pessoas da comunidade foram difíceis durante estas primeiras incursões. Salvo conversas com alguns moradores e um chefe de seção bastante desconfiado, que fazia questão de frisar o caráter positivo da Cimba para o desenvolvimento da cidade e ressaltava os cuidados paternais dos antigos patrões para com seus operários, os resultados destas primeiras incursões sobre o “objeto” foram decepcionantes. Seguindo sugestões de colegas, contatei os professores que já viviam na localidade desde a explosão urbana ocorrida durante a expansão econômica do período Juscelino Kubitschek, momento em que Araguaína se transformou na cidade com maior peso político-econômico do norte goiano e também num dos locais mais violentos da Região Norte. Infelizmente, as polêmicas que acompanharam o funcionamento da fábrica fizeram com que os colegas recuassem em sua colaboração alegando que era perigoso “mexer” com pessoas poderosas e com uma imagem não muito positiva.⁹ Creio que minhas impressões eram motivadas, em parte, pelo histórico político-social

⁹ Todo este contexto de *tabus* locais sobre o “mundo da Cimba” chegou a provocar algumas situações pitorescas. Assim, por exemplo, durante uma visita às ruínas da fábrica padeci da incômoda sensação de estar sendo observado. Felizmente, este surto paranóico foi logo superado, todavia resolvi não explorar sozinho essas ruínas. Optei por observá-las do seu entorno e, ao mesmo tempo, procurava obter esclarecimentos sobre as instalações com informantes. Durante uma destas conversas um morador falou sobre a existência de um cemitério clandestino no terreno da fábrica. Segundo o informante, neste local alguns trabalhadores envolvidos em conflitos com os patrões encontravam seu descanso final. Fato ou folclore, este relato ajuda a compreender a tensão que acompanhou a pesquisa, notadamente nos seus momentos iniciais quando a própria cidade parecia dotada de uma aura de agressividade que perpassava o traçado urbanístico e ganhava expressão em determinados códigos de comportamento locais. Por exemplo, o costume dos pistoleiros de, até pouco tempo atrás, reunirem-se numa praça central da cidade para esperar por “serviços”, ou mesmo ameaças sofridas por amigos e colegas de trabalho do Campus de Araguaína.

conturbado de Araguaína e da região norte do Tocantins. O pouco conhecimento sobre os sistemas de comportamento que regem a vida social local e de toda uma série de representações que constituem o imaginário da fronteira também devem ter contribuído para que eu adotasse uma atitude reservada quanto à pesquisa, isto é, optando por avançar aos poucos para não chamar atenção. Como o contato direto teve resultados ineficazes e não foi possível obter apoio junto aos colegas de trabalho, optei por buscar colaboradores junto à comunidade (vizinhos do bairro, alunos, funcionários da universidade, professores da rede pública local, agentes da Pastoral da Terra dentre outros). Com o apoio de um técnico da universidade cheguei a agendar uma conversa com a viúva de um trabalhador. Segundo o funcionário, neto da senhora que procurava entrevistar, o operário, companheiro de sua avó, teria sido executado na fábrica, seu corpo jogado numa caldeira e os restos enterrados num cemitério clandestino localizado no terreno da fábrica. Parece que o medo de sofrer represálias, caso o assunto viesse a público, levou a viúva a não aceitar conversar sobre o fato. Fiquei um tanto decepcionado, havia escutado vários relatos sobre mulheres que procuravam seus maridos e companheiros desaparecidos no portão da fábrica de modo que entrevistar uma destas “viúvas da Cimba” poderia trazer informações importantes sobre a natureza dos conflitos personalizados que parecem ter caracterizado as relações de trabalho, bem como apontar para os agentes e métodos de repressão patronais. Contudo, vale tomar esta negativa em falar como um sintoma de um medo que acompanha pessoas expostas - de forma direta ou indireta - a situações extremas de violência. Tentei uma aproximação com a viúva de um operário através da intervenção de seu neto. Todavia, a legitimação obtida graças ao apoio de um membro de sua família não foi suficiente para alterar a minha condição de estranho. Um estranho cuja ação poderia expor não só a mulher, mas também a sua família a represálias caso sua fala viesse a público. Esta atitude que não foi de forma alguma isolada atesta a dificuldade de acessar memórias de pessoas sujeitas a formas de dominação desumanizadoras, nestes casos, a ocultação da lembrança, o silêncio, tem suas razões. Outras pessoas, apesar de terem me recebido de forma cortês falaram muito pouco, mesmo tendo vivido e escutado muito. Creio que a ocultação destas lembranças traumáticas, vivenciadas ou “por tabela”, explica-se pela interiorização do medo e pela necessidade de estabelecer um *modus vivendi* com aqueles que no passado foram seus algozes. Assim, o fato de continuar convivendo no mesmo ambiente de seus dominadores pôde suscitar entre as vítimas a opção pelo silêncio; nestas situações as memórias se mantêm adstritas a redes privadas com

destaque para as relações de parentesco e amizade.

As “viúvas da Cimba”, peões, trabalhadores e outras vítimas de violência, praticada por empresários e/ou seus prepostos lembram a situação dos judeus que, após sofrerem a perseguição nazista, retornaram a seus antigos lares e à convivência com pessoas que, no passado, foram direta ou indiretamente responsáveis pelo seu sofrimento (Pollack,1989). Mas também lembra a situação dos milhares de trabalhadores rurais brasileiros submetidos à escravidão. Para estas pessoas:

O medo de falar surge em situações novas, como a chegada do entrevistador: ‘Não será [o entrevistador] pistoleiro?’(...).Um prefere o silêncio porque seu aliciador mora na mesmo município e não quer se indispor; não tem certeza da utilização que o entrevistador dará ao material, seja porque não agiu de forma bastante solidária com os companheiros nas fazendas, ou porque foi privilegiado pelo empreiteiro, assumindo em algum momento, uma relação de mando (Figueira, 2005, 165).

Com efeito, além do medo interiorizado caberia ainda mencionar o silêncio como vergonha de dizer coisas que atingem a auto-estima e a dignidade das pessoas, nestes casos, o silêncio pode ser “o último refúgio da dignidade ultrajada” (Esterci, 124, 1999).

Desde meados de 2003, estabeleci contato com alguns informantes, com destaque para Davi Nunes, na época, aluno da universidade com boa inserção nos movimentos sociais. Com o apoio dos colaboradores foi possível abrir redes de informantes, assegurando uma aproximação mais significativa com os antigos moradores, camponeses, trabalhadores fabris e rurais. Ainda é possível contatar velhas quebradeiras de coco, posseiros, peões e ex-operários fabris contemporâneos da frente pioneira, contudo, muitas pessoas que vivenciaram as mudanças e transformações relacionadas com a frente de expansão já faleceram ou migraram para outros lugares. Nesse sentido, as memórias de parentes, filhos, esposas e velhos moradores – apesar de serem “memórias por tabela” – puderam enriquecer o quadro empírico, inclusive permitindo o confronto entre as informações obtidas mediante exame de outras fontes orais e escritas.¹⁰ Muitas dessas informações e representações apresentam uma estrutura próxima a dos mitos, como, por exemplo, a narrativa sobre o “Vento do Ademar” e/ou as aparições de seu fantasma, ambas recolhidas para efeitos de análise.

Tendo em vista que, para fins de estudo, é algo temerário separar trabalho de

¹⁰ Em relação à noção de “memória por tabela”, ver Pollak (1989).

capital, optei por incorporar à pesquisa os discursos dos agentes ligados aos patrões. Embora os empresários já estejam mortos, foi possível entrevistar antigos gerentes e chefes de seção, alguns apontados como próximos aos irmãos “Boa Sorte”.¹¹

Apesar da importância desses agentes, por razões óbvias, os principais interlocutores foram os produtores diretos. No decorrer das entrevistas com camponeses e ex-trabalhadores, procurei levantar informações sobre a sua origem espacial e social, situação familiar, forma de contratação, ocupações, relacionamento com os colegas de trabalho, administradores, gerentes, chefes de seção, patrão, seguranças, sua remuneração, condições de trabalho, moradia, problemas enfrentados no trabalho e no cotidiano, a visão sobre seu trabalho, a imagem sobre os patrões, conflitos e tensões vivenciados.

De modo geral, graças à mediação dos informantes, gozei de uma recepção positiva junto às pessoas entrevistadas. A forma cortês com que fui recebido não impediu que algumas pessoas simplesmente recusassem falar e, que muitas outras, embora aceitando conversar, usassem, em vários momentos, do silêncio. Silêncios e alterações de voz, gestos e outros sinais que, de modo geral, apareciam durante conversas sobre momentos de sofrimento e humilhação.

Tendo em vista que, em um estudo baseado na história oral, a sorte da pesquisa depende da natureza da interação entre o pesquisador e a população depositária de seu objeto, foi importante contar com colaboradores locais tanto para a abertura de redes de informantes como para a criação de um clima de confiança entre pesquisador e informantes. Ser apresentado por pessoas da comunidade que participem das redes de parentesco ou amizade, estabelecer conversas informais antes das entrevistas, conquistar a simpatia e confiança das pessoas constitui aspectos importantes dessa metodologia. Esses procedimentos permitem evitar o uso do jargão científico junto aos possíveis colaboradores, bem como ajuda a detectar e superar problemas de comunicação advindos das diferenças regionais, sociais e culturais. Nesse caso, não se trata apenas de procurar falar a língua dos “nativos”, mas principalmente de não impor questões estranhas ao mundo dos entrevistados.

Como as entrevistas e conversas realizadas nos centros urbanos e lugarejos da região envolveram pessoas com origem mediata ou imediata rural uma certa ritualização

¹¹ Essa iniciativa já estava presente nas primeiras incursões junto aos ex-trabalhadores. Uma de minhas primeiras entrevistas foi com um ex-chefe de seção que, segundo informantes, era bastante ligado ao antigo patrão, fato que ficou claro no decorrer da entrevista. Também entrevistei o antigo gerente geral da fábrica, que, aliás, continuou à frente de vários negócios da família dos antigos proprietários até 1999.

acabou se impondo. De modo geral, eu era recebido na varanda da rua ou na sala da casa e, na maioria das vezes, junto ao entrevistado(a), costumavam aparecer amigos e/ou familiares. Se tal disposição, em dadas situações, pode significar censura sobre determinados assuntos, em outras, implicou em apoio, estímulo e mesmo encorajamento para que as pessoas falassem sobre questões delicadas. Em algumas entrevistas a intervenção de um parente ou amigo na conversa agregava informações valiosas, inclusive provocando contraditórios que enriqueceram a pesquisa. Em certos casos, dado as intervenções de outras pessoas, a entrevista chegou a adquirir um caráter coletivo, ou então, quando foi possível, permitiu que, posteriormente, fossem realizadas conversas com os parentes ou amigos do entrevistado.

Outro ponto importante diz respeito à escolha das formas de entrevista (estruturada, semi-estruturada e aberta), bem como ao tratamento das implicações dessa escolha para a pesquisa. No caso, a opção pela realização de entrevistas semi-estruturadas permitiu que os próprios entrevistados inserissem aspectos considerados importantes. Enfim, procurei organizar as entrevistas de modo que não só elementos novos pudessem vir à tona, mas que fossem suficientemente explorados. Por outro lado, creio que a modalidade semi-estruturada de entrevista permitiu manter certa padronização mediante à proposição de temas comuns a cada grupo de entrevistados; essa disposição possibilitou realizar um exercício comparativo e, nesse sentido, contribuiu para a elaboração e encaminhamento de problemas. Essa modalidade de entrevista, por um lado, permitiu evitar transformar a entrevista num questionário mais sofisticado (caso da entrevista fechada), devido à possibilidade de flexibilizar os roteiros (nos casos em que tal procedimento se fez necessário), por outro lado evitou transformar a pesquisa num mosaico desarticulado de histórias de vida (risco bastante comum no caso das entrevistas abertas) e a metodologia numa prática impressionista.

Os procedimentos metodológicos adotados devem ter permitido um maior controle da prática da pesquisa, de modo a evitar – já na fase de preparação dos roteiros – a confusão entre a “fala” dos agentes e as interpretações históricas construídas mediante a crítica das fontes e testemunhos. É verdade que um dos pontos fundamentais para o sucesso da história oral dentro e fora do meio acadêmico diz respeito à sua abertura para segmentos sociais marginalizados, aqueles agentes “sem voz”, “silenciados” pelas estruturas de dominação. O perigo está em degenerar esse uso crítico numa visão heróica e populista que concebe a história oral como uma disciplina capaz de permitir a escrita de “uma outra história” caracterizada pela identificação da

fala dos atores subalternos com a verdade histórica. Essa visão ingênua – talvez seja melhor denominar *espontaneísta* – se contenta em ratificar a auto-imagem e as representações dos atores enfocados, com a diferença de que se trata, em geral, da fala de agentes subalternos e não dos grupos dominantes ou do discurso oficial.¹² Pesquisas com base no contato direto com trabalhadores contemporâneos revelam que a fala dos trabalhadores é perpassada por múltiplos condicionantes derivados, dentre outros aspectos, dos processos de diferenciação interna da classe operária, da situação e posição de classe de diferentes grupos operários, da heterogeneidade das formas de dominação a que estão submetidos os trabalhadores e dos diferentes efeitos de mobilização. Assim, a fala da classe – em oposição à fala dos *outros* – não é constituída apenas de informações que podem ser diretamente apropriadas para fins analíticos, mas também se constitui de representações e ideologias que devem ser incorporadas mediante um exame crítico (Lopes, 1988).

No que diz respeito à identificação dos entrevistados, seus nomes costumam aparecer nas narrativas que versam sobre aspectos como mobilidade espacial, forma de contratação, descrição do trabalho, condições de vida e outras situações que não implique em risco para o entrevistado. A identificação pela categoria ou função foi pouco utilizada, ficando reservada para as narrativas que pudessem repercutir em tensões e/ou riscos para os colaboradores. Realizarei alterações com vistas a retificar possíveis erros de concordância e regência verbal nos depoimentos, todavia esses procedimentos não devem incidir sobre as expressões que caracterizam o discurso dos entrevistados. A opção por essa forma “híbrida” de identificar a fala dos informantes se baseia num equacionamento que leva em conta, conforme diferentes situações, a pertinência da comprovação pontual e o benefício da praxe do anonimato. No caso, busca-se fazer com que a entrevista flua melhor sem perder o discurso característico do indivíduo e de seu grupo social (Weber, 1996).

¹² A idéia da História Oral como uma outra História é tema de um número especial dos *Annales* (1980). Pollak questiona o “missionarismo militante” que caracteriza alguns estudos baseados na História Oral (1987). Na coletânea de artigos *Usos e abusos da História Oral*, organizada por Marieta Ferreira e Janaina Amado, vários textos questionam a visão “populista” em História Oral (1996). Um apanhado desse debate no campo das ciências sociais e da história pode ser encontrado em Weber (1996).

2 - Os lavradores do rio Lontra

É preciso de saber os trechos de se descer para Goiás: em debruçar para Goiás, o chapadão por lá vai terminando, despenha. Tem quebra-cangalhas e ladeiras terríveis vermelhas. Olhe: muito em além, vi lugares de terra queimada e chão que dá som – um estranho. Mundo esquisito! Brejo do Jatobazinho: de medo de nós, um homem se enforcou. Por aí, extremado, se chegava até o Jalapão – quem conhece aquilo? – tabuleiro chapadoso, proporema. Pois lá um geralista me pediu para ser padrinho de filho. O menino recebeu nome de Diadorim, também. Ah, quem oficiou foi o padre dos baianos, saiba o senhor: população de um arraial baiano, inteira, que marchava de muda – homens, mulheres, as crias, os velhos, o padre com seus petrechos e cruz e a imagem da Igreja – tendo até bandinha de música, como vieram com todos, parecendo nação de maracatu! Iam para os diamantes, tão longe, eles mesmos dizendo: “... nos rios...” Uns tocavam jumentos de almocreve, outros carregavam suas coisas – sacos de mantimentos, trouxas de roupas, rede de caroá a tiracol. O padre com chapéu de couro prà-trasado. Só era uma procissão sensata enchendo estrada, as poeiras, com o plequêio das alpercatas, as velhas tiravam ladainha, gente cantável. Rezavam indo da miséria para a riqueza (Guimarães Rosa).

Neste capítulo, pretendo descrever e interpretar aspectos importantes do modo de vida dos lavradores¹³ que viviam nos centros e povoados das terras cortadas pelo rio Lontra, Meio-Norte do antigo Goiás, parte da atual microrregião de Araguaína (TO), no período que antecede a chegada da “frente pioneira”. A tentativa de historicizar o ambiente social tradicional do Norte do Velho Goiás já seria suficiente para legitimar uma narrativa histórica. Contudo, a feitura deste capítulo deve contribuir para um melhor entendimento da situação dos lavradores em meio aos processos de modernização da agricultura e urbanização que mudaram as paisagens e relações sociais na região a partir da década de 1960.

O Setentrião goiano, durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX, apresentava as características de um “mundo rústico”,¹⁴ desde que se

¹³ O termo *lavrador* refere-se neste estudo tanto ao trabalhador rural, meeiro ou diarista, como também ao camponês, pequeno proprietário e/ou posseiro. No caso, a adjetivação do termo – lavrador-posseiro, lavrador-agregado, lavrador-urbanizado – visa a dar maior clareza no texto, facilitar o exercício comparativo entre regimes de trabalho e poder, ou ainda indicar passagens de um regime ao outro com suas implicações econômicas e sociais.

¹⁴ A expressão *rústico* exprime um tipo social e cultural correspondente ao universo tradicional do homem do campo brasileiro, cujo aparecimento se liga ao processo de adaptação do colonizador português ao novo ambiente mediante transferência e ajustamento da cultura original e/ou através dos contatos com os povos nativos. Outro traço definidor do ambiente rústico ou tradicional diz respeito a sua coexistência e participação nos valores urbanos, daí sua definição enquanto “sociedade parcial dotada de cultura parcial” (Candido, 2001, p. 26-27).

pretenda com essa expressão chamar a atenção para a existência de uma organização social distinta e articulada ao mundo urbano, cujo equilíbrio estava assentado em padrões vitais e sociais “mínimos”.¹⁵ Nesse ambiente, o lavrador cultivava a terra com mão-de-obra familiar, realizando uma “reprodução simples” voltada para o autoconsumo e manutenção de relações sociais primárias (familiares e vizinhança), nos moldes de uma “economia camponesa”, enquanto “economia de excedente geradora de uma sociedade e cultura do excedente”. O excedente aparecia tanto em proveito dos produtores rurais como também em sua forma “alienada”, através da extração da renda da terra e/ou da apropriação mediante circuitos mercantis, enquanto particularidade e garantia de certa autonomia frente a flutuações e crises econômicas, mas também como elo entre produção camponesa e mercado (Martins, 1975; 2000).

Os lavradores – dada à importância desse coletivo no ambiente social/natural rústico do norte goiano – receberam atenção especial na análise. Assim, o foco incide sobre esse segmento social, destacando aspectos importantes de sua cultura, como a percepção e a adaptação ao quadro ambiental, mobilidade espacial, relações familiares e vicinais, o trabalho e os festejos. Outros agentes sociais, fazendeiros tradicionais e comerciantes, também faziam parte da frente de expansão demográfica e, portanto, participavam do mundo do agricultor rústico, ainda que não ficassem restritos somente a este. Com efeito, existem estudos históricos que apontam para a coexistência de fazendas, pequenas produções camponesas e comércio no antigo norte goiano desde longa data:

No Norte, a pecuária trouxe intensa mestiçagem com índio, que foi aproveitado como mão-de-obra na criação de gado. Em menor escala, também ocorreu a mestiçagem com o negro. Os habitantes desta região dedicaram-se não só à criação de gado, mas também à exploração do babaçu, de pequenos roçados, do comércio do sal (muito rendoso) e à faiscação (Palacín; Moraes, 1994, p. 62).

Através de sua produção, o lavrador garantia a sua subsistência, mas também assegurava a manutenção de uma classe de patrões: donos de armazéns, fazendeiros e tropeiros. Era com base nas redes de comércio, através da terra e/ou do trabalho que essas categorias estabeleciam relações pautadas pelo mercado, mas também por laços pessoais e hierárquicos. Nesse ponto, busco estabelecer a hierarquia social local, com

¹⁵ Conforme Antonio Candido, “Dir-se-á, então, que um grupo ou camada vive segundo mínimos vitais e sociais quando se pode, verossimilmente, supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível, e com menor organização das relações não seria viável a vida social: teríamos fome no primeiro caso, anomia no segundo” (idem, p. 35).

destaque para os vínculos que prendiam os lavradores aos fazendeiros e comerciantes.

2.1 – O setentrão Goiano

As primeiras povoações luso-brasileiras na porção setentrional do antigo Goiás surgiram no século XVIII com a exploração do ouro. Na verdade, tratavam-se de arraiais dispersos que surgiam e desapareciam acompanhando a faina nervosa dos mineiros. Destes “pousos de aventureiros” ficaram as ruínas “das fábricas de mineração”, “solitárias e espantosas” e as “carcaças” das vilas tomadas pelo mato com suas “casas abandonadas”, reduzidas a “taperas”. Contudo, apesar da febre do ouro, a ocupação do norte da “Capitânia do Goyaz” não ultrapassava a localidade de Porto Real (Porto Nacional), ficando a zona de povoamento restrita à “região áspera e árida” compreendida “entre o Tocantins e os chapadões dos limites com a Bahia” (Palacím e Moraes, 1994). No extremo norte do território goiano, as primeiras vilas e povoados nasceram nas franjas do rio Tocantins de onde o movimento de povoamento avançou para o oeste em direção às terras do Araguaia. A bacia Tocantins - Araguaia era um caminho natural ligando o sul e o norte do Goiás e este ao Maranhão e ao Pará. Todavia, durante o período colonial, os interesses da Coroa sobre a mineração levaram a administração metropolitana a fechar os grandes rios da região à navegação. Medida que contribuiu para o isolamento econômico e político do norte goiano, para a prática do contrabando através dos rios e sertões e, colateralmente, para a manutenção, ainda que relativa, do território e da cultura de grupos indígenas que desde tempos imemoriais viviam nestas terras. A abertura dos grandes rios à navegação se fez acompanhar pela fundação de presídios e aldeamentos numa estratégia de controle e atração dos nativos com vistas a valorizar economicamente a região mediante a extensão da pecuária e da lavoura.¹⁶ Assim, no final do século XVIII, surgiu o povoado de Carolina, à margem direita do Tocantins, com uma população de índios Timbiras - Apinajés e Krahôs - sob o comando de não-índios. Já no início do século XIX foi criada Boa Vista (atual

¹⁶ Para o nativo, a resistência implicava expropriação/expulsão de suas terras, descaracterização de seu modo de vida e mesmo destruição física. Povos como os Xavantes, Carajás, Apinajés e Krahôs sofreram duros reveses, tais como conflitos, doenças, deslocamentos forçados, fome, maus tratos e escravidão e no limite, risco de extinção. Tal foi o caso, por exemplo, dos Akroás, grupo que não sobreviveu à sanha dos mineiros e à política de aldeamentos da Coroa. Tais situações permitem ter uma idéia da violência que presidiu as relações interétnicas no processo de ocupação/valorização do norte goiano (Giraldin, 2002).

Tocantinópolis); o núcleo foi estabelecido à margem esquerda do Tocantins, contando também, embora em menor proporção, com contingentes Apinajés em sua formação (Giraldin, 2002, p.123-125). A lentidão que marcou a recuperação econômica e a forte presença do elemento nativo deve ter favorecido a adoção, no norte da capitânia (província depois de 1822), de técnicas e costumes dos índios em meio ao processo de adaptação às novas condições sociais, tais como morar em barracões de palha e barro, uso restrito de artigos como o sal, roupas e moeda (Palacim e Moraes, 1994). Assim, em meio a algumas áreas de garimpo e territórios indígenas – estes cada vez mais reduzidos – apareceu uma organização social baseada na produção do auto-consumo e nas relações familiares e de vizinhança.¹⁷

Ao longo do século XIX e início do XX, ocorreram algumas transformações importantes relativas à ampliação da malha urbana mediante a criação de novos povoados e cidades, maior desenvolvimento da pecuária e da lavoura, intensificação do comércio e da migração com a predominância do sertanejo enquanto tipo humano.¹⁸ Dando prosseguimento ao processo de expansão da frente demográfica pelo norte goiano, apareceram as localidades de Filadélfia, na margem esquerda do Tocantins - em frente à cidade de Carolina - e, subindo o rio em direção a Boa Vista, o povoado de Nova Aurora (município de Babaçulândia a partir de 1954). Imigrantes oriundos dos sertões da Bahia, do Piauí e do Maranhão atravessavam o Tocantins, através de Carolina, criando novos povoados ou se estabelecendo nos núcleos existentes. Alguns, como Filadélfia e mesmo Babaçulândia - devido à posição geográfica estratégica junto ao rio - desenvolveram o comércio e certas atividades urbanas, como igreja e escola, de modo a atrair e centralizar a vida dos lavradores. Outros núcleos espalhados pelo sertão apresentavam uma sociabilidade reduzida, com padrões sociais manifestamente rústicos, sendo os contatos dos lavradores com a sociedade envolvente

¹⁷ Na descrição do povoado goiano de Santa Luzia feita por Saint Hilaire (1975), chama a atenção o predomínio das atividades agrícolas voltadas prioritariamente para o auto-consumo. Aspectos como “lojas” “mal sortidas”, compra a crédito, escassez de dinheiro, sal e mesmo de pano sugerem uma sociedade de lavradores pobres próxima ao “mundo rústico” do “caipira” paulista descrito e interpretado por Antonio Cândido em “Parceiros do Rio Bonito” (2005). Mas também dos “lavradores” e “camponeses” estudados, em seu modo de vida e ideologia, por Carlos Brandão em “Plantar colher e comer: um estudo sobre o campesinato goiano” (1981),

¹⁸ Tais mudanças não alteraram, na verdade reforçavam, a arquitetura social e cultural que começou a ganhar forma no ocaso do século XVIII. A ampliação da malha urbana continuava seguindo um padrão tradicional com os núcleos beirando os rios, o desenvolvimento da pecuária e da lavoura não prescindiam de qualquer mudança importante no âmbito das relações de produção, já o comércio, que nunca deixou de existir, apoiava-se nestas formas tradicionais de produção, a própria presença do sertanejo no povoamento do norte goiano vinha de longa data e a inserção de novas levas de migrantes não implicava ruptura com o modo de vida estabelecido.

reduzidos às trocas com os comerciantes ambulantes, tropeiros ou idas sazonais a povoados com população mais densa. Este era, *grosso modo*, o ambiente natural e social encontrado por aqueles que, saindo da “beira” do Tocantins, se estabeleciam nos “campos da cordilheira”, termo utilizado pelos velhos sertanejos para identificar paisagens de cerrado compostas por chapadas, matas (florestas à margem de córregos), morros e mesas que se estendiam pelos atuais municípios de Babaçulândia, Filadélfia, Palmeirante, Nova Olinda e Colinas. Enquanto as áreas de mata eram apropriadas para lavoura primitiva, as chapadas, incluindo aí os sopés e os topos dos morros, eram usados para criação de gado:

Filadélfia, Nova Olinda, Bandeirantes, Colinas, tudo era área de fazenda. Chamava os Campos da Cordilheira. A Cordilheira é a Serra. Essa Serra vêm desde a Cordilheira dos Andes, aquela carreira de serra e de morro e ele vai até ... Então lá no pé da serra, ou em cima da serra, era lugar que eles criavam gado e em baixo também, em toda a região. Depois é que foi mudando, faz anos que a pessoa só pode criar o gado se for preso (...) Hoje em dia não se fala mais estes nomes antigos. Não fala mais. Se você fala pra um rapaz, pra um estudante: fulano de tal mora na Cordilheira. “O que é Cordilheira?” Quando eu estudava falava: “A Cordilheira, onde nasceu o rio tal?” “Fica na Cordilheira dos Andes”. “Que é a Cordilheira dos Andes?” “É lá no Peru”. Só que esta Cordilheira tem a mesma descendência que passa nessa região, isso aqui vai tudo pra lá. É uma série de morro, uma depois da outra, uma depois da outra. Éra uma área de campo, mas não era, como seja, uma área de deserto, que fosse só campo. Cada córrego tinha sua mata. Sua mata às vezes com cem, duzentos metros de largura. Ali o cara fazia a roça, fazia a casinha dele e passava o arame também. Ali ele passava a criar o gado e coisa. O gado cria solto (Cruz Machado, Araguaína, 2007).

2.2 – O sertão do Lontra

No território que depois veio a ser o município de Araguaína, os “campos do cerrado”, com seu solo arenoso revestido pelo capim “tucum” ou “baba de bode”, encontravam-se com as florestas dos rios Lontra, Preto, Murici e outros afluentes do Araguaia. Na época, estas matas formavam um contínuo florestado, ao qual os lavradores chamavam “mata geral” ou simplesmente “gerais” e cujas terras férteis, “o barro”, contrastavam com a aridez dos “campos”.¹⁹ Segundo velhos moradores, em

¹⁹ “A Nubrina [área de beira rio] é o seguinte, a Nubrina é onde tem o barro e a Chapada é onde tem o tucum, aquele tucum rasteiro, capim baba de bode. O pessoal usava pra criar gado. No barro era roça” (Dantas, Araguaína, 2007).

1904, uma família de migrantes piauienses, chefiada por João Batista da Silva, originária da localidade de Paranaguá, criou o primeiro núcleo de povoamento na região. Tratava-se de um centro de lavradores chamado “Livre-nos Deus”, homônimo do córrego junto ao qual o povoado foi estabelecido. Do mesmo período deve ter sido os lugarejos de Exu, beirando o córrego Jardim e Crato, próximo ao riacho Bandeira. Por volta de 1906, alguns moradores do lugar, juntamente com outros migrantes sertanejos, ocuparam uma outra área de beira-rio, no caso, do riacho Neblina, tendo ali estabelecido outra povoação, também batizada com o nome do córrego. Não muito tempo depois surgiu - num lugar chamado “Brejo Danta”, na beira do rio Lontra um outro centro de lavradores. Quando a família de Ezequiel Tubá²⁰ migrou da beira do rio Manoel Alves Grande, sul do Maranhão, para o povoado em 1926 - atraídos pela disponibilidade de “terras livres” e “boas para roça”, inclusive com vistas ao plantio de café - o lugar era conhecido como Neblina (nome do riacho e do povoado), mas também por Lontra, nome do principal afluente do Araguaia na localidade e que acabou prevalecendo sobre o topônimo antigo.²¹ Os núcleos populacionais estavam situados numa zona de transição entre os “campos da cordilheira” e a “floresta”, o que dava ao lugar característica de posto avançado da frente de povoamento. Sertanejos fugindo das secas e da renda da terra, em busca de “liberdade”, “fartura” - e alguns também riqueza - aportavam na localidade para daí se embrenharem nos sertões do Goiás, subindo o rio Lontra até o Araguaia e, por aí, a montante, chegavam nas divisas com o Mato Grosso e, a jusante, nas terras do Pará. As grandes extensões territoriais, as diferenças de relevo, solos e vegetação, as longas distâncias entre os povoados, centros e lugares, distâncias traduzidas em vários dias de tropa (ou de barco), não impediram o aparecimento de um modo de vida semelhante em meio a áreas “campos” e de “mata”. Assim, durante a primeira metade do século XX, no sertão do Lontra, apareceu um mundo rústico, a meio caminho entre civilização urbana e natureza, assentado nos povoados e centros de lavradores e organizado segundo os padrões da cultura tradicional brasileira. Enquanto

²⁰ “Por que meu pai veio, chegou e encontrou, andou nos fazendeiro de café, que já existia fazendeiro de café. Aqui no Lontra. No Lontra e na Neblina. Lontra é o ribeirão, Neblina é um ribeirão. Era conhecido como Lontra/Neblina” (Tubá, Araguaína, 2007).

²¹ Durante seus primeiros anos o lugarejo pertencia ao município de São Vicente do Araguaia (atual Araguaatins). Parece que disputas político-administrativas entre chefes políticos de ambas localidades levaram o povoado a ligar-se administrativamente ao município de Boa Vista, na época sob o comando do Padre João de Souza Lima, então reconhecido coronel do norte goiano. A partir de 1948, a localidade passou a depender de Filadélfia, sendo rebatizada como Araguaína, nome que manteve depois de sua emancipação em 1958.

as chapadas eram utilizadas para habitação e criação de gado, os terrenos tomados das florestas eram apropriados para a lavoura. No caso, a construção de habitações nas áreas de “campos”, se não evitava, pelo menos apoucava os malefícios dos lugares de “mata”. O nome “Livra-nos Deus”, atribuído ao primeiro centro de lavradores estabelecido no atual município de Araguaína, apresenta uma peculiaridade quando comparado aos topônimos dos núcleos populacionais mais densos. O conteúdo, por assim dizer, dramático do termo sugere uma situação de desamparo por parte do “chegante” diante de uma natureza desconhecida e repleta de riscos. Neste sentido, os perigos representados pelos ataques de animais e índios costumam ser mencionados pelos moradores quando procuram explicar a origem do vocábulo. Conversas e entrevistas mantidas com os velhos do lugar sugerem que havia um clima de medo em relação aos animais selvagens e índios. Isto mesmo quando se sabe que os indígenas não habitavam a região do rio Lontra, pelo menos durante o início do século XX:

Esta região nunca foi freqüentada por índio. [Índios] só no Araguaia e no Tocantins porque devido a alimentação a fartura do peixe, eles não viviam neste centro aqui não. As aldeias de índio era aqui Barra do Rio Maria teve aldeia, em Xambioá também acho que teve, mas aqui não, aqui toda a vida nós ficamos livres. Aqui só a perseguição era a onça e o porção (Soares, Araguaína, 2007).

O fato de não haver, no passado, populações nativas no lugar, não impedia que o indígena aparecesse enquanto uma espécie de mal a ser evitado. Também fica sugerido a equiparação dos índios com animais considerados perigosos como a onça e o “porção” e, por aí, a identificação de ambos – povos nativos e fauna – à “mata” considerada um espaço ameaçador. O ambiente natural aparecia como uma espécie de extensão do nativo, de modo que, mesmo afastados dos lugarejos, os índios, continuavam presentes no imaginário dos primeiros povoadores. A percepção calcada nas oposições roçados/mata, homens/índios, o imaginário e os medos em relação aos nativos eram aspectos constitutivos da história da frente de povoamento e, portanto precediam a experiência dos povoadores das terras do rio Lontra, de modo que o indígena, enquanto Outro, era parte da bagagem cultural dos lavradores. Daí porque as narrativas dos velhos sobre conflitos envolvendo indígenas e sertanejos, referentes a outros lugares e tempos, não apresentem maiores cuidados com a periodização e localização dos fatos.

Neste sentido, a existência de grupos indígenas em áreas mais afastadas, como os Carajás, no baixo Araguaia, nas imediações do atual município de Pau-D’arco, e os Apinajés, próximos à localidade de Boa Vista (Tocantinópolis), presentificava o nativo

entre os lavradores contribuindo para perpetuar o imaginário do índio bravo em meio aos antigos povoadores. Os lavradores do Lontra viviam em povoações rarefeitas, “na boca da floresta” de onde poderiam surgir, inadvertidamente, as feras e, seus aparentados, os índios. Além dos grandes contínuos florestados, onde espreitavam o gentio e o jaguar, também havia os rios Preto, Murici e Lontra que, tanto podiam levar até as aldeias, como também trazer os nativos até as povoações. Daí o medo, por exemplo, de que os “caboclos da terra” atacassem os centros e/ou raptassem as mulheres e filhos dos agricultores.²² A visão do gentio reduzido e/ou controlado pela força ligava-se à da floresta restringida pelo trabalho. Com efeito, o uso da violência aberta no trato com o índio não parece estar muito longe do costume de tacar fogo nas matas. Ambos expedientes eram medidas usuais para “amansar” a terra. Com o fogo, o machado, armas e cães, o povoador “libertava-se” dos elementos nocivos do ambiente, dentre estes os nativos. Assim como a mata virgem cedia à terra amainada, os gentios, equiparados e/ou aparentados aos “bichos”, deveriam dar lugar a “pessoas humanas e cristãs”. A classificação dos povos nativos entre os animais selvagens é feita, muitas vezes, de modo indireto, o “branco” aparecendo como “gente de verdade”, “pessoa humana e cristã”, em oposição ao índio, cujo estatuto, na maioria das vezes implícito, seria equivalente ao não-humano: “Aí encontraram, aqui, um cafezal, laranjas, tanger, lima enfim. Até hoje ninguém sabe os fundadores desse mistério. Mudaram, venderam, acabaram, mas ninguém sabe. Se foi índio, se foi... Mas não foi índio não, foi gente mesmo” (Aurora, Caracol, 2007).

A identificação do nativo às feras - implícita na oposição “livre dos índios” *versus* “perseguição dos animais” e explicitada na distinção estabelecida entre índios e aqueles que seriam “gente mesmo” – é indicativa de uma visão negativa do gentio e do próprio ambiente natural. O índio era visto como um inimigo que perseguia e atacava os agricultores, impedindo-os de dispor dos meios de vida e, inclusive, podendo reduzi-los ao cativo.

As memórias relacionadas à mata apresentam um caráter espontâneo, notadamente se comparado com as representações dos indígenas, fruto da imersão dos entrevistados no ambiente natural e social em tela. Daí a grande quantidade de informações, a riquezas de detalhes e o caráter imbricado das narrativas. Com efeito, as

²²Referências a conflitos e raptos envolvendo índios e sertanejos atravessam a literatura regional tocantinense ganhando importância central em contos como, por exemplo, “Perpetinha: um drama nos babaquais” de Carmo Bernardes.

falas dos entrevistados sugerem uma experiência intensa na qual sobrelevava a contrariedade com um ambiente povoado de animais selvagens e toda sorte de pestilências. Tal antagonismo organiza as memórias de Luzia Machado sobre a sua mocidade²³ no Lontra, durante a década de 1930.

Nos dias de sábado, as moças se reuniam às cinco horas da manhã para apanhar frutas silvestres como caju, cajuí, pussá, marmelada, tucum rasteiro, mangaba. Muitas iam até à baixa Funda, perto do ribeirão Jacuba. Só saíamos em grupo porque a região oferecia riscos de os bichos que podiam aparecer como o porco queixada, onças, serpentes e demais perigos que podiam surgir por este motivo não podíamos sair sozinhas. Em grupo estaríamos mais protegidas. Naquele tempo os moradores mais afastados corriam mais riscos quando a manada de porcos, no verão, passava da mata do Bandeira, para a mata do rio Lontra (Machado, 2006, p.15).

A coleta de frutos aparece enquanto atividade das mulheres, no caso das filhas, que, diante da exposição ao ambiente, recorriam a formas de auxílio mútuo com vistas a garantir certa proteção. A passagem ainda menciona os lugarejos mais afastados onde os moradores sofriam diuturnamente com as ameaças vindas das matas. Dentre os perigos ligados à floresta ganhavam relevo os queixadas, as onças e serpentes. O “porcão”, além dos estragos nas lavouras, podia representar certo risco aos lavradores. Principalmente quando acuados, podiam atacar e nisso tinham fama de valentes. Os velhos moradores lembram quando, no passado, durante o verão, os queixadas saíam em tropel pelas matas atrás de alimento.²⁴ Também se referem às noites chuvosas de inverno quando se podia escutar o alarido das manadas subindo para os terrenos secos da chapada. Em ambas ocasiões, os lavradores, armados e com cães, atocaiavam os animais que eram abatidos em grande número. Fustigados, os porcos chegavam a invadir as habitações, fazendo com que as mulheres e crianças procurassem por proteção na altura das mesas e cadeiras. Nas palavras de um antigo morador:

O porcão de ano e ano, lá pelo mês de maio, ele saía no mundo rasgava isso aí. Aí toda a casa tinha que ter um degrau aí em cima, porque quando ele chegava invadia tudo. Tinha que subir. Mulher, criança, se o home não tivesse em casa tinha que subir tudo, ficar trepado lá porque eles ficavam em casa comendo

²³ Luzia nasceu em Carolina, Maranhão, mudou-se para o Neblina em 1926, com cerca de um ano de idade, trazida por seus pais. Casou em 1941, quando tinha 15 anos, partindo para Araguacema acompanhando seu esposo (atual região de Miracema do Tocantins). Percorreu várias localidades do sertão goiano retornando por volta de 1948 para o povoado. (Machado, 2006).

²⁴ “Naquele tempo os moradores mais afastados corriam mais riscos quando a manada de porcos, no verão, passava da mata do Bandeira para a mata do rio Lontra. Os caçadores iam atocaiar para matar”. (Machado, p.15, 2006).

tudo e .. nuvens de animais aí. Invadiam tudo, pois é, os animais invadiam tudo (Soares, Araguaína, 2007).

Alguns, fugindo dos cães, acabavam encurralados nos barracões e galinheiros onde eram mortos a pauladas. Os porcos do mato, apesar das correrias, ofereciam uma caça farta e relativamente fácil. Com as onças era bem diferente.

O sertanejo sabia que, mesmo armado, caso topasse como um jaguar, geralmente teria de resolver a contenda logo, extraviado a carga, seu destino podia ser funesto. Daí que, quando saíam para caçar ou coletar, logo faziam uma fogueira para espantar os grandes felinos. Nisso o fogo, tanto como as armas e cães, era velho amigo dos lavradores. Assim como também foi de seus ancestrais, os bandeirantes, na luta titânica que estes moveram contra os tapuias e onças nos sertões.²⁵ Até a destruição acelerada dos grandes florestados da região do Araguaia, - já na década de 1960, - ainda era possível encontrar jaguares pelas matas dos rios Lontra, Murici, Preto e Araguaia. No passado, alguns, mais audazes, atacavam os animais de criação e rondavam os lugarejos com o que causavam prejuízos e medo aos moradores. Espalhada a notícia, formavam-se grupos de caçadores dando início a uma perseguição sem trégua ao animal pelas matas. Abatida, a onça era convertida em troféu, sua pele esticada e suspensa num mastro erguido no centro do povoado. Ali os sertanejos dançavam, bebiam, contavam e re-contavam as façanhas da caçada em “festejos” que varavam a noite. Na memória de um velho:

Eu mesmo ajudei um agrimensor a medir terras pro governo entrega pro povo. Foi um dia que nós matemos até uma onça. O agrimensor chamava Martins, ele tinha uma fogueira muito boa, nós saimo medindo a terra e aí eu tinha um cachorro muito bom, eu sempre gostava de criar um cachorro bom, aí o cachorro correu atrás da onça e ela subiu no pau e ficou lá no pau. Aí tinha um cara que não comia carne de onça e eu falei pro Martins “vamos levar uma pedaço desta onça pra guardar pro cara comer”. Ai nós matemos um mutum e aí cozinamos o mutum e o pedaço da onça e ele foi e comeu a onça. Onça sussuarana, onça vermeia (Dantas, Araguaína, 2007).

Dentre o rol de inimigos dos sertanejos havia ainda as cobras e víboras. As serpentes eram, num só tempo, vistas como manifestações do mal, temidas pelo seu veneno ou pela força bestial (sucuri). Apareciam praticamente em todos os lugares

²⁵Para Euclides da Cunha o fogo sempre foi um poderoso aliado e arma brutal na luta dos bandeirantes contra os tapuias e jaguares. Os incêndios atizados pelos catadores de ouro e preadores de índios nas matas do rio São Francisco interiorizavam a rapina inaugurada no litoral. Para o autor de “Os Sertões”, os sertanejos, colaterais dos bandeirantes, continuariam, a sua maneira, isto é, de forma lenta, entregues à faina titânica de engendrar desertos através do fogo (Cunha, 2001).

frequêntados pelos lavradores, de modo que o risco do ataque de cobras era algo cotidiano. O hábito de caminhar com os pés nus²⁶ reservando os calçados, as *alpercatas*, para situações especiais, potencializava os riscos dos ataques das víboras. Principalmente durante as chuvas, as serpentes, nisso acompanhadas dos ratos, aranhas e lacraias, costumavam aparecer no interior das habitações rústicas ocasionando grande perigo e desconforto aos lavradores:

Cobra morava, às vez, em cima do barracão véio que nós morava, porque o barracão que nós morava aqui era, não tinha lá dentro o que tem lá fora. Assim, quando vinha as enchente, o rio enchia, entrava a água e ficava assim as parede de palha. Aí quando saia aquelas parede apodrecia. Aí ficava, a gente morava ali dentro, entrava qualquer bicho, inseto é picada de piolho de cobra. É piolho de cobra mesmo, as lacraia. Rato mordida a gente. Uma vez nós tava deitado numa redinha assim, num canto, e caiu um rolo de cobra, as cobra, não era muito grandona não. Caiu dentro da rede do menino (Antonia, Babaçulândia, 2006).

Estes, afastados dos serviços de saúde e, na maioria das vezes, desprovidos de dinheiro, lançavam mão das benzeduras e da farmacopéia rústica. Caminhava-se léguas atrás de uma boa benzedeira e, feita a reza, era ainda importante evitar o “mau olhado” durante o tempo de resguardo. Para isso, o ferido era acomodado num quarto fechado, longe das vistas das pessoas que não possuíam vínculos de parentesco ou amizade com a família. O aspecto prático ficava por conta de procedimentos como, por exemplo, o uso de ovos quentes (para extrair o veneno) e da “gordura do buriti”.

Para as lesões provocadas por insetos peçonhentos era largamente utilizado o querosene, diluído em água ou aspergido sobre as feridas. Já a batata-doce raspada servia para o tratamento das queimaduras causadas pelo fogo. Dentre os males ligados à mata, principalmente na beira do rio Lontra, não poderia ficar de lado o impaludismo. A malária, quando não matava - existem relatos de famílias inteiras levadas a óbito pela febre - debilitava as pessoas durante semanas ou mesmo meses, de modo que exercia notáveis efeitos desorganizadores sobre os lavradores.²⁷ Numa economia assentada

²⁶ Como sugere o sugestivo nome “Lava-pés”, dado a um córrego situado nas proximidades do povoado Lontra.

²⁷ “Chegava muita gente. Sempre apareciam as famílias que desciam aqui. É chegavam via terra boa, terra de graça, terra virgem. Só que a malária matava muita gente. Ichi, ichi. Tinha família que morria tudo aí. Meninada morria tudo de malária, o cara saia das matas vinha pra cá, mas o resto, às vezes esse povo ficava morto nestas matas. Nessa beira de Lontra aqui onde é o JK [atual bairro], Barra da Grotta, morria gente de malária, coisa absurda. Eu mesmo, óia, neste tempo de menino, eu peguei malária nessa beira do Neblina, do rio Lontra, era duas malária por ano, no final das águas e no início das águas, mês de abril e mês de outubro. Com meus 12 anos eu já pegava malária nessa beira do Neblina, pescando aí. Mais moço, malária, absurdo mesmo, matava gente demais, papai trouxe um irmão dele pra cá, mais ou menos

sobre a produção familiar a febre logo ganhava o reforço da fome.²⁸ O retorno a um estado de equilíbrio demandava tempo e esforços e, assim mesmo, era fundamental o auxílio de parentes e vizinhos. Não se tratava apenas da cessão de alimentos e remédios, expedientes comuns durante a doença, mas na ajuda durante a retomada das lavouras e a construção de barracões em sítios menos insalubres. Com efeito, as populações do norte goiano estavam ainda mais mal aparelhadas diante do impaludismo. Até meados do século XX, os remédios usados para tratar os doentes de malária na região eram algumas pílulas, chamadas “contra”, “preta” e ou “ararinha”, comercializadas pelos ambulantes ou encontradas nos armazém. Outro remédio muito procurado pelos sertanejos era a “aguardente alemã” que - assim como o querosene ou a cachaça - também era usada no combate de um largo espectro de males. O uso de substâncias quentes e/ou inflamáveis no tratamento de várias doenças mostra o quanto a crença nas propriedades benéficas do fogo estava arraigada entre os lavradores rústicos, que, por assim dizer, estendiam ao corpo as categorias e práticas presentes na sua relação com o ambiente. Nas palavras de dois antigos lavradores:

Aí tem um igarapé muito grande, chama Precata Queimada, botado por quebrador de coco, por que queimou umas precata lá. Ficou aquele nome lá e ninguém tira, porque queimou as precata (Aurora, Araguaína, 2007)

Assim, depois que ele [pai] tomou conta, ele ainda andou vendendo café. Não vendeu mais porque uma velha foi quebrar coco bem cedinho no cafezal. Eles tinham centenas [pés de café] e a véia pitava e quando saiu deixou fogo num pedacinho de pau e o tronco dava dentro da folha. Quando foi no outro dia, mais ou menos duas horas da tarde, o fogo tomo conta do cafezal. Acabou com tudo. Acabou com tudo, tudo, tudo, ficou só a lenha. Fogo e água onde vai não deixa rastro (Tubá, Araguaína, 2006).

A visão positiva da terra “livre” (do pagamento de título ou renda) e “virgem”, portanto “boa para botar roçados”, isto é, capaz de assegurar colheitas fartas sem prescindir das instituições, costumes e técnicas tradicionais, convivia com a idéia de um meio natural maléfico, repleto de riscos como índios, feras, animais peçonhentos e doenças, o qual se fazia necessário “amansar” através da força, quer dizer do fogo das queimadas e do fogo das armas, e do trabalho. Percepção que, diga-se de passagem, caracteriza camponeses em situações de fronteira. Sader (1986), com base no português

em 37, 38. Esse rapaz morreu de malária”(Soares, Araguaína, 2007).

²⁸ “O povo que, aí eles ajudava nós, dava comprimido, dava remédio, a febre três vezes por dia, repetia três vezes, aí eu passei seis mês, acabou meu sangue e eu fiquei branquinha, amarelinha. Não tinha coragem pra nada. Aí minha mãe pegava feijão e fazia um caldo de feijão com pimenta malagueta. Era nosso alimento, mais melhor, que nós tinha” (Deusa, Araguaína, 2006).

falado na região do “Bico do Papagaio”, estabelece um sugestivo parentesco entre as palavras “mata” - utilizada pelos lavradores para identificar as áreas de floresta – e a palavra “matar” enquanto ação de tirar a vida de alguém, assassinar ou causar destruição e/ou mortandade. Carlos Brandão (1981) no, já referido, estudo sobre a cultura de um grupo de camponeses da localidade de Mossâmedes, região do Mato Grosso Goiano, analisa a passagem de uma visão negativa da Natureza, identificada ao tempo dos “pioneiros”, quando o “sertão” era “hostil” e “isolado”, para uma percepção do ambiente natural dominado pelo trabalho humano através dos roçados, fazendas e chácaras rústicas (Brandão, p.50. 1981). Vale destacar que os termos “amansar” e “dar fogo” eram usados tanto para o trato da terra virgem, como para a dominar/expulsar os nativos das suas terras tribais. Araguaína, e de modo geral, a frente camponesa originária do Maranhão (datada do início do século XX), não possui memórias de conflitos envolvendo sertanejos e indígenas. Afinal, os povoadores ligados a esta frente de expansão demográfica já encontraram a terra “limpa”, “livre” dos nativos pela ação dos criadores de gado que desde meados do século XIX estavam se estabelecendo próximos ao Tocantins. Neste sentido, conversar com velhos moradores das localidades da beira do Tocantins e/ou observar as rugosidades deixadas pelo tempo - com destaque para alguns topônimos, como, por exemplo, a fazenda “Matança”, núcleo populacional que originou a localidade de Babaçulândia, onde, entre o final do século XIX e início do seguinte, ocorreu um massacre de índios Krahôs – sugerem um quadro de conflitos abertos envolvendo criadores e índios no norte goiano.

Para os agricultores rústicos, índios, onças, serpentes, insetos, doenças eram parte de um mal, “cósmico”, “externo” e “tenebroso” simbolizado através da figura do Demônio. Como escreveu Guimarães Rosa: “Quem tem mais dose de demo em si é índio, qualquer raça de bugre. Gente vê nação desses, para lá fundo dos gerais de Goiás, adonde tem vagarosos grandes rios, de água sempre tão clara aprazível, correndo em deita de cristal rozeado” (Rosa, p.38). O ataque de cobra era outra manifestação privilegiada do mal. Aí contar com uma boa benzedeira era algo tão importante quanto os remédios e procedimentos comezinhos. Aí, o risco do “mau olhado” sugere a percepção de um mal interno, que existiria no interior da própria comunidade.

Purgado o quadro natural dos seus elementos indesejados era possível, através do trabalho na terra, estabelecer a “fartura”, termo que não compreendia apenas os excedentes em produtos e trabalho, mas também as relações familiares e vicinais estabelecidas pelo coletivo.

A estes medos e riscos identificados ao ambiente externo havia ainda, pelo menos até a chegada de mais pessoas e o adensamento populacional, uma situação de isolamento bastante crítica. As longas distâncias em relação aos centros da “cordilheira” e, principalmente, dos povoados e cidades da beira do Tocantins devem ter dado aos primeiros povoadores a sensação de viver num verdadeiro deserto humano. A conjugação destes traços sugere um difícil processo de adaptação ao lugar em meio a um quadro vital e social que, durante os primeiros tempos, deve ter beirado a anomia. Tal situação parece corroborada pela própria toponímia do lugar, com a expressão “Livre-nos Deus” podendo ser lida enquanto prece coletiva, tendo em vista a salvação, guarda e/ou preservação de perigos reais ou potenciais. Além destes sentidos, a identidade com a expressão “Deus-me-Livre”, obtida mediante a inversão de termos e substituição da primeira pessoa do singular pela primeira do plural, indica a percepção e valoração negativa do isolamento geográfico e social por parte dos lavradores. “Livre-nos Deus” dos índios; “Livre-nos Deus” das onças, “Livre-nos Deus” do impaludismo. Mas também “Livre-nos Deus” das distâncias, dos lugares ermos e cafundós.²⁹

Passados os primeiros anos, o quadro de instabilidade deve ter sido suplantado dando lugar a uma situação de equilíbrio social assentado nas trocas realizadas entre os camponeses e o quadro natural, mas também, nas trocas entre os próprios lavradores e entre estes e os donos de “chácaras”, “fazendeiros” e comerciantes. No caso, a criação e o adensamento dos centros populacionais, principalmente do povoado Neblina, depois chamado de Lontra, constituem bons indicadores da adaptação dos sertanejos ao novo ambiente. O estabelecimento de novos moradores viabilizava as relações familiares e vicinais, de modo a assegurar os padrões mínimos de sociabilidade, inclusive as condições da “fartura”, expressa nas festas que periodicamente movimentavam a vida dos camponeses. Ao contrário do primeiro centro de lavradores, os nomes dos núcleos que surgiram mais tarde se caracterizavam pela referência a aspectos do quadro natural tais como Neblina (cerração), Lontra (mamíferos aquáticos), Barros (qualidade do solo), Água Amarela (cor das águas de um riacho), mas também termos, como centros dos Borges e do Henriques, que sinalizam a importância das relações de parentesco entre os lavradores. Também apareceram nomes mais prosaicos, como, por exemplo, o termo Quebra-Vara, dado a um “patrimônio” no qual um festejo acabou em briga, ou ainda

²⁹ Além de “Livre-nos Deus” encontrei outros topônimos, como por exemplo, “Só com Deus” (localizado no município de Babaçulândia) cujos nomes remetem ao isolamento de seus habitantes em relação aos centros populacionais mais densos.

topônimos como “Três Pacas” ou “Precata Queimada”, ligados à atividades de caça e coleta nas matas. Creio que tais expressões são indicativas de familiaridade e estabilidade na relação dos lavradores entre si e com ambiente natural implicando num processo de apropriação da natureza e, conseqüentemente, abrandamento das condições de vida e dos temores iniciais. Por outro lado, tratava-se de um equilíbrio assentado em padrões sociais e vitais mínimos, portanto bastante sensível a mudanças advindas das relações dos lavradores com o meio natural e, poder-se-ia dizer, frágil diante das transformações impostas pela sociedade envolvente. O Lontra aparecia como núcleo populacional mais denso do lugar, era habitado por lavradores, mas também por pessoas de “melhor condição”, possuía comércio, capela, aulas (esporádicas até 1944), cemitério, alguns serviços de saúde (oferecidos na paróquia a partir de 1937), salões de festa e alguns serviços públicos, como os registros de casamento e nascimento.

2.3 – Garimpeiros e lavradores

Durante a primeira metade do século XX, notadamente durante as décadas de 1930 e 1940, muitos sertanejos eram atraídos pela promessa de riqueza fácil nos garimpos de diamantes e cristais da região do Araguaia. Acompanhando o garimpeiro aparecia a figura do “capangueiro”, comerciante (atravessador) que atuava na compra de pedras preciosas abastecendo os garimpos de “mantimentos”, instrumentos de trabalho, o que também incluía armas e munição. Assim como outras povoações do norte goiano, o Lontra serviu como entreposto comercial aos catadores e traficantes de pedras que percorriam estas latitudes. Aos produtos urbanos, vindos da beira do Tocantins, juntavam-se os artigos obtidos no próprio povoado como o toucinho, carne-seca, arroz, feijão, farinha, cachaça e rapadura. As mercadorias eram trazidas em “tropa de animais” pelos tropeiros através dos “campos da cordilheira” e, depois, já nas mãos dos capangueiros, seguiam em “lombo de animal” ou em “canoa”, através do Lontra e do Araguaia, até os garimpos.

No final da década de 1920, Cassimiro Ferreira Soares, originário do Maranhão, percorria as terras cortadas pelo rio Lontra garimpendo pedras preciosas. Dez anos

depois, já era dono de armazém e de “chácara” no povoado.³⁰ Na década seguinte voltou ao garimpo, mas desta vez como “capangueiro”, negociando pedras junto a um garimpo chamado “Chiqueirão” (próximo à localidade de Xambioá). Um incêndio, - no final da década 1940 ou no início da seguinte, - fez com que Cassimiro perdesse seu armazém e passasse a depender do trabalho familiar e da ajuda dos amigos para sobreviver. Contudo, o tempo de vacas magras não parece ter durado muito, já que o mesmo Cassimiro aparece, em 1953, ocupando o cargo de subprefeito do então recém criado distrito de Araguaína.

Neste período, o comerciante mais rico do lugar era Osvaldo Cardoso, dono de armazém, comprador de babaçu e de peles de animais, inclusive proprietário de um dos poucos caminhões do povoado. Note-se que Osvaldo Cardoso, assim como Cassimiro, também atuou como “capangueiro”, atividade que precedeu e permitiu que ambos se estabelecessem como donos de armazém. O tráfico de pedras era negócio tão rendoso que acabava atraindo outros comerciantes locais, um destes foi Salomão Cardoso, tio de Osvaldo Cardoso, dono de armazém, (também “dono de chácara” e de “engenho de cana”), na década de 1930. Embora Salomão não tenha começado sua carreira negociando pedras, mas como vendedor de remédios e tecidos, acabou tomando parte do comércio de diamantes que se fazia na região. Afora a presença dos compradores de pedras que, muitas vezes, eram os próprios donos de armazéns ou ambulantes, havia também a atração que os garimpos exerciam sobre os lavradores, o que incluía não só os filhos, mas também os próprios chefes de famílias. Neste ponto, não são poucos os relatos sobre maridos, pais e irmãos que “sumiram no mundo” atrás dos garimpos, deixando às mulheres o fardo da prole extensa. Tais situações, não raro, desorganizavam o modo de vida dos lavradores, implicando a ausência ou menor participação dos roçados na subsistência e numa maior importância da quebra do coco. De um lado, havia a perda das condições da “fatura” e, de outro, aumento da dependência, por parte das quebradeiras, em relação aos comerciantes e “donos de babaçuais”.

Todavia, a garimpagem, como atesta o aparecimento de alguns povoados sob o influxo desta atividade, não se reduzia somente às trocas e efeitos desagregadores sobre

³⁰“Papai passou aqui em Araguaína em 1927. Desceu aqui e ai foi pra Babaçulândia, olhou isso aqui e não gostou. Era garimpeiro, sumiu num garimpo de diamante, tocou no mundo e depois, 10 anos depois, ele mudou pra cá. (...) Papai chegou em 37 com umas malinha já vendendo um remédio, vendendo um trem. Comprou essa chácara aqui e plantava muito fumo, eu mesmo ajudei ele a fazer muito fumo pra vendê, carregando banana daqui pra lá, feijão” (Soares, Araguaína, 2007).

as comunidades rústicas. Com efeito, a própria expansão da frente de povoamento pelos sertões do Goiás se fez, em parte, seguindo os rastros dos garimpos. Neste sentido, segundo os velhos moradores, muitos garimpeiros, após percorrerem o setentrião goiano, tornavam-se depositários de conhecimentos sobre terras, até então, pouco conhecidas. Informações sobre o regime de chuvas, tipos de vegetação, fauna, presença ou não de índios, fertilidade dos solos, situação “legal” das terras (“terras nacionais” ou “terras de dono”), descrições sobre os sertões e veredas exploradas compunham uma espécie de relato de viagem transmitido oralmente. Geografia e cartografia rústicas, semelhantes às que Sérgio Buarque de Holanda encontrou entre os bandeirantes. “Tradição de garimpo” para usar os termos dos velhos lavradores. Com o aumento do afluxo de agricultores nordestinos sobre o norte goiano, os próprios lavradores criaram uma tradição de povoamento, de modo que os garimpeiros deixaram de ser os principais interlocutores junto às pessoas interessadas em migrar. Aliás, não faltaram lavradores, sobretudo maranhenses, que, desde pelo menos o início do século passado, navegavam pelos rios das bacias do Araguaia e do Tocantins, penetrando em áreas de cerrado e/ou floresta, “caçando” lugares para “botar roçados”, plantar café, algodão, criar gado, coletar e ou caçar. Tal teria sido o caso de João Pereira de Brito que, juntamente com a sua família, saiu do Maranhão para se estabelecer no Pará como “fazendeiro de café”. Malograda a empresa, Brito resolveu retornar para a localidade de origem. Na expedição de volta, navegou os rios Araguaia e Lontra até o ponto em que encontrou os “campos da cordilheira”. Percorreu as trilhas do cerrado até o Tocantins e por aí regressou ao sul do Maranhão:

Essa família dos Brito, quando eles passaram aqui em Araguaína, em 1902, não existia nada. Eles vieram do Maranhão, foram pro Pará fazer exploração de café. Aí terminou o tempo deles, agora nós vamos embora pro Maranhão. Então vamo atravessar o Araguaia pegar um rio que seja afluente que venha da região do Goiás, lá nós vamos sair no campo, saindo no campo nós vamos embora pro Maranhão, pra Carolina e de lá atravessa e vai embora. Eles pegaram uma canoa e subiram no Lontra, viajavam um dia, viajavam dois, três dias e aí paravam e saíam pra fazer pesquisa de noite, pra ver se tinha algum rubicão. Aí eles chegaram no que hoje é a Associação do Banco do Brasil. Era o último posto que tinha do rio. Aí, eles aportaram. Nós vamos fazer pesquisa. Vê se hoje nós chegemo no campo. Eles andavam assim tantos metros, quilômetros, às vezes, fora [da margem do rio] pra ver se saíam em campo. Aí, quando foi cinco horas da manhã, eles escutaram a seriema cantar. Óia, tem campo aqui por perto. Aí vieram por esse córrego que nasce bem aqui no [mercado] Encontro dos Amigos, chamava Lava Pé, então desce esse córrego por lá, dessa rua Primeiro de janeiro pra lá, era mata, mata do córrego. Então a Primeiro de Janeiro já fazia a divisa da mata com o campo, quer dizer o cerrado. Eles

andaram nessa área tudo e reservaram uma parte pra eles. (...) Eles foram embora pro Maranhão, no caminho encontrô com a família Batista que tava arrumando pra vir embora pra cá. Ele disse, vocês vão pra um lugar assim e assim. Um lugar muito bom, de mata muito boa. Só que eu tenho uma área reservada lá, vocês reservam ela pra mim, pra quando eu chegar, que eu vou embora pra lá também. E eles vieram pra esse Livre-nos Deus que forma o Exu e depois é que vieram pra Araguaína (Dantas, Araguaína, 2006).

A narrativa da viagem de João Brito põe em relevo traços importantes dos sertanejos que povoaram os sertões do norte goiano. A navegação, com canoa, pelos grandes rios, as incursões por áreas de floresta e a longa marcha a pé pelo cerrado são indicativos da resistência aos rigores do ambiente, como também sugerem um extraordinário conhecimento das regiões Norte e Nordeste, notadamente dos rios que cortam estas latitudes. A estes atributos acrescenta-se ainda uma notável capacidade de orientação temperada por sentidos aguçados, graças ao quais, por exemplo, os viajantes puderam reconhecer no canto choroso da siriema a direção dos campos. Sem dúvida que, entre estes traços culturais, ganhava relevo o gosto pela aventura e a busca de vantagens nas novas áreas. Todavia, tratava-se de aventura e ganhos depurados de delírios associados à riqueza rápida e ao prestígio. “Bandeirismo sem miragens”, para usar os termos de Antonio Cândido. No caso da viagem de Brito, a escolha de um percurso longo e acidentado para o regresso devia-se, em boa medida, à busca por terras apropriáveis para a agricultura. No caminho de volta, teria ainda ocorrido o encontro entre as famílias de João Brito e João Batista (apontados como os primeiros moradores de Araguaína). Parece que, graças às informações prestadas por Brito, a família de Batista, lavradores originários do Piauí, acabaram migrando para o sertão do Lontra. Neste ponto, gostaria de reter o fato de que João Batista, mesmo tendo chegado antes no lugar, respeitou, isto é, legitimou o direito de Brito, enquanto “descobridor” das terras, de “reservar” uma área para sua família.

De vantagens semelhantes também gozavam os povoadores que descobriam cocais em áreas de floresta. No caso, o lavrador que encontrava uma área de coleta, em meio a zonas bravias, tornava-se o “dono” do cocal e, como tal, podia contratar as quebradeiras, geralmente mulheres de seu próprio centro ou povoado, para coletar/quebrar o coco babaçu.³¹ Para tanto o “dono” do babaçual construía um “silo”

³¹ “Ai tem um igarapé muito grande, chama Precata Queimada, botado por quebrador de coco, por que queimou umas precata lá. Ficou aquele nome lá e ninguém tira, porque queimou as precata. Pra cá um nome botado por um cidadão com o nome Bispo e Caetano, explorando a caça pra cá, de lá pra cá e, explorando cocal. Isso. Os cocal grande que é pra levar a sua turma e ser o dono daquele direito” (Aurora, Araguaína, 2007).

onde era depositado o coco, providenciava a tropa de animais para o transporte da carga, garantia a segurança e também o alimento durante a estada na mata. Talvez, a “tradição de garimpo”, além de um conjunto de notícias e informações sobre o ambiente do norte goiano, também tenha implicado em certos parâmetros usados pelos lavradores no estabelecimento dos “direitos” sobre as terras e cocais “descobertos”. Se, como afirma Holanda (2005), cada povoado foi conquistado à mata e ao índio, o fato de entrar na floresta, penetrando por sertões ermos, devia assegurar aos desbravadores certas vantagens sobre as terras novas. Nestas situações, o pioneirismo atribuído ao desbravador do lugar garantia “direitos” relativos à escolha das terras e a patronagem na exploração dos babaçuais descobertos. Veja-se que os ganhos decorrentes da condição de descobridor/desbravador geralmente eram acompanhados da abertura de atividades produtivas, o que também garantia certa legitimidade ao “pioneiro”. Quando o entrevistado fala dos homens que, no passado, entravam na floresta do rio Lontra “explorando” “caça” e “cocais”, o termo explorar implica tanto a descoberta de novas áreas (como atesta o ato de nomear os lugares), como também o estabelecimento de atividades econômicas (no caso, caça e quebra de coco). É provável que a conjunção destes atributos conferisse certas vantagens ao desbravador sobre os agricultores subsequentes e, por aí, ensejasse o aparecimento de relações hierárquicas e patronais entre lavradores.

2.4 – Os povoadores do sertão do Lontra

A mobilidade geográfica dos sertanejos, - como indicam as migrações das famílias Tubá, Brito e Batista - guardava um forte componente de aventura. Mas, diferentemente dos mineiros do século XVIII, ou dos garimpeiros de diamantes que lhes eram coevos, já não se tratava da ilusão da riqueza fácil. Estas pessoas, como muitas outras que chegaram depois, dedicavam-se à lavoura, procurando tirar dos roçados quase tudo o que precisavam para viver, e, como lavradores, sonhavam com um pedaço de terra “livre” e “boa”. Sonho que, mais tarde, seria avaliado, por alguns camponeses, como uma ilusão. Não é tarefa fácil apreender os motivos que levaram tanta gente a

deixar seus lares, abandonando bens, recursos, relações de parentesco e amizade para tentar recomeçar a vida num lugar tão ermo. Na maioria das vezes, estas pessoas passavam por situações de penúria devido a secas, enchentes e/ou alheamento da terra. Estas experiências eram avaliadas nos termos de uma vida “ruim”, “injusta” ou mesmo dominada por forças “malignas” e, neste sentido, recusada pelos lavradores. As “terras verdes” e “livres” dos sertões do Goiás – apesar dos medos e riscos de um quadro natural pouco ou nada conhecido – apareciam como verdadeiras dádivas em contraposição às “terras secas” e “de dono” do Nordeste. A situação de miséria vivida pelos sertanejos em sua própria terra, situação catalisada pelas secas periódicas, contribuía, e muito, para que várias levas de lavradores atravessassem o rio Tocantins em busca do sonho da liberdade e da fartura.

A palavra “crise” costuma ser invocada pelos velhos lavradores que procuram explicar as razões que levaram seus pais, parentes, ou eles mesmos, deixarem seus lares nos recantos mais remotos da Bahia, do Piauí ou do Maranhão para tentar a sorte no norte goiano. O termo aparece como denominador comum a várias situações de ameaça ao modo de vida dos lavradores compreendendo desde desastres naturais até questões relacionadas ao regime de propriedade, trabalho, costumes e valores. A trajetória de Ezequiel Tuba, um dos mais antigos moradores de Araguaína, atualmente com 98 anos, é bastante esclarecedora neste sentido:

Olha, existia muita crise. Naqueles tempos era difícil. Era necessidade, não existia o que existe hoje. Não existia o desenvolvimento que hoje existe. Que hoje tá tudo no prato raso. [...] Teve uma enchente muito grande de 1926 pra 27, acabou com tudo que existia na beira do rio [Tocantins]. Só ficô mesmo a criação. Mas o que foi de roça acabou tudo. Ai meu pai teve noticia daqui do Lontra, era Lontra, era esse nome. Teve noticia daqui do Lontra que era muito bom pra café (Tuba, Araguaína, 2006).

Na fala de Tuba, o termo crise é usado para dar conta das contradições derivadas das relações homens/natureza num mundo de lavradores. A categoria exprime a vivência de situações abaixo e/ou nos limites dos padrões mínimos vitais e sociais característicos do modo de vida rústico. Por estar ancorada num equilíbrio precário entre as necessidades e os recursos disponíveis, qualquer alteração abrupta no quadro natural poderia significar uma ameaça às condições de subsistência e manutenção das relações primárias. A estas dificuldades poder-se-ia ainda somar as doenças, como referi anteriormente e toda sorte de desastres causados ou não pelo homem, como, por

exemplo, os incêndios (devido à estiagem ou provocados por queimadas descontroladas, fogueiras, restos de brasas, ou mesmo pelo uso dos fogões rústicos). O fogo, uma vez alastrado, costumava consumir em pouco tempo áreas de campo, os roçados e barracões de palha. Vale destacar que, numa economia baseada no trabalho familiar, o afastamento, por morte, doença, ou acidente de um ou mais indivíduos das atividades produtivas, no caso, roças e coleta (complementadas pela caça e pesca), poderia significar a diferença entre as situações de “fartura”, “fome psíquica” ou fome. Contudo, devia-se a fatores de ordem social, como o excessivo parcelamento da terra e a desapropriação, ambos associados à redução dos lavradores à condição de dependentes dos fazendeiros, os maiores riscos de desorganização do modo de vida tradicional. Em regiões de ocupação antiga, como era o sertão nordestino, mesmo naqueles locais onde a produção camponesa persistia, cedo ou tarde, os agricultores se deparavam com o tamanho das suas propriedades (ou posses) em relação ao aumento do número de pessoas que possuíam direitos sobre a terra. Tendo em vista o caráter inelástico da terra, a impossibilidade de buscar uma solução de mercado, ou política (dado à descapitalização e sub-representação deste segmento social), a reprodução dos pequenos agricultores acabava limitada a duas opções. Na primeira, o lavrador e sua família se transformavam em dependentes de um proprietário, o que desfigurava a organização camponesa do ponto de vista da sua autonomia, já que, geralmente, o lavrador-agregado, além de dever obediência, entregava parte de sua produção e/ou trabalho ao patrão como pagamento de renda por usar terra alheia. Não é preciso mencionar que tal situação era suportada à contra-gosto pelos produtores. Na outra opção, os lavradores migravam para a fronteira, isto é, para aquelas áreas não incorporadas ou incorporadas de modo incompleto pelo mercado, nas quais as instituições da propriedade e da renda da terra eram fracas. Nestes espaços, os roceiros encontravam condições para recriar o modo de vida rústico ameaçado pelo avanço das relações de propriedade no campo. Veja-se que, na frente de povoamento, mesmo o regime de agregado, dado à articulação marginal destas áreas com o mercado, torna-se suportável para os lavradores que, por assim dizer, podiam encontrar o “bom patrão”, ali onde a figura do fazendeiro-empresário ainda não havia se instituído de modo pleno. Nestas condições, viviam os agricultores que “botavam” roçados nas “terras de dono” da localidade de Babaçulândia, na época chamada de “Vila do Coco” (termo que deve ter sido posterior ao topônimo “Nova Aurora”). Os agricultores recebiam alguns alqueires de terra para plantar sob a condição de entregar, após um ano, a área cedida com capim plantado para o fazendeiro.

Feita a colheita e semeado o capim, o roceiro se mudava para um outro lote da propriedade, limpava o terreno e fazia novo roçado. Neste sistema o lavrador podia trabalhar por vários anos numa mesma fazenda. A renda da terra não incidia sobre a produção dos lavradores, mas sobre seu trabalho, no caso, o preparo dos pastos, de modo que as lavouras ficavam livres da partilha da produção com o dono da terra. Eram estas as relações de produção e poder vigentes na fazenda de Zeca Carneiro, fazendeiro tradicional de Babaçulândia, onde vive desde 1946, ano em que ele e sua família saíram de Carolina. Aliás, a agregação já aparecia na fazenda do tio de Carneiro, Zeca Murilo, antigo morador da localidade, que acolheu a família de Carneiro em Babaçulândia. Neste sentido, parece crível que a figura do agregado seja coetânea ao próprio povoamento do lugarejo. Segundo o entrevistado:

Há, tinha direto [agregados]. Nessa época ele [tio] dava uma terra bruta pra eles, só pra eles plantarem o capim pra ele. Só isso. Não cobrava renda de nada. A renda era deixar o capim. Era deixar o capim. Só isso. Quando eles tiravam lá a lavoura deles, eles entregavam a terra. (...). Eram moradores aqui. Moravam no povoado [Vila do Coko]. Às vezes [o tio] entregava outro lote. Eles tornavam a fazer a mesma coisa (Carneiro, Babaçulândia, 2007).

Na fala de Gregório Silva, outro antigo dono de terras de Babaçulândia, existe uma referência ao regime de propriedade na localidade, nela também aparece a categoria do agregado, mas, diferentemente de Zeca Carneiro, Gregório lembra da existência da relação de morada entre fazendeiro e lavrador:

Aqui do meu conhecimento nunca teve terra devoluta. Era titulada. Assim, o juiz julgava elas por sentença e aqueles povo mais velho, era pouca gente, tinha aquela área de terra. Aí morria, dividia com os filhos, ia ficando, cada um fazia o seu jeitozinho com os documento. E eram registrados pelo registro paroquial. Já havia fazendas. [M.C: Havia pequenos agricultores?] Não existia não. Se tinha era muito pouco. Por que se você queria fazer uma roça pedia ao outro que tinha terra maior que dava. Alguns cobrava uma porcentagem pequena, pagava ele, e outros não cobrava nada. [M.C: Ficava sendo morador?] Sempre ficava um morador. O trato era só produzir, os que cobravam, cobravam uma porcentagenzinha, outros não cobrava nada. Ficavam livres. Outro ano, já iam pra outras fazendas. Onde tivesse terreno melhor. Já iam pra lá pra outra fazenda. Era assim (Gregório, Babaçulândia, 2007).

De modo geral, as duas falas se reforçam, a diferença fica por conta do reconhecimento, por parte de um dos donos de terras, da figura do morador nas propriedades da região. No caso, a negativa de Carneiro em relação à existência no passado de lavradores-moradores pode estar associada a conflitos recentes entre esse

fazendeiro e um grupo de posseiros. Por outro lado, ambos patrões negam a existência de áreas de terras devolutas no passado. Afirmativa que não parece coincidir com os fatos, tendo em vista que um grande e importante bairro do município, antes centro do Garrancho, atualmente Vila Palmatuba, surgiu mediante ocupação de uma área de terras devolutas por parte de lavradores. A instituição da morada, apesar de negada por alguns fazendeiros, devia estar presente na relação dos donos de terras com seus dependentes. Neste sentido, quebradeiras e lavradores, quando falam do passado, costumam mencionar a dádiva patronal da morada nas antigas fazendas da região. Tal é o caso de Raimunda, velha quebradeira de coco, moradora desde a década de 1940, do centro do Garrancho:

Tinha agregado. Tinha agregado, era muito agregado. Tinha muitos agregado que esse povo que morava nesse terreno ali na beira do Corrente [área vizinha ao Garrancho], era agregado do seu Paulo, Paulo, eu não lembro o sobrenome, eles moravam nesse tempo e quebravam coco na área desse outro que quebrava de meia. O marido tinha a roça dentro da fazenda deste Paulo, mas não tinha o babaçu pras muiér quebrá e elas iam quebrá de meia em outra fazenda. Tinha muito agregado, morador. A condição do agregado aqui era melhor do que a do Maranhão. Só que a gente botando roça num lugar que tenha gado, a gente planta o capim pra ele, a renda deles aqui é o capim, querem o capim. Eles querem o capim, a renda deles é o capim. Mas eles botam, se você plantar fava, planta o feijão, que custa, eles bota os bicho dele dentro do roçado antes de você tirar aquele tanto de coisa. Tem isso. Eu mesmo, um sobrinho meu, botou uma roça na terra de outro home ali, e ele foi e botou a fava que tava uma beleza, no ano passado, tinha muita fava e eles [fazendeiros] foram e botaram os bicho, os gado comeram as favas, tudo, tudinho. Isso não é certo não. (...)
(Raimunda, Babaçulândia, 2007).

De acordo com a entrevistada, o agregado não recebia apenas um pedaço de terra para plantar, mas também a permissão do fazendeiro para construir um barraco para morar. Outro ponto importante diz respeito ao tempo em que o morador podia viver nas terras do proprietário, por pouco tempo segundo alguns fazendeiros, mas por vários anos segundo Raimunda:³²

Antes tinha casa, tinha vez que a gente fazia casa. Hoje não querem mais dar terra pra ninguém não. Dá pra trabalhar, plantar uma roça assim, e voltar pra sua casa, mas não pra ficar lá. Porque tem muita gente que quer tomar as terras dos outros. A pessoa pode ficar cinco anos num terreno do outro já tem direito. Antes [décadas de 1940 e 1950], davam a casa e deixavam construir um

³²As diferenças, mais discrepantes ficam por conta das falas de Zeca Carneiro e Raimunda. No caso, do discurso de Zeca Carneiro, a descaracterização da instituição da morada em suas terras se deve ao receio, após recentes conflitos com posseiros e expropriações, de novamente se ver envolvido em algum tipo de demanda judicial. Afinal quem é este estranho armado com um pequeno gravador? Será um agente do MST, do sindicato rural ou do governo?

barraquinho. Eles faziam aquela casinha ruim, não faziam uma casa boa não. Teve muita gente que tomou terra de outro por conta de morar assim nas terra de outro. Aqui, muita gente morreu, já vi falar muitos casos de gente assim. Tomar terra de outro. Isso não tá nem com muito tempo que aconteceu isso aqui ao redor. Por que depois que surgiu esse caso da gente trabalhar cinco anos no terreno de outros e plantar uma banana, plantar uma mandioca, plantar uma cana nós têm direito, nós têm direito à terra. Isso não acontecia antes. O morador de antes tinha a terra, tinha a casinha dele e ficava muito tempo na terra, mas não tinha direito a aquilo. Ficava alguns anos ali, plantava tudo, saía e deixava tudo. Mas agora, de agora em diante é que não tem isso. Uai. Agora pode ficar, mas é com direito na terra também (Raimunda, Babaçulândia, 2007).

De modo geral, a fala dos lavradores e quebradeiras sugere a existência da morada em sua feição tradicional, isto é, compreendendo a cessão da terra e da moradia em troca do trabalho. No caso, a ausência da renda da terra sobre a produção dos lavradores pesava a favor dos fazendeiros locais em comparação aos donos de terras do Maranhão que, como será visto adiante, combinavam, entre outros expedientes, as duas modalidades de extração de renda nas relações com seus agregados. Por outro lado, a figura do “bom patrão”, implícita na fala dos fazendeiros, e reconhecida pela quebradeira, - quando compara os patrões do Maranhão com os fazendeiros do Goiás, - acaba sendo relativizada quando a entrevistada menciona comportamentos arbitrários, por parte dos patrões locais, como, por exemplo, o expediente de soltar animais nos roçados antes que os lavradores completassem a colheita.³³ Contudo, na maioria das vezes, os sertanejos que migravam para o interior do Velho Goiás não buscavam apenas uma fazenda tradicional onde poderiam plantar seus roçados e receber morada sob a chefia de um “bom patrão”. Na verdade, como atesta a existência do centro Garrancho,³⁴ mesmo os lavradores que se estabeleciam na beira do Tocantins procuravam por um pedaço de terra livre da renda e do poder do fazendeiro. Tal foi à escolha dos pais de Deusa, originários do Maranhão, que, na década de 1940,

³³Hilário Silva, lavrador, 62 anos, natural de Babaçulândia, atualmente vivendo num assentamento em Araguaína, relatou que o agregado, embora não pagasse renda em produtos, devia cuidar da terra (plantar capim) e também vender sua produção para o fazendeiro. Segundo o entrevistado, os babaçuais existentes nas terras dos fazendeiros eram arrendados pelas quebradeiras por um período de uma ano em troca da entrega da metade do babaçu. Hilário, assim como Raimunda, também mencionou a prática, por parte dos fazendeiros, de soltar os animais, gado, porcos e cabras, nos roçados dos lavradores antes do final da colheita (Hilário, Araguaína, 2007).

³⁴ Durante a realização da pesquisa, a Vila Palmatuba (antigo centro Garrancho) ainda mantinha traços herdados do passado, com destaque para a quebra do coco babaçu, atividade atualmente voltada para o artesanato e realizada ao abrigo de uma associação de quebradeiras. Parece que com a construção de uma represa no Tocantins, na altura da localidade de Babaçulândia, a vila e junto com ela, quase todo o centro da cidade, incluindo aí a capela, o cemitério, as casas mais antigas e também o porto devem ficar submersos. Trata-se de mais um grande projeto de desenvolvimento para a região, cujos frutos podem ser medidos pela criação de novas ruínas.

juntamente com alguns parentes e vizinhos, realizaram uma viagem só de ida para os sertões do Goiás:

Meus pais viviam no Maranhão, aí nós mudemos pra cá. Eles trabalhavam de roça. Plantavam arroz, feijão, milho. A terra era nossa. Terra pequena. Saímos de nossa terra direto pra cá. Que a terra nós não vendemos, deixemos pros outros irmãos de meu pai e de minha mãe que ficaram lá morando. Foi que nossa terra lá era pouca e era muito dono. Era tudo misturado, a família toda, e a família muito grande. Todo mundo tinha direito naquela terrinha. Era pouca e todo mundo tinha direito. Que a véia morreu e deixou dez filhos não é? Aí todos os fio era dono né? (Deusa, Araguaína, 2006).

Como se depreende da fala da entrevistada, o excessivo parcelamento da terra e a existência de terras devolutas no sertão do Lontra aparecem enquanto móveis da migração de sua família. A mesma reação contra a dissolução da organização familiar, - bem como a recusa à queda na situação de agregado, implícita na fala de Deusa, - motivou muitos lavradores a abandonarem seus rincões para tentarem reconstruir suas vidas no norte goiano.

A experiência de Domingos, originário de Loreto, região da Chapada das Mangabeiras (sul Maranhão), localidade onde sua família vivia como agregada numa fazenda, permite aprender de forma conjunta os efeitos advindos de fatores naturais, no caso, as secas, e da imposição da renda da terra sobre os lavradores:

Lá todo mundo trabalhava de agregado. Trabalhava de roça e fazendo serviço pros outros. Pra gente tenta sobreviver tinha que manter, trabalhar e dividi a renda com os próprios fazendeiros. Ser agregado no Maranhão é ter uma casa dentro da fazenda. O fazendeiro dá um lugar pra ele fazer uma casinha pra ele. E ele vai colocar uma roça pra ele, roça de toco. Aí depois ele planta aquela roça, colhe o arroz, debulha e vai dividir aquela produção com o fazendeiro. Dividia aquela produção com o fazendeiro, todo o trabalho dele. Ele veio aqui ver [região do rio Lontra] e aí voltou, ele foi caçar lugar no Maranhão também, por causa das secas que tava muito grande também na época. Aí eles vieram aqui caça local pra mudar, pra mudar, pra melhorar de vida (Domingos, Araguaína, 2006).

No caso, os vínculos entre fazendeiro e lavrador aparecem construídos com base na cessão patronal da terra, o que inclui tanto a permissão para “botar roçado”, como a dádiva patronal da moradia, isto é, a concessão para ocupar ou construir uma casa, “rancho” ou “barracão” no território da fazenda. Em troca destas concessões, o lavrador deveria entregar parte de sua produção e/ou realizar alguns serviços para o proprietário. Também fica explicitado na fala do entrevistado o desejo de autonomia que caracteriza

a mentalidade do lavrador tradicional, bem como o conflito entre este ideal e a condição de agregado: “E vindo pra cá [Goiás] ele [seu pai] trabalhava pra ele e não tinha que dividir com ninguém” (Domingos, Araguaína). Na descrição da relação agregado/patrão ganha destaque o antagonismo entre a reprodução do modo de vida tradicional e o estabelecimento da propriedade privada no campo. Veja-se que, as secas, não raro, apresentadas como fator determinante do êxodo dos nordestinos pobres, está presente no depoimento como um argumento secundário, isto é, as estiagens potencializavam um antagonismo que era fundamentalmente social. Poder-se-ia dizer ainda que, neste quadro, o pagamento da renda da terra constituía um momento sensível e revelador de todo este maquinismo social para os lavradores que, nestas situações, se viam dependentes e alheados de seu próprio trabalho. Diante de tais constrangimentos, a existência de uma fronteira aberta oferecia aos sertanejos a possibilidade de sair da relação de dependência, deixar de ser agregado, recriando o modo de vida rústico em sua integridade:

Aí, como pra cá a terra era devoluta, era devoluta a terra, aí eles resolveram vir pra conseguir tirar uma terra pra eles. Pra não pagar renda. Você chegava aqui e podia coloca a casa aqui e, pronto, aquilo era meu. Fazia umas picada, ninguém pagava nada, era terra do governo. Aí eles vieram pra cá e conseguiram é ficar por aqui (Domingos, Araguaína, 2006).

O mesmo antagonismo entre o modo de vida tradicional e instituição da propriedade privada da terra teria levado a família de João Aurora, na década de 1940, a deixar São Raimundo, também na região das Chapadas das Mangabeiras (MA), e tentar a vida nas “matas do Lontra”:

Nós viêmo na elusão das mata do Lontra, não Araguaína, nem povoado Neblina. Viêmo na elusão porque lá nós não tinha, lá nós não tinha a condição, era agregado. E aqui era poucos naquela época. Quem chegava aqui no mato aqui fazia sua roça e ia sobrevivê e lá nós não tinha, tudo era de dono. Aí foi ajuntado um grupo mais ou menos, de muita gente, muita gente, mais de cinqüenta ou sessenta pessoa. Incluindo a metade família. Que reunimo aqui no Sucruizinho. E aí fumo espaiando pela mata, não é aqui, não presta, vamo embora pra dentro da mata. Vamo (Aurora, Araguaína, 2006).

Na fala de João Aurora, o alheamento da terra - “lá nós não tinha, lá nós não tinha a condição [ou] lá nós não tinha, tudo era de dono” - aparece identificada à situação de agregado. No caso, ser agregado era igual a “não ter condição”, isto é, morar

em terras de dono pagando renda em espécie e/ou trabalho e, conseqüentemente, convivendo em meio à penúria. A percepção dos “maus patrões” e das precárias condições de vida nas fazendas e latifúndios tradicionais, substanciada na expressão “não ter condição” usada por Aurora, aparece de forma detalhada no depoimento de Raimunda Gonçalves, 70 anos, quebradeira de coco, natural da localidade de “Ribeiro Gonçalves”, região do Alto Parnaíba, Piauí. Raimunda, que migrou com seus pais para o povoado de Nova Aurora na década de 1940, organiza sua fala com base nas lembranças da infância no sertão, juntando a estas reminiscências, as memórias que herdou dos seus pais:

Meu pai que contava, eu mesmo não sabia conta, porque você sabe uma pessoa de oito anos, meu pai é que contava isso, ele e minha mãe [...]

Lá [Piauí], eles viviam de agregado daqueles pessoal horrível. Aí não tinha como a gente arrumar um pedaço de terra, trabalhava pros outros, pra aqueles tigre. Aí minha mãe se desesperou e chamou meu pai pra gente sair de lá. Nós viemos pra aqui. Aqui nós trabalhava pra si mesmo. Aqui era comum os terreno. [no Piauí seu pai era agregado?] Era agregado daquele, do senhor Vidalino. Fazendeiro, dono de muitas fazendas. Mas era ruim com o pessoal. Botava aquelas pessoas pra trabalhar e vendia aquelas coisas e aí nós nunca pagava o que comprava dele. Podia trabalhá, morrê, mas nunca acabava de pagá. Era destas pessoas muito exigente, cobrava muito juro das coisa que a gente comprava. E a gente vivia de pezinho. Lá nós fazia até de tudo. Eu quando eu vim de lá, eu não conhecia nem um par de calçado. Eu vim descalço. Por que não tinha, meus pais não tinha condições de comprar. Trabalhava só pra ele dia e noite. Morava dentro da fazenda deles trabalhando pra eles. Eles mandavam botá aquelas roçona e os pobre dos agregado é que plantavam e colhiam.

[Ficavam com uma parte?] Besteira, besteira. Eles [pais] prantava, prantava também pra eles, mas era uma coisinha pouca, por que não dava tempo. Pagavam para o seu pai?] Pagavam não, não pagava nada, pagava besteira, só por que nós morava na terra dele ele fazia essas barbaridade com a gente (Raimunda, Babaçulândia, 2006).

A situação de agregado, implícita no discurso de Deusa e descrita por Domingos e Aurora em seus aspectos fundamentais, é apresentada por Raimunda de forma bastante expressiva. Aí a propriedade aparece personificada na figura do “mau patrão”, “trabalhava para aqueles tigres”. Veja-se que a própria menção a um grande felino, tendo em vista a contrariedade existente entre lavradores e jaguares, apresenta o fazendeiro enquanto uma espécie de devorador do trabalho e dos corpos dos lavradores. Aliás, tendo em conta a “cultura bíblica” do sertanejo e, em particular a vivência religiosa, antes católica e atualmente evangélica, de Deusa, poder-se-ia ler na imagem do “tigre” uma alusão à própria besta, espécie de potência de todas as feras para as populações rústicas, e cuja descrição no livro do Apocalipse acentua traços felinos, no

caso, o corpo de pantera e a mandíbula de leão. No caso, os patrões, ao que parece, não hesitavam em exercitar o atributo patronal da arbitrariedade, expresso na manipulação das dívidas: “Podia trabalhá, morrê, mas nunca acabava de pagá. Era destas pessoas muito exigente, cobrava muito juro das coisas que a gente comprava”; no controle do tempo e na exploração do trabalho: “Eles mandavam botá aquelas roçona e os pobre dos agregado é que plantavam e colhiam. (...) Eles [pais] plantava, plantava também pra eles, mas era uma coisinha pouca, por que não dava tempo”; mas também na manipulação dos pagamentos que os lavradores recebiam pelos serviços prestados: “Pagavam não, não pagava nada, pagava besteira, só por que nós morava na terra dele ele fazia essas barbaridade com agente”. Na caracterização do “mau patrão” feita pela entrevistada, não podia ficar de fora a violência manifesta no trabalho “dia e noite”, e na vida, de dívidas, privações e humilhações à que os lavradores eram submetidos. Privações que ganham expressão na lembrança dos pés descalços: “a gente vivia de pezinho (...) quando eu vim de lá, eu não conhecia nem um par de calçado. Eu vim descalço. Por que não tinha, meus pais não tinham condições de comprar”.³⁵ Mas também na memória da fome:

Quando chegamos aqui [Nova Aurora] não. Meu pai trabalhou pra si, não faltou mais comida pra nós, lá faltava comida também. Não faltou mais comida pra nós. Ai foi bom demais. Eu aprendi a quebrá coco já. Minha mãe aprendeu também que ela não sabia. Pegava o coco tinha a gordura, lá, a maior parte, nós comia sem gordura. Só cozinhava o de comer e sem gordura nós comia. Aqui tinha tudo pra nós, o azeite do porco, tinha o leite pra o que nós quisesse, tinha muito peixe, todo, tudo nós encontrava na porta da gente. E até hoje eu tô aqui, porque acho bom aqui (Raimunda, Babaçulândia, 2006).

No caso, as falas de Domingos, João Aurora e Raimunda permitem encadear fatos como a generalização das terras de dono, e a imposição de um sistema de trabalho e poder, a agregação, apresentada como uma relação ancorada no controle e cessão patronal da terra e da moradia, no qual a contrapartida dos lavradores era o pagamento

³⁵ Trajar pouca roupa e andar descalço constituem traços materiais da cultura rústica. Como destaca Holanda (2005), os bandeirantes marchavam descalços pelos sertões, reservando os calçados, mesmo seus maiores, a ocasiões especiais. Os caipiras e os sertanejos, rebentos destes, também conservaram o rude costume de andar com os pés nus. Tal hábito era encarado com naturalidade até o momento em que estas populações estreitavam suas relações com os valores e agentes ligados ao urbano. A vinculação do trabalho e da produção dos lavradores-agregados a um mercado maior (o que implicava em aumento do trabalho e da produção, uma percepção alargada da circulação das riquezas e decréscimo no consumo), era fator, a um só tempo, de englobamento e marginalização do lavrador pelo mundo urbano. Palacin e Moraes (1994), em texto já citado, estabelecem algumas indicações importantes sobre a cultura material dos lavradores do antigo Goiás. Antônio Cândido chama a atenção para o caráter relativo (no tempo e no espaço) dos mínimos vitais conforme a forma com que um grupo e/ou cultura rústica ligavam-se ao mercado e à sociedade envolvente (Cândido, 2001).

da renda da terra – produção e trabalho – e obediência ou aquiescência a um fazendeiro que, dentre outros atributos patronais, costumava exercer a arbitrariedade e a violência no trato com seus dependentes. Por outro lado, o agregado é descrito de forma negativa como um sujeito “sem condição”, expressão que parece englobar aspectos importantes das condições de vida e trabalho dos lavradores, como o alheamento da terra, a incapacidade de gerir a subsistência, mas também a dificuldade de fazer frente ao poder patronal. Diante de uma situação definida negativamente como falta ou fraqueza e de um mundo condenado à “devassidão”, a resposta se dava através da migração com vistas à busca de terras livres e férteis nas quais fosse possível restabelecer um modo de vida baseado na reciprocidade entre os camponeses, na organização familiar e no domínio sobre a natureza. As famílias de lavradores, inclusive aqueles considerados “com mais condição”, costumavam vencer as grandes distâncias, que separavam o interior nordestino do norte goiano, caminhando e com os pés descalços, ficando as tropas de animais reservadas para o transporte de cargas, notadamente alimentos, tanto os consumidos durante a viagem, como os destinados à manutenção do grupo no novo lugar:

Nós viemo com dois animal, a metade dos filhos veio de pé, caminhando cem léguas, daqui até o Ribeiro. Nós viemo de pé arrastando as areia. Descalço. Foram as dificuldades que nós peguemo lá (Raimunda, Babaçulândia, 2006).

E saía com o alimento certo e comia na estrada (...). Veio com 22 jumento, eles gastaram um mês da Bahia pra cá, com os irmão dele, irmã, vieram tudo junto com ele pra cá. A pé. A tropa. Um mês. Vieram de uma vez só, depois ficou passando o povo pra cá, da Bahia pra cá, de Uauá. Veio mais meu pai, meu pai carregou muita gente de lá pra cá. Na viagem tinha que parar, meio dia eles paravam, quando almoçava e já arrumava o almoço e saía tocando, tocar jumento, de noite dormia e ai no outro dia cedo saía. Era assim, uma vida, a viagem longa (Dantas, Araguaína, 2006).

Com efeito, todos os casos de migração (descritos e examinados nos limites desta pesquisa) dizem respeito a coletivos que migraram para manter um modo de vida premido por “crises”, isto é, que estava sendo descaracterizado e ameaçado por mudanças que afetavam seu equilíbrio vital e social. No caso, a fala de Deusá permite apreender a importância dos laços de parentesco nas decisões envolvendo o ato de migrar, na obtenção das informações sobre lugares, mas também na “acolhida” dos “chegantes”:

Ele [irmão mais velho] nesse tempo [década de 1940], ele já era rapaz. Ele começou trabalhar no Maranhão com 5 anos, mas nesse tempo, que nós chegemos aqui, ele já era rapaz. Foi por causa dele que meu pai veio pra cá, porque ele queria vir. Naquele tempo, os pais não queriam que os filhos saíssem assim no mundo sozinhos: “Nada, meu filho vai que nós vamos arrumar e vamos tudo de muda pra lá” [Lontra] [...].

Aí disseram: “não vamo pro Goiás”. Que nesse tempo, como é que chamava? Lontra. Que era meu tio que escrevia pra ele, gostava muito de papai ele. “Não, nós vamo pra lá, porque chega lá nós tira uma terra maior e vai todo mundo trabalhar”. Quando nós chegemo, ele, esse tio nosso, arrumo uma terra bem pertinho aqui, ele botou uma roçona grande, tinha uma casa de palha grande também e ele botou nós. Nós ficamo encostado lá, na beira do [rio] dos Porcos, do outro lado do Lontra, aí fiquemo lá. Mas com dois anos ele [pai] tava com uma roçona de feijão, chegava a tá assim curvada com o peso de vagem (Deusa, 2006, Araguaína).

No caso, o descontentamento do filho mais velho em relação às condições de vida no interior do Maranhão encontrou respaldo na atitude do pai que, preocupado com a manutenção da unidade familiar, decidiu levar toda a família para o sertão do Lontra. Amarrando as duas pontas da trama aparecia a figura do tio, já estabelecido no sertão goiano, que tanto estimulou as iniciativas do sobrinho (mandando notícias do lugar), como também acolheu a família de seu irmão assegurando moradia e lavoura. Depreende-se daí não apenas a valoração e o papel central das famílias extensas na reprodução dos lavradores, mas também uma certa predominância dos homens nas tomadas de decisão que afetavam a sobrevivência do grupo. Convém destacar que, na maioria das vezes, a mudança de lugares não era realizada apenas por famílias compostas de pais e filhos, mas envolvia grupos de parentes formando uma família extensa na qual também apareciam compadres e amigos: “Nós viemo do Maranhão foi de tropa de jumento. Eram muitas pessoas, que era duas famílias e viemos tudo junto, trouxemos até uma velha cega, no bastão, do Maranhão até aqui, caminhando no pezinho” [risos] (Deusa, Araguaína, 2006).

Tratava-se de um momento crítico e, portanto, revelador de traços fundamentais da organização social dos lavradores de modo que o exame de outras situações desta natureza pode ajudar a entender melhor a migração enquanto resposta coletiva diante da ameaça de desorganização do modo de vida tradicional. Neste caso, a fala de Dantas, filho de pais baianos que migraram da localidade de Uauá (sertão da Bahia, próximo a Canudos) em 1929 para o povoado Neblina, pode ser bastante esclarecedora:

Aqui chamava Nubrina, os povoado aqui chamava Nubrina, e o papai morava na Bahia, Uauá. E um dos irmão dele morava em Carolina, Maranhão, e aí ele escreveu pra ele lá, pra Uauá, pra Bahia, pra ele vim aqui que ele ia compra

uma terra pra ele trabalha aqui. Aí foi e comprou isso aí do Barrero. Tinha um lavrador véio antigo, plantava café, fazia um movimento muito grande. Aí papai chegou, tomou conta, papai veio da Bahia numa tropa de jumento. Papai era lavrador. Era lavrador plantava feijão, arroz, estas coisas. Aí lá tava fraco. Aí o tio Manoel Cardoso escreveu uma carta pra ele, que ele viesse, que ele ia compra esta terra. Aí comprou a terra e ele veio. Esse meu tio ajudou meu pai. Muito mesmo. Tio Manoel Cardoso. Morava em Carolina. Ele tinha um comércio de tecido lá. Ele foi quem trouxe meu pai pra cá, meu pai e a família toda. Tinha cunhado dele, casado com uma irmã dele e ele trouxe todo mundo de lá pra cá. Da família Barão. Hoje ainda tem Zacarias Barão lá na Praça da Bandeira, ele conhece também Araguaína do mesmo jeito que eu. Pois é. É meu primo ele. A mãe dele era irmã de minha mãe (Dantas, Araguaína, 2006).

Note-se que a mesma relação de solidariedade entre parentes, no caso, irmãos, que presidiu a viagem e a instalação da família de Deusa na região do Lontra, também aparece na fala de Dantas. Se no primeiro caso a “acolhida” dos parentes estabelecidos garantiu o alimento, a produção do roçado e da moradia, no segundo, a ajuda, dada à condição de comerciante do irmão, deu-se através de recursos destinados à compra de uma posse, no caso, uma ocupação numa área de “campo”, próxima à mata do córrego Neblina (atualmente parte do centro urbano da cidade). Nos dois casos, o termo família não fica restrito aos elementos nucleares (pais, mães e filhos), mas também comportava os irmãos.³⁶ A “velha cega” e as “duas famílias” na fala de Deusa ou expressões como “muita gente” e “todo mundo” presentes no discurso de Dantas fazem alusão à inclusão de pessoas sem vínculos consanguíneos à família extensa. Além dos parentes próximos – pais, mães, filhos e irmãos e irmãs, - havia também primos, compadres e vizinhos.³⁷ Tratava-se de grupos constituídos por extensas parentelas, agregando ascendentes, descendentes e colaterais cuja migração poderia demandar vários anos. Por outro lado,

³⁶ A mesma relação de solidariedade familiar aparece na fala de Raimunda, cujo pai pôde contar com a ajuda de uma irmã quando migrou para o norte goiano: “Uma irmã dele foi lá e viu a situação nossa, sem ter nada, trabalhando, toda vida que ele era um trabalhador meu pai, não tinha nada. Ai ela chamou pra vir pra cá, ajudou nós, porque nós não tinha condições de vir. [M.C: Irmã de seu pai?] Ele, meu pai tinha uma irmã aqui. Aí ela trouxe nós pra cá ,ajudou nós a vim pra cá” (Raimunda, Babaçulândia, 2006).

³⁷ O depoimento de Domingos, cujas razões para migrar do sertão do Maranhão para a região do Lontra já foram discutidos, ajuda a compreender melhor o significado da família extensa para os sertanejos que migravam para o Goiás no período em tela: “Aí eles vieram aqui caçá local pra mudar, pra mudar, pra melhorar de vida. Foi chegando aqui os amigos, veio com dois, três amigos, chegaram, olharam, gostaram e voltaram, trouxeram a família. De lá pra cá levou foi trinta dias de viagem em costa de burro. Montando em jumento, burro, cavalo. Veio quatro famílias. As famílias eram todas de parentes. Eram primos, irmãos, dois irmão, outros primo. Outros mais longe, mas com aquela consideração de amizade muito boa” (Domingos, Araguaína, 2006). Tratava-se de quatro famílias, sendo todas ligadas por laços de parentesco. Todavia, o termo amigo, evocado pelo entrevistado, sugere uma abertura ainda maior no que diz respeito à família extensiva, de modo que tanto parentes consanguíneos como pessoas incluídas de outras formas, laços de amizade e compadrio, também faziam parte dos grupos que migravam dos sertões nordestinos para o meio norte goiano.

o exame da fala dos velhos moradores assinala a importância das relações familiares na viabilização das migrações dos sertanejos para as terras do Goiás.³⁸

A capacidade de resistência à dispersão manifestada pelos lavradores pode ser tomada como um indicativo de uma forte identificação entre os grupos, reforçando a idéia de que a migração de sertanejos para os centros e povoados do Goiás incorporava, recriava e ultrapassava a demanda pela terra, significando também luta pela manutenção de um modo de vida particular. Neste sentido, a mobilidade espacial das populações rurais nordestinas aparecia enquanto uma estratégia de reprodução social, de modo que, para os sertanejos, “migrar significa permanecer camponês” (Woortmann, 1990, p.35).

A travessia dos grandes rios (Araguaia e Tocantins) assinalava o ponto em que se dava a passagem entre um espaço-tempo dominado pelo “cativeiro” da terra, “devassidão” dos costumes e sofrimento humano, para um outro espaço em que a existência de “terras livres” podia ensejar um outro tempo, marcado pela “fartura”, salvaguarda dos vínculos familiares, autonomia em relação aos patrões, valorização da reciprocidade em detrimento da exploração, mas também continuidade à mobilidade espacial característica dos sertanejos, sempre “caçando” um lugar melhor para viver. Estes valores podiam coexistir com o desejo de aventura, como sugerem as “pesquisas” realizadas pelos sertanejos pelos rios e matas da bacia do Araguaia-Tocantins, mas também com um forte desejo de salvação. Sabe-se que a busca dos sertanejos por terras “livres” possuía um forte sentido religioso e místico e que, em alguns casos, esta busca chegava a assumir o caráter de utopia religiosa. Tal foi o caso dos lavradores, algo em torno de cem pessoas, que liderados por Dona Antonia, no início da década de 1950, criaram a “Romaria do Padre Cícero”, deixaram Filadélfia rumo às terras do Araguaia (Bruno, Pé do Morro, 2008).³⁹ Os romeiros fugiam de um mundo caótico, dominado

³⁸ A centralidade das relações familiares, reais e simbólicas, no movimento da frente de povoamento aparece em vários estudos. Martins chama a atenção para a existência de “uma teia de relações de parentesco e de compadrio” graças a qual são difundidas as informações sobre a localização de novas terras, bem como a manutenção de relações de acolhida entre os já chegados, os que vêm depois e aqueles que serão acolhidos no futuro pelos que se deslocaram para mais adiante. Neste ponto, a chamada “sociedade transumante” ou “cultura da andança” construída pelos migrantes sertanejos na fronteira nunca constitui apenas um fato local ensejando uma realidade social bem mais profunda e complexa (Martins, 1997, p.176).

³⁹ Algumas referências a este movimento sócio-religioso podem ser encontradas no estudo de Maria Antonieta da Costa Vieira “A procura das Bandeiras Verdes: Viagem, Missão e Romaria”. Vieira estuda dois movimentos religiosos da Amazônia Oriental, a Missão do Padre Cícero e a Missão de Maria da Praia durante as décadas de 1960 e 70. Existe uma breve referência à Romaria do Padre Cícero, criada em Filadélfia, na década de 1950, na contextualização de seu objeto. Na sua descrição “Dona Julia” aparece como liderança da comunidade (Vieira, 2001, p.97), papel que só teria mais tarde, já na década de 1970 (Manoel do Bruno, Pé do Morro, 2008).

pelos falsos valores e, por isso, condenado ao fogo pela providência. Saíam em busca das “Bandeiras Verdes”. Espécie de terra prometida sertaneja, com seus rios de leite e montanhas de cuscuz e cuja existência teria sido profetizada pelo próprio Padre Cícero. Este pedaço do céu na terra, destinado pelo próprio Deus aos verdadeiros cristãos no limiar dos tempos - quando as águas dos grandes rios ferveriam separando os eleitos dos condenados e abrindo passagem às bestas do abismo - estaria encoberto pelas “montanhas” e “matas” virgens a Oeste do Tocantins ou do Araguaia. Somente à custa de muitas “andanças” pelos sertões é que este lugar mítico foi, enfim, “revelado” aos sertanejos.

Os romeiros procuravam criar no norte goiano, nas localidades de Pé do Morro e Murici, uma comunidade de lavradores baseada nos preceitos da ética camponesa e cristã (Woortmann, 1990; Vieira, 2001), de modo que pudessem realizar, quando chegasse a “revelação”, a passagem do “tempo do filho” para o “tempo do espírito santo”. Para isso, construíram um santuário no alto do morro, lugar onde o próprio padre Cícero teria fincado uma cruz indicando a terra sagrada. Três vezes por semana, os religiosos subiam o morro, ao entardecer, e varavam a madrugada rezando o terço, não derramavam sangue de espécie alguma, não caçavam e tampouco comiam carne de animais de criação, também não ingeriam qualquer tipo de bebida alcoólica. Plantavam e rezavam.

Vê-se aí, que o significado de libertação para os romeiros que buscavam as “Bandeiras verdes” nas terras do Araguaia incorporava os sentidos atribuídos pelos lavradores que migravam para o Lontra. Mas também apontava para um outro sentido, um significado religioso e utópico, já que, para estas pessoas, liberdade era dispor do tempo para servir ao seu verdadeiro dono. Deus.

2.5 – Lavradores e comerciantes

Os sertanejos, depois de estabelecidos, não só passavam a receber seus parentes, reais ou simbólicos, mas também “acolhiam” famílias sem vínculos de parentesco ou amizade. Nesse sentido, existem relatos de que grupos de lavradores chegavam até os povoados e centros da região apenas com as indicações fornecidas ao longo do caminho:

É, bom, de acordo que ocupava o lugar, atravessou o Tocantins, já vinha no endereço das Mata do Lontra, Mata do Lontra. Era alcançar Babaçulândia, que não tinha outra passagem pra nós e meu endereço já era derramado. Já sabia que eu morava no Sucruzinho, então já vinha o endereço não do nome do apelido, ó você chega no Sucruzinho procura o João Aurora. É o João Aurora? É. É o nome dele é esse? É esse mesmo. Que a mãe dele deu esse nome. Vocês podem procurá que lá vocês são recebidos (Aurora, Araguaína, 2006).

A chegada de novos grupos de imigrantes, parentes, compadres ou desconhecidos – como os lavradores que procuravam por João Aurora – sugere a importância das comunidades na inserção das famílias de lavradores. Neste ponto, vale destacar que os povoados e centros, além do aspecto geográfico, também eram definidos por relações solidárias envolvendo indivíduos, famílias e moradores. Feita a escolha da área para “botar a roça”, os lavradores, recém-chegados, podiam contar com a ajuda dos parentes e vizinhos para fazer a limpeza do terreno e construir o barracão, mas também para obter sementes e mesmo alimentos. Sem estes “ajutórios”, que compreendiam geralmente o período de um ano, ou até que os lavradores pudessem realizar suas próprias colheitas, a sobrevivência seria mais difícil. A fartura – isto é, o excedente de alimentos e trabalho – dos produtores assentados assegurava a subsistência das novas famílias de agricultores até o momento em que pudessem estabilizar as relações com o ambiente. Embora os migrantes costumassem levar consigo parte das sementes destinadas para o plantio nas novas terras, vale destacar que, muitas vezes, estas vinham em pouca quantidade e/ou diversificação. Daí que a cessão de sementes, por parte dos lavradores antigos, fazia parte da “acolhida” aos “chegantes”:

Não, ou nós guardava [sementes] ou não plantava. Tinha que guardar. Quando nós viemo pra cá nós já encontramos sementes no lugar dos goiano. Eles dizia que não dava feijão, só dava fava. Eles tinha fava, eles tinha o arroz. Tinha o milho, tinha a batata, tinha a banana enfim. Dava, dava, dava pra nós. Agora as vez você comprava um pouco, mas já existia. Quando eu cheguei ai já existia tudo (Aurora, Babaçulândia, 2007).

Pra cá, através de meu pai, veio muita gente. Quando eles chegavam, que eles não tinham casa, às vezes você colocava aquele pessoal dentro da casa da gente, com aquele tanto de filho. Carregadinho, que vinha todo mundo, vinham tudo, o transporte em jumento. Lá, naquele Maranhão, nem burro, nem cavalo tinha, tinha era jumento. A tropa deles lá, os animais deles, era jumento, era jegue. Aí chegava, ficava na casa da gente até... Aí meu pai formava um pedaço de terra pra eles: “daqui pra cá vocês fazem umas picadas pra vocês, aí você coloca sua roça aqui e faça sua casa e vai”. Tinha gente que chegava a ficar parando um ano com a gente, depois de um ano é que eles iam se estabilizar pra poder tocar a vida deles. Porque eles chegavam numa época difícil, eles tinham que fazer o roço, queimar, pra plantar. Às vezes o cara chegava com pouco mantimento. Não tem como sobreviver durante o ano. A roça só produz de ano em ano. Então, como a gente tinha muita fartura, aí eles ficavam lá com a gente. A gente tinha uma casa de aviamento de farinha e aí eles ficavam pra lá (Domingos, Araguaína, 2006).

A adaptação dos produtores rurais dependia, em grande parte, do estabelecimento da moradia e dos roçados. A construção de um casebre rústico assegurava as condições mínimas de sobrevivência para o lavrador e sua família, por outro lado significava para o “chegante” dispor de um lugar junto ao coletivo. Isto é, o lavrador tornava-se um morador e, como tal, membro de um centro ou povoado. Mas que aspecto tinha a habitação dos lavradores? De modo geral, tratava-se de barracões de pau e barro, com o teto revestido com folhas de palmeira e piso de terra batida. A moradia possuía, quando muito, uma divisão interna (a alcova, onde ficavam as redes de dormir e os pertences mais valiosos), tendo por portas e janelas esteiras feitas com talos de palmeira. Tal composição garantia bom isolamento contra o calor, o que tornava as habitações adaptadas ao clima da região. A mobília não ia além de uma mesa e alguns bancos toscos, um fogão rústico feito de tijolos ou pedras sobrepostas, jarros de barro, panelas e alguma louça. As casas com telha, divisões e mobília eram pouquíssimas, não mais do que quatro ou cinco, até a década de 1940, todas construídas no povoado Lontra. Havia ainda os barracões ou “ranchos” sem paredes e tapados com palha, construídos nas imediações dos roçados e babaçuais afastados. Ali os homens, mulheres e crianças passavam o dia em meio aos seus afazeres, plantando, coletando e caçando, voltando para suas casas somente ao entardecer. As casas rústicas, frágeis diante das chuvas torrenciais do inverno, eram bastante propensas ao fogo durante a estação seca. Os

incêndios, dada a quantidade e proximidade das habitações, não eram raros e costumavam deixar em cinzas as moradias. Tal foi o caso do incêndio que, por volta do final da década de 1940, consumiu o armazém de Casimiro Soares e os casebres próximos. Apesar da existência de alguns moradores vivendo em sítios afastados, a regra era o estabelecimento de agrupamentos centrípetos. Isto é, os chamados centros, com habitações próximas umas das outras. Junto às moradias plantava-se mandioca, milho e árvores frutíferas como laranjeiras, tangerineiras e mangueiras (sendo as mangas utilizadas na alimentação de porcos).

Os roçados constituíam o coração do mundo rústico criado pelos lavradores e, como tal, eram fundamentais na reprodução destes. Para fazer um roçado, escolhia-se uma área de mata ou capoeira, geralmente não maior do que três ou quatro alqueires, ateava-se fogo no terreno para fazer a “limpa”, sendo as cinzas utilizadas como fertilizante. A limpeza continuava com a capina do terreno, o que não eliminava os tocos das árvores. Deriva daí o nome “roça de toco”, usado para designar a lavoura rústica. Os roçados produziam cereais, feijão, arroz, mandioca, milho, mas também frutas como banana, melão e melancia. A produção era voltada para o consumo próprio, sendo o excedente vendido para os tropeiros ou levado em lombo de animal para ser comercializado no povoado ou em localidades como Babaçulândia, Filadélfia e Carolina. O uso do solo seguia o sistema de pousio, com rápida substituição das terras cultivadas (em virtude da grande disponibilidade de terras virgens) por áreas novas, de modo a garantir o máximo de produtividade mediante as técnicas tradicionais. As áreas desgastadas pelas lavouras, as “capoeiras”, ficavam em “descanso”, com vistas à recuperação do solo, o chamado “enflorestamento”. A cabo de quatro ou cinco anos o terreno em repouso podia ser novamente cultivado pelo próprio lavrador, por outra pessoa da comunidade ou um novo morador. A palavra “rodeio” designava a partilha das terras ao longo do tempo. Nesse sistema, o produtor mantinha a posse do lote enquanto estivesse trabalhando. A área colocada em pousio voltava ao uso comum.⁴⁰

De modo geral, cabia aos homens, pais e filhos, tomar conta das lavouras. Numa organização social assentada sobre a produção familiar, o trabalho não aparecia apenas

⁴⁰ Eric Wolf refere-se a esta modalidade de adaptação ecológica, associada ao uso do fogo e da enxada com vistas a obter as roças, como “Sistema de pousio de longa duração” também denominado de “sistemas Swidden”, palavra de um dialeto inglês que significa “clareira queimada”. Neste sistema: “os campos são limpos, atendo-se fogo à vegetação: grama, pequenos arbustos ou florestas; depois, são plantados até que haja queda na produção e abandonados para readquirir sua fertilidade por certo período de tempo. Então outros terrenos são franqueados ao cultivo, sendo reocupados depois que o período crítico de regeneração esteja superado. Os sistemas swidden são encontrados tanto no Velho como no Novo Mundo” (Wolf, 1970, p.38).

como atividade material, mas também enquanto um valor moral para o grupo. Tendo em vista ambos os aspectos, pode-se entender melhor por que os pais colocavam, desde cedo, seis, sete anos de idade, as crianças na lida das roças. A iniciação dos meninos nos roçados, além representar mais braços para a lavoura, implicava a inserção do neófito no mundo dos adultos, e por aí, no reconhecimento/construção de atributos caros a esses coletivos como a virilidade e a responsabilidade.⁴¹ Segundo os velhos moradores, às mulheres, mães e filhas, eram reservados os cuidados com a casa – o que incluía, além dos serviços domésticos, a produção de roupas, redes e cestarias – e a coleta do coco-babaçu. Contudo, essa maneira de conceber a divisão do trabalho no âmbito das famílias comporta certa idealidade quando confrontada às relações de fato. Com efeito, a preponderância do trabalho masculino na lavoura não implicava ausência das mulheres nos roçados. Na verdade, principalmente durante as semeaduras e colheitas, a presença feminina tornava-se bastante comum nas roças. Aí, além da virilidade associada ao labor na terra, a continuidade e a responsabilidade dos homens pelos roçados, em oposição ao trabalho intermitente e acessório das mulheres, pôde contribuir para o estabelecimento da identificação homem-agricultura, tanto como das representações que associam as mulheres à casa e à coleta.

Quando as quebradeiras falam dos roçados no passado, costumam destacar a presença de seus pais e irmãos na lavoura: “Ele [pai] morava em terra alheia, mas não era trabalhando pros outros. Ele trabalhava só pra ele. [Ele] plantava roça e criava uns gadinho. Criava porco, galinha, essas coisa” (Lúcia, Babaçulândia, 2005). Tal disposição, embora não exclua o feminino do espaço rural, atribui a este um caráter complementar e subordinado em relação ao trabalho dos homens: “Nesse tempo minha mãe cuidava da cozinha, dos fio e ajudava, às vez, na roça também” (Antonia, 2005, Babaçulândia). Casa e roça, mas também os cocais apareciam como espaços organizadores do cotidiano das camponesas: “Nós vivia de roça e de cata coco. Eu ficava em casa, era a mais nova, e minha mãe, mais a irmã mais véia, ia quebra coco. E meu irmão ia pra roça” (Raimunda, Babaçulândia, 2005).

Assim, a tendência a omitir ou minimizar a presença feminina nas lavouras sugere não apenas a preponderância masculina nesta atividade, mas também um uso

⁴¹“Começava com cinco ano. Meu irmão começou a trabalhar na roça com cinco ano. No dia que meu pai saía pra cidade pra fazer compra, ele panhava essa bacia enchia e dizia: ‘mamãe eu vou pra roça’. Teu pai não vai hoje não. ‘Mas eu vou porque eu sei lá onde é que nós tamos trabalhando’. Isto com cinco ano. Hoje, com quinze vai é nada. Quem quer roça menino? Que não. Que nada” (Deusa, Araguaína, 2007).

complementar, subordinado e talvez não valorizado – incluindo aí leitura das próprias mulheres - do seu trabalho nos roçados. A atividade agrícola, associada à subsistência, aparecia ligada ao ideal autárquico ou fechado próprio aos lavradores. Já a coleta do babaçu aparecia enquanto prática mais identificada ao mercado - realidade estranha, ameaçadora e mesmo maligna do ponto de vista dos lavradores - e, por isso, menos valorizada. Tal distinção devia reforçar as clivagens de gênero, já presentes entre as populações no Norte do Goiás. Neste sentido, a desvalorização do trabalho feminino fazia parte de uma visão mais geral baseada na hierarquia entre os gêneros, de modo que as mulheres - mães e filhas - eram vistas como naturalmente inferiores, portanto devendo obedecer aos seus pais e maridos, ou na falta destes ao irmão mais velho, sendo digna de reprovação e mesmo passível de violência justificada a mulher que, desconhecendo o seu lugar, tentasse se equiparar aos homens:

Meu irmão começou a trabalhar com cinco anos e quando meu pai morreu, ele ficou no lugar de pai de manobrar nós tudo. Ele tá vivinho bem em Araguaína. Ele conseguiu ficar mais nós até que nós casemo tudo, ele mantendo a casa, ajudando a botar o que ele podia ali. Era eu e ele que mais trabaiava pra sustentá os outro, que os outros eram pequeno precisavam ir pra escola. Aí nós dois é que trabalhava, eu no coco e ele na roça. A roça era pra comer e o coco era pra comprar o que faltava. Tinha que comprar a pimenta do reino, a cebola, o sal e eu é que dava conta [...].

As muié, hoje, tem um direito tão grande que um hôme. Ela pode chamar um hôme até de sem vergonha e ele não dá nem um tapa, porque senão vai preso. Ah! Naquele tempo. Ah, muié não chamava um hôme nem de besta, naquele tempo, no meu tempo. A muié que chamasse um hôme de sem vergonha, era desfeita pra um hôme. Era motivo pra dá tapa no pé do ouvido, mas hoje. As muié faz é batê nos home. Hum, naquela época os hôme andava armado, hoje não, hoje ninguém pode ter nem uma espingarda véia. As bicura pega as galinha bem aí, a gente não tem com que dá um tiro porque não pode ... A gente via de primeiro [mulher apanhando]. Agora não, as muié bota os home na cadeia, faz sofrer. As muié quer ser igual ao hôme. Na lei né? Por que igual nunca que vai ser (Deusa, Araguaína, 2007).

Neste ambiente rústico, os homens apareciam como os chefes das famílias, “manobrando” seus dependentes, inclusive contando com o recurso à violência aberta para re-afirmar sua superioridade moral e física. Esta organização familiar assentada na hierarquia entre os gêneros pode ser apreendida através da fala de Lúcia, ex-quebradeira de coco, da localidade de Babaçulândia. Note-se que, enquanto o discurso de Deusa assinala a interiorização da dominação tradicional, as memórias de Lúcia mostram justamente o inconformismo diante dos costumes e valores patriarcais:

Uma vez eu panhei arroz, meu pai mesmo me levava assim, falando em vida, em morte eu não quero que ele me atormente. Assim, mas foi uma roça enorme quase um alqueire de roça de arroz, tudo, de fava. Aí, na colheita do arroz fica aquela segunda colheita que nasce. Aí vai dá aqueles cachos grandes de arroz. Aí ele disse pra nós, eu e a outra irmã minha. Disse, se vocês quiserem panha a soca do arroz, chamava soca, vocês podem panha pra vocês vendê, pra vocês comprar as coisas pra vocês. Aí nós ficamo numa alegria pra panha aquele arroz, aí fizemos nosso paiol de arroz, dava muito quarto de arroz, que nós chamava quarto de arroz. Aí nós fazia tanto plano panhando este arroz, ainda hoje eu me lembro dos vestido que nós comprava, assim fica na mente da gente aquele tipo de tecido que nós queria fazer a ropinha pra nós. Quando nós terminamos, disse assim, agora vamos bate o arroz pra nós vende. Aí o papai falou assim: ‘Que história é essa de vendê arroz, quem é que dá de comer pra vocês não é eu, Não é pra vendê arroz não’. Ai Nossa Senhora, aquele sonho acabou, aquele sonho que a gente teve panhando aquele arroz sabe. Nossa! Mais aquilo! Nós não podíamos dizer nada, nem uma palavra, que era peia demais. Era o que ele dissesse. A gente era levada de todo o jeito, a gente não tinha um calçado. A gente não tinha um calçado pra calçar, ia pra roça pulando moita, menstruada. Agora dizer assim fulana hoje não vai pra roça por que ela ta menstruada. Não! Ele dizia, ‘agora só porque ta com o cu furado ela não vai pra roça. Vai sim’. A gente não tinha sandália pra calçá. Tinha aquelas moitas de tucum, rasteiro e a gente ia pulando de uma pra outra, que o chão era tão quente, duas hora da tarde, a gente não agüentava o areal, era quente demais, a gente ia pulando. (Lúcia, Babaçulândia, 2005).

O trato rude, os mandos e desmandos, “ameaças”, “tapas no pé do ouvido” e as “peias” ganhavam ainda o reforço da violência simbólica que, ridicularizando a fisiologia feminina, beirava o estigma. Neste sentido, poder-se-ia dizer que os lavradores chefes de famílias e os patrões apresentavam condutas convergentes nas situações em que, ambos, usavam do atributo da arbitrariedade ou, no limite, da violência aberta, no trato com seus dependentes. Nisso parece que os camponeses eram herdeiros do secular regime da *plantation*.

Como assinalou um velho lavrador: “Não, não tem hôme trabalhador que tenha tudo que precisa. Ele tem uma parte. Que é uma parte que ele precisa e a outra parte tá com os outros” (Tubá, Araguaína, 2007). Na busca desta “outra parte” necessária à subsistência, era fundamental a manutenção de vínculos solidários entre os lavradores, como a ajuda mútua durante a abertura dos roçados⁴² ou as trocas e empréstimos de

⁴² “Nós plantava assim, se porventura nós fosse dois companheiro, vamo fazer a roça? Vamo. Aonde? Vamo pra lugar tal? Vamo. Aqui nos batia uma picada aqui, você derrubava pra cá e eu derrubava pra lá. Aí você continuava daqui pra lá e eu daqui pra acolá. E assim nós fazia um quadro até grande e adepois, não, aqui nós não vamo mexer com essas capoeira mais. Nós vamo passar pra outro lugar e assim ficava naquele rodeio, que não tinha assim um definitivo, uma idéia de saber que mais tarde aquilo podia lhe servir, ou você fazer uma propriedade. Você botava uma roça esse ano aqui (...), outro ano botava pra outro canto e era assim. Deixar a terra descansar. Nós tinha uma terra enflorestada todo o tempo. Não era hoje, o fracasso de hoje. Nossas terra nós trabalhava um ano, até dois numa área, largava aquela e continuava pra outra. Aquela enflorestava lá, daqui quatro, cinco ano, ia alguém que não gostava de botar

alimentos entre vizinhos e parentes. Todavia, nem sempre as coisas podiam ser arranjadas nos limites das redes de solidariedade familiares e vicinais. Nestas situações ganhavam relevo os vínculos com os patrões, comerciantes e fazendeiros, que compravam a produção ou o trabalho excedente dos camponeses. No sertão do Lontra, os lavradores, além da venda do excedente para os comerciantes, podiam obter algum “ganho” mediante o trabalho para os donos de lavouras, pequenos fazendeiros sem a titulação das terras que plantavam café, fumo, cana e outros produtos destinados ao mercado. Nestas situações, os patrões contratavam o lavrador para fazer serviços de limpeza, capina e colheita, pagando na base da diária (dia de trabalho) ou da empreita (pagamento por tarefa).⁴³ Ambos tipos de contratos correspondiam melhor aos interesses dos lavradores, já que seu sustento provinha mais do seu roçado, e também aos seus valores à medida que o trabalho estável podia ser encarado como uma forma de “cativeiro”.

O bom lavrador era reconhecido pelo tamanho de seus roçados e pela variedade de cultivos⁴⁴, mas também por possuir alguma “criação” nas imediações de sua casa, notadamente galinhas, porcos, cabras e, principalmente em áreas de cerrado, algum gado bovino. Diferentemente dos demais animais, o gado era criado solto, em meio aos campos do cerrado. O agricultor estabelecido em áreas de floresta, onde a necessidade de derrubar a mata e criar pastagens exigia certos recursos, ou que não dispunha de cavalos, de tempo e perícia, tendo em vista de que se tratava de gado bravo, podia entregar seus animais aos cuidados de um vaqueiro. O acerto era feito na base da “meia”, isto é, periodicamente o rebanho era reunido com vistas à contagem dos animais e partilha dos novilhos, ficando o dono da vaca com a metade das crias e os vaqueiros com a outra parte. O setentrão goiano constituía uma região de pecuária extensiva. Aí os lavradores-vaqueiros, pequenos produtores e criadores, coexistiam com os chamados “fazendeiros”, isto é, donos de currais e de rebanhos de gado. Na localidade do Lontra, como em outras áreas de campo, o gado era criado solto na chapada e, ao entardecer, levado pelas “vaquejadas” até os currais dos fazendeiros, quase todos estabelecidos no que atualmente é a rua Primeiro de Janeiro (centro da

força na floresta, que ela era difícil” (Aurora, Araguaína, 2007).

⁴³ Um desses patrões locais era Salomão Cardoso, dono de chácaras e engenho de cana e também comerciante. Como lembra seu filho José Dantas, eram homens como seu pai – “gente mais elevada” – que davam emprego para os mais “fracos”.

⁴⁴ “Nosso primeiro plantio era a melancia, era o melão, era o milho, era o arroz, era o feijão, era banana. Era o nosso plantio definitivo, justamente em primeiro lugar este. Aí, aquelas pessoa mais que como eu fiz alguns plantios da laranja, café. Coisas de consumo e não de exporte. Eu plantei bem perto do Sucruzinho, isolado, bem perto desta maneirinha que eu to lhe falando” (Aurora, Araguaína, 2007).

cidade). Note-se que, no passado, o termo fazenda não designava uma propriedade cercada, com pastagens plantadas onde o gado era criado com procedimentos modernos. Servia, tão-somente, para identificar o conjunto formado pela casa do fazendeiro, os currais e algum pedaço de campo, com capim plantado, onde ficavam os cavalos. Ao contrário do “fazendeiro” – dono de rebanhos que podiam chegar a cerca de duzentas cabeças de gado⁴⁵ – o lavrador possuía quando muito um pequeno curral e uma “ponta de gado”, isto é, algumas dezenas de bois ou vacas utilizados na sua subsistência e também para obter algum dinheiro. Uma vez por ano, ou durante momentos de “precisão”, os lavradores-vaqueiros vendiam alguns animais para os “compradores” que percorriam a região. Esse gado era, em seguida, negociado com os “açougueiros” da localidade⁴⁶, ou vendido para os “boiadeiros” que compravam o gado local para vender em Marabá (PA). Segundo Domingos Machado, filho de pai boiadeiro que migrou da região do Alto Itapicuru (Maranhão) para o sertão do Lontra em 1926:

Aqui dentro da [atual] cidade tinha muitas fazendas. Essa Primeiro de Janeiro [rua]. Ela foi formada por fazenda. Tinha a fazendinha do Vidal Dias Lima, que era de um curral. Tinha outra mais embaixo que era do Janjão, que era até grande, era um criador mais forte. Tinha outra mais embaixo que era do Manoel Baiano e outra mais embaixo que hoje é perto daquele posto Araguaína, que era do Sadoque Correa. Eram quatro fazendas. Uma maior do que a outra. (...) o gado era tudo criado solto. [M. C.: O que era ser fazendeiro por aqui?] Era o cara ter mais cento e poucos gados. Duzentos gados, um fazendeiro, o fazendeiro mais forte (Domingos Machado, Araguaína, 2007).

Enquanto o trato da terra geralmente estava associado a comportamentos e atitudes solidárias, a criação, quando não era respeitado o costume de manter os animais presos (em chiqueiros, mangueiras ou encerras) ou longes das lavouras, podia levar a desentendimentos entre lavradores e fazendeiros, assim como entre os próprios camponeses. Em Babaçulândia, como em outras localidades da beira do Tocantins, era comum fazendeiros soltarem seus rebanhos sobre os roçados dos lavradores. O expediente servia para intimidar grupos de posseiros com os quais houvesse disputa por terras e ou para expulsar os agregados indesejados das fazendas. Os prejuízos e a destruição das roças, causados pelos patrões, eram suportados a contragosto pelos

⁴⁵ “Existia os mais elevado, mas quase todo mundo tinha gado. [A diferença era a quantidade?] É, tinha mais gado. Para ser fazendeiro tinha que ter umas duzentas cabeças de gado. Esses Dias tudo era fazendeiro, o Lucas Dias, o Cosme Dias, tudo era fazendeiro” (Dantas, Araguaína, 2007).

⁴⁶ Um destes açougueiros era Manoel Baiano, irmão de Salomão Cordoso: “Eu tinha um tio que vivia de mata gado, Manoel Baiano, ele vivia de mata gado, matava e levava pro atacado e vendia. Comprava o gado e levava e vendia aquele gado” (Dantas, Araguaína, 2007).

posseiros e agregados. Os posseiros do centro do Garrancho, Nova Aurora, costumavam ser objeto desse expediente até 1958, quando o prefeito de Babaçulândia, tendo em vista a importância demográfica, econômica e política do povoado, comprou a área demandada pelo fazendeiro e a entregou aos lavradores:

Tinha o Conceição, era um dos fazendeiro, daqui a uns dois mil metros. Esse era um fazendeiro que dizia que essa terra aqui era dele e por isso que a prefeitura comprou e aí deu pro povo trabalhar. Ele já morreu. Morreu parece que foi em 48. Ele dizia que essa terra aqui era dele da beira do rio até a tal de Serra dos Cavalos, longe daqui uns 12 quilômetros ou mais. Ele dizia que era dele [...]. Ele tinha gado e uma criação de porco muito grande. Esse porco que vinha aqui. Soltava os porco em cima de nós. Fazia isso pra sacana, pra comer os roçados. Mesmo uma roça nossa foi comida. Que nós plantemo aqui uma distância de uns mil metro. A cerca era de tala de coco, que nós não tinha madeira pra cerca. Nós plantemo uma roça muito grande e aí os porco comeu. Assim, abriu um espaço e nós paramo junto com os porco e eles comendo. Foi um bagaço de se ver, era muito porco, largava os porco tudo em cima de nós. Aí eles rombava tala de coco, tala de coco é fraco mesmo, viu, e aí eles arrombaro aquela tala de coco e comeu o arroz junto com nós. Nós passava só com aqueles pedaço de cacho, foi uma barbaridade que foi feita com a gente. A gente não podia dar parte dele que a terra era dele. Ele dizia que era dele (Raimunda, Babaçulândia, 2006).

No sertão do Lontra, onde o lavrador não vivia sob a ameaça ou a tutela do fazendeiro, as tropelias causadas por animais soltos nas lavouras podiam acabar em graves contendas. Os agricultores costumavam prender animais encontrados em seus roçados e, não raro, os matavam, atitude que, por sua vez, podia implicar uma resposta violenta por parte do vizinho. Por aí facilmente se chegava ao “ponto de honra”, de modo que os estragos feitos por cabras, porcos ou gado bovino nas lavouras podiam resultar em violência (agressões e mesmo mortes) e/ou mobilidade.

A existência de grandes áreas florestadas assegurava caça variada e farta – várias espécies de veados, porcos-do-mato (queixada, caititu), anta, capivara, paca, lebre, tatus, aves e mesmo macacos, de modo que a caça complementava a produção dos roçados e a criação. Os antigos moradores utilizam imagens como “nuvens” ou “dilúvio” de animais para se referir à fatura de caça que, no passado, havia nas matas da região. Assim como também lembram do grande número de rios e riachos piscosos:

Um dilúvio de animais. Um dilúvio de animais. Não tô falando que eu conheci lá no Porto da Maria Joaquina dois, três home que quase não vinham [para áreas de mata]. Era com medo da assombração, do porcão, da onça, enfim. [...] Era o alimento mais fácil. A caça era tão rica que você não se interessava de matar uma paca, um tatu, lebre. Não. Interessava de matar um porcão, um mateiro. A paca pra nós não era muito cobiçada. Era essas coisa de caça. Mas

you could kill it, it wasn't missing. Only that that people wasn't like that, didn't have commerce of skin, didn't have commerce of meat. You killed in the habit of eating. Any little stream of water, that you see in Vanderlândia, Araguaína and such, was rich of fish like pacu-butter, the piabanha, matrinxã, the piau. Those little streams that you see in Araguaína was everything rich of fish (Aurora, Araguaína, 2007).

Today, it seems that the hunt, differently from fishing, was far from being practiced only with the aim of acquiring animal protein reserve. In the region of the Lontra river, since the beginning of the last century, perhaps even before, there were hunters who traded skins and furs with merchants along the Tocantins. In Tuba, during the 1920s decade the sertão of Lontra was frequented by hunters and farmers. These latter, besides the subsistence crops, planted coffee, and both products were sold in Carolina or Balsas. Accompanying the loads of coffee, rice and coconut-babaçu, one could see the skins and furs of caititus, queixadas, onças, jaguatiricas, veados and other animals killed in the woods. In the first decades of the last century, due to the scarcity of money, it was customary to trade skins for products like salt and tobacco, which came from the Tocantins. Around 1930, some owners of herds, like Antonio Idalvina and Balbino Brito, traveled the region, from the Lontra river to the Pé do Morro, buying skins and furs of animals (Bruno, Pé do Morro, 2008). In that period, some owners of warehouses, like Carlos Zé Pacheco, also dedicated themselves to the commerce of skins. The furs and skins were sold to the merchants of Babaçulândia, Filadélfia and Carolina, and from these places were taken to Balsas, then followed by Parnaíba, to Floriano and, possibly, Teresina or other places with tanneries. After the 1940s decade, the intensification of migration of nordestinos to the region had an impact on the intensification of the hunt for commercial purposes. From 1950, with the opening of dirt roads connecting Araguaína to the Tocantins, the first trucks appeared in the locality. All belonged to the owners of local warehouses and, according to old residents, they used to go "topados de babaçu, furs and skins" to the commercial centers of the region. Therefore it is credible that the hunt, of practice complementary to the diet of farmers, has transformed into an activity aimed at monetary gain.

Along with the hunt, perhaps in a articulated way, appeared the collection. This activity occupied an important role in the reproduction of the sertanejos who extracted from the woods and fields fruits like the marmelo, the pequi, the buriti and the coconut-babaçu. The collection was carried out by groups, formed by women and children and, sometimes, also men,

em áreas de mata e/ou de beira rio. As quebradeiras saíam muito cedo, em torno de cinco ou seis horas da manhã, levavam um cesto de palha, o “cofo”, a comida preparada ainda de madrugada para o almoço, realizado por volta de nove horas da manhã, e, às vezes, contavam com algum animal de carga (jumentos ou mulas). O coco coletado era depositado num “silo” ou “barração” que podia ser junto ao próprio local de moradia da quebradeira ou próximo ao babaçal naquelas áreas mais afastadas. Feita a coleta, - vencido os perigos da mata e/ou a violência dos fazendeiros em áreas de “coco preso”⁴⁷ - passava-se à quebra do coco. A quebradeira posicionava o coco sobre o machado e batia com o porrete de modo a quebrar a dura casca do coco babaçu num esforço repetitivo que geralmente levava a mutilações e artroses. Do babaçu se aproveitava a casca para o fogo, também havia quem fizesse carvão, a amêndoa era utilizada para produzir o óleo usado no preparo das refeições e o sabão para uso doméstico. A palha servia para produção de cestaria, como, por exemplo, o “cofo” e o “cajá” utilizados no transporte de frutos e alimentos, para a confecção das esteiras usadas como portas e janelas e na cobertura das habitações. Geralmente a coleta era realizada em grupos formados com base nos laços familiares e/ou de vizinhança. Tal organização assegurava um mínimo de segurança em lugares ermos e, no mais das vezes, perigosos. Contudo, a importância do grupo podia ir além da prevenção contra ataques de animais ou acidentes, incluindo também formas coletivas de trabalho. Tal era o caso do “rodízio”, uma forma de ajuda mútua praticada pelas coletoras do norte goiano. No caso, várias mulheres quebravam, num dia, uma quantidade determinada de babaçu para uma outra quebradeira. A beneficiada devia oferecer o almoço, geralmente matava-se um porco ou frango, para estas ocasiões. O número de participantes podia oscilar entre três ou quatro até várias dezenas de quebradeiras. Dado o caráter recíproco da quebra coletiva, as quebradeiras que costumavam atender com frequência às solicitações das suas vizinhas podiam contar com mais braços nas quebras em seu benefício. Além dos usos votados à subsistência, a atividade da quebra de coco aparecia ligada a um mercado de dimensões regionais articulando a produção das quebradeiras espalhadas pelos sertões aos núcleos urbanos estabelecidos na beira do Tocantins (Filadélfia, Babaçulândia, Carolina, Tocantinópolis) e a cidade de Belém (PA), principal centro comercial da região Norte.⁴⁸

⁴⁷ Locais onde a quebra era proibida e/ou permitida mediante pagamento de renda.

⁴⁸ O babaçu coletado na região do povoado Lontra era transportado até Babaçulândia de tropa de jegue ou burro sendo o percurso realizado em torno de dois ou três dias: “O babaçu saía daqui em tropa. Em tropa. Os que tinha condição podia ir a cavalo, mas a maioria era de pé, que você não ia deixar de levar uma carga de coisa pra vender lá pra ir montado. Então você botava a cangaia em seu cavalo e ia tocando ele.

A amêndoa do babaçu era vendida e/ou trocada com vistas à aquisição de alimentos, querosene, remédios, ferramentas, calçados, panos, material escolar (nos povoados com escola). De modo que fica bastante clara a existência de uma complementaridade entre a produção dos roçados e a quebra do coco babaçu que, além de seu papel na subsistência, também era importante na obtenção de algum dinheiro e/ou artigos urbanos. As famílias de lavradores em situação de desequilíbrio, recém chegadas, acometidas de doenças, acidentes, mortes ou perdas nas colheitas, usavam o coco babaçu (ou o dinheiro obtido da venda da amêndoa) para adquirir “mantimentos” (arroz, feijão, farinha, carne-seca) e artigos de primeira necessidade, como o querosene. Os produtores já estabelecidos, notadamente as famílias extensas, com vários roçados e “criação”, podiam utilizar os recursos obtidos com a venda do coco na aquisição de bens não produzidos. Neste caso, o destaque ia para artigos como o querosene, pólvora, ferramentas, panos, calçados, café, açúcar, cachaça, rapadura etc. Os agricultores melhor aquinhoados usavam os recursos obtidos na quebra na compra de cabras, porcos ou algum gado. Havia ainda, algumas famílias de lavradores em condições de dispensar as mulheres da “quebra”, ao menos da coleta destinada ao mercado, ficando os serviços femininos reservados aos cuidados da casa:

Em casa a gente quebrava pra tirar o óleo. Pra vender não. Tinha muita gente que quebrava, mais quebrava o babaçu pra vendê. O próprio coco sem ser o óleo. Quebrava o babaçu, tirava a amêndoa e ensacava e levava pra Babaçulândia. Faziam isso os mais pobres. Por que as vezes a pessoa queria comprá uma coisa e não tinha condição. Queria comprá um arroz, mas não tinha animais pra vender. Nós vendia um porco, vendia uma galinha, vendia um saco de arroz, feijão que tinha bastante. Era coisa mais fácil de vender, por que se você fosse quebrá o coco e vende e levá pra Babaçulândia, pra vende um saco de coco, não compensava nem a viagem. [...]. Nós não. Não quebrava coco não [para vender]. Por que o pessoal do Maranhão, meu pai quando veio do Maranhão pra aqui, não eram acostumado com isso. Nem saber quebra coco não sabiam. A gente sempre usava o óleo do porco pra poder cozinhar. Em casa sempre tinha dois três porco no chiqueiro, matava um enlatava e tirava aquela banha. Mas tirava o óleo do porco também. Com o tempo mamãe começou a quebrar coco, mas era pra nós, não era pra vender. (Domingos, Araguaína, 2007).

Aliás, vamo encurta a história que quando era de Araguaína, que hoje é Araguaína, que era o povoado Lontra e Sucruíu nós tinha a obrigação de fazer o frito, quem tinha uma tropa boa como seu Vidal era dois dias e meio, quem tinha tropinha de jegue era três dia. Pra ir e voltar. Fazendo a madrugada com três dia tava aqui de novo pra carregar de novo e levar aquele babaçu. Era assim que acontecia” (Aurora, Araguaína, 2007).

Nas famílias consideradas prósperas, principalmente de comerciantes, “fazendeiros”, donos de “chácaras” (plantadores de café, cana, fumo e outros cultivos mais valorizados) e tropeiros, as mulheres (mães e filhas) não coletavam o coco babaçu ou apenas o faziam para uso doméstico. Esta organização do trabalho familiar aparecia na família de Salomão Cardoso, comerciante, dono de “chácara” com lavoura e engenho de cana:

Meu pai não deixava as minhas irmãs [quebrar coco]. Meu pai era assim, mais elevado. Ele tinha uma graninha. Tinha uma coisa, tinha outra. Ele não deixou elas quebrar coco. Mas tinha muita gente que quebrava coco pra ele (...). O pessoal que quebrava coco era mais fraco, era o povo que precisava. No Neblina [povoado] tinha muita quebradeira de coco. Aqui e em Tocantinópolis, a cidade mais velha, também. No Exu tinha quebradeira de coco (Dantas, Araguaína, 2007).

Na fala de Dantas fica explícita uma distinção social demarcada, entre outros fatores, pelo fato de mulheres estarem livres ou obrigadas a quebrar coco. Enquanto as mulheres pertencentes às famílias “mais elevadas” ficavam entregues aos afazeres domésticos, as hierarquicamente inferiores na escala local, os grupos “mais fracos”, viam-se às voltas com a coleta do babaçu. Atividade que incluía a quebra do coco mediante pagamento de diária ou em regime de “meação” para os “donos dos cocais”.⁴⁹ Nesta categoria não entravam apenas os donos de chácaras e de comércio, mas também alguns lavradores, que, como mostrei antes, percorriam as matas explorando o babaçu.⁵⁰

Então se tu quer saber do início da Levinha [fazenda], nós chegamo aqui tinha um morador. Ainda é vivo, mora bem na Gurguéia, Joaquim Veneranda, ele mora aí. Então eu procurei pra ele o significado e ele disse: ‘pois é rapaz, eu abri centro de quebra de coco aqui, se tu quiser botar teu povo pra quebra coco é por ali. Isso aqui é eu que domino pro meu povo’. Tá bom. Eu voltei no Sucrú e trouxe 25 muiér. Quebra coco. E nós andando nas matas, caça danada, e nós comendo que era uma beleza (Aurora, Araguaína, 175).

⁴⁹ “Quebrava de meia e quebrava de três/um. A gente quebrava dois pro dono e um pra gente. É, eu cansei de quebrar, quando a pessoa queria do bem bom, partia o meio. Quebrava debaixo dos pés, quebrava dois pra gente e um pro dono. Lá dentro dos mato. A gente não queria ir pra dentro do mato. No mato era mais complicado. Têm cobrona, têm tudo. E aí não pega sombra o dia todo. Tem que quebrá no sol. No sol é mais ruim, quem é que gosta de sol? Pra pega sol só na praia. Nós ia porque nós gostava de arrumar um dinheiro pra casa. Não tinha mais coco livre aqui. Fazia mudança, ia passava um mês. No mato quebrando coco. Todo dia” (Deusa, Araguaína, 2007).

⁵⁰ Como referi anteriormente os lavradores que entravam nas zonas de mata fechada e descobriam babaçuais costumavam estabelecer certos direitos sobre estes “territórios”. No caso, o lavrador se convertia no “dono do cocal” e como tal costumava formar um grupo de mulheres que quebravam o coco no próprio local em regime de meia, ficando também para o “dono do cocal” o direito de comercializar o babaçu.

No discurso de Aurora ganha relevo a figura dos descobridores de áreas novas, os “exploradores” que “abriam” os “centros de quebra” e ficavam “donos dos direitos” de caça e coleta nestes lugares. Talvez, ambas atividades estivessem associadas, com o “dono do cocal” se dedicando a caça enquanto as mulheres por ele contratadas quebravam coco. No caso da coleta fica bastante explícito o seu caráter comunitário, *isso aqui (...) eu domino pro meu povo*. Por outro lado, o acento no coletivo não impedia ao “descobridor” e “dono” acumular certas vantagens sobre as coletoras. No caso, o direito de comercializar a produção, mas também de definir as condições da partilha do babaçu:

Eu hoje moro aqui, mas eu sou morador mesmo é do Sucruiu. Lá onde eu fazia minhas rocinha, lá onde eu plantava, lá eu mandava quebrar os coquinho, também ajuntava pra dar pros outros quebrar eles na meia, entendeu? Num paiol, num paiolzinho, coisa bem enxutinha, coisa bem feita. Quando ele quebrava aquilo e eu não pudesse comprar a parte dele, ai nós botava num cargueiro e ia vender em Babaçulândia e dividi o dinheiro (Aurora, 2007, p.168).

Os vínculos estabelecidos entre o lavrador e a quebradeira sugerem que a reciprocidade entre os produtores, embora fosse um dos fundamentos da sociabilidade rústica, coexistiam com relações hierárquicas e mesmo patronais. Creio que a vigência destas relações entre os lavradores constituía tanto uma forma de diferenciação social no interior deste segmento, como também - com importantes desdobramentos do ponto de vista do estabelecimento do modo de dominação tradicional ou da dominação capitalista com aspectos tradicionais - estabelecia uma identificação entre os lavradores e comerciantes.

Pode-se dizer que os lavradores-comerciantes instituíam o “coco preso” e agiam como patrões diante de quebradeiras, no mais das vezes, moradoras de seu próprio centro ou povoado. A disposição para o trabalho e a hierarquia entre gêneros - traços da cultura rústica - contribuíam para o estabelecimento de redes de patronagem entre os próprios camponeses.

Com base no exposto percebe-se que com exceção da pesca, as demais atividades dos lavradores - lavoura, caça e coleta - estavam, ao mesmo tempo, voltadas para o consumo próprio e para o comércio. Embora os roçados estivessem mais ligados à subsistência, havia a liberação de algum excedente que podia ser convertido em

dinheiro para o lavrador. A divisão entre “roçado, pra comer” e, “quebra do coco, para vender”, fórmula usada pelos antigos moradores para descrever a forma como, no passado, o trabalho era organizado, apesar de válida, parece não esgotar a complexidade do sistema de produção vigente entre os lavradores e quebradeiras desta porção do norte goiano. Um olhar mais atento é suficiente para enxergar na própria coleta do coco babaçu a coexistência entre produção destinada ao auto-consumo e para o mercado. Como assinaléi antes, na região do Lontra, ao contrário de Babaçulândia e de outras áreas da beira do Tocantins, a figura do agregado não era importante do ponto de vista da organização da produção, já que aí ganhava relevo o lavrador-posseiro livre das formas de renda da terra. Todavia, no que diz respeito à coleta do babaçu, atividade ligada a um mercado regional importante para a época, poder-se-ia falar da coexistência de distintas formas de acesso aos cocais. Assim, enquanto em certas áreas havia o “coco livre”, coleta sem pagamento de renda, noutras já aparecia o chamado “coco preso”, isto é, na qual o acesso aos cocais implicava na entrega de parte da produção das quebradeiras para os donos das terras e cocais. Portanto, no sertão do Lontra, nisso acompanhando as localidades da beira do Tocantins, havia um processo de apropriação privada dos cocais, com destaque para a imposição do regime de meação, que caminhava junto com o reforço do poder dos comerciantes e donos de lavouras e rebanhos, mas que também criava condições para processos de diferenciação social entre os próprios lavradores.

Passo agora a analisar as relações entre os lavradores e comerciantes no sertão do Lontra. Devido à oferta elástica de terras que havia no sertão do Lontra, até meados do século passado, não se realizava plenamente a figura do fazendeiro-tradicional que extraía renda da terra de seus agregados, de modo que as relações entre os donos de lavouras e/ou de rebanhos e os lavradores não ia além do emprego ocasional do trabalho destes. Todavia, a figura destes patrões era, por assim dizer, acrescida pelo fato de que os “donos de chácaras” e os “fazendeiros de gado” eram, no geral, os comerciantes que abasteciam os povoamentos rústicos de artigos urbanos e compravam a produção dos lavradores. Dito isso, é forçoso reconhecer que a hierarquia social local estava fundamentada nos vínculos mercantis que ligavam os lavradores aos comerciantes. Neste ponto, as categorias dos donos de lavoura e donos de rebanhos eram englobadas pela categoria dos comerciantes - verdadeiros patrões locais. O vínculo entre estes e os lavradores, apesar de sua natureza formal, foi forte o suficiente para permitir a

constituição de uma hierarquia e relações de patronagem envolvendo ambas categorias sociais.

A atividade dos comerciantes, primeiro dos ambulantes que percorriam a região, e depois dos donos de armazéns, ao passo que aparecia aos olhos dos lavradores e camponeses enquanto necessárias e permeadas por laços pessoais, também implicava em apropriação da produção dos lavradores através dos circuitos mercantis. À imposição dos preços dos gêneros rurais segundo os interesses urbanos, somava-se o poder de manipulação de preços e pesos por parte dos mercadores que percorriam os sertões. Portanto, o comerciante aparecia como o mediador por excelência, beneficiando-se da sua posição bascular entre o mercado e os lavradores e daí extraindo seus ganhos econômicos e políticos. Veja-se que, os principais patrões do povoado Lontra começaram suas carreiras traficando entre ambos os mundos, Casimiro Soares e Osvaldo Cardoso eram capangueiros, exercendo um tipo de comércio onde o arbitrário e a violência são expedientes usuais. Salomão Cardoso foi ambulante, vendendo artigos urbanos e remédios no povoado Lontra, antes de se estabelecer também como dono de chácara e engenho. Aliás, as outras duas atividades existiam visando o comércio. A partir da posição de comerciantes e, sem abrir mão dela, é que tais agentes tornavam-se donos de lavouras e de rebanhos e nessa condição apareciam como empregadores ocasionais da força de trabalho excedente dos lavradores.

Neste sentido, cumpre tentar examinar melhor a natureza dos vínculos existentes entre os produtores rústicos (lavradores e quebradeiras) e os comerciantes. A começar pelo que distinguia uma categoria da outra. É possível chamar a atenção para dois aspectos: um diz respeito aos recursos que cada um era capaz de mobilizar, mínimos no caso dos lavradores, que não raro chegavam andrajosos, descalços e famintos ao povoado, junte-se a estas condições a indisposição habitual dos lavradores em relação às atividades mercantis.⁵¹ No caso dos comerciantes, os recursos eram significativos, a começar pela tropa de animais, espécie de capital fixo das empresas rústicas, algum recurso financeiro para adquirir as mercadorias e/ou relações pessoais com comerciantes maiores, como, por exemplo, os vínculos familiares que uniam Salomão Cardoso a seu irmão e outros donos de armazéns e lojas de Carolina, ou ainda as relações entre seu

⁵¹Nas palavras de um morador e fazendeiro tradicional de Babaçulândia: “Meu pai não gostava de comércio, meu pai não era comerciante. Meu pai era trabalhador, lavrador, mexia com gado, meu pai deste tipo, criava bode, criava tudo. Meu pai era assim, não queria nem saber de ninguém vender nem uma banana. Ele não acreditava nisso. Não era home de negócio” (Carneiro, Babaçulândia, 2007).

sobrinho, Osvaldo Cardoso, e os comerciantes de Recife.⁵² Certo capital, relações pessoais (o que significava capacidade de endividamento), tropa de animais e/ou barcos e disposição para o comércio, o que implicava, entre outras circunstâncias, suportar os rigores das longas jornadas, pelo menos até que fosse possível pagar pelo frete dos tropeiros e habilidade para construir relações de mercado que incorporavam traços da sociabilidade rústica - apareciam enquanto atributos típicos dos comerciantes sertanejos. Assim, a venda no fiado, regra geral em centros e povoados de lavradores onde o dinheiro, no geral raro, aparecia mais durante as colheitas, constituía uma necessidade para os comerciantes. Por outro lado, implicava também uma relação de confiança entre o lavrador e/ou a quebradeira que comprava a crédito as sementes, ferramentas, panos, alimentos, remédios e outros artigos aos donos de comércio. Nestas situações, a relação pessoal, regra entre familiares e vizinhos, organizava também a relação dos lavradores com os ambulantes, tropeiros e donos de armazéns. Mas, ao contrário das trocas realizadas entre lavradores (ajuda mútua, empréstimos de alimentos), as trocas estabelecidas entre estes e os comerciantes levavam ao endividamento permanente dos agricultores e das quebradeiras. Isto é, o produtor, mesmo quando pagava a sua dívida com o comerciante, após a venda de algum excedente (alimentos, peles, babaçu), via-se premido pela necessidade de adquirir novos artigos e, deste modo, reproduzia a sua dependência em relação ao comerciante. A dívida aparecia nestas situações enquanto vínculo simbólico, criando certa identificação entre ambos agentes, e também enquanto relação mercantil, garantindo as práticas monopolistas que organizavam o comércio nos sertões. Selava-se o elo entre ambos personagens criando num único movimento de identificação, hierarquia e apropriação da produção. A identificação, calcada na confiança e no valor da palavra, conferia legitimidade e assegurava a continuidade das trocas entre ambos agentes. Em outras situações, em vez da identidade, o mote era a distinção. Tal era, por exemplo, o que ocorria nas situações de enfermidade. Aí, os camponeses não costumavam recorrer aos comerciantes, encontrando algum apoio apenas entre parentes e/ou vizinhos. Caso a sociabilidade tradicional fosse levada adiante, o comerciante teria de abrir mão do dinheiro, sem saber se haveria retorno dos recursos, em nome da manutenção da relação. Mas isto seria um contra-senso. Este participava do sistema de valores dos lavradores até o ponto em que esta identificação

⁵²“Ele comprava fiado, ele comprava lá na Carolina tinha uma loja chamava Leão de Ouro e tinha um bocado de comerciante lá, todo mundo confiava no meu pai. Ele comprava fiado, pagava de ano em ano, todo ano ele ia fazer uma compra lá e aí ele levava o dinheiro, pagava e trazia os (...) a mercadoria” (Dantas, Araguaína, 2007).

permitisse a realização do lucro.⁵³ Em outras situações, quando a relação de forças permitisse, o uso dos expedientes patronais típicos do “mau patrão” eram usuais, tornando palmar as clivagens entre ambas categorias sociais. Tal era a situação das quebradeiras que, forçadas a vender ou trocar o coco babaçu para adquirir gêneros básicos, expunham-se a práticas de manipulação de preços e medidas, por parte dos compradores.

Fora das relações mercantis, havia outras situações em que os comerciantes locais participavam do mundo dos lavradores e quebradeiras. Uma destes momentos privilegiados se dava durante a realização de festas religiosas nos povoados. Nestas ocasiões os comerciantes do lugar não hesitavam em fazer doações em produtos, como porcos e frangos, leiloados em benefício da paróquia. Aí, novamente o que poderia parecer aos olhos dos lavradores pobres como um gesto de generosidade e identificação com a população local também funcionava como uma forma de distinção em relação aos demais moradores e, por aí, acusava a separação entre ambos segmentos. Aliás, a existência de uma organização por classes – comerciantes, fazendeiros e lavradores, – onde cada grupo era responsável por parte dos festejos, reforçava e dava visibilidade à hierarquia social local. Além do fiado e das festas religiosas, os comícios políticos, a partir da década de 1950, também eram momentos em que os comerciantes exerciam a patronagem sobre os lavradores. Nisso, os comerciantes não encontravam adversários no povoado. Afinal, as relações dos lavradores com o mundo urbano eram, em boa medida, um apanágio dos comerciantes, não só as relações com o mercado, mas também as relações com o Estado, o patrão dos patrões. Aí sua posição basculante, tanto em suas relações com a elite econômica e política regional, como também os vínculos patronais, mediante venda a crédito e a compra da produção dos lavradores, rendia ganhos políticos, de modo que os comerciantes apareciam enquanto os chefes políticos naturais da localidade. No caso, durante os eventos eleitorais, a dádiva patronal manifestava-se na realização de comícios seguidos por festejos, nisso, seguindo os costumes da região, com churrasco, cachaça e forró. Tal empresa tinha endereço certo, as disputas eleitorais locais e regionais. A fartura momentânea da festa, o que não era pouco para quem, mais do que a fome de fato, sofria com a “fome psicológica”, assegurava a perpetuação desta ou daquela facção no poder. Os lavradores, acostumados a enxergarem nos

⁵³Eric Wolf chama a atenção para a tensão que seria constitutiva da relação camponeses – comerciantes:, segundo este: “Onde encontramos camponeses envolvidos em mercados em rêde, encontramos também o mercador e o lojista olhados como estranhos, mesmo que residam na aldeia. Eles pertencem à categoria de referência negativa do camponês” (Wolf, 1970, p.73).

comerciantes o mercado e o estado, não estavam ali para discutir ou reforçar convicções políticas, mas para usufruir a reciprocidade, ainda que mínima, proporcionada pelos padrões locais.

Com o estabelecimento da fábrica de sabão de babaçu Dirce S/A, durante a década de 1950, a localidade, por assim dizer, internalizou a cadeia produtiva do coco babaçu. A fábrica, que produzia sabão e sabonete de babaçu, possuía uma planta pequena com poucos trabalhadores, na sua maioria, diaristas contratados para serviços gerais. De outro lado, as relações dos comerciantes com as quebradeiras de coco continuavam como no passado, isto é, com as mulheres vendendo ou trocando seu coco por mercadorias de uso cotidiano fornecidas pelos mesmos agentes mercantis.

Contudo, o estabelecimento da indústria extrativa reforçou a estrutura produtiva local, assentada na coleta do coco-babaçu, intensificando a tendência à apropriação privada dos cocais, isto é, houve um aumento das áreas de “coco preso” em detrimento das áreas de “coco livre”. Assim, junto ao lavrador-posseiro, ganhava relevo a figura da quebradeira contratada em regime de meia ou diária e dos “donos de cocais”, que tanto podiam ser os próprios lavradores, como também os donos de chácaras, tropeiros, fazendeiros e comerciantes da localidade.

Pode-se dizer que os comerciantes continuavam no topo da hierarquia social, embora dividindo o poder com a fração industrial do capital estabelecida na localidade. Neste caso, vale destacar que, Zeca Barros, na época gerente da fábrica de sabão, chegou a ser prefeito da cidade durante a década de 1960. Com a instalação da Dirce, os comerciantes de babaçu passaram a conservar uma maior fatia dos lucros, dado à redução dos custos do transporte, mas também porque estes podiam vender suas cargas de babaçu diretamente para a fábrica, portanto simplificando a cadeia mercantil. Os caminhões da fábrica Dirce se encarregavam de buscar a amêndoa do coco nos depósitos dos comerciantes assegurando para ambos padrões uma maior margem de lucro.⁵⁴ O estabelecimento da Dirce não criou, visto ser uma indústria apoiada nos sistemas produtivo e mercantil tradicionais, tensões com os fazendeiros e comerciantes que, até então, ocupavam a posição superior na hierarquia social, pelo contrário, os donos de comércio encontraram no estabelecimento da fábrica uma oportunidade de ampliar seus ganhos econômicos aquilatando-se aos padrões da beira do Tocantins.

⁵⁴ “Eu comprava babaçu, comprava e eles, o pessoal da Dirce, iam com o caminhão e panhavam na minha casa. Comprava bastante babaçu, eu acho que dos comprador eu era que dava mais. Tinha muito, tinha aqueles centro Jussemar, Marimar, lá pra dentro, e vinha aquele povo vendê o coco tudo pra mim” (Braz, Araguaína, 2003).

Assim, o que aconteceu foi um reforço do poder econômico dos fazendeiros e dos comerciantes locais.

Neste sentido, a partir da década de 1950, à medida que a localidade do Lontra ganhava em expressão demográfica e econômica, delineava-se uma hierarquia social bastante próxima dos centros populacionais mais densos da região, como Babaçulândia e Filadélfia, por exemplo, com o aparecimento, nestas localidades de uma série hierárquica composta por lavradores-coletores, fazendeiros, comerciantes e donos de fábrica de óleo.

Neste capítulo procurei apresentar o “mundo rústico” do setentrão goiano em suas linhas gerais. Na narrativa privilegiei os lavradores enquanto chave para o entendimento deste ambiente natural e social. Fiz isso na medida em que acredito que os camponeses apareciam como portadores de relações, valores e instituições particulares e, enquanto tais, eram responsáveis pela singularidade deste cosmos social. Por outro lado, procurei reconstruir aspectos do modo de vida dos agricultores tradicionais sem perder de vista suas relações com outros agentes – fazendeiros, comerciantes – presentes neste quadro. Neste ponto, tive a pretensão de desvendar os vínculos que prendiam os grupos uns aos outros e, por aí, sugerir a existência de uma hierarquia social própria ao ambiente rústico.

Creio que a construção de uma descrição mais rica e articulada do mundo do lavrador tradicional deve incluir um exame mais rigoroso das festas e práticas religiosas, já que ambas atividades compõem, junto com a economia de excedentes e a organização familiar e vicinal, o cerne do ambiente rústico que existiu nesta porção da Amazônia.

No próximo capítulo buscarei descrever e analisar os efeitos da “modernização da agricultura” e da urbanização sobre os ambiente natural e social criado pelos lavradores-posseiros. Centrarei o foco da narrativa no processo de destruição-recriação do mundo ligado ao avanço da frente pioneira, tentando, na medida do possível, apreender a leitura feita pelos próprios roceiros diante destas transformações.

Manoel do Bruno do Pé do Morro



Manoel do Bruno, líder religioso da comunidade do “Pé do Morro”, espera que, assim como ele sucedeu o “padrinho” - antiga liderança do povoado que substituiu Dona Antonia - apareça uma pessoa mais jovem para receber seus ensinamentos e olhar pelos romeiros depois que ele for embora.

Davi, senhor e senhora Cruz



Davi (principal informante em Araguaína), seu Raimundo Cruz e sua esposa em Araguaína durante um trabalho de campo em junho de 2008.

3 – O sertão: morto, recriado e espelho

«Pauper ubique jacet»⁵⁵. Ovídio. Os Fastos.

No Setentrião Goiano, nas terras compreendidas entre o Tocantins e o Araguaia, pôde surgir um mundo rústico assentado, em boa medida, nas relações de dependência diretas estabelecidas pelos lavradores entre si, através dos vínculos familiares e vicinais, e destes em relação à natureza, mediante uso de recursos tradicionais. No coração da vida social deste coletivo apareciam os roçados, complementados pela coleta, caça e pesca. Poder-se-ia usar a imagem de Braudel e dizer que nestas paragens havia “um mar de agricultores” em meio ao qual os demais grupos e atividades pareciam “ilhas”. Não obstante, esta organização social se ligava ao mundo urbano de onde vinham mercadorias e valores que eram re-elaborados pelos lavradores. Tais vínculos se davam mais pelo mercado, sendo pouco importantes, do ponto de vista da economia e das relações de poder, as formas de extração de renda assentadas no controle da terra. Nos ermos do norte do Goiás, a propriedade privada desempenhava papel secundário e ou simplesmente inexistia. A partir do final da década de 1950 e durante o decênio seguinte este ambiente foi devassado por novos pioneiros: fazendeiros, empresários e grileiros escudados, isto é, financiados e legitimados, pelo Estado Autoritário, e garantidos - de fato – pela pistolagem, “alugada” ou em caráter “efetivo”. A súbita valorização das terras cortadas pela Belém-Brasília e as facilidades econômicas e fiscais oferecidas pelo governo militar para aqueles que se estabelecessem na Amazônia Oriental eram alguns dos atrativos para os novos pioneiros. Surgia um “Peru” em pleno coração do Brasil e os bandeirantes não tardaram a aparecer.

Os agentes identificados à frente pioneira entraram em choque com as populações sertanejas estabelecidas nestas paragens com destaque para os lavradores e “quebradeiras”, no mais das vezes, arrancados violentamente de seus meios de vida. Em poucos anos, grandes extensões de florestas viraram pastagens para o gado restando pouco ou quase nada das paisagens naturais, dos antigos roçados e dos povoados e centros de lavradores. Neste capítulo, após uma breve caracterização da modernização da agricultura no norte goiano, procuro descrever e interpretar os processos de

⁵⁵ “Em toda a parte os pobres são infortunados”.

expropriação dos lavradores rústicos, levado a cabo por fazendeiros e empresários do centro-sul. Trata-se de reconstruir aspectos importantes do desencontro e/ou mau encontro entre as frentes de povoamento e econômica apontando para os desdobramentos ambientais, sociais e culturais que imprimiram à localidade as feições de uma fronteira política.

3.1 - A modernização da agricultura no Goiás

O aparecimento das fazendas de gado modernas no norte goiano, notadamente no vale do Araguaia, constitui um fenômeno análogo ao surgimento da própria cidade de Araguaína, ambos os processos só podem ser compreendidos no contexto da modernização conservadora experimentada pela Amazônia ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Foi no bojo deste processo que se deu a integração do território goiano-tocantinense aos mercados nacional e global. Com a construção da rodovia Belém-Brasília, Br 153, em 1958, artéria que liga a Amazônia Oriental ao sistema espacial nacional, concretizou-se um modelo de expansão *pioneiro* com base na agropecuária extensiva, alterando substancialmente as relações sociais na região.

Assim, formou-se uma classe de proprietários, na sua maioria vindos do leste, cuja riqueza e poder baseava-se na terra e na exploração da mão de obra aviltada dos posseiros desapropriados e dos imigrantes nordestinos. Estes contingentes de camponeses empobrecidos constituíram um proletariado rural e urbano que passou a sobreviver como agregados, peões e/ou como trabalhadores urbanos sem qualificação.

A expropriação - acompanhada de re-campanização e/ou proletarização dos posseiros - atendia tanto ao interesse do governo militar em promover a agricultura de exportação, com vistas a aumentar o saldo da balança comercial, como também reforçava a posição das oligarquias regionais numa região marcada pela coexistência e conflitos envolvendo distintas configurações sociais e espaciais. A própria existência de produções camponesas no setentrão goiano, como em outras regiões da Amazônia, aparecia aos olhos dos militares e fazendeiros como uma ameaça potencial à ordem autoritária. Ameaça que, por assim dizer, ganhava concretude à medida em que os agricultores pobres, lutando por terras e direitos, apareciam enquanto sujeitos políticos.

No Velho Goiás - a exemplo das “Ligas Camponesas” de Francisco Julião na zona canavieira de Pernambuco - os lavradores de Uruaçu, nas décadas de 1940 e 1950, mobilizaram-se para garantir seu direito à terra contra os achaques dos fazendeiros e grileiros. Para isso, criaram suas “ligas”, sob a liderança de Porfírio Dias, protagonizando a revolta camponesa de Formoso e Trombas. Os roceiros chegaram a obter algumas vitórias, como o reconhecimento de direitos sobre áreas de terras por parte do governo de Mauro Borges. Mas, com o advento do Golpe Militar, os pequenos agricultores acabaram violentamente reprimidos, de modo que, em 1964, já não se ouvia mais falar de Porfírio Dias e de seus companheiros. A Guerrilha do Araguaia (1970-1972), na região de Xambioá, na fronteira do norte goiano com os estados do Mato Grosso e do Pará, também politizava a questão fundiária ameaçando incendiar o “Bico do Papagaio” e outras áreas da Amazônia Oriental.

Neste quadro, a resistência dos posseiros podia se transformar em luta aberta entre as classes. Assim, além dos interesses econômicos, os móveis políticos também ganhavam relevo no estabelecimento da aliança do latifúndio com o capital sob a proteção do Estado Autoritário. Desapropriar os posseiros e convertê-los em trabalhadores rurais e/ou agregados constituía um dos pontos que, por assim dizer, aproximava militares, fazendeiros e empresários que passaram a investir na região.⁵⁶

Talvez, ninguém tenha expressado melhor do que o senador Benedito Vicente Ferreira - que, por assim dizer, personificava tanto o capital, como também o Estado nesta fronteira amazônica - a política de desestruturação da produção camponesa acompanhada pela redução dos posseiros à condição de dependentes dos donos de terras. Em seus discursos e projetos sobre a “questão agrária”, Benedito, apresentava as ocupações de terras devolutas enquanto atividades ilegais causadoras do atraso econômico e social do estado do Goiás e da Região Norte.

Num discurso sobre “A ocupação da terra e a fixação do homem no campo”, proferido em novembro de 1973, o senador batia-se contra o direito ao *usucapião*, medida legal que daria respaldo jurídico a demandas de lavradores que ocupavam terras públicas durante vários anos. Afirmava que a ocupação de terras devolutas feria a Lei,

⁵⁶ Para Octávio Ianni, a expropriação do índio e a política indigenista do Estado implicava em “dois processos econômicos simultâneos: expropriar índios e comunidades indígenas de suas terras; e transformar o índio em força de trabalho disponível e barata para os empreendimentos capitalistas incentivados e protegidos, econômica e politicamente, pelo Estado”. Os mesmos processos econômicos presidiam a expropriação dos lavradores tradicionais. Os posseiros são “expulsos de suas posses, transformando-se em força de trabalho disponível e barata para a formação e expansão de latifúndios, fazendas e empresas” (Ianni, 1979, p.245 – 246).

ensejando o aparecimento dos “grileiros” e “especuladores”. Benedito agarrava-se ao princípio estabelecido pela Lei Terras de 1850, segundo o qual ficavam proibidas as aquisições de terras públicas por outro título que não fosse o de compra. Atacava juristas e políticos que, “liderados por Miguel Reale”, tentavam soerguer a lei do *usucapião* com vistas a estabelecer um amparo legal aos posseiros (Ferreira, 1986, p.66 – 70, 1986).

O senador apontava os roceiros como agentes desorganizadores do regime fundiário, responsabilizando-os pelo aparecimento dos grileiros e especuladores. Além do conflito com a ordem jurídica e a desorganização fundiária, as ocupações de terras devolutas eram associadas ao povoamento “desordenado” do território, o que, por sua vez, levava ao atraso econômico e social da Amazônia. Provando a quadratura do círculo, o senador sustentava que os próprios lavradores eram os causadores da violência da qual eram vítimas. Por seu turno, os opositores políticos eram apresentados como pessoas “mal informadas”, “intolerantes”, responsáveis por críticas “epidêmicas” e “desairosas” ao governo, que, sobretudo, através do PRORURAL e do INCRA, estava promovendo a ocupação “racional” da Amazônia.

Num outro discurso, proferido em abril de 1975, Benedito volta à carga, acusando os senadores da oposição de “tecer críticas desairosas ao Poder Executivo”. Na sessão, Benedito chega a estabelecer um contraditório com o senador da oposição Leite Chaves, para quem a inoperância dos órgãos federais destinados a promover a “reforma agrária” ganhava sentido na própria política fundiária do governo militar, cujo objetivo era transformar o agricultor pobre em trabalhador rural. O senador do MDB acusava o governo de não efetivar sua própria legislação agrária e de promover assentamentos de lavradores em lugares e condições precárias com vistas a desacreditar a pequena produção (Ferreira, 1986, p.102). Leitura, aliás, corroborada pelo próprio Ministro do Planejamento dos militares, Roberto Campos, ao se referir ao Estatuto da terra como “lei para ser aprovada, mas não colocada em prática” (Kovarick apud Ferraz, 1998).

Diante do que considerava entraves políticos e jurídicos ao desenvolvimento do Goiás e da Amazônia, Benedito chegou a propor uma legislação “revolucionária”, “mais rigorosa e de aplicação sumária aos usurpadores de terras públicas” (Ferreira, 1986, p.71, p.104). Neste sentido, os posseiros seriam colocados na mesma categoria dos grileiros e, enquanto tais, poderiam ser expulsos de modo sumário das terras *sub judice*. Sem os “processualismos” jurídicos, livre do “despreparo” de alguns juízes e purgado

de categorias legais como o *usucapião*, o Poder Judiciário ficaria mais ágil e consoante com a política agrária dos militares e interesses dos fazendeiros. Parece que a proposta do senador Boa Sorte não foi aprovada, contudo, os segmentos camponeses, desvalorizados economicamente e encarados como subversivos pelas autoridades, continuavam entregues aos fazendeiros e empresários e, nas situações que fugiam ao controle destes, tratados como caso de polícia e/ou de segurança nacional.

A ação parlamentar de Benedito, coerente com a manutenção dos lavradores à margem da legislação fundiária, objetivava dar respaldo as expropriações dos camponeses e, por aí, facilitar o processo de concentração da propriedade e produção de uma força de trabalho integrada à agropecuária em expansão.

O senador procurava legitimar o que já vinha sendo estabelecido de fato no território goiano e em outras regiões amazônicas. Sob a justificativa do combate à grilagem de terras atacava o direito possessório invocado pelos lavradores e, a partir de meados da década de 1970, por religiosos ligados ao chamado clero progressista, de modo a limpar a região, notadamente o baixo Araguaia, para o avanço do latifúndio. Veja-se que os irmãos Boa Sorte já vinham colocando em prática a “terapêutica revolucionária” proposta por Benedito na expulsão dos posseiros das “matas do Lontra”. Segundo um dos bordões da época, o novo regime redimia o nortista abandonado pelas distâncias. Com efeito, os caboclos e sertanejos eram incorporados ao projeto de desenvolvimento, a qualquer custo, vigente no país e em especial na Amazônia. Entraram como mão-de-obra móvel e barata e, no limite, como carvão humano queimado na criação dos meios de produção, notadamente no estabelecimento das fazendas modernas que substituíam o “atraso” dos roçados.

3.2 – A criação das fazendas sobre as cinzas dos roçados e barracões rústicos

Velhos lavradores, originários dos sertões nordestinos, falam da sua migração para o Goiás como uma “ilusão” dos “pobres”. Note-se que o termo pobre, entre populações tradicionais, é quase sinônimo de roceiro. Pobre é o agricultor que vive com a cara e os braços metidos na terra de onde tira seu sustento. No caso, a “ilusão” diz

respeito aos sonhos de “liberdade” e de “fartura” que, após alguns anos, eram desmentidos pela chegada dos “donos das terras”. Geralmente homens originários do centro-sul, goianos, mineiros e paulistas, que, portando título paroquial ou do estado (muitas vezes, apenas um requerimento), estabeleciam-se como proprietários em detrimento dos lavradores. No norte goiano, o “ataque” das “gentes do sul” contra os pequenos agricultores começou no final da década de 1950, com o aparecimento dos “donos das terras” nas “serras da cordilheira” sendo que, no decênio seguinte, os fazendeiros e grileiros já haviam avançado sobre as “matas do rio Lontra”:

Esse ataque ele começou no ano 60. Eles atacavam a Cordilheira, mas nós tava aqui pra dentro. Aí muitos correu, mas já no ano de 1958 já tinha o ataque ai no campo. Nos anos de 1959, 60, por aí, os fazendeiros começaram a chegar dentro das matas, se abeirando, dizendo que eram os donos. Às vez você era um proprietário de 10, 20, 30 anos naquele lugar, mas ele chegou, olhou pra eu e disse que era dele. Eu tenho os documento aqui. Essa terra foi entregue pro latifundiário todinha em Goiânia, antes de Brasília e da Belém-Brasília. Então o governo, não sei nem o nome dele, vendeu esta terra todinha em Goiânia por pouco mais ou menos de nada, pra lá e o povo daqui inocente, coitado, sem saber de nada. O cara chegava com um requerimento, não era título definitivo, só o requerimento da terra, mas ele foi feito lá e nós não sabia disso aqui. Nós não tinha estrada pra ir lá em Goiânia pra requerer terra. O requerimento de oito anos foi o que saiu aqui desabitando tudo, desabitando o povo. Lá o sabido, eles trazia pro besta, ele só chegava e dizia que era o dono (Aurora, Caracol, 2007).

Aí aconteceu que só passou a Belém-Brasília e foi só chegando gente do sul pra cá. Agarrava e comprava o direito de posse, porque não tinha documentação, era com o direito de posse. Naquilo o cara puxava dez, 40, 50, 60 alqueires, cem alqueires, 150 alqueires na ponta da faca. E aí vinha gente lá do sul com dinheiro e mandava, naquele tempo, todo mundo arrumava peão pra trabalhá, botavam uns caras pra fazer picada e pronto passava uma cerca de arame, dois toques, rapidinho ele fazia uma cercona que cercava o mundo inteiro (Domingos, Araguaína, 2007).

Documento em mãos, respaldado pelas autoridades públicas (juízes, policiais, agrimensores, delegados, prefeitos, funcionários do Idago, do Incra, entre outros) e, no mais das vezes, contando com suas milícias, o fazendeiro aparecia diante dos lavradores, “falando grosso” e determinando o prazo para que os posseiros fizessem suas trouxas e saíssem das terras. A legitimidade dos documentos, os direitos dos agricultores, muitos estabelecidos há mais de décadas, nada disso era levado em conta pelas autoridades. Estas, com algumas exceções, por medo ou suborno, endossavam os termos dos donos das terras colaborando com as expropriações e grilagens:

O fazendeiro que adquiria um lote de 100 alqueires de terras devolutas cercava

500 alqueires [...] Era uma grilagem de terra muito grande. O pessoal rico, lá do sul, descia pra cá pro Norte e ia comprando terras, comprava um pedacinho de terra e cercava o mundo. Quem tivesse dentro tinha que sair. Então o trabalhador rural, o pequeno agricultor não tinha vez, só tinha vez o grande produtor (Kardec, Araguaína, 2007).

“Os ricos do sul” “compravam um pedacinho de terra”, generosamente financiados pelo Estado, e “cercavam o mundo”. A grilagem, longe de representar corrupção ou falta de controle por parte dos órgãos governamentais, aparecia como um elemento do projeto de desenvolvimento econômico imposto na Amazônia. Entre os fazendeiros e empresários que afluíam para a região, ganhavam relevo os irmãos Boa Sorte, proprietários da maior parte das terras, muitas até hoje não regularizadas, do recém criado município de Araguaína:⁵⁷

Boa Sorte era dona das terras dos povoado da região, quase todos. Mas se você for checar na documentação é pouca terra que eles têm documentada. Só fizeram chegar e medir e nunca pagaram imposto de nada. Tomaram no peito. Na raça isto aqui é meu e vão embora. Queimaram, mataram gente e que quem tentou resistir acabou saindo ou morria (Domingos, Araguaína, 2007).

Os Boa Sorte entravam nesse lado, no lugar mais valorizado. Nesta beira, mais no rumo da margem do Araguaia, aqui onde a terra fosse boa podia ver que a terra era dos Boa Sorte (...) Não tinha título paroquial desse lado [Araguaia], aí não tinha. Só tinha desse lado de cá [Tocantins]. O homem era deputado federal ia lá e arrumava a documentação do jeito que ele quisesse, quem mandava era ele mesmo e aí fazia este documento e ficava dono da terra (Kardec, Araguaína, 2006).

A fala dos lavradores e também dos velhos moradores de Araguaína permite colocar sob suspeição o projeto de “combate à grilagem” do senador Benedito Vicente Ferreira, no caso, a proposta de pacificação das lutas entre proprietários - das terras e dos instrumentos de poder - na Amazônia mediante uma fiscalização mais rígida dos títulos de propriedade, seguida de uma ação mais ágil dos órgãos públicos de segurança e da Justiça. Isto, certamente não se aplicaria a homens como ele, afinal, ainda hoje, muitas das terras da família Vicente Ferreira não possuem titulação, isto é, eram terras públicas que foram griladas pelos Boa Sorte. O que pareceria insólito, um latifundiário, ao que parece, ligado à grilagem de terras, legislar contra seus interesses, ganha inteligibilidade quando se leva em conta o caráter seletivo das leis do país. Algumas

⁵⁷As grandes fazendas eram essa dos americanos, essa eu nunca ouvi falar que alguém matasse ninguém lá, mas tinha os Boa Sorte, por exemplo, era ... [silêncio]. Os Boa Sorte na época tinha indústria de, de ... tinha fábrica de óleo, Levinha, aqui em Araguaína, tinha a fábrica de sabão, tinha serraria e tinha um monte de fazenda aí para tudo quanto é canto e surgiu muita conversa que eles, ele, ele ... Nessas fazendas morreu muita gente (Kardec, Araguaína, 2006).

leis, como o tão propalado Estatuto da Terra de 1964, foram feitas para “não pegar” no campo. Outras leis, como aquela pleiteada pelo senado biônico, tinham endereço certo, dar à oligarquia, reforçada pelos empresários sulistas modernos, instrumentos para impedir qualquer reação por parte dos posseiros; notadamente os pequenos agricultores do baixo Araguaia, dentre os quais muitos haviam sido expulsos de Araguaína, mas que, com apoio da Igreja, mediante a criação da CPT, tentavam resistir ao avanço dos fazendeiros sobre suas posses.⁵⁸ Por outro lado, as inversões dos empresários na localidade e, por meio destas, a inserção dos regionais nas relações de mercado, permitiam aos Boa Sorte manter certa distância dos especuladores de terras, de modo que sua auto-imagem não correspondia a de simples “grileiros”, mas de “pioneiros” que, ao se estabelecerem no norte goiano, estavam prestando um favor aos sertanejos, já que, graças a eles, os regionais saíam do atraso da coleta e dos roçados de subsistência para tomar parte nas atividades agropecuárias ou urbanas identificadas à modernização.

O mesmo movimento de expropriação que transformava as “terras de trabalho” em “terra de negócio” “liberava” o lavrador dos seus meios de vida.⁵⁹ Com efeito, para as empresas e fazendas modernas instaladas na região não faltava mão-de-obra barata. Acertava-se com os empreiteiros, os “gatos”, a contratação de turmas peões e, em poucas semanas, a mata era derrubada para, em seu lugar, surgirem campos, logo cercados com arame farpado. Com a mesma facilidade se contratavam os pistoleiros, no Goiás e em localidades do Nordeste, para expulsar os posseiros recalcitrantes. Em menos de duas décadas, as terras virgens do baixo Araguaia viraram pastos, surgindo grandes fazendas de criação de gado. A rapidez deste processo impediu a continuidade da produção camponesa que vinha se estabelecendo na região desde o início do século passado. Contrariando uma tradição secular, não foram as terras exauridas pelas “roças

⁵⁸ Neste sentido, veja-se, o livro de Ricardo Figueira, “Posseiros e Padres do Araguaia: A Justiça do Lobo” (1986), notadamente o tópico “Quem são os posseiros do baixo Araguaia”.

⁵⁹ A expressão liberar implica em expropriação dos meios de vida, isto é, alheamento das condições materiais e culturais de existência que incide, geralmente, sobre coletivos tradicionais, índios, lavradores, coletores e pescadores rústicos que, num mesmo movimento, são lançados para fora de “seu modo de vida” e inseridos no mercado de trabalho livre. O termo remete a Marx, precisamente, o capítulo XXIV do Capital, “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, onde se lê:

“O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os movimentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho livre como proletários livres como pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em seqüência diversa e em diferentes épocas históricas” (Marx, 1996, 341-342). Ainda segundo Marx: “[...] estes recém-libertos só se tornam vendedores de si mesmos depois de lhes serem roubados todos os seus meios de produção e todas as garantias da sua existência proporcionadas pelas velhas instituições [...] a história desta sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com caracteres de sangue e fogo” (Idem, p.341).

de toco” que abriram caminho para as fazendas de gado. Aí a pecuária pode saltar, literalmente falando, sobre as organizações camponesas. Como que realizando as profecias do Padre Cícero, as lutas pela terra fizeram com que as águas do Araguaia fervessem e o “capa verde”, isto é, o exército – como que recriando Canudos - pôde fazer sua aparição, “falando em paz e fazendo a guerra”, prendendo, torturando e aterrorizando as populações regionais durante a década de 1970 e 1980.⁶⁰ A fronteira estava se fechando para os lavradores.

Saint Hilaire, no século XIX, observou que, em poucos anos, a agricultura de queimada levaria, em troca de algumas medidas de milho, arroz e farinha de mandioca, à destruição das florestas. Certamente, o viajante francês ficaria impressionado com o fogo atizado pelos pioneiros nas matas do Araguaia. Grandes contínuos florestados, milhares de hectares de matas virgens, reduzidos a pastos para a pecuária semi-extensiva. Quem hoje viaja pelo norte do Tocantins ainda pode escutar relatos de pessoas, famílias e mesmo de comunidades inteiras expulsas de suas terras e moradias pelo fogo tacado nas matas pelos fazendeiros e seus prepostos. João Aurora, a mulher e a filha, na época com poucos dias de vida, estão entre as pessoas que enfrentaram os incêndios nas florestas do Araguaia. No caso, o fogo atizado pelo fazendeiro Ademar Boa Sorte durante a abertura da fazenda Levinha, no final da década de 1960: cerca de trezentos alqueires de terras tomados aos lavradores, desmatados por um exército de peões e, por fim, queimados. O lavrador e sua família eram os últimos de um grupo de vinte e oito moradores que, desde 1960, viviam no povoado Caracol. Os roceiros já vinham sendo apossados por um fazendeiro, chamado Zé Braguinha, que, por volta de 1966, apareceu no lugarejo com um requerimento feito em Goiânia e, com a ajuda da polícia local, começou a expulsar os lavradores:

Aqui era do estado, isso aqui era terra nacional. Então nós metemo o pau. Trabaiemo do ano 62, ele [Joaquim Veneranda] já era de 60, e eu cheguei em 62, já fiz roça e fui tocando. Aí veio os governo dizendo que nós podíamos tocar as roça e nós fumo tocar roça. Planta coisa. Eu tinha bananais grandes, pasto, muita coisa, e ele também. Quando chega Zé Braguinha dizendo que a terra era dele. Eu procurei onde ele tinha comprado essa terra? Foi em Goiânia. Pois é, mas nós precisa ver o primeiro dono. Não é comigo mesmo. Aí botou questão pra nós. Nós demo mais de vinte viagens a Araguaína. Pra resolve isso. Nós tava se perdendo já, foi um dia veio um pessoal ali, que já tinha posto

⁶⁰ Um antigo morador, após relatar o medo que as pessoas tinham de simplesmente andar pelas ruas à noite durante o período da Guerrilha, lembrou de uma prostituta, que dançando com um militar, caiu na asneira de dizer, brincando, que era “terrorista”. Imediatamente a jovem foi retirada do cabaré, levada para o quartel da PM onde foi brutalmente torturada. Depois de convencidos que a mulher não era “terrorista”, os militares liberam-na num estado deplorável (Buriti, Araguaína, 2008).

policial. Nós tava enraizando aí dentro. Aí chegou com a polícia e ele [fazendeiro] diz: Óia, eu não quero nenhum de vocês aqui (Aurora, Caracol, 2007).

Com o recrudescimento do conflito, vários lavradores abandonaram o povoado. Um destes, Joaquim Veneranda, fundador da localidade, resolveu, depois de escapar de uma tocaia preparada pelo fazendeiro, mudar para o centro “Barra da Gurguéia” (Veneranda, Barra da Gurguéia, 2008). Apesar das intimidações e tiroteios, alguns agricultores permaneceram, respondendo às agressões do fazendeiro e, inclusive, obtendo indenização pelas benfeitorias. Diante da resistência dos posseiros, a exemplo de outros fazendeiros premidos pelas mesmas circunstâncias, Zé Braguinha acabou vendendo as terras para os “Boa Sorte”.⁶¹ Estes, além das facilidades legais, possuíam a sua própria “polícia” e tinham fama de ser *gente matadeira*; diz-se que, principalmente, “Ademar gostava mesmo era de matar, pra ficar mais livre. Não gostava de expulsar ninguém. Matando ficava mais livre. Não dava trabaio” (Aurora, Caracol, 2007).

A destruição dos meios de subsistência era acompanhada de ameaças e agressões aos lavradores, de modo que a maior parte das famílias, temendo por suas vidas, deixou o povoado. Alguns, como Aurora e sua mulher, decidiram ficar. Ali a terra era fértil, com boas aguadas, haviam botado roçados e plantado grandes bananais. Tantas e tão extensas eram as florestas que formavam só uma grande “mata geral” com grandes cocais de babaçu, castanheiras e pequizeiros. A caça e a pesca eram tão fartas que apeteciam apenas da melhor carne. Tinham um bom barracão de barro com pomar e animais de criação. O próprio Aurora, depois de falar com Veneranda, havia decidido levar “seu povo” para aquela mata e ali, naquele rancho, havia acabado de nascer sua filha. Estavam *enraizados*. Ir para onde? A lembrança do passado de arbitrariedades, violência e fome no sertão do Maranhão, o elo vital entre os lavradores e o ambiente natural, a dureza das lidas diárias e a exposição cotidiana aos mais variados perigos e riscos ajudam a compreender, por um lado, o apego destas pessoas à terra e, por outro, de onde vinha a coragem para enfrentar o fazendeiro *matador de gente*. Com a expulsão dos vizinhos e a derrubada da mata, a quase totalidade deste mundo estava em ruínas. Contudo, ainda assim, os lavradores ficaram. Talvez, para esperar o fim. E ele veio. Com o fogo. Cuspido pelo próprio diabo:

⁶¹ “Ele [fazendeiro] sabia que aí dentro tinha menino que fazia uma graça com ele e ele ficou com medo. Aí ofereceu a terra pro seu Ademar, seu Ademar disse que comprava, mas no pressuposto dele ser o gerente dela e derrubar todinha num ano os trezentos alqueires e formar a fazenda (...). Aí foi a hora que ele passou pra seu Ademar Boa Sorte” (Aurora, Caracol, 2007).

O cara me prometia e era um diabo, era uma fera e era uma cobra. No dia que eu recebi toda a ameaça - já próximo - o chefão foi comigo mesmo. Meu fio, tu não resolveu aquela proposta de Goiânia, a metade não? Não senhor. Não! Mais tá fácil. Cê não quer? Quero não senhor. Ôces fica esperando aí que, no dia do fogo, vocês sai. Eu tava circulado no meio dos trezentos alqueires. No dia do fogo vocês acha o caminho. Tá bom meu patrão. Mas saí eu não saio (Aurora, Caracol, 2007).

No dia marcado, o fogo foi ateado para fazer a “limpa”, consumir os restos de matas e os animais e posseiros ilhados que, a esta altura, estavam reduzidos à família de João Aurora. O lavrador, sabendo do incêndio, já havia removido as palhas secas do bananal, construído uma cisterna e depositado uma grande quantidade de barro no interior e em volta do poço:

E aí o pau quebrô. O pau quebro. Quando a muiér não agüentava o batidão, aí descia com a menina morre não morre, dá remédio, o mundo todo tomado de fumaça, fogo que só desgraça. Nós agüentou assim vinte e quatro horas. Mas nós tinha o necessário lá dentro [do buraco]. Até que Deus ajudou que nos salvou daquela situação. Aí o véio resolveu a coisa, mais botou uns pouco pra me persegui sabe. Eu não queria sair, que eu não tinha pra onde sair. Até que ele resolveu amaneirar as coisas pra mim. Me liberou pra eu plantá sem renda. Até que ele disse que ia me pagar meus direito, se eu quisesse a metade, e se eu não quisesse tava despachado, morto. Eu peguei a metade, era a ordem que eu tinha era aquela, eu não tinha outra ordem, e eu não tinha com quem sair também. Eu tinha que pegar aquela metade, pagar meus fretes. Mato não ficou dos trezentos alqueires, foi tudo derrubado mesmo. Mas eu não morri lá no meio do fogo dele. Deus me tirou de lá e pronto, to aqui vivo contando minha história pra vocês. E eu achava melhor era contar, se o marvado fosse vivo, na cara dele (Aurora, Caracol, 2007).

Salvo por “Deus e pelo bananal barrido”, Aurora sobreviveu à queimada. Como castanheira derruída pelo fogo, continuava em pé. A persistência fez com que o fazendeiro recuasse minimamente, de modo a estabelecer, durante certo tempo, uma pequena margem de “negociação”, logo aproveitada pelo lavrador, que, se pouco pôde ganhar em termos de compensações materiais (a quantia paga pelas benfeitorias que o posseiro teria de deixar para trás foi ínfima, menos da metade do pouco obtido junto à Justiça), pôde sair vivo, carregando seus pertences e mantendo algo de sua dignidade.

No centro do “Grotão do Facho”, na margem do Lontra, próximo ao povoado Laranjeira, cerca de 30 Km da atual cidade de Araguaína (no atual município de Carmolândia), a família de Braz, lavradores originários do Piauí, também resistia às investidas de um fazendeiro que, intitulado-se dono das terras, passou a expulsar os agricultores da localidade:

Quando meu pai, vindo do Piauí, chegaram não existia demarcação de terras. Entraram na beira do Lontra. E aí começaram a trabalhar a terra. Trabalharam a terra. Após, mais ou menos, um ano, dois anos, que já tinham colhido e tudo mais, então veio a informação que tinha um dono, esta terra tinha um dono e esse dono queria por tudo nos despejar. (Filho do Braz, Araguaína, 2003).

O “dono da terra” moveu um processo judicial junto ao fórum de Araguaína solicitando o despejo da família daquilo que alegava ser sua propriedade. O fazendeiro não contava que os lavradores recorreriam ao processo em Brasília comprovando várias falhas na documentação como, por exemplo, a ausência de medição da terra demandada (Braz, Araguaína, 2003). Por outro lado, a família do lavrador era extensa, contando com vários homens capazes de pegar em armas, de modo que o fazendeiro encontrava dificuldades para expulsar os posseiros através de expedientes usuais:

Foi o tempo que queimou minha casa lá e aí eu parei um pouco [de comprar coco]. (...) o babaçu que eu tinha comprado junto com a casa queimou. Mil e poucos quilo, mil e trezentos quilos. A casa queimou e queimou aquele babaçu que tinha dentro. Mas não queimou tudo porque que chegou uns vizinho e jogaram água e aproveitei um pouco e aí eu comprei mais um pouquinho e aí me mudei mais pra lá, porque já não dava mais. Nesse tempo jogavam a casa no chão (Braz, Araguaína, 2003).

Como de costume, “por terem fama de tirar as pessoas de qualquer jeito” (Braz, Araguaína, 2003), as terras próximas ao centro foram vendidas aos irmãos Boa Sorte, que, daí por diante, passaram a combinar medidas legais e ações violentas para expulsar os roceiros. Assim como os lavradores do Caracol, Braz e sua família não conseguiram manter suas posses. O que obtiveram na Justiça foi o direito a uma indenização pelas benfeitorias estabelecidas. Tendo em vista que os Boa Sorte não costumavam indenizar posseiros expropriados, o dinheiro obtido através da Justiça, se comparado com a perda da terra, ainda era algo considerável.⁶²

Alguns anos depois, 1972 e não muito longe dali, na fazenda Porto Esperança, próximo ao povoado Barros, cerca de trinta famílias de lavradores, estabelecidos há cerca de dez anos, numa área de mil alqueires de terras devolutas, foram forçadas a

⁶² “Só que o processo deu seqüência. Foi passando, passando e aí quando veio pegar novamente o processo já tinha passado mais de sete anos e trabalhando sempre. Os familiares trabalhando sempre. E aí teve que entrar num acordo. Tiveram que entrar num acordo. A proposta da minha família, dos meus tios, era ou pagava os serviços feitos ou vendesse a terra, qualquer uma destas propostas eles aceitavam. E nessa proposta é que um dos representantes dos Boa Sorte, o Ademar, aceitou vender a parte dele e o Benedito não aceitou em hipótese alguma. Apesar de ter várias outras terras não abriu mão. Por ele não ter aberto mão teve que indenizar toda a família e após indenizar todos saíram (Braz, Araguaína, 2003).

deixar suas casas e roças. Os agricultores estavam regularizados no Incra e as áreas das propriedades vizinhas já estavam demarcadas. Um dos vizinhos, Zé Lopes, vendeu a sua terra para um fazendeiro do centro-sul, cujo nome o entrevistado não pôde ou quis lembrar. O fato é que o novo dono “cresceu” sobre as áreas dos lavradores, inclusive garantindo junto ao Incra os documentos referentes à propriedade das terras ocupadas pelos posseiros:

Tivemos uma audiência em Araguaatins, no Incra, nós pagava o Incra desta terra há dez anos, a gente ia de ônibus e eles ia de avião, chegava lá, lá eles comprava o pessoal do Incra, isso até hoje tem, responsável por madeira dentro do Incra, comprava os diretor do Incra. Os chefe do Incra chegava lá e baixava um documento, ninguém sabia de onde vinha este documento, o pessoal falsificava documento, com data de muitos e muitos anos, dizendo que esta terra era dele desde nem sei quando. Ai na volta, adiante, chegava e eles vinham do mesmo jeito. Até quando eles foram e venceram e ganharam a terra lá (Domingos, Araguaína, 2007).

Apesar do revés, os roceiros decidiram que permaneceriam nas posses. Só não esperavam que o fazendeiro fosse contratar quarenta homens armados para desocupar a terra. Gritando e atirando, os pistoleiros caíram sobre o centro: “Meteram bala e queimaram os barraco com tudo dentro. Não ficou um barracão em pé. As panela tudo furada de bala. E ficaram vigiando, tocaiando a gente. Por dez dias, na beira do córrego, junto a ponte, esperando a gente passar. Pra matar.” Refeitos do ataque, os lavradores decidiram resistir. Contudo, estavam em menor número e mal armados e, o que era pior, pouco sabiam do ofício de matar (Domingos, Araguaína, 2007).

Quando os lavradores aquiesciam, as expulsões ocorriam de forma menos truculenta e sem qualquer ônus para o empresário. No geral, dava-se um prazo ao agricultor para que ele juntasse sua família, seus pertences e animais. Os mais “generosos” permitiam que o roceiro realizasse a colheita e depois partisse. Muitas vezes, o estabelecimento do fazendeiro implicava em “impedimentos”, roceiros e quebradeiras não podiam mais plantar, coletar babaçu, criar seus animais ou caçar nas terras de dono (Deusa, Água Amarela, 2007). No caso da coleta, os poucos proprietários que permitiam a entrada das quebradeiras em suas fazendas ficavam com a metade da produção. Contudo, no município de Araguaína, o mais comum foi a destruição das palmeiras, queimadas pela raiz, para dar lugar aos pastos.⁶³ Junto com as expropriações,

⁶³ Difícil não comparar a violência aberta praticada contra os lavradores desta porção da Amazônia com o processo de expropriação dos camponeses analisado e descrito por Marx quando analisa “A chamada acumulação originária de capital”, isto é, o processo histórico de divórcio de produtor e meios de produção, cuja “originalidade” se liga à “pré-história do capital e do modo de produção que lhe

a ausência de caça, a escassez do peixe, dos frutos do cerrado e/ou da floresta tornavam difícil, para não dizer inviável, a manutenção das famílias dos agricultores. Destruição do ambiente natural, expropriações, “impedimentos”, redução e cansaço das terras repercutiram no desaparecimento de antigos centros de lavradores. Alguns núcleos, próximos à cidade, acabaram se urbanizando mudando completamente sua configuração espaço-social. De forma geral, os centros e povoados que ainda existem apresentam reduzidas populações e pequena produção agrícola com seus moradores dependendo cada vez mais do trabalho ou da renda obtida na cidade para sobreviverem.⁶⁴

Tal foi o caso do povoado Crato, localizado entre os povoados Barros e Sucruizinho (atual Araçulândia). No passado, vizinho ao centro (patrimônio) Livre-nos Deus, ambos beirando as Matas do Lontra (próximos ao que hoje é o Campi da Veterinária da UFT). O lugarejo, que chegou a possuir quase uma centena de moradores, foi cortado pela Belém-Brasília, suas terras foram divididas, ficando as famílias de posseiros com alguns alqueires e o restante com os fazendeiros. Como as terras logo deixaram de produzir, ficaram “fracas”, os agricultores foram vendendo seus sítios e deixando o lugar. Hoje o povoado não possui mais do que quatro ou cinco casas e o sustento das famílias, todas ligadas por laços de parentesco, depende menos das roças e mais do trabalho na cidade (Melo, Crato, 2008). O mesmo pode-se dizer do povoado Xixebal (na beira do córrego dos Porcos, próximo ao aeroporto). O lugar era um centro de lavradores bastante movimentado. Com o estabelecimento dos donos das terras, as “roças de toco” foram reduzidas a pequenos lotes. Os moradores foram impedidos de botar roçados, de coletar coco nas fazendas e mesmo de criar seus porcos e cabras, de modo que os lavradores acabaram mudando de lugar e/ou de vida (Buriti, Araguaína, 2008).

corresponde”. É notório que em ambas situações - Inglaterra XVI – XVIII e Amazônia no século XX – coletivos tradicionais (camponeses na Inglaterra e lavradores e índios no Brasil) eram, por assim dizer, “atirados para fora do seu modo de vida” para dar lugar aos fazendeiros, empresários, especuladores, negociantes e políticos que se punham a “cercar” e recriar o mundo.

⁶⁴ Visão que pôde ser inclusive capitalizada por aqueles que identificavam rusticidade com fome e miséria. Fome havia no passado, mas tratava-se sempre de algo conjuntural, ligado a doença, enchentes, secas e que podia ser ao menos mitigada com a coleta, caça e pesca fartas. Os povoados miseráveis já eram fruto das transformações impostas pela modernização da agricultura junto com a urbanização acelerada. Hoje na Araguaína, “capital do boi gordo”, um dos programas de maior sucesso da TV local, durante o horário do almoço, tem seu ponto alto na distribuição de costelas de vaca e “vale-gás” para famílias famintas, muitas vivendo em bairros e vilas cujas ruas são pavimentadas com o lixo, depositado pelos caminhões da prefeitura. O ambiente degradado, a humilhação da caridade (hoje midiática) e o não reconhecimento como cidadão, sujeito de direitos - nos termos locais como “gente humana e cristã” - traçam a distância entre, de um lado, a miséria e a fome do tempo presente e, de outro, a pobreza digna dos lavradores do passado.

Os agricultores do povoado Caracol, da fazenda Porto Esperança e também os lavradores do Grotão do Facho (como sugere o apoio dos vizinhos no combate ao incêndio) procuravam resistir às expropriações com base nas redes de solidariedade familiares e vicinais. Os lavradores também procuraram recorrer aos órgãos públicos e a Justiça, muitas vezes acreditando que, ao contrário das autoridades locais, aquelas estabelecidas nos grandes centros urbanos poderiam atuar de modo justo e imparcial. Não bastasse o caráter conservador da lei, era ela freqüentemente torcida e mesmo não cumprida pelas autoridades e instituições. Nas palavras de Figueira (1986), para os posseiros só havia a “Justiça do Lobo”.⁶⁵

Para os posseiros de Araguaína, a resistência e, menos ainda, o processualismo jurídico, não foi suficiente para impedir a perda da terra e a desorganização do seu modo de vida. Dado a desigualdade de forças, o máximo que o lavrador podiam obter era o direito a uma indenização que, poucas vezes, era paga integralmente (caso da família de Braz), às vezes apenas em parte (como na história de João Aurora) e, no geral, não era sequer reconhecida pelas autoridades e fazendeiros.⁶⁶ Neste ponto, a descrição dos conflitos envolvendo lavradores e fazendeiros sugere que, além do não reconhecimento do direito possessório, os posseiros não recebiam qualquer compensação pelas benfeitorias deixadas na terra (derrubada do mato, limpeza, roças, currais, pastos, moradias etc...). O fogo “dado” pelos pistoleiros e/ou pelos próprios fazendeiros traduzia em ato o discurso político da “terapêutica revolucionária” do senador Benedito Ferreira.

Os mesmos fatores responsáveis pela desorganização da produção camponesa repercutiram no afrouxamento dos vínculos de parentesco, na relativização da posição do chefe de família diante da sua esposa e filhos provocando rupturas no interior da própria família do lavrador.

Tal perspectiva aparece, por exemplo, na fala de pessoas como Deusa, uma das últimas quebradeiras de coco da localidade de Araguaína. Com a privatização das terras,

⁶⁵ A expressão “Justiça do Lobo”, que remete à fábula de La Fontaine, foi usada pelo advogado de defesa Heleno Fragoso - que atuou no julgamento dos padres e posseiros acusados no processo do “Cajueiro” - para denunciar a situação de “mímica da justiça”, “jogo de cartas marcadas”, que caracterizou o comportamento das autoridades republicanas durante o referido processo. Como assinala Ricardo Figueira, nisso acompanhando o advogado de defesa, contra o julgamento do Lobo não existe argumento. (Figueira, 1986, p.95).

⁶⁶ “E eles [lavradores] não aceitaram [o despejo], exigiam que pagassem o trabalho. Não alegaram que a terra fosse deles, mas exigiam que pagasse o trabalho feito, pois já tinham roças, plantações, pastagem, tinha um gado, pouca coisa mais tinha. E essa pessoa [fazendeiro] recusou a fazer isso [indenizar]” (Braz, Araguaína, 2003).

seus irmãos venderam o lote da família, deixaram os roçados e foram viver na cidade de Araguaína. Deusa preferiu ficar, já estava casada e continuou no campo, embora limitada a um pequeno sítio encravado entre fazendas de gado. Planta alguma coisa, quebra coco e faz óleo de babaçu que vende na “feirinha” da localidade. Luta para manter suas raízes, embora sobreviva graças à aposentadoria rural. A migração de sua família do Maranhão para o Goiás, bem como a adaptação desta ao novo ambiente foram realizadas, em boa parte, em nome da manutenção dos vínculos familiares extensos. Nesse sentido, Deusa não se conforma com a perda do convívio com sua mãe e irmãos que mudaram para a cidade. Lamenta a quebra dos vínculos solidários entre parentes (fica meses sem ver os irmãos), questiona a equiparação das mulheres aos homens e fica indignada diante da desconsideração das crianças e jovens em relação aos adultos. Até mesmo a introdução da eletrificação lhe parece algo de exagerado, para não dizer caro. Bom para a lavradora era o tempo em que apenas a luz do lampião e da lua cheia iluminava o sertão sem fim (Deusa, Água Amarela, 2007). Assim, ao “fracasso” do ambiente destruído, à “fraqueza” da terra, pequena e esgotada, os alimentos “fracos” – inferiores à dieta “forte” do passado – e comprados com dificuldade no mercado, juntava-se o “fracasso” do próprio agricultor apartado da terra, sobrevivendo de biscates na cidade ou de trabalhos sazonais nas fazendas e, no mais das vezes, incapaz de manter os laços de parentesco. Neste sentido, gostaria de enfatizar que aquilo que é muitas vezes apontado como “integração”, “inclusão”, “desenvolvimento” ou mesmo como o “progresso” é experimentado como alheamento pelas populações tradicionais. Como assinala Martins “não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que têm de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade” (Martins, 1993, p.63). Não é necessário dizer que estes coletivos humanos deveriam ter o direito de continuar sendo o que são, de escolher seu destino, mas, ao invés disso, continua-se impondo padrões sociais e interesses externos aos grupos indígenas e populações camponesas. Geralmente os lavradores costumam ser reduzidos a uma versão atrasada dos produtores rurais modernos sendo sua existência social freqüentemente discutida em termos de adaptação ou não adaptação à agricultura de mercado. O economicismo e o evolucionismo desta abordagem mal escondem uma postura etnocêntrica que nega a “alteridade” ou a desfigura em nome do desenvolvimento. Mas, afinal, desenvolvimento do quê? Para quem?

O exame da fala dos ex-posseiros e trabalhadores rurais permite estabelecer uma categorização que leve em conta o uso de expedientes violentos, por parte dos fazendeiros e de seus prepostos. Neste sentido, os agricultores pobres costumam distinguir, de um lado, entre o pequeno fazendeiro, que conta apenas com o “falar grosso” e o auxílio dos seus vaqueiros para controlar os peões e agregados, e, por outro, o grande proprietário, capaz de mobilizar grande força de trabalho e de dispor de pistoleiros sobre suas ordens. Na fala dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais, o termo “firma” costuma ser usado para identificar os fazendeiros-empresários, isto é, os patrões que podiam contratar “gerentes” e “seguranças”, em oposição aos pequenos fazendeiros dotados de menores recursos econômicos e poder.

Veja-se que os posseiros do Caracol e do centro Laranjeira conseguiram fazer frente às investidas dos primeiros fazendeiros, mas com a chegada da “firma” Boa Sorte, a resistência se tornou bem mais difícil. O mesmo pode ser dito em relação aos posseiros da fazenda Porto Esperança que, de chofre, tiveram que enfrentar um fazendeiro capaz de contratar um exército de pistoleiros e subornar os funcionários do INCRA. A distinção entre “fazenda” e “firma”, poder-se-ia dizer empresa moderna, permite apreender, em meio a uma série de rupturas sócio-ambientais, a seleção e incorporação de aspectos tradicionais, no caso, o arbitrário patronal, na frente de expansão econômica. O fazendeiro-empresário personificava o capital que vinha do centro-sul, mas também recriava a tradição autoritária presente no país, de modo que, nestes ermos, o grande proprietário exercia o poder político de fato nas localidades, chegando a aparecer como verdadeiro potentado diante de seus dependentes. Para sertanejos habituados a viver com pouco dinheiro - cujos instrumentos de trabalho eram simples (enxadas, foices, machados), deslocando-se de barco, canoa, em tropa de animais ou a pé – o aparecimento de homens brancos e endinheirados comprando terras públicas e posses, donos de máquinas e com arame suficiente para cercar o mundo, contratando turmas de peões e, principalmente, pagando por serviços de gatos, advogados, pistoleiros e autoridades, implicava em perplexidade e intimidação. Aí a desigualdade de poder traduzida na violência aberta - privada e estatal - conferia um sentido trágico à alteridade impedindo a reprodução do modo de vida camponês nesta porção da Amazônia:

O fazendeiro ia no povoado, trazia a polícia e mandava você sair. Quando não vinha lhe requeria lá, dentro de Araguaína. Eu mesmo fui um bocado de vez,

nunca me surraram por que não quiseram. Mas até que eu fui, muitas vezes eu fui. Você chegava na delegacia: Seu João o quê você tem lá? Eu tenho um bananal, eu tenho um plantio, eu crio galinha, eu crio porco, eu tenho uma vaquinha lá e coisa e tal. Ele: é seu João você tem razão. Então o fazendeiro ia lá: não eu vou te dar tanto pra ir lá e tirar os bichos. No outro dia marcava outra audiência. Ele ia lá e marcava outra audiência em riba de mim, me requeria de novo, e eu ia. Seu João o que é que o senhor tem lá. E eu sempre nunca fui muito santo, gostava de dizer assim: eu já não falei. Não ta escrito. Pega o escrito e lê que você sabe o que eu falei. Tá bom. Pois é você tem isso e isso. Não, seu João, você tem razão. Mas seu fulano aqui é o dono da terra e ele tem o direito. Agora eu não sei que diabo tem haver a razão com o direito. Entrou o pobre aqui ganhou a razão, mas direito ele nunca teve nada. A razão sempre nós tem mesmo, trabalhou e coisa e tal, agora quando chegou o infeliz do direito tira a razão. Aí eu não entendo (Aurora, Caracol, 2007).

Quando João Aurora confronta *razão* e *direito* estabelece um antagonismo entre, de um lado, a sua razão, uma razão moral, identificada com a ética camponesa, na qual o trabalho e a morada precedem e legitimam a ocupação da terra - direito costumeiro que, diga-se de passagem, na Europa e nos EUA, acabou sendo incorporado ao direito moderno - e, de outro lado, o formalismo jurídico, próprio das oligarquias brasileiras, não apenas desligado da realidade da população, mas, sobretudo, erigido em arma na manutenção do latifúndio.⁶⁷ Nestas condições o *direito* aparece em contradição com a própria ética ensejando, entre as populações tradicionais, uma percepção negativa do Estado e da Justiça, não raro, vistos enquanto entidades malignas responsáveis pela “errância” e/ou “cativeiro” dos pobres da terra.

3.3 - Acordos e tensões interpatronais

No distrito (depois cidade) de Araguaína viviam os moradores de melhor condição do lugar, comerciantes, criadores de gado, chefes políticos, funcionários públicos. Estabelecida junto a incipiente máquina pública e inserida no mercado regional, a elite tradicional pôde garantir, em meio à penetração econômica dos

⁶⁷ Para Martins, entre os lavradores rústicos vigora uma concepção de direito baseado no uso, isto é, na qual o trabalho precede e legitima o direito de propriedade. Esta concepção entraria em antagonismo com o direito de ter (de propriedade) gerado pelo dinheiro, vigente nas áreas de agricultura de exportação (Marins, 1997, p.180). A concepção de direitos própria aos camponeses tradicionais, o direito de usar, remonta ao período colonial e monárquico, anterior a 1850. “A terra livre fazia parte do direito que teve vigência até a promulgação da Lei de Terras, em 1850. Era o pressuposto da expansão agrícola do pequeno e do grande e se baseava na precedência dos direitos do rei, que tinha, [...] a propriedade eminente de todas as terras [...]. Tratava-se, portanto, de um direito que, embora revogado pelo governo, em 1850, permaneceu inscrito nas concepções e na experiência de muitos trabalhadores, congruente, aliás, com o tipo de agricultura que praticavam. E mais: um direito de que os trabalhadores rurais se apropriaram em algum momento da história social do país” (Martins, 1993, p.68).

empresários e fazendeiros do centro-sul, a propriedade de suas posses, a participação política e, alguns, parte dos lucros nos negócios abertos com a frente de expansão. No caso, as posses, “chácaras” e “currais”, dos antigos moradores do lugar ficavam, na sua maior parte, dentro do território da cidade e longe das áreas cobiçadas pelos pioneiros, sobretudo as terras férteis do vale do Araguaia (localizadas a oeste da cidade). Por outro lado, para os fazendeiros e empresários recém chegados, uma boa relação com os chefes políticos e autoridades locais significava, além do respaldo legal, apoio efetivo nas ações de expropriação de posseiros.

Todavia, a trajetória de pessoas como Ezequiel Tuba, marcada pela perda do patrimônio e de status social, aponta justamente para dificuldades, por parte dos velhos moradores, em se adaptar ao ambiente social criado pela frente de expansão econômica. Nesta situação, a venda das terras, seguida pela dissipação dos recursos financeiros, não raro, era ainda acompanhada por alguma forma de usurpação. No caso de Tubá, Jorge Iunes, o chamado “Gaúcho” (na verdade mineiro), empreiteiro do trecho local da Belém-Brasília e responsável pela construção da Usina do “Corujão” (primeira hidroelétrica da cidade), teria se apropriado, “no peito”, de um lote de terra urbana que pertencia a sua família (terreno localizado na Av. Filadélfia, próximo ao Instituto Tocantinense Pres. Antonio Carlos, ITPAC).

Poder-se ia contrapor que Tubá não era um patrão tradicional, comerciante, e sim um lavrador remediado, isto é, com condições de vender, ele mesmo, sua produção nos mercados de Babaçulândia e/ou Carolina. Mas, veja-se o caso de um homem como Casimiro Soares, comerciante, subprefeito durante 1954 – 1958 e juiz de direito de Araguaína até 1964, além de não ter deixado qualquer patrimônio para sua família,⁶⁸ também foi, ele próprio, alguns anos após ter sido afastado do cargo de juiz por uma medida do governo Castelo Branco, vítima de grilagem, perdendo alguns lotes de terra para um outro pioneiro, Joaquim de Lima Quinta, prefeito da cidade entre 1977 e 1983.

Antigos moradores do povoado também mencionam o “desacato” dos “sulistas” e associam a chegada dos pioneiros ao aumento da violência e aos maus costumes. No caso da antiga elite local, não se tratava apenas da perda do seu status, mas também do modo tradicional de poder. Junto com a derrubada das matas, com o fim dos roçados e da coleta do coco babaçu, ruíam as antigas redes de patronagem baseadas no comércio que eram garantidoras de prestígio e votos. O gado deixou de ser criado solto e os

⁶⁸Seu filho, Davi Soares, depois de várias ocupações, dentre as quais trabalhador na construção da Br 153 e motorista de caminhão, tornou-se funcionário da prefeitura de Araguaína onde vive modestamente.

fazendeiros tradicionais, premidos pelo valor da terra, se converteram em pequenos proprietários. No lugar da antiga elite, aparecia uma nova classe de patrões composta por fazendeiros e empresários ligados a empresas pioneiras (atividade madeireira, beneficiamento de arroz e criação de gado).

A continuidade dos patrões tradicionais nas posições de mando e/ou a frente de negócios lucrativos passou a depender da conversão econômica de suas atividades para as chamadas “indústrias de fronteira” e/ou do seu engajamento junto as facções da oligarquia que passaram a dominar o campo político regional. Homens como Casimiro Soares (até 1964), Zeca Barros, Casemiro Taveira, Anatólio Carneiro e outros antigos patrões ainda podiam ocupar cargos no executivo e no legislativo local, mas tanto a escolha dos nomes, como a sua permanência no poder dependia das suas relações com os chefes das facções oligárquicas (Boa Sorte e Siqueira Campos) que disputavam o comando político do norte goiano.

Tal foi o caso de Anatólio Dias Carneiro, comerciante que se tornou dono de uma madeireira e Zeca Barros, antigo gerente da Dirce, casado com uma sobrinha de Benedito Vicente Ferreira. Enquanto o primeiro foi eleito prefeito entre 1961 - 1966, o segundo assumiu a prefeitura para o mandato de 1966 – 1970, retornando ainda, como vice-prefeito, para o período de 1977 - 1983.⁶⁹ Ambos eram aliados dos irmãos Boa Sorte, chefes políticos da localidade durante as décadas de 1960 e 1970. No caso, a facção opositora aparece no início deste último decênio, ganhando força com a eleição de Raimundo Gomes Marinho, o “doutor Marinho”, apoiado pelo então deputado federal José Wilson Siqueira Campos, inimigo figadal do empresário Ademar Vicente Ferreira e do seu irmão Benedito Ferreira. Mesmo perdendo as eleições, os Boa Sorte afirmavam seu poder na localidade inviabilizando a administração de Marinho que, além de não dispor de recursos, chegou a ser afastado por duas vezes da prefeitura:

⁶⁹“Quando eu cheguei aqui o prefeito era o Zeca Barros. Era o Zeca Barros. Assim, o pessoal que a gente trabalhava aí, os donos, eles eram políticos. O dono da empresa era deputado federal na época pela Arena e ele apoiou um destes candidatos a prefeito. O candidato deles era o Zeca Barros. Esse que era o candidato. Então ele [patrão] falava pra votar e a gente trabalhava lá: ‘Não, você vai votar no candidato da nossa região, da nossa empresa. Que era da empresa lá. Então eles falavam que era candidato da empresa e aí a gente votava. Raramente eles perdiam. Poucas vezes o candidato deles perdeu, sempre, todas às vezes que eles fazia a política, os candidatos deles ganhavam. Ele falava e a gente saía de lá e já tinha o ponto aonde ir, onde eles faziam os comícios. O Benedito subia no palanque. Seu Ademar não. A política dele era assim, ele ia trabalhando nos bastidores, como diz o pessoal. Ele trabalhava nos bastidores, conversava e sempre os candidatos dele, podia ser a pessoa que fosse, mas ele tinha um trabalho essencial na política. Ele fazia aquele trabalho e raramente o candidato dele perdia. Enquanto ele foi vivo, também tinha uma coisa, se o candidato dele, enquanto ele foi vivo, se ele dissesse que ele tinha que fazer uma coisa ele tinha que fazer” (Antonio, Araguaína, 2003).

Agora aquele que não tava no lado deles era um deus nos acuda pra administrar a cidade. Tornavam as coisas mais difíceis para quem era rival. Pelo menos este médico, o doutor Marinho, ele tinha ido na firma, entregar, às vezes, as chaves da prefeitura, por que ele não conseguia administrar a cidade. Por que eles não permitiam (Antonio, Araguaína, 2003).

Além do controle sobre o executivo municipal, a família Vicente Ferreira, graças às relações do deputado federal e, depois, senador Benedito junto ao governo militar, também podia nomear e controlar as autoridades estaduais e federais na localidade. Como os grandes patrões do interior, os Boa Sorte “faziam” e “desfaziam” os policiais, delegados, fiscais do ministério do trabalho e até juizes. Além de “fazer” as autoridades, os empresários ainda podiam assumir o papel destas mandando prender e/ou soltar presos por ordem da justiça, inclusive pessoas envolvidas em assassinato.⁷⁰ Para quem aparecia como polícia, delegado e juiz, não era difícil controlar os fiscais do Ministério do Trabalho. Estes, não obstante a negação patronal sistemática dos direitos trabalhistas mais elementares, jamais aplicaram uma única multa nos empresários:⁷¹

Eles que trazia os benefícios, mas na época era que era pra trazer, que eles eram político tinham que trazer, mas sempre a gente assim veio por intermédio dele, ele que trazia trouxe INSS, negócio do Ministério do Trabalho, só que ele não obedecia, mas trazia. Eles não obedeciam por que era um político, naquela época podia tudo, como até hoje não obedece [...]. Naquela época não tinha fiscalização. Naquele tempo a fiscalização vinha, mas demorava muito, era de ano em ano, seis em seis meses que eles vinha. Aí eles vinham estabeleciam aquelas metas. Então eles [os patrões] acompanhavam enquanto a fiscalização tava aqui. Se a fiscalização ia embora aquilo lá, com certeza, era quebrado. A pessoa trabalhava meses, anos, e não tinha carteira assinada. (Antonio, Araguaína, 2003).

Tendo em vista o exposto, poder-se-ia falar de ruptura com a organização social rústica e, de outro, de continuidade com a tradição oligárquica da qual os lavradores da

⁷⁰ “O povo diz que ele era isso, era aquilo, mas eu não tenho. Nunca tive o que dizer do seu finado Ademar, nada. Era muito era gente boa, porque esse homem que trabalhava comigo, o meu patrão, na época teve uma morte ali pro lado do Centro Novo, ali pra perto dos Piraque, finado Chico Boca Rica, mataram pra lá, mataram o finado Chico Boca Rica lá. E esse homem, que era o meu patrão, veio processado, processaram ele, prenderam ele bem aí e eu fui lá nos pé dele, Ademar, chora pra ele: tira meu patrão de lá? Ele disse tiro. Pra deposita ele daqui pra São Miguel do Araguaia, lá pra fazenda do Paco Timbira, eu digo certo não tem problema, aonde ele arruma serviço eu tô com ele trabalhando mais vou sim. E ele tirou, jogou dentro de um caminhão e mandou embora” (Luzia, Araguaína, 2006) .

⁷¹ Aliás, era batendo-se contra as “arbitrariedades” dos Boa Sorte que Siqueira Campos e seus aliados procuravam capitalizar simpatias e votos nas eleições locais e regionais na década de 1970. Parece que funcionou, Siqueira, que chegou a ser preso por ordem do senador Benedito, fez carreira pública, foi um dos chefes do movimento de criação do estado do Tocantins, onde foi eleito governador. Segundo uma velha senhora que trabalhou para ambos políticos, Siqueira era um homem bom porque mandava queimar os barracões dos posseiros só depois de tirar as pessoas das casas.

frente de povoamento procuravam escapar. A recriação, nesta área de fronteira, do privatismo patronal era coerente com o arranjo de poder e com o projeto de desenvolvimento vigente no país. Neste sentido, parece apropriado o uso da expressão “modernização conservadora” com vistas a sugerir um contexto de expansão das relações capitalistas realizada com base na incorporação de traços presentes no universo social tradicional brasileiro. Tratava-se de um processo seletivo no qual alguns elementos presentes no ambiente rústico, como, por exemplo, a primazia das relações com o mercado interno, a vigência de modalidades de produção não baseadas na propriedade privada da terra, que poderiam ser incorporados numa perspectiva de libertação política e de promoção de justiça social, ou mesmo a mobilidade interna da frente camponesa, eram descartados ou inviabilizados. Por outro lado, valorizava-se, de forma cínica ou aberta, componentes como o latifúndio, a violência e o autoritarismo presentes neste universo que, como assinalei antes, eram consoantes com a concentração de renda e poder vigentes no período. O sertão do Lontra. Morto. Recriado. Erigido em metáfora do país.

3.4. A Besta-Fera

A importância dos irmãos Boa Sorte na frente de expansão que devassou o norte goiano, isto é, a ação dos empresários na expropriação de posseiros, sua identificação com o poder de Estado, o estabelecimento de fazendas e indústrias, conferiu a estes um papel de destaque no processo de modernização acelerado experimentado em Araguaína durante o período em tela, de modo que, na localidade, os empresários, não apenas representavam, mas eram o Estado e o mercado. O caráter dramático e, muitas vezes, trágico destas experiências, suscitou, entre os coletivos que aí viviam, um trabalho de memória e interpretação que, com base na cultura e linguagens dos sertanejos, ensejou aquilo que se pode chamar de uma “simbólica do mal”.

Com efeito, quando os lavradores falam das transformações que no passado mudaram a sua vida de forma radical, a figura de Ademar Vicente Ferreira ocupa um lugar privilegiado. Fala-se que, em Araguaína, Ademar “era pedra maior”. Mas também se costuma dizer que tudo que o fazendeiro amealhou veio da parte de Satanás. Diz-se que: o patrão “tinha uma história com o demônio”; ou coisas do tipo: “O que Deus dá,

Deus deu, mas o que Satanás dá, Satanás leva” (Anísio, Araguaína, 2006). O que fica explicitado na fala do vaqueiro, também aparece de forma implícita em outros depoimentos, de modo que, poder-se-ia dizer que, para muitas pessoas da localidade, o fazendeiro tinha *parte* ou *pacto* com o Diabo.

O discurso patronal do grupo Boa Sorte - espécie de mito familiar criado pelos Vicente Ferreira - apresenta a ascensão social dos empresários de modo heróico. Os patrões, tal como demiurgos, teriam criado um império econômico e político do nada. Homens com um passado pobre de engraxates, compradores de garrafas e jornalheiros em Goiânia, mas que, graças ao trabalho e talento para os negócios, transformaram-se em importantes empresários, donos de terras e chefes políticos. O mito familiar aponta para a origem humilde dos empresários - ligada a um meio social bastante duro - e, em seguida, enfatiza a capacidade dos irmãos tomarem conta de seu destino, transformando-se em importantes patrões regionais. A narrativa, ao sublinhar a trajetória social ascendente, cuja origem remonta a uma situação de marginalidade, ajuda a entender, em parte, o autoritarismo característico dos Boa Sorte. No relato dos velhos moradores, a trajetória ascendente dos patrões é retomada. Contudo, ao invés da ideologia do pioneirismo, incorporada na narrativa patronal, o acento vai para o arrivismo dos Boa Sorte, expresso na relação dos empresários com a figura do Diabo, símbolo usado para referir instituições e grupos externos à comunidade camponesa, cuja ação desagregava o ambiente rústico. A imagem do pacto poderia ser entendida como uma linguagem arcaica cuja tradução em termos históricos assinala o advento de um “pacto de sujeição” alicerçado no trinômio Estado, propriedade e violência, que, por assim dizer, funda a sociabilidade moderna no sertão do Lontra. O pacto com o diabo parece tanto dar conta do arrivismo dos Boa Sorte, isto é, da adesão dos patrões às “regras” do capitalismo de fronteira, como também implica numa espécie de ato inaugural da modernidade no sertão goiano. Neste sentido, a imagem de pactuário recai mais sobre a figura de Ademar Boa Sorte, diretamente responsável pela expropriação de vários grupos de posseiros na localidade, apontado como um “mau patrão” pelos trabalhadores rurais, isto é, do tipo exigente, que castigava, não pagava e até sumia com peão. Como dizem os velhos lavradores: Um sujeito que tinha uma *boa dose de demônio*. A morte de seu filho - ‘Ademarzinho’- durante a explosão de um galpão carregado de dinamites (durante uma queimada), mas também a sua própria morte, matada, costumam ser apontadas como a contrapartida do negócio.

Na visão dos sertanejos, o termo pacto sugere que o patrão - sem deixar de

personificar males distantes, como o governo, cujos agentes até podiam reconhecer a *razão* dos lavradores, mas davam sempre o *direito* aos fazendeiros ou, abstratos, como o *poderismo* do dinheiro que tudo comprava – também pôde aparecer como símbolo de males próximos e igualmente antigos, isto é, que desde um passado histórico e mítico perseguiam os pobres. O fazendeiro, rico e poderoso, pactuário com o Diabo, é figura recorrente na cultura sertaneja, de modo que, o termo, por assim dizer, ligava a figura do patrão à velha brutalidade do sertão com destaque para realidades como latifúndio, autoritarismo, jagunçagem e o medo. Um sertão distinto do ambiente dos lavradores rústicos do rio Lontra, mas, ao mesmo tempo, próximo e familiar. Não era desta vida que os roceiros procuravam fugir migrando para os sertões do Goiás? Poder-se-ia dizer que a figura do fazendeiro simbolizava um mal externo, mas não distante e de todo desconhecido. Ademar aprecia como uma espécie de Zé Bebelo, no ímpeto modernizante, mas também e, talvez, com mais ênfase, um Hermógenes, na ferocidade e no gosto de matar.⁷²

Com efeito, os traços demoníacos atribuídos ao fazendeiro ficavam como que expressos, revelados, em sua própria imagem. Sua aparência, lembrando um “pé de jatobá”, “bicho” ou “muralha”, era, por si mesmo, terrível aos olhos dos lavradores. Seu corpo era alto, pesado, inteiriço, *grosso*, sem cintura, dotado de força sobre-humana. Podia prender um homem com a mesma facilidade com que a *sucuri* agarrava um *porco* do mato.⁷³ No tórax largo, um *coração duro*, ruim e imprevisível como uma *cascavel*.⁷⁴ *Homem valente*, acostumado a *cuspir* e *escarrar* na cara dos inimigos políticos, de trato rude e violento com os seus dependentes, não raro castigados com bofetadas e surras de

⁷² Em relação aos personagens roseanos, Zé Bebelo é tanto da ordem, do progresso republicano, como também apresenta atributos tradicionais a começar pela sua valentia, desejo de vingança e de poder pessoal, de modo que representa o autoritarismo em sua versão desenvolvimentista. Já Hermógenes, que nasceu com formas de tigre, encarna a violência, o mal em sua forma elementar. Este - ao contrário dos demais jagunços que se tornaram “homens dos avessos” – aparece enquanto personificação da ferocidade do sertão. Sobre a obra Roseana veja-se, por exemplo, Walnice Nogueira Galvão, “As formas do Falso”; Luiz Roncari, “O Brasil de Rosa” e Antonio Cândido, “O Homem dos Aversos”.

⁷³ “Seu Ademar era um homem dessa grossura, parecia um bicho, ele parecia um pé de jatobá, se ele pegasse um homem igual a nós, ele matava nós no chão igual a um pirica-pau pega uma lagarta. O homem de força” (Anísio, Araguaína, 2006). “O Ademar era visto como o terror. Ele era assim um homem assim muito duro, que a figura dele em si já era estranha porque ele era um homem bem forte, ele com seus cento e poucos quilos, então ele já era uma figura que, de certa forma, já era uma barreira pra você chegar até próximo” (Almerciades, Araguaína, 2005). “O dia que ele chegava na fazenda fumando aquele cigarrinho, custando no dente assim, podia sair de perto. Ele botava a mão num peão, podia pulá, podia saltá, podia rolá pelo chão, nada ia consegui, era como uma sucuri pega um porco” (Anísio, Araguaína, 2006).

⁷⁴ “Um homão forte. Êta homem! Mas o coração duro. Se ele gostasse, gostava. Agora se ele não gostava. Virgem Maria. Uma cascavel” (Anísio, Araguaína, 2006).

relho.⁷⁵ Sujeito dado a mudanças rápidas de afeto e temperamento e que, sobretudo, gostava de matar. Matava posseiro, para tirar da terra, matava peão, para não pagar o ganho, matava empregado que roubava, matava...

Para Anísio, vaqueiro do Piauí, que trabalhou durante vários anos com os Boa Sorte, Ademar era *homem duro, virado no cavalo do cão*. O mesmo pensava sua mulher que fez questão de se desfazer da foto do antigo patrão. A aparência terrível, a parença com as serpentes (reais e míticas), a imprevisibilidade, os baixos instintos e o gosto de matar ligavam o fazendeiro com a uma representação do mal, tenebroso e cósmico, comum entre os lavradores. A visão do patrão enquanto presentificação do mal fica explícita na expressão *cavalo do cão*, usada pelo vaqueiro para referir ao fazendeiro. Simbolizada na figura do cavalo está tanto o poder e o status senhorial do fazendeiro diante do lavrador, a pé, descalço e com os pés e mãos metidos na terra, como também uma série de atributos ligados à guerra, violência e destruição que, por assim dizer, ligavam o patrão a forças demoníacas. Por outro lado, a expressão sugere que o patrão, enquanto *cavalo do cão*, era um mediador privilegiado entre o inimigo externo e a comunidade. Poder-se-ia dizer que, para os lavradores, o fazendeiro aparecia como uma espécie de “Besta-Fera” responsável pelo retorno dos lavradores ao “cativeiro”?⁷⁶ Parece que sim. Pelo menos é o que sugere a narrativa popular conhecida como o “Vento do Ademar”, temporal de proporções míticas que teria caído sobre Araguaína durante o velório do patrão.

Segundo os entrevistados, na noite em que o fazendeiro estava sendo velado

⁷⁵ “Era meu fio pra cá. Vem que tá bom meu fio e tááá, metia mão no pé da zorella. Vamo meu fio e tááá, lançava a mão na boca do peão” (Kardec, Araguaína, 2006). “Homem bruto, virado no cavalo do cão” (Anísio, Araguaína, 2006).

⁷⁶ A categoria “Besta-Fera”, assim como o termo “cativeiro”, é parte da cultura rústica. Segundo Martins, em “A chegada do Estranho”, “A besta-fera é, na cultura popular o dinheiro, o capital, o poder, o Estado” (Martins, 1993, p.33), ou mais detalhadamente em “Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano”: Têm sido muito fortes na região as representações do mal que aflige os camponeses ameaçados de expulsão da terra pelos grandes proprietários e pelas grandes companhias na figura da Besta-fera apocalíptica. Frequentemente, os diferentes, os de fora, os antagônicos, são considerados ‘correios da Besta’, enviados da Besta. A Besta é também a configuração do dinheiro nesse universo marcado pelo grande fluxo do capital, agente reconhecido das violências contra esses camponeses (Martins, 1997, p.201). Segundo Otávio Velho, em “Besta-Fera: recriação do mundo”, a figura da Besta-Fera, reconhecida personagem do Apocalipse, costuma ser associada pelos lavradores tradicionais com o Estado, o mercado, as classes dominantes, os bancos, o dinheiro ou estrangeiros. As instituições, grupos e/ou indivíduos assim classificados são vistos como um “mal externo”, “uma quase-natureza do mal”, que ataca de fora, mas que também pode contar com a cumplicidade de suas vítimas. Trata-se de uma categoria “plena de eficácia”, “vívda com extremo realismo” pelas populações camponesas, de modo que não pode ser simplesmente reduzida a um sinal de algo já conhecido. A figura da Besta-fera, do cativeiro e outros termos que lhes são associados – enviado, terra cativa etc... – fazem parte daquilo que seria a “cultura bíblica” do sertanejo. Cultura no sentido forte, isto é, que não se esgota no uso instrumental de termos e expressões, mas atinge o “nível das crenças e atitudes profundas” (Velho, 1995, p.14 – 20).

sobreveio uma forte tempestade sobre a cidade. Telhados de casas e prédios foram arrancados, barracos jogados no chão. O gado mugia, espantado. Pessoas corriam do açoite da chuva, fustigadas por raios e pelos estrondos dos trovões.⁷⁷ Alguns garantem que, na escuridão, em meio à ventania, sobranceiro, o próprio *Diabo* se ria. Havia vindo, pessoalmente, reclamar a alma do defunto. Naquele fim de mundo, calmaria, só na casa de Alzira que, na mesma noite, velava o corpo de seu filho Miguel, o *matador do fazendeiro matador de gente*.⁷⁸ O temporal teria se repetido durante vários anos, sempre na data do aniversário da morte do patrão. Diz-se que, numa destas tempestades, um desabamento teria cobrado a morte de um menino.

Quando decompomos a narrativa em seus elementos centrais temos: a passagem do patrão, a tempestade e o Diabo. Quando as pessoas falam do “Vento do Ademar” costumam fazer abstração do conflito entre o patrão e o trabalhador, relatam apenas a tempestade durante a noite do velório e, na maioria das vezes, não fazem referências sobre o peão. Mesmo entre os entrevistados que incluem o conflito, a ênfase recai sobre a figura do fazendeiro que, tomado de ira em virtude de uma falha do seu empregado - Miguel teria atolado um trator durante uma derrubada - teria decidido ir, pessoalmente, à fazenda, levando seu “polícia” e alguns vaqueiros, para tomar satisfações do peão. Diante da tragédia anunciada, Miguel foi aconselhado a fugir da fazenda, mas isto não se coadunava a sua personalidade, criado sem pai, assumindo desde cedo a chefia de extensa família, já era homem, apesar da pouca idade, e como homem deveria permanecer e enfrentar o patrão. Como de costume, da cobrança se passou à ofensa moral e desta à violência aberta, com o tradicional “tapa no pé do ouvido”. Em meio as

⁷⁷ “Nossa senhora, isso aqui deu uma ventania meu fio de Deus, ali eu tinha uma casa, ali na esquina, tava tudo com essas taboca, arrancô tudo, o meu teiado da casa, teiado, as foia, era de foia zinco. Arranco tudo. Lá do outro lado, tão grande que tinha, que tinha mais ou menos uns cento e cinqüenta boi dentro do curral e você via só boi muuu, muuu e o ventão. Cabo essa Araguaína. Passou uns três ano nesse negócio. Eu tinha um pesão de abacate aqui, deu uma trovoadã tão grande, deu um relâmpo, um raio, que quase me matou, atirô uma casinha ali, e eu caí no chão” (Anísio, Araguaína, 2007).

⁷⁸ “É interessante que na casa da dona Alzira, mãe do Miguel, o vento não passava. No dia da morte do Ademar o vento foi muito forte, na casa da dona Alzira não moveu uma telha. Casa humilde, pobre, ela estava lá com a sua dor, mas não teve nem um vento, nada, nem sequer apagou uma vela, porque nem sempre a gente tinha energia (...) que a pobreza era muito grande. Nem uma vela apagada, porque o vento não passava. Então isso pra gente foi muito gratificante, a gente vê que a graça de Deus estava sobre a gente. Foi muito bom. Eu atribuo a um fenômeno que pudesse acontecer, só que eu fico mais preocupada é questão da data e repetir a data. Se eu acreditasse no mundo dos espíritos maus que eles tivessem algum poder eu diria que era força deles. Mas, eu sei que eles não têm poder. Então eu não sei porque aconteceu não. Se eu acreditasse, eu diria que era a força deles e, como a Alzira não estava fazendo o mal, o vento não passou na casa dela. O vento passou só onde estava o corpo do Ademar. Só onde estava os grande, só este era o lugar afetado pelo vento. Onde estava os marginalizado, os oprimido, os pobres e uma mãe sofredora lutando pra criar tantos filhos acontece uma coisa destas. Então, Deus teve misericórdia dela, isso aí eu sei que a misericórdia de Deus esteve sobre ela” (Maria Félix, Araguaína, 2007).

agressões, o peão sacou de uma faca com que feriu, por várias vezes, o ventre do fazendeiro. De pronto o próprio Ademar e seus pistoleiros sacaram suas armas dando fogo ao rapaz que ainda tentou fugir pelo mato. Na narrativa, o comportamento reativo do lavrador parece consoantes com o poder de resistência dos trabalhadores diante dos potentados rurais. Para o peão, o conflito aberto com o patrão implicava, no mais das vezes, numa escolha trágica. Salvava sua honra de “homem macho” e, por extensão, da sua família e dos próprios trabalhadores regionais. O preço pago pelo seu brilho, fugidio como o luzido da faca, foi a morte violenta.

Contudo, no relato, mais do que o peão e/ou fazendeiro, o destaque fica por conta da fúria dos elementos numa alusão ao advento do reino do mal, personificado na figura do próprio Diabo. Poder-se-ia dizer que, enquanto os ventos velozes e fortes seguidos de trevas sugerem mudanças abruptas, desconcerto e, talvez cegueira, o açoite dos elementos assinala devastação e morte. Mas é a figura do Diabo, presidindo o temporal, que marca a derrota dos lavradores e sua entrada no tempo do cativo. De acordo com uma profecia atribuída ao Padre Cícero - contada por um velho lavrador do Xixébal – “era chegado o tempo em que os pobres andariam perdidos, de um lado para outro, feito formigas, errantes sobre a terra”.

Até aqui, com base no exame das representações e relatos populares, descrevi e procurei analisar a figura do fazendeiro Ademar Boa Sorte em seus vínculos com uma concepção de mal externa ao mundo dos lavradores e que, por assim dizer, enfeixava o natural com o social e o mítico. Nesta visão, o fazendeiro pôde aparecer como um agente privilegiado deste mal que, desde fora, atacava e escravizava os lavradores, destruindo seu mundo e os lançando na contradição.

Creio que o próprio material examinado evidencia mais este aspecto externo do mal e do empresário enquanto seu agente. A própria imagem, algo dantesca, do fazendeiro-sucuri prendendo os peões-porcos evoca uma situação de violência enfatizando a desigualdade de forças entre predador e vítima: (...) *ele botava a mão num peão, podia pulá, podia saltá, podia rolá pelo chão, nada ia conseguí, era como uma sucuri pega um porco*. Na imagem, o patrão aparece como o inimigo que ataca desde fora. Se, no passado, a ênfase incidia sobre os índios e feras, agora, os Outros eram os empresários, grileiros, fazendeiros, policiais, militares e demais agentes ligados aos centros-urbanos do país. No caso, Ademar Boa Sorte, em face da brutalidade com que lidava com os posseiros e peões, pôde aparecer como uma espécie de Besta-Fera, símbolo e personificação do mal cósmico originário deste tempo mítico e presente tanto

no quadro natural como na sociedade englobante.

Contudo, gostaria de retomar a comparação do fazendeiro à sucuri e dos peões aos porcos do mato com vistas a assinalar, do ponto de vista dos lavradores, liberados de seus meios de vida, o aspecto, talvez, mais sutil, envolvendo sedução e certa cumplicidade no estabelecimento das relações de dominação e práticas de violência aberta entre fazendeiros e peões. Creio que sedução e cumplicidade ficam sugeridas na figura da serpente, tanto quando o entrevistado fala da cascavel, de modo figurado, ou da sucuri, de forma analógica. No caso, o ataque da sucuri, além da violência brutal, explícita, também sugere certo “cuidado” por parte do predador que sabe espreitar sua vítima, esperando por um momento de descuido. Como Riobaldo reconheceu na atitude do fazendeiro, desejoso de escravizar os jagunços, a parecença com o jacaré, os lavradores do Lontra podiam enxergar na figura de Ademar Boa Sorte, a sucuri. Ambos predadores sabiam espreitar; metidos nos brejos, esperavam até que a sede da presa funcionasse a seu favor, nisso aproveitavam a fraqueza da vítima e, depois que prendiam, era para não soltar mais.

No caso da serpente, seja qual for a espécie, ardil e sedução estão sempre presentes, notadamente de modo figurado, isto é, enquanto atributos herdados da serpente mítica, fonte de todo o mal do mundo. A parecença do fazendeiro às cobras - estabelecida pelos entrevistados - parece supor tais qualidades. Através do ardil e da sedução, o patrão e seus prepostos, por assim dizer, cativavam os peões. Apartado da terra, ou premido pela necessidade, o lavrador, seduzido pela idéia do ganho e/ou da aventura, era atraído até as frentes de expansão, tornando-se “cúmplice-vítima” dos gatos, gerentes e fazendeiros que o aliciavam. Longe de sua família, com pouca ou nenhuma relação de amizade, sem qualquer amparo público, ficava nas mãos dos patrões. Nestas situações, o ardil e a sedução enfeixavam a errância ao cativo. Vê-se que no interior de uma cosmovisão na qual preponderava a oposição comunidade *versus* sociedade, também havia referências à dimensão interna do mal, presente no próprio grupo e ativada durante a interação entre os lavradores e os pioneiros.

O Xixebal



Foto parcial do centro Xixebal com os barracos de barro e os pequenos roçados estabelecendo uma ponte com o antigo modo de vida. Contudo, a introdução de outros materiais na feitura das casas, como telhas, portas e janelas, o fracionamento dos lotes, arruamento e energia elétrica indicam adiantado processo de urbanização. Não foi possível apurar se o atual Xixebal fica exatamente onde, antes, havia o antigo centro. É provável que a privatização das terras tenha implicado na mudança do antigo sítio para a atual área, mais próxima do aeroporto da cidade.

Antonia Quebradeira



Dona Antonia é uma das moradoras mais antigas da Vila Palmatuba e uma das fundadoras da Associação das Quebradeiras de Coco de Babaçulândia. A área do bairro com seus roçados e babaçuais vai ficar submersa com a criação do lago para a Usina Hidrelétrica de Estreito. As ações dos órgãos públicos, responsáveis pelo projeto, sugerem a repetição do quadro que caracteriza a implementação dos grandes projetos econômicos: comunidades, apartadas de seus meios de vida, recebendo ínfimas compensações por parte dos empresários e/ou Governo.

4. Trabalho e poder na fronteira agrícola

Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais em baixo, bem diverso do que em primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso? (Guimarães Rosa).

Uma vez chegou um homem procurando cem braçal pra uma quebra de milho. Que danado, o Cabaceira disse borá lá negão, eu disse vamborá rapaz, vamo lá ver. Óia, o solteiro ele abonava com 50 e o casado ele abonava com 100. O dia de serviço aqui era vinte e lá eles pagavam trinta e cinco na diária. Eu disse tá bom demais rapaz, isto é pra mio. A gente ia saí como depois de amanhã, eu até recebi o abono. Rapaz, eu não vou perdoar uma quebra de milho dessas não menino. Aí meu tio chegou e a mulher falou: O nego tá com um negócio aí duma quebra de milho. Ele é doido, chama ele aqui. Meu filho pra onde é que tu vai? Eu tava arrumando os trem. Eu vou pra um serviço acolá tio, que é uma quebra de milho em Mato Grosso. Tu sabe o que é quebra milho? Tu vai quebra milho por trás de um trinta e oito ou de um rifle moleque. Lá pra mata o povo mata. Conversa tio que eu não vou mais não. Corri lá no Cabaceira. Cabaceira eu não vou não. Aí eu contei pro Cabaceira. Ele disse: eu também não vou não e não devolvo o dinheiro. Cheguei lá, disse: Moço seu serviço não é pra mim não. Sustenta terras dos outros sô, não to tendo meu corpo pra bala não.

Eu ouvi falar assim, que eles levaram um rapaz aqui pra mais não sei o quê e chegaram lá na frente: “vamo sai do carro, pra mijar”. Aí atiraram. Dizem que ele atirou bem na nuca, esse negócio aí do tiro na nuca todo mundo sabe que ele deu. Agora, deram o tiro, derrubô, mas não matô. Aí o peão ficou ali escutando. Escutando dizer: “mas esse revolverzinho eu nunca tinha matado gente com ele não, é bonzinho que é danado” [risos]. Aí caçaram, cadê a tralha de enterra, não tinha de onde buscá. Pegaram o jipe, naquele tempo era o jipe (Braz, Araguaína 2007).

Neste capítulo, busco descrever e analisar as relações de trabalho e poder estabelecidas na fronteira agrícola do norte goiano, nas décadas de 1960 e 70. Procuo acompanhar a trajetória de importantes grupos de produtores rurais, quebradeiras, agregados, moradores e peões, em meio a processos de transformação social que não excluíram a manutenção/recriação de práticas, valores e instituições herdadas do passado em meio ao surgimento de um novo ambiente social, organizado com base na propriedade privada da terra e estreitamente vinculado ao mercado. Entendo que os trabalhadores rurais, longe de se comportarem passivamente diante das novas condições sociais, procuravam preservar aspectos de seu antigo modo de vida e, desta forma, também contribuíam, através da legitimação/resistência, para a produção dos modos de exploração e dominação vigentes na fronteira.

Neste sentido, as expectativas e os desenganos que envolveram os esforços de re-criação de valores do passado tanto bloqueavam, como também contribuíam para construção das classes no âmbito rural. Creio que o aparecimento, sobretudo a partir da década de 1990, de quebradeiras e trabalhadores rurais enquanto sujeitos políticos, com identidades e demandas particulares, deveu-se, em boa parte, às experiências vivenciadas por estes coletivos durante o período em tela.⁷⁹

Penso que tanto a organização destes trabalhadores - através da criação de sindicatos de trabalhadores rurais e da presença da CPT no norte goiano - como a luta pela terra e o combate ao trabalho escravo, movimentos importantes a partir da década de 1990, não podem ser dissociados da internalização/resistência dos modos de dominação estabelecidos sob o impacto da frente pioneira.

Portanto, o estudo do trabalho nesta porção sertaneja da Amazônia - quando o norte goiano era uma fronteira econômica, política e do humano - pode ajudar a entender melhor o aparecimento e as condições de possibilidade da Amazônia enquanto fronteira de direitos. No escopo desta análise, privilegiarei, tendo em vista os limites de tempo que presidem a feitura de uma tese, as trajetórias dos lavradores em meio ao ambiente social gerado pela frente pioneira, notadamente os grupos de trabalhadores rurais presentes no interior das fazendas de gado estabelecidas no município de Araguaína, ficando a questão da retomada da luta pela terra e pelos direitos sociais, o que poderia ser descrito como uma outra história, para um outro momento.

⁷⁹ Tratar-se-ia de experiência de classe, ligada ao “fazer-se de classe”, isto é: “experiências comuns (herdadas ou partilhadas)” através das quais os “homens sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (Thompson, 1987, p.10).

4.1 – Os padrões da Cimba e a cadeia mercantil do coco babaçu

A fábrica Dirce S/A, instalada em Araguaína na década de 1950, produzia óleo e cosméticos a partir da amêndoa do babaçu. A matéria-prima era obtida na própria localidade, no passado, rica em babaçuais, através da produção das quebradeiras de coco. No decênio seguinte, já sob controle dos irmãos Boa Sorte, a planta fabril foi ampliada, aumentando a produção de óleo e, inclusive, iniciando a produção de sabão de coco babaçu. O resultado foi um rápido aumento da demanda pela amêndoa, contudo o estabelecimento das fazendas de gado no município repercutia na destruição dos cocais. Os pecuaristas, alegando que os babaçuais se espalhavam muito e que, com sua sombra, impediam o desenvolvimento dos pastos, derrubavam as palmeiras queimando suas raízes.⁸⁰

Por isso, a maior parte do coco babaçu utilizado pela Cimba vinha de fora da localidade, boa parte de Babaçulândia, distante cerca de 60 quilômetros de Araguaína, na época, ligada por uma estrada de chão. A localidade, como o próprio nome indica, constituía uma das principais produtoras de babaçu da região, possuía um segmento patronal bem estabelecido, mantendo relações comerciais com indústrias de óleo dos estados do Maranhão e Pará (Dindo, Babaçulândia, 2007). Com a criação das fábricas Cimba e Tobasa (Tocantinópolis), o norte goiano, por assim dizer, internalizava a cadeia produtiva do coco babaçu e, neste quadro, a localidade aparecia como um dos principais centros abastecedores da matéria-prima.

Pode-se dizer que as relações existentes entre os padrões da Cimba e os comerciantes de Babaçulândia conservavam os padrões tradicionais. As quebradeiras continuavam ligadas a um sistema comercial complexo - quebradeira-comprador-comerciante-indústria - podendo contar com vários atravessadores. O comprador de coco babaçu, também chamado de “vendedor”, “bodegueiro” ou (do ponto de vista do comerciante, dono de armazém) “cliente”, era o primeiro agente da cadeia patronal, mercanciando diretamente com as quebradeiras e usando, freqüentemente, outras mercadorias como moeda de troca. Seu lucro advinha, em boa parte, da diferença entre o preço pago nas cidades e aquilo que podia ser imposto nos centros e povoados

⁸⁰ A alegação de que as cascas do coco depositadas no solo e as “caieiras” utilizadas para produzir o carvão feriam o gado, causavam incêndios ou ainda que as quebradeiras deixavam as portei ras abertas permitindo a fuga do gado eram outras alegações comuns por parte dos fazendeiros para proibir a quebra ou destruir as palmeiras.

afastados. Este, além da imposição dos preços, também costumava manipular os pesos no momento da aferição da amêndoa e demais gêneros. Compradores de coco e donos de armazém costumavam vender suas mercadorias a crédito, de modo que as quebradeiras, não tendo como saldar suas compras no ato, acabavam comprometendo os frutos de seu trabalho no futuro. A reprodução destas relações acabava por ensejar uma situação de dívida entre comerciantes e camponesas. Tratava-se de uma dívida, ao mesmo tempo, material - contabilizada no caderninho do comprador - e simbólica. A própria presença do “vendedor” nos lugares mais recônditos do sertão já implicava numa dívida de “gratidão” da parte dos lavradores e quebradeiras.

Do ponto de vista da rede interpatronal, o termo “cliente” era utilizado para designar o pequeno comprador, dependente de uma comerciante maior, responsável pelo adiantamento de mercadorias e dinheiro. Após percorrer os centros mais afastados comprando/trocando o coco-babaçu, o cliente retornava para a cidade e realizava o “acerto” com seu patrão. A conexão com a indústria ficava por conta do grande comprador, geralmente dono de armazém.

Naquelas regiões mais afastadas, esta posição podia ser ocupada por um lavrador remediado, dono de silo e tropa de animais. Em Araguaína e outras localidades que passavam por processos de “modernização da agricultura”, a destruição dos babaçuais implicou em duro golpe sobre este segmento de lavradores – comerciantes. Pessoas como Braz - lavrador, dono de tropa e silo, comprador de coco dos centros próximos ao rio Lontra, como Laranjeira, Marimar e Água Amarela, e, na época, um dos principais fornecedores de babaçu para a fábrica Dirce - perdiam sua principal fonte de renda e meio de diferenciação social.

Mesmo em áreas como o Bico do Papagaio, onde o ambiente rústico continuava relativamente preservado, a implantação das estradas de rodagem implicava numa reorganização do sistema de transportes, privilegiando as estradas e o caminhão como meio de escoamento da produção. Neste sentido, junto ao termo “motor” – tradicionalmente usado para designar os barcos que percorriam o Tocantins comprando babaçu e vendendo gêneros de primeira necessidade para as populações ribeirinhas, aparece, por volta da década de 1950, o termo “caminhão” para designar os compradores de babaçu que chegavam pelas estradas de rodagem. As tropas de animais e de barcos, os velhos caminhos e os rios já não tinham a mesma importância do passado. No lugar dos tropeiros surgem os donos de caminhão, às vezes, atuando como pequenos atravessadores, mas, no mais das vezes, aparecendo como simples “freteiros”,

transportando todo o tipo de mercadorias, desde produtos agrícolas até peões.

Os patrões da Cimba, importantes comerciantes da região, possuíam uma considerável frota de caminhões usada principalmente para o transporte de madeira, alimentos e babaçu. Segundo um informante, *os Boa Sorte eram os donos de todo o babaçu, do Bico do Papagaio pra cá [Araguaína]. O coco vinha todinho pra eles* (Julho, Araguaína, 2005). Mesmo levando em conta a possibilidade de um certo exagero por parte do entrevistado, já que havia importantes fábricas de óleo de babaçu no Piauí, Maranhão, Pará e norte goiano, fica sugerida a importância da Cimba na cadeia regional do coco babaçu. Também, parece crível que, em várias localidades do Bico do Papagaio e, mesmo, no sul do Pará, os Boa Sorte substituíam os “bodegueiros” e demais atravessadores por seus próprios “compradores”:⁸¹

Botava como se fosse, por exemplo, eu tava lá em Taguatins, ele [patrão] ia lá me contratava, me empregava pra comprá o babaçu pra ele. Pra lá ia sabão, óleo, botina, ia de um tudo que o pessoal procurava. Lá montava aquele armazenzinho pra mim e ali eu ia comprando babaçu. Se você [quebradeira] precisasse de uma botina... Por que tinha muita pessoa fraca que trocava [babaçu] logo por comer, agora só não tinha pinga [risos] que ele não mexia com esse alimento não [risos] (Julho, Araguaína, 2005).

O controle indireto sobre a produção camponesa, através da exclusão dos comerciantes tradicionais, permitia aos empresários garantir o abastecimento de matéria-prima e reduzir gastos com capital fixo. Apesar destas mudanças, eram conservadas as relações de produção e estratégias de apropriação do trabalho, isto é, a produção da amêndoa continuava apoiada nas organizações camponesas e o comércio do babaçu mantinha suas características monopolísticas, com destaque para o arbítrio patronal (imposição de preços e pesos) e a constituição de relações de patronagem baseadas no endividamento. A mesma relação indústrias de óleo – cadeias mercantis aparece em estudos sobre a economia do babaçu no Maranhão. Segundo um pesquisador: “A produção ampliada do capital industrial, além da própria lógica da organização do funcionamento e lucratividade da etapa industrial propriamente dita, depende do controle que as indústrias exercem sobre o capital comercial e de sua ação direta nas regiões produtoras e da subordinação indireta que essa indústria impõem aos produtores familiares da região” (Mesquita, 2000, p.110). Neste sentido, o uso de

⁸¹ Segundo o antigo gerente-geral da Cimba: “Nós buscamos coco aqui, inclusive do outro lado do Pará tinha compradores nossos, comerciantes, que faziam a barganha de mercadoria por amêndoa e que nós buscávamos lá” (Septimal, 2005, Araguaína).

expedientes usuais de troca, como alimentos e bens de consumo leves (calçados, roupas, ferramentas etc.) como forma de pagamento pelo coco-babaçu, representava outra fonte de ganho para a empresa à medida que reduzia ao mínimo o dinheiro em caixa na aquisição da matéria-prima.

Por outro lado, existem indícios de que os patrões da Cimba chegaram a estabelecer o controle direto - “tomarão di conta de uma turma lá na quebração de coco” (Julho, Araguaína, 2005) - sobre a produção do babaçu em algumas localidades do norte goiano. Para isso, os gerentes da fábrica eram encarregados de recrutar mulheres para coletar e quebrar o coco em fazendas da região. Através de seus prepostos, os empresários arrendavam cocais existentes em fazendas e latifúndios e contratavam quebradeiras pagando a diária ou por produção (quilo da amêndoa). Nestas situações, os gerentes e compradores da fábrica desempenhavam um papel próximo ao dos “empreiteiros de mão-de-obra” – os chamados “gatos” – recrutando, transportando e controlando a força de trabalho empregada nos babaçuais.

Com efeito, a inserção dos Boa Sorte na cadeia econômica do babaçu se deu de modo bastante complexo. No município de Araguaína, a ação dos empresários - e nisso acompanhados por outros fazendeiros - representou uma ruptura com a produção tradicional. Ao mesmo tempo, vínculos estabelecidos com outras áreas do norte goiano contribuíam para preservar o sistema de produção e comercialização já estabelecido, como foi o caso de Babaçulândia. Em outras localidades, Taguatins, por exemplo, pode-se falar de um avanço do capital industrial sobre o capital mercantil na disputa pelo controle da produção das quebradeiras, neste caso, conservando tanto as relações pré-existentes, como também o “sistema de monopólio e barracões”. Todavia, também poder-se-ia apontar para o estabelecimento de acertos interpatronais - entre donos de latifúndios e os patrões da fábrica - com vistas à exploração dos babaçuais. Aí o capital industrial assumia o controle direto sobre o trabalho das quebradeiras mediante contratos feitos na diária ou pagamento por produção. Configurava-se uma modalidade de trabalho precário, sub-remunerado e em condições degradantes, tendo em vista as péssimas condições de higiene, alimentação e alojamento das produtoras. Neste sentido, as condições de trabalho das “turmas” de quebradeiras sob o controle dos gerentes da Cimba deve ter sido bastante próximo ao dos homens, mulheres, crianças, índios e

“brancos” atualmente recrutados pelos “gatos” a serviço de fábricas de óleo babaçu da Região Norte.⁸²

Quando, no passado, um fazendeiro, “dono de chácara” ou lavrador contratava um grupo de mulheres para a “quebração de coco”, o regime era geralmente o de “meia”, isto é, a produtora ficava com a metade da produção, podendo vender ou não a sua parte para o dono do cocal. Apesar de tratar-se, já, de uma situação apontada como “coco preso”, o tributo pago pela lavradora ao proprietário, legal ou de fato, não apartava a quebradeira da totalidade dos frutos de seu trabalho.

A posse da terra e a manutenção de roçados, a inserção dos agentes nas relações de parentesco, compadrio e/ou vizinhança, a proximidade dos centros ou, nos casos de quebra nas matas, o livre acesso aos meios de vida tornavam a “meação” menos penosa para as mulheres. Mesmo o barracão erguido no mato, símbolo da miséria do peão sazonal, possuía um outro sentido no contexto rústico. Não se tratava de um lugar associado à fome e à penúria, já que, tanto os “mantimentos” que as quebradeiras traziam de suas casas, como a coleta e caça fartas ensejavam uma situação de “fatura”. Além do mais, tratava-se de um lugar típico da sociabilidade tradicional onde os lavradores, mesmo longe de suas moradias, podiam reproduzir seus vínculos comunitários. Veja-se que o próprio “coco preso”, denunciado e fonte de revolta das quebradeiras, podia aparecer como parte de um passado ideal diante das rupturas ambientais e sociais em curso. Neste ponto, o destaque ia para a transformação das quebradeiras, orgulhosas de sua liberdade, em diaristas ou trabalhadoras por produção cujo “ganho” era incapaz de garantir a subsistência.

⁸²Como, por exemplo, a Tobasa S/A, estabelecida na cidade de Tocantinópolis, norte do Tocantins. A prática desta empresa registra o avanço do controle do capital industrial sobre a produção da matéria-prima mediante a transformação dos camponeses em trabalhadores informais, sub-remunerados e sob condições “análogas a escravidão”. (Relatório Tobasa Bioindustrial, Ministério do Trabalho e Emprego, Tocantinópolis, dezembro de 2004).

4.2 – Agregados e moradores: a re-criação da produção camponesa

No norte goiano, a chegada da frente pioneira implicava em desorganização da produção camponesa através da expulsão dos lavradores das terras de trabalho, mas, por outro lado, no interior das fazendas e empresas rurais, apareciam, recriadas, modalidades de trabalho ligadas a *plantation*, como a “agregação” e a “morada”. Tanto para os lavradores locais, como para os nordestinos pobres que migravam para a região, a agregação, apesar de identificada ao “cativeiro”, aparecia como uma espécie de anteparo diante da tendência à completa proletarização, ensejada pela privatização das terras. Trajetória de pequenos agricultores como Deusa e Domingos - (conforme capítulo anterior) expropriados pela violência dos pistoleiros e fazendeiros – apontam para a importância do *agregado* na nova estrutura agrária. Nas palavras dos trabalhadores:

Nas terras dele [do dono] nós não plantava mais não, que ele não deixava. Aí fiquemo aqui, meu marido trabalhando nas fazendas, trabalhava na fazenda do Reico, um dentista lá da Araguaína. Ele plantava um alqueire de chão de arroz, de milho e feijão. Ele colheu um caminhão de cereais. Aí ele tirava trinta sacas pras despesas, de arroz, e o outro ele levava pra Araguaína e vendia. O fazendeiro ganhava a grama. Deixava todo gramadinho, pastinho. Ele [marido] trabalhou muitos anos, muitos anos mesmo, com os fazendeiros assim. Tinha vez que dava um roço ainda no capim, pra ficar só capim mesmo. Com aquele dentista de Araguaína, ele trabaiô muitos anos na fazenda dele. Meu marido morava aqui, eu ficava aqui e ele passava semanas e semanas na fazenda trabalhando. Tinha um barraco lá, levava panela, levava mantimento, levava tudo. Aí quando era nas colheitas eu ia ajudar (Deusa, Água Amarela, 2007).

Nós trabaiava pra eles, Boa Sorte, planta roça pela grama. O Ademar dava a área queimada pra gente: “vocês plantam o arroz e me dão a grama. Eu dou a semente pra vocês e vocês jogam aí”. Nós jogava a semente. Este contrato eles fazia assim. Eles mesmos fazia a derrubada e queimavam. Pra não pagar gente pra jogar a semente, eles faziam assim. Eles queriam a terra pra muito boi. Como já era conhecido da gente, ele diz: “vocês se quiser plantar esta roça aqui, falta jogar só a semente, vocês planta a roça, tira o arroz pra vocês e me dá a parte de vocês gramada”. A gente ia lá porque era só planta uma roça mesmo, não dava mato, não dava nada. Quando o arrozinho tava deste tamanho [gesto] a gente plantava a semente dele. A gente deixava tudo gramadinho. Isso aí foi só uns dois anos. Era rápido que eles derrubavam de 70, 100 alqueires de uma lapada só. Era de foice e machado. Naquele tempo tinha peão de mais. Quando a mata era derrubada, ele dava pra gente plantar e dividia. Tanto pra um e tanto pra outro plantar e nós entregava gramado pra ele. Aí depois acabou o mato dele todinho (Domingos, Araguaína, 2006).

Para os patrões, o emprego de trabalhadores agregados era importante durante o estabelecimento das fazendas, pois assegurava uma notável economia de recursos. Estes, uma vez desonerados dos custos com a formação do capital fixo (estruturas produtivas), podiam empregar seu dinheiro nos processos produtivos propriamente ditos. Para o agricultor, a agregação implicava no acesso à terra e manutenção de certo controle sobre o processo de trabalho, ficando a sua contrapartida por conta da entrega das áreas cultivadas com capim plantado para o proprietário. O produtor estava sujeito à extração da renda da terra sob a forma de trabalho, mas ficava *livre* do pagamento da renda sobre a sua produção.

A agregação estava presente na própria frente de expansão demográfica, visto que, além de pequenos agricultores, fazendeiros, trazendo seus dependentes, também costumavam se estabelecer nos sertões do Nordeste, Minas Gerais e Goiás. No passado, nas fazendas tradicionais da região das “Barrarias” no norte goiano, ou nos latifúndios do sertão do Maranhão, um agregado podia trabalhar e viver por décadas nas terras do fazendeiro. O regime de agregação, que incluía a morada, podia passar de pai para filho, como aconteceu, por exemplo, com Pedro Buriti, que, assim como seu pai, nasceu e trabalhou por muitos anos numa fazenda do sertão maranhense. Buriti, assim como o seu pai, recebia terra e moradia na fazenda, com o que garantia a sua subsistência, já o dinheiro era artigo raro, sendo mais comum a dívida junto ao barracão do “padrinho” (Buriti, Araguaína, 2008).

Com o advento da frente pioneira, roça e casa, aspectos que no passado faziam parte de uma mesma relação social, podiam aparecer separados. Como sugere a relação que o marido de Deusa mantinha com o fazendeiro, a permissão patronal para que o lavrador construísse um barracão na sua propriedade não ensejava uma relação de morada. Aí tanto o abandono do trabalhador, separado de seus familiares, como o caráter precário do barraco (feito com paus toscos, forrado com palhas de palmeira e sem paredes) eram indicativos de um processo de precarização, material e simbólica, do - já repressivo – regime de agregação ou morada.

A semelhança do barraco do trabalhador agregado com os barracões que, no passado, os lavradores erguiam em lugares afastados dos seus centros e povoados, poderia dar a falsa idéia de uma continuidade no que diz respeito ao modo de vida dos lavradores, antes camponeses, que, no período em tela, passaram a ser incorporados como agregados às fazendas modernas. Aliás, esta pseudocontinuidade é, volta e meia, mencionada por fazendeiros, empresários e representantes da oligarquia para

desqualificar as acusações de escravidão na Amazônia. Confundem a rusticidade do lavrador tradicional com a miséria do trabalhador rural e, por aí, tentam dar uma dimensão cultural e de longa duração a condições ambientais e sociais ligadas à expansão das frentes pioneiras, notadamente durante as décadas de 1960 e 1970. Esquecem que, desde há muito tempo, os lavradores regionais já utilizavam termos como “cativeiro”, “cativo”, “preso”, “sujeição” ou “impedimento” para descrever a sua situação sob o poder dos potentados rurais. Com efeito, o barraco rústico, no passado muito comum no sertão do rio Lontra, demarcava o domínio dos lavradores sobre a terra, notavelmente em áreas de mata ou de extração de babaçu, possuindo papel relevante na reprodução dos lavradores. Abrigo estabelecido em meio a locais distantes, assegurando defesa contra o calor e as chuvas, era também lugar onde os lavradores faziam suas refeições e podiam “prosear” durante os intervalos de tempo em que não estavam plantando, coletando ou caçando. Espaço de descanso, complemento necessário do esforço do trabalho, mas também lugar de reprodução das relações primárias celebradas na intimidade e na fartura. Por seu turno, o barraco erguido na propriedade do fazendeiro reportava a uma situação de apartação da terra e de dependência em relação ao seu dono. Tratava-se de uma cessão patronal cuja manutenção e/ou perda dependia do arbítrio do fazendeiro. O que no passado era um lugar coletivo, ligado ao trabalho e vivência familiar, aparecia na nova situação como lugar de alheamento e solidão.

O agregado também ficava “impedido” de criar animais e/ou de cultivar alimentos que exigissem um maior tempo de maturação (como as árvores frutíferas, por exemplo), mas ainda podia produzir alguns gêneros básicos da sua dieta como arroz, milho e o feijão. Já não podia escolher o lugar para “botar o roçado” e, tampouco, definir o tempo em que manteria sua lavoura naquela área. Contudo, ainda podia determinar o ritmo do esforço e a duração da jornada. Vivia daquilo que produziu para a subsistência e, principalmente, dos recursos advindos da venda da sua produção no comércio local. Como agregado, o agricultor, continuava utilizando as técnicas tradicionais e tentando manter o antigo modo de vida. Não vislumbrava a possibilidade de tornar-se arrendatário, para isso não possuía dinheiro e/ou contava com financiamento público. Tentava manter sua condição de camponês vivendo na expectativa de obter um lote de terra, mas com a perspectiva da queda na peonagem. Sua permanência na terra do fazendeiro raramente ultrapassava o período de dois ou três anos, depois disso, caso não encontrasse outra fazenda para “botar roça” em troca de

“capim”, teria de procurar por um emprego na cidade ou trabalhar como peão nas fazendas. Neste sentido, a produção de arroz, significativa durante o período em tela no município de Araguaína, está longe daquilo que seria um processo de “desmarginalização” do campesinato regional, como assinalou Octávio Velho (1976) para o sul do Pará, pelo contrário, em Araguaína, a cultura comercial do arroz, levada a cabo por camponeses-agregados, anunciava o fim próximo da produção camponesa na localidade.

Na fronteira, a recriação da agregação aparecia ligada à introdução massiva da peonagem na abertura das fazendas. Nas palavras de Domingos: “Isso aí [agregação] foi só uns dois anos. Era rápido que eles derrubavam de 70, 100 alqueires de uma lapada só. Era de foice e machado. Naquele tempo tinha peão de mais” (Domingos, Araguaína, 2007). Devido à oferta de trabalho na frente pioneira, a superexploração dos peões, verdadeira vanguarda da expansão capitalista na Amazônia, permitia a aceleração da produção dos meios de produção o quê, por sua vez, repercutia na compressão das condições de reprodução social dos agregados. Veja-se que, no passado, o agregado realizava todas as atividades constitutivas das fazendas de gado: derrubada, queimada, limpeza, seguida pelo plantio das “roças de toco”. Uma vez esgotado o terreno usado no plantio, o lavrador semeava o capim e avançava sobre outra área de mata. Assim, o agregado ia “formando” a fazenda para o latifundiário e, em troca, obtinha a permissão para manter casa, família e roçados. A introdução da peonagem implicou em intensificação e fracionamento da força de trabalho ensejando um avanço acelerado das pastagens sobre as florestas em detrimento dos roçados. Nos lugares onde havia fazendeiros tradicionais, sobretudo nas terras próximas ao Tocantins, como Babaçulândia, por exemplo, os agregados foram sendo privados da moradia (conforme capítulo I). Nas localidades onde não havia “donos de terras”, como o sertão do rio Lontra e, de modo geral, na região do Baixo Araguaia, a agregação surgiu enquanto criação da própria expansão econômica, portanto a figura do agregado já aparecia desvinculada da cessão da casa, apresentando condições de reprodução limitadas ao processo de abertura das fazendas, isto é, coetâneas ao uso da peonagem.

Nas mesmas fazendas em que eram empregados agregados e peões, também era possível encontrar segmentos, minoritários, de trabalhadores moradores, com destaque para os chamados “caseiros” e/ou “peões de roça” e os “peões de vaqueiro”. A figura do lavrador-morador aparece na fala de pessoas como Júlio, ex-trabalhador do setor de transportes da Cimba. Segundo o entrevistado – que, entre outras atividades, costumava

percorrer as fazendas dos Boa Sorte carregando caminhões com produtos agrícolas destinados aos mercados regional e nacional - na fazenda “Aldeia Branca”, também conhecida por “Bananal” (próximo a Levinha), era comum encontrar famílias de lavradores, quase todos originários do Ceará, ali estabelecidas pelo próprio Ademar Boa Sorte:

Os cearenses derrubaram a mata de dez alqueires e encheram de banana. E ele [patrão] deu terra pra eles plantar. Terminaram de plantar e correram pro Ceará, foram buscá a família e trouxe muito. O Bananal mais era só cearense. Aí só saíram de lá quando o velho Ademar morreu. Aí foi acabando divagarzinho, divagarzinho e acabou (Júlio, Araguaína, 2005).⁸³

Outras referências sobre a presença de lavradores-moradores nas fazendas dos irmãos Boa Sorte aparecem no discurso de Anísio, no passado, vaqueiro e “homem de confiança” da família Vicente Ferreira. O trabalhador lembra que, durante as décadas de 1960 e 1970, havia muitos *peões de roça* nas fazendas dos antigos patrões. Os lavradores “tocavam roça na renda”, isto é, recebiam “alguns alqueires de terra” onde plantavam feijão, arroz, milho, abóbora, inhame e outros gêneros. A produção era dividida em duas partes, “a metade ficava com a fazenda e a outra com os peões de roça”. O patrão, além de parte da produção, reservava-se o “direito” de comprar (e comercializar) os alimentos produzidos por seus trabalhadores (Anísio, Araguaína, 2006). Assim, o lavrador - em troca da permissão para morar e plantar na propriedade - devia trabalho (desmatamento) e parte da sua produção ao dono da terra. Tais características aproximam os lavradores-moradores dos chamados “parceiros”, mais precisamente dos “meeiros”. Neste sentido, a fala de Chico Louro, trabalhador rural que, no passado, também foi “caseiro” ou “peão de roça” em várias fazendas da região, fornece uma visão mais completa da relação morador – fazendeiro:

O “caseiro” tinha um rancho, mas ele tava trabalhando na fazenda do patrão era com a obrigação de roçar juquirá, empleitada, e com a obrigação de formá aquela terra todinha. É um contrato, é um compromisso de palavra. Agora ele plantava, ele plantava na meia ou porcentagem, Então ele tinha, ele tinha, pra muita gente seria até bom, a vista de hoje. Por que, hoje, ou você é trabalhador juquireiro lá na fazenda ou então você não é nada. Porque não tem mais peão de roça. O fazendeiro não dá mais nada de roça. Quem tem terra toca roça, quem

⁸³Segundo o informante, os lavradores, além das roças de subsistência, plantavam arroz, banana e limão que eram vendidos fora da região: “ia pra Belém, pra Rio, São Paulo, Fortaleza. Pra longe. Limão tinha seis alqueires de limão, desse limão, desse verdadeiro. Era exportado também” (Júlio, Araguaína, 2005).

não tem vai trabalhá pro gato ou pro fazendeiro (Chico Louro, Araguaína, 2007).

De acordo com as falas de Deusa e Domingos, a “agregação” implicava em extração da renda da terra mediante trabalho devido ao fazendeiro, ficando a produção de cereais *livre da renda*. Nestas situações o agregado aparecia como um trabalhador da confiança do fazendeiro, o que, entretanto, não lhe facultava o estatuto de morador. Já nos discursos de Anísio e de Chico Louro, aparece a figura do “peão de roça” ou “caseiro” que, enquanto produtor, estava sujeito à extração da renda mediante apropriação da produção. Ambos informantes assinalam a existência de um contrato, baseado na palavra, entre fazendeiro e lavrador mediante o qual, o agricultor, em troca da morada, devia entregar a metade de sua produção ao dono da terra. Todavia, o depoimento de Chico Louro complementa e enriquece o relato do vaqueiro à medida que aponta para outras modalidades de exploração, isto é, as outras “obrigações” presentes na relação do trabalhador-morador com o fazendeiro. Poder-se-ia destacar, de um lado, a atividade de desmatamento mediante a qual a fazenda ia expandido seu território em detrimento das áreas de mata. Como já assinalei, o desflorestamento era condição para o estabelecimento dos roçados, de modo que não implicava em dispêndio de recursos financeiros por parte do fazendeiro. De outro, havia uma série de serviços prestados pelo trabalhador para a manutenção da fazenda comportando desde a “juquirá” (limpeza dos campos, realizada depois da derrubada, para evitar a formação das “capoeiras”), até outras atividades como a construção de cercas, barragens, moradias etc... Estes trabalhos eram acertados na “empreita”, de modo que implicavam em algum dinheiro para o “peão de roça”. Tratava-se de serviços esporádicos, nos quais os moradores trabalhavam junto com os peões sazonais, e, assim como estes, recebiam o “ganho”, remuneração por trabalhos na empreita ou diária, no mais das vezes, muito abaixo das necessidades de reprodução dos lavradores. Veja-se que tanto os “peões de roça” (da fazenda), como os peões (de fora), percebiam a mesma forma de remuneração pelos serviços. Nestas situações, o “ganho” se diferenciava do “salário”, termo usado pelos lavradores para identificar a - periódica e melhor - remuneração paga aos empregados da fazenda e, principalmente, aos trabalhadores urbanos. Se a natureza braçal do trabalho e o “ganho” (obtido pelos serviços feitos na empreita) atuavam de modo a aproximar os “peões de roça” dos “juquireiros” e outros trabalhadores considerados “de fora”, a instituição da morada, isto é, a cessão patronal da casa com

roçado para o lavrador e sua família, estabelecia uma diferenciação entre trabalhadores moradores e peões temporários:

Naquela época a gente trabalhava na roça, a gente se sentia melhor do que o outro, a gente sentia melhor do que o outro. Porque eles passavam necessidade, esses daqui, da cidade e a gente já morava lá. Pra gente ver que eles tavam tendo um conforto, eles tinham que mora com nós, no mesmo rancho que nós morava. Quando a fazenda era grande eles não iam pro barraco com nós que tocava roça, eles já ia fazer um barraco lá na beira do brejo. Nós achava que eles era mais desconfortável do que nós. Mesmo nós tocando, roçando juquirá igual eles. Nós tinha a roça, tinha uma coisa a mais. Éramos moradores e eles não, eles iam pra onde colocava, lá onde tava precisando de serviço e eles tinham que pedir as coisas, buscar, falar o que precisava e tal. (Chico Louro, Araguaína, 2007).

Na fala do trabalhador rural fica destacado o papel central da morada no estabelecimento de uma relação de proximidade entre moradores e patrões, ou pelo menos de contigüidade entre lavradores-moradores e fazenda. É, principalmente, com base na morada que o entrevistado opera a separação entre os trabalhadores da fazenda, “de dentro”, e os peões sazonais, “da cidade”. No caso, os peões são descritos como os “outros”, pessoas estranhas em relação aos demais trabalhadores, empregados e ao próprio ambiente da fazenda. Mesmo o fato de trabalharem lado a lado na “juquirá”, atividade desvalorizada entre os produtores rurais, não eliminava a distinção e a hierarquia entre trabalhadores moradores e temporários. Neste sentido, a instituição da morada possuía um papel relevante na organização das relações de trabalho e poder nesta frente de expansão à medida que anulava e/ou minimizava os efeitos de identificação de classe advindos da prática econômica dos produtores.

O exame da fala do entrevistado indica que, em grande medida, a identidade dos diferentes segmentos de trabalhadores era construída com base na presença ou ausência dos atributos ligados a morada. Enquanto o lavrador-morador era definido pela vida familiar, moradia, roçado, relações com os demais trabalhadores, empregados e patrões e mesmo pela familiaridade com o ambiente, o trabalhador temporário era apresentado como alguém desgarrado da família, alocado nos brejos, apartado da terra, desprovido de relações sociais e desconhecedor do ambiente de trabalho. Já para os peões, tornar-se um “peão de roça” ou “peão de vaqueiro” significava passar a fazer parte de uma fazenda, com acesso à moradia, roça, ganho ou mesmo salário. Representava deixar de

ser um “estranho” e passar a ser alguém da “confiança” do patrão, “gente de tal fazenda” ou “empregado de determinado fazendeiro”.⁸⁴

Entre os pequenos fazendeiros, dotados de menores recursos financeiros e com poucas possibilidades de receber financiamento público, a importância do lavrador-morador, principalmente do vaqueiro, responsável pelo gado e pelos demais peões, ganhava relevo. Com efeito, ser vaqueiro implicava dispor de certa ascendência social e status diante dos demais trabalhadores, fossem moradores ou não, de modo que o aprendizado desta profissão era sinônimo de mobilidade para os lavradores. Mobilidade que aparece na trajetória de pessoas como Anísio e José Manoel, ambos agricultores originários do sertão do Piauí, que, após aprenderam o ofício de vaqueiro no norte goiano, tornaram-se “empregados” nas fazendas de Araguaína.

“Seu Manoel”, por exemplo, chegou na localidade no final da década de 1960, trazido por um “gato”, para trabalhar como “peão” nas fazendas da região e, como tal, realizou vários serviços de desmatamento e plantio. Durante este período, o lavrador *aprendeu a mexer com gado* e, no início do decênio seguinte, já havia sido contratado como vaqueiro por um fazendeiro, Jerão Fernando, dono de uma propriedade de 45 alqueires, estabelecida na localidade do Pé do Morro. Quando o entrevistado fala sobre sua prática econômica, destaca a valorização das atividades ligadas ao ofício de vaqueiro:

O gado é contado, por exemplo, o gado é contado todo, todo o tempo que você vai entregar você conta, se aumentô, você tem que entregar tudo certinho. Olhava o gado, curava, endireitava, desleitava vaca, amansava a novilhada, botava a vaca mansa (Manoel, Araguaína, 2007).

A ênfase dada ao trabalho de vaqueiro não implica apenas na caracterização de uma prática econômica que, com a modernização da agricultura, tornou-se dominante no norte goiano. Mas, também permite ao trabalhador assinalar - entre as várias atividades por ele exercidas - aquela que lhe facultava uma maior proximidade com o patrão. Sob certas circunstâncias, dado à ausência de prepostos, gerentes e pistoleiros, ou mesmo o absentismo por parte de alguns proprietários, a relação de morada podia assumir uma dimensão política, de modo que, o trabalhador aparecia enquanto

⁸⁴“Eu fui nascido e criado em Nova Épica, pra cá de Tocantinópolis. Em 67 nós mudamos pra cá. Mudamo pra cá e eu fui trabalhar com o Boa Sorte. Aí chegou pra cá tudo fora de condição, sem nada, fui trabalhá de empregado. Quando eu cheguei fui trabalhar foi de juquirá [risos]. Juquirá, roça de foíce. Depois como eu era um cara muito trabalhador gostaram de mim. Aí me deram um emprego. Me deram um emprego porque eu fiquei hôme. Aí ganhava um trocado mais melhor “ (Moura, Araguaína, 2005).

representante do patrão no interior da propriedade. Mas, mesmo entre os grandes fazendeiros, que contavam com uma hierarquia de empregados e jagunços, fatores como a centralidade assumida pela pecuária na valorização das terras e a tradicional identificação entre fazendeiros e vaqueiros, conferiam a esta categoria uma posição superior em relação aos demais segmentos de trabalhadores do campo. Designações como “homem de confiança” e/ou “empregado de confiança” costumavam ser usadas pelos patrões para referir-se aos vaqueiros e vice-versa (Anísio, Araguaína, 2007).

Ora, tanto os termos “homem” como “empregado” indicam a pertença do vaqueiro à rede de prepostos a disposição do dono de terras. Pertença, diga-se de passagem, mais do que reforçada mediante a adjetivação “confiança”. Poder-se-ia dizer que a identificação do vaqueiro ao patrão assegurava ao trabalhador a participação na representação do “Homem” genérico, gerador da vida social, que é própria à cultura do sistema de *plantation* herdada pelos potentados da fronteira. Diferentemente do agricultor, a pé, o vaqueiro, montado a cavalo, e, no mais das vezes armado, evocava e participava do poder senhorial do fazendeiro. Na construção de sua identidade - mais do que a relação de contigüidade com a fazenda - ganhava relevo a proximidade com o patrão.⁸⁵ Por isso, o vaqueiro costumava aparecer como uma espécie de “cabo” do proprietário, cuidando não apenas dos bois, mas também dos demais trabalhadores. Fazia parte da “polícia” dos “hômẽ”, inclusive, tomando parte na perseguição aos peões que fugiam do cativoiro (Kardec, Araguaína, 2007). Daí que, na visão dos lavradores, os vaqueiros eram “os olhos”, “a voz” e, muitas vezes, “os braços” do fazendeiro (Chico Louro, Araguaína, 2007).

Nas propriedades que não possuíam “empregados” (gerentes e pistoleiros), o vaqueiro tinha a sua importância acrescida do ponto de vista da organização da produção e da hierarquização dos trabalhadores aparecendo com o “morador” mais próximo do patrão. Neste sentido, contava com a cessão patronal da **casa**: “eu vivia lá com a família, eu morava na sede, a casa era fraquinha, não tinha nem energia, só na base da lamparina”; com o acesso a **terra**: “o acerto era eu derrubar um alqueire de chão, pra mim (...) o leite era meu pra fazer queijo, tudo era meu, criava porco, animal”; ficava **livre da renda** sobre a sua produção: “plantava e ali eu não pagava nada pra ele.

⁸⁵ Veja-se, por exemplo, a avaliação feita por um trabalhador rural: “O vaqueiro que tirava leite pra ele, naquela época, talvez ele pegasse, levasse e medicasse. Nós como era caseiro, era trabalhador na agricultura, pra plantação. A gente tinha nossa casa pra acolá e ia caçando a nossa sobrevivência, se não tem jeito vai ter que vende a galinha, o frango. Você vê como que é a diferença” (Chico Louro, Araguaína, 2006).

Não tinha renda não, era tudo meu”; possuindo franquia ao **mercado**: “vendia tirava arroz, caminhão de arroz vendia, tudo”; mas também obtendo o “**ganho**” por serviços feitos na empreita: “não tinha um salário certo pra mim. Mas todo o serviço ele [fazendeiro] pagava”. (Manoel, Araguaína, 2007).

A contrapartida do trabalhador ficava por conta do cuidado do gado e do controle do trabalho dos peões usados no desflorestamento, no plantio das pastagens, construção de cercas e outras atividades ligadas à abertura da fazenda. Sobressaía em situações como esta, de um lado, a autonomia do trabalhador e, de outro, a interiorização da perspectiva patronal: “Eu que mandava. Já era chefe e aí era melhor. Aí eu ia mandar, não era mais mandado. Me dei bem lá [fazenda], trabalhei quase quatro anos. Eu mexia com uma turma de gente, em torno oito, dez peão, direto. Quando tinha serviço era oito, dez peão, direto” (Manoel, Araguaína, 2007).

A posição de comando e o pagamento na empreita (tanto ao morador como aos peões por ele arregimentados) sugerem que o vaqueiro aparecia como um pequeno empreiteiro de mão-de-obra e, como tal, seu “ganho” advinha da diferença entre o valor acertado com o fazendeiro em troca da realização de um determinado serviço e aquilo que era pago aos peões pela sua execução.

Vê-se que, em boa medida, a construção da identidade dos agregados, meeiros e vaqueiros derivava da proximidade destes em relação aos patrões. Graças a esta identificação, os trabalhadores incorporavam certos atributos patronais (terra, morada, mercado, uso da violência). Ao mesmo tempo, o modo desigual da participação dos dependentes na identidade patronal gerava uma hierarquização dos diferentes segmentos de produtores estabelecidos no interior das fazendas.

Para os lavradores, privatização das terras e aparecimento de potentados rurais podia ensejar a recusa ao “cativeiro” através da resistência aberta e, na impossibilidade desta, na continuidade da “cultura da andança”, isto é, a busca de “terras livres” mais além da fronteira.

Tanto para os lavradores que chegavam de áreas deprimidas do nordeste em busca de trabalho, como para os camponeses expropriados que “retornavam ao cativeiro”, o desafio era “amansar” os patrões mediante estratégias adaptativas. Nestas situações, o trabalhador procurava, pela via da identificação, obter maior autonomia no que diz respeito ao seu tempo e trabalho e, por aí, garantir melhores condições de vida. Em boa medida, a “adaptação criativa” dos lavradores ao contexto da fronteira residia na busca do estabelecimento da proximidade com o patrão, estratégia que implicava

desde a simples familiaridade (como a que facultou a Domingos e outros agregados a cessão patronal da terra em regime de agregação), a “confiança” (que garantiu morada aos migrantes cearenses) e, em sua forma mais acabada, o “compadrio” (que mediou a relação dos vaqueiros com seus respectivos patrões). Com base na proximidade, os lavradores procuravam se adaptar à nova situação, recriando - portanto modificando - os valores tradicionais no contexto de fronteira.

Mediante a identificação com a pessoa do patrão, os lavradores, procuravam acessar bens e direitos costumeiros, como terra, moradia e mercado, que, por força da espoliação de classe, tornaram-se atributos patronais. Note-se que nestas relações o salário simplesmente inexistia ou então não possuía papel central. De modo que, na visão dos lavradores e vaqueiros, sobrelevava a percepção de trocas - materiais e simbólicas - responsáveis pelo estabelecimento de relações assimétricas e inclusivas, próprias à cultura tradicional dos sertanejos.

A inviabilidade da manutenção destas modalidades de sociabilidade em meio a processos acelerados de modernização não passava pela cabeça dos trabalhadores moradores. Mesmo os agregados podiam continuar depositando suas expectativas na continuidade das relações à medida que haveria sempre uma nova área ou fazenda para desmatar e, talvez, graças ao fazendeiro, fosse possível se estabelecer em definitivo numa de suas propriedades, ou, quem sabe, obter um lote próprio.

No mais, estas perspectivas eram frustradas, de modo que, entre os lavradores entrevistados, é comum o sentimento de traição em relação aos seus antigos patrões. Frustração que, ao fim e ao cabo, revelava, para o lavrador, o desencontro de perspectivas e interesses. Na maioria das vezes o engano podia persistir apenas durante alguns poucos anos, mas também podia ensejar relações de compadrio duradouras. Tal foi o caso de Anísio, que após uma vida trabalhando para os Boa Sorte - como vaqueiro e no frigorífico da família - descobriu, já com idade avançada, que, como nunca teve sua carteira de trabalho assinada, teria de continuar trabalhando até completar a idade mínima para aposentadoria. Instruído por parentes e advogados a “botar causa” na justiça recuou, não pela amizade ou respeito à memória dos patrões, mas por “medo” de que ele ou seus familiares sofressem algum tipo de retaliação por parte dos herdeiros dos Boa Sorte (Anísio, Araguaína, 2007).

Com base no exposto, parece crível que, durante a abertura das fazendas de gado, em face da fertilidade da terra, tenha ocorrido o estabelecimento de uma agricultura comercial – como, por exemplo, “o plantio de bananas, arroz e limão para

exportação na fazenda Bananal Novo” (Júlio, Araguaína, 2007) - sem investimentos em insumos e maquinários, com base na superexploração da força-de-trabalho dos peões, mas também através da expropriação da produção dos agregados e moradores. Esta presença coetânea e conjugada da peonagem com outros regimes de trabalho, no caso, com a agregação e a morada, aparece na fala de vários ex-trabalhadores rurais entrevistados. Um destes, José Manoel - que trabalhou no desmatamento, plantio de banana, arroz e limão na fazenda Aldeia Branca - lembra que, além dos peões de derrubada e de juquirá, havia muitos “peões de roça”, sendo que, “bastava o peão falar com o gerente ou com o dono para ficar como morador da fazenda” (Manoel, Araguaína, 2007).

Para os lavradores, a acumulação primitiva, iniciada com as expulsões das terras de trabalho, podia se desdobrar no trabalho como agregado ou morador, empregados durante a abertura das fazendas. Junto com o desflorestamento surgiam lavouras para “exportação” tocadas por peões sazonais, agregados e parceiros. Contudo, a recriação destes “tipos intermediários” ligados à implementação dos projetos agropecuários, o que ensejava alguns cultivos comerciais, não ia além do período de “formação das fazendas”, de modo que, tanto a expropriação dos posseiros, como a recampanização de parte destes lavradores, através da agregação, parceria e mesmo da morada, eram constitutivos dos processos de criação do capital na fronteira.

Fato comum a estas diferentes situações residia na violência patronal que condenava o produtor direto a uma vida de errância e rebaixamento das suas condições de existência. Os contratos eram estabelecidos, alterados ou descumpridos de acordo com a vontade dos proprietários, de modo que, fosse como agregado ou morador, o agricultor continuava sujeito ao poder arbitrário dos fazendeiros. Os trabalhadores, em que pese às relações de dependência e dominação estabelecidas, asseguravam um controle relativo sobre o seu trabalho evitando a completa proletarização e a queda numa situação de liminaridade, característica da condição do peão. Na visão do agricultor, o acerto direto, cara a cara, com o patrão podia implicar na construção (ou expectativa) de um vínculo pessoal entre lavrador e fazendeiro. Por aí se legitimava a hierarquia social, mas, ao mesmo tempo, o trabalhador também procurava instituir e preservar algumas cessões patronais como a recolocação num outro sítio (após o desmatamento), a permissão para morar com a família na fazenda⁸⁶, a possibilidade de

⁸⁶ Afinal “mulher e família são concessões que só os bons patrões permitem na selva” (Cardoso e Muller,

criar alguns animais, obter alguma “assistência” em caso de “precisão” (acidente e/ou doença), o acesso à lenha etc...

Dentre os trabalhadores moradores, eram os vaqueiros que ocupavam a posição mais elevada na hierarquia social gerada nas fazendas. A cessão patronal da casa, da terra e o comando sobre os demais produtores (às vezes, o acesso ao mercado e o ganho sobre o trabalho dos peões) constituíam atributos patronais incorporados pelo vaqueiro enquanto representante do fazendeiro. Daí se compreende o porquê, no mais das vezes, dos moradores e agregados, de modo geral, agirem em conformidade com as ordens dos fazendeiros. O patrão, donos dos meios de vida e do poder político, aparecia como uma espécie de gestor da organização social existente no interior da sua propriedade. Se, para a maior parte dos trabalhadores, tal situação implicava em condições de vida e trabalho precárias, para um pequeno segmento, pela via da identificação e autonomia, aderir ao poder patronal podia implicar na perspectiva de segurança e status social.

Neste ponto, a trajetória de João Manoel pode ser bastante sugestiva. O entrevistado sintetiza seu trabalho como vaqueiro e sua relação com o patrão na expressão: “Eu tomava de conta da fazenda do padrinho”. A expressão “tomar de conta” implicava agir como o próprio dono da terra, portanto enseja a interiorização da perspectiva patronal por parte do trabalhador. Interiorização explicitada através do termo “padrinho”, usado pelo entrevistado, para se referir ao patrão. Sabe-se que a morada, ao menos em suas modalidades mais desenvolvidas, supunha o estabelecimento de um vínculo de compadrio, estrutural, entre agentes desiguais. O compadrio, espécie de aliança vertical, subjacente à própria relação de morada, materializada na moradia, fica, por assim dizer, re-ativado na expressão “tomar de conta”. O termo “padrinho” só não constitui uma redundância, na fala do entrevistado, porque assinala o caráter prático e mesmo consciente que esta instituição podia assumir no âmbito das interações cotidianas.

Todavia, no contexto da fronteira econômica, a importância assumida pelos gerentes e pistoleiros nas grandes fazendas implicava, ainda, que os vaqueiros também fizessem parte da “polícia privada” dos potentados, numa tendência ao rebaixamento desta categoria de moradores. Mas, mesmo nas pequenas fazendas, onde a figura do empregado não aparecia interposta entre o vaqueiro e o patrão, as transformações sócio-ambientais aceleradas redefiniam as relações de trabalho desfavorecendo os

trabalhadores moradores e inviabilizando a manutenção do compadrio.

Também neste aspecto, a trajetória de José Manoel pode ser esclarecedora. Como assinaléi antes, o lavrador - após deixar o sertão do Piauí, devido à falta de recursos - trabalhou como peão em várias fazendas de Araguaína, onde pôde aprender o ofício de vaqueiro o que, por sua vez, lhe permitiu se estabelecer como morador numa fazenda da localidade, nisso ocupando posição mais elevada na hierarquia social vigente entre os trabalhadores rurais. Contudo, o desmatamento completo da propriedade, realizado num período de cerca de quatro anos, impossibilitou a continuidade da lavoura e, por extensão, do comércio de arroz e do próprio “ganho”, obtido às custas do trabalho dos peões. Logo, restou para o trabalhador apenas a casa, sem luz elétrica, o roçado de subsistência e a perspectiva do salário mínimo, isto, é claro, sem a carteira de trabalho assinada. Findo o período de abertura da fazenda, Manoel manteve a sua condição de morador, mas agora seu estatuto era semelhante ao dos demais vaqueiros das grandes fazendas. O morador, diante das novas condições, resolveu deixar as terras do “padrinho”, mudou para a cidade, onde passou a trabalhar como pedreiro. O compadrio, desprovido dos termos que asseguravam a identificação entre o morador e seu patrão, acabou se esvaziando, cessaram os contatos, a ponto de, hoje, restarem apenas lembranças.

O mesmo raciocínio também vale para os “parceiros” encontrados no interior das propriedades dos irmãos Boa Sorte. Aí o estabelecimento acelerado da pecuária extensiva, seguida pela especulação imobiliária, acabou por inviabilizar a reprodução das atividades agrícolas. Na região do Lontra, o aparecimento destas categorias intermediárias acompanhava o avanço da fronteira agrícola e, portanto, estava ligado ao tempo curto da criação dos projetos agropecuários. Nisso, a frente pioneira da década de 1960 e os tipos tradicionais que ela parecia ressuscitar se diferenciavam dos segmentos de lavradores-moradores encontrados nas antigas frentes de expansão pelo interior do país. Na frente pioneira, a cessão patronal da terra e da morada, embora importante na hierarquização dos produtores, não ia além do tempo da abertura da fazenda e, neste sentido, não importava em estabilização das relações sociais. Diferentemente do morador tradicional, cujo estatuto, muitas vezes, passava de pai para filho, os moradores das fazendas modernas eram, num curto espaço de tempo, confrontados com a *rua da amargura*.

Nas fazendas de criação de gado, construídas por sobre as cinzas dos roçados e dos barracões, somente a figura do vaqueiro, embora diminuída em termos de

quantidade e importância, estabelece alguma continuidade com os tipos humanos do passado. Numa Araguaína de “muito pasto e pouco boi”, onde os produtos agrícolas consumidos pela população são, em grande parte, importados do Goiás e/ou do Nordeste, poucos são os trabalhadores rurais – moradores ou não – que encontram trabalho. Talvez, com a melhora das exportações de carne para o exterior e o aquecimento do mercado interno, o norte goiano-tocantinense volte a produzir grandes quantidades de carne bovina, justificando a designação, algo irreal, do município de Araguaína enquanto “capital do boi gordo”. A julgar pelo pioneirismo dos empresários locais e/ou daqueles que costumam afluir para a região, isto representaria não apenas a derrubada dos últimos refúgios de mata da bacia do Araguaia, mas também teria como consequência um novo refluxo da reforma agrária na região.

4.3 – A peonagem nas fazendas do norte goiano

A partir da década de 1960, a “peonagem” passa ser o regime de trabalho dominante nas frentes de expansão da Amazônia Oriental. Fazendeiros e seus prepostos passam a utilizar grandes contingentes de trabalhadores rurais temporários em tarefas ligadas a agropecuária. Os peões constituíam uma força-de-trabalho móvel, livre dos meios de subsistência, sujeita a condições degradantes de trabalho, incorrendo, freqüentemente, em escravidão temporária mediante mecanismos de endividamento (Martins, 1997, Esterci, 1999). No norte goiano, área beneficiada por financiamentos públicos através da SUDAM, a “modernização da agricultura”, mediante introdução de fazendas de gado, implicou no uso massivo de peões superexplorados. Nas palavras de um antigo morador e membro do sindicato rural local:

Isso aqui era como se fosse um garimpo mesmo. Tinha gente demais, aqui foi, tinha, tem uma fazenda aqui perto de Araguaína, fazenda Novo Horizonte, que era dos americano, essa fazenda é 10 mil alqueires e ela foi quase toda derrubada a machado. Entendeu? E pra fazer estrada, até chegá na fazenda, foi tudo feito de machado, picareta e enxadão. Então era gente demais e não só pra essa fazenda como pra outras fazendas na margem do Araguaia e pra tudo quanto é lado aí (Kardec, Araguaína, 2006).

O exame da fala do entrevistado permite estabelecer uma estreita conexão entre, de um lado, o uso de grandes contingentes de trabalhadores temporários e, de outro, o baixo nível técnico das empresas rurais. Exércitos de peões armados com machados, picaretas, enxadas, sem esquecer do fogo, abriam campos, construíam sedes, cercas e estradas onde antes haviam matas e roçados. Na região do rio Lontra e em todo o baixo Araguaia, áreas escassamente povoadas (do ponto de vista do mundo urbano), configurou-se uma situação de fome de braços, atendida, em boa parte, graças ao aliciamento de lavradores pobres nordestinos, notadamente do interior do Maranhão, Piauí e Ceará.

João Tavares, conhecido por “Meio-quilo”, dono de um dos primeiros caminhões da localidade, “ganhava a vida” buscando peões para trabalhar em Araguaia. O entrevistado lembra que, no passado, “paus-de-arara” carregados com “pinhões” chegavam dia e noite, vindos de todos os lugares do sertão, “derramando” sua carga humana diretamente nas fazendas (Tavares, Araguaia, 2006).

Aquele sujeito amigável, embora um tanto desconfiado, que evitava fornecer detalhes e nomes, não ultrapassando metro e meio de altura com escassos cinquenta quilos, estava distante da imagem habitual do “gato” - no passado tratado apenas por senhor e/ou empreiteiro pelos trabalhadores - e que, não raro, aparecia associado à prática de violência aberta contra peões desta e de outras porções da Amazônia. Era difícil imaginar aquele homenzinho trazendo, ou melhor, “comprando pinhões” no “Loreto” e outras localidades da região das “Mangabeiras” no Maranhão (Tavares, Araguaia, 2006).

Poder-se-ia dizer que a figura, algo infantil, do “Meio-quilo” aponta para a dimensão da sedução que, assim como a violência aberta e a “obrigação” – forma interiorizada da dívida -, também era constitutiva da peonagem. Para muitos lavradores, o trabalho nas fazendas no norte do Goiás significava a possibilidade de “arrumar algum dinheiro”, artigo raro no sertão nordestino, de modo que o “abono” ou o “adiantamento” oferecido pelo gato já era motivo suficiente para que muitos agricultores deixassem suas famílias para acompanhar os empreiteiros (Manoel, Araguaia, 2007).

Se alguns esperavam retornar para seus locais de origem com o “ganho” obtido nas fazendas, outros viam na peonagem a possibilidade de “caçar seu rumo” ou de “tomar de conta de sua própria vida” (Julho, Araguaia, 2006). Além do dinheiro e da expectativa de sair de casa, a oferta de um serviço rápido e fácil também fazia parte das estratégias de aliciamento: “O empreiteiro chegava dizendo: ‘vamo trabalha, agora você

vai ganha um bom dinheiro viu'. Ia sempre jogando, sempre prometendo um serviço rápido e tanto por alqueire" (Chico Louro, Araguaína, 1997).

No mais das vezes, o lavrador saía da casa de seus pais com o intuito de retornar com algum recurso, mas, depois de certo tempo, perdia-se no mundo feito "folha fora do talo". Muitos acabavam formando suas próprias famílias, outros, após padecer nas fazendas sem obter "saldo", acabavam presos ao círculo demoníaco da escravidão por dívidas. Aqueles que saldavam seus débitos e/ou escapavam do cativo se viam confrontados com a perspectiva do retorno com as mãos vazias. Haviam saído de casa porque o "cangote já estava grosso", eram "homens", e como tais, deviam "rasgar o sertão" e "ganhar o mundo". Então, como voltar sem nada, ou melhor, trazendo estampado no rosto a vergonha da derrota? Não bastasse o sentimento do "fracasso", a sua contra-face, a "esperança" de alcançar uma vida melhor, sempre um pouco mais adiante, também contribuía para a dispersão dos sertanejos.

Com efeito, durante o período em tela, a intensificação do movimento migratório de nordestinos para o norte goiano se fez acompanhar de mudanças no que diz respeito ao perfil do migrante. Se, no passado, predominava a mobilidade coletiva com famílias, parentelas e até comunidades inteiras de sertanejos - como os baianos de Guimarães Rosa - vindo se estabelecerem nos sertões do Goiás, a partir da década de 1960, foram indivíduos, no geral homens e jovens, que passaram a constituir os estoques populacionais para as frentes de expansão na Amazônia Oriental. Pessoas, no mais das vezes, feitas aos pedaços por uma vida de errância e que, ao fim e ao cabo, encontravam dificuldades para estabelecerem e/ou manterem relações familiares e afetivas estáveis. Ao longo da pesquisa, pude entrevistar vários moradores de Araguaína cujos pais saíram para "caçar serviço" e acabaram "sumindo no mundo". "Seu Mourão", ele próprio abandonado pelo pai, passou boa parte de sua vida labutando na "juquirá" para os fazendeiros da região. Premido entre o sonho de ter esposa e filhos e a luta, ao lado da mãe, para criar os irmãos menores, optou pela "obrigação" familiar, de modo que restou velho e só, abandonado numa casa, feito tapera, na periferia da cidade (Moura, Araguaína, 2006).

O mesmo vale para a família de dona Alzira, mãe de Miguel, "o matador do Ademar Boa Sorte", abandonados pelo pai - de quem só foram receber notícia recentemente, quando já estava doente e próximo da morte em Roraima - sobreviviam realizando pequenos serviços. Alzira "lavando para fora", os "pequenos" vendendo bolos, doces e/ou engraxando sapatos e Miguel, filho mais velho, então com 17 anos,

trabalhando como peão nas fazendas da família Vicente Ferreira (Alzira, Araguaína, 2008).

O desapego e/ou errância dos chefes de família tinha sua contra-face na luta muitas vezes trágica, das mulheres – parafraseando Érico Veríssimo: “os moirões que nunca abandonam a cerca” – acompanhadas de seus filhos para garantir a sobrevivência e a manutenção dos laços familiares em terreno movediço. Tal situação reporta, passados mais de cinco séculos, ao estranhamento do brasileiro, digo dos pobres, diante do país. Desenraizamento que pode ser creditado à permanência de valores ibéricos e/ou de costumes e técnicas indígenas entre as populações do interior, mas, sobretudo, em virtude da reprodução continuada de processos de expropriação mediante criação de situações de fronteira enquanto mecanismo de diferenciação social. A velha brutalidade, a guerra social, aparecendo, combinada à introdução do Estado e da propriedade, como efeito e condição da reprodução dos grupos econômica e politicamente dominantes. Se “a sina do posseiro era formar a terra para os fazendeiros”, enquanto agregado ou morador era viver de favor na terra alheia, sujeito a todo o tipo de “sujeição” e “capricho” (Aurora, Araguaína, 2007). Como peão, a situação se tornava ainda pior:

Hoje eu não tenho condição de ficar no ar, nem na terra, nem na zona rural, nem na área urbana. Então eu luto pela terra, porque eu não tenho e aqui, na cidade, não é o meu lugar. Eu não tenho profissão. Dizem: “Não, o Chico é bem de vida”. Por quê? Porque eu tenho um rancho desses. Será que um rancho desses, sem comida, será que dá pra viver? Não dá pra viver. Pra viver podia ser um barracinho mais fraco, mas que tivesse assim milho, feijão, arroz e tal. Aí é que é o sustento do peão (Chico Louro, Araguaína, 2006).

A casa na periferia urbana, longe dos meios de vida e do antigo ambiente social, ganha, na fala de Chico Louro, o estatuto de um “não-lugar”. Para o trabalhador rural, alheado da terra, sem profissão e forçado a sobreviver do pouco que ganha como peão temporário, a moradia na cidade não implicava em adaptação ao mundo urbano. O peão habitava, mas não morava na cidade.

Por outro lado, o trabalho nas fazendas também importava numa situação de liminaridade para o trabalhador. Com efeito, no início da década de 1960, era comum que gatos simplesmente “largassem os pinhões no mato”, onde ficavam “entregues à mais completa sujeição”, “sem barracão” e “sem dinheiro” (Tavares, Araguaína, 2007). Assim como a habitação urbana, o “mato”, os “brejos” e os próprios “barracos de lona”

afastados da sede da fazenda constituíam “não lugares” à medida que os trabalhadores alocados nestes espaços permaneciam exteriores, estranhos ao ambiente da fazenda.

Poder-se-ia falar da permanência de uma relação de oposição homem-ambiente tanto na periferia urbana como no campo, todavia, nas fazendas, o estranhamento e a exclusão se faziam acompanhar da espoliação de classe. Ali, o peão - do ponto de vista do fazendeiro, homúnculo, besta ou outra manifestação não-humana - podia ser sujeitado à mais desapiadada exploração. Para o trabalhador rural, não possuir um “lugar”, na cidade ou no campo, não implicava apenas em maiores dificuldades de organização e estabelecimento de demandas, mas significava também, num mundo relacional - impermeável aos direitos civis e sociais, antagônico às velhas formas societárias comunais - ter a sua humanidade cotidianamente colocada em suspensão.

Durante um trabalho de campo, realizado em julho de 2008, fiquei impressionado com o depoimento de uma velha senhora passado numa rede televisiva de Araguaína - TO. A mulher, diante de seu barraco cercado por lixo, descarregado pelos caminhões da prefeitura, clamava em voz alta que era “gente, cristã e humana” e, portanto, merecia um tratamento condizente à sua humanidade. É revelador, porém lamentável, que os pobres da periferia das cidades da Amazônia e também índios, posseiros e outros grupos minoritários precisem afirmar, muitas vezes de modo desesperado, sua pertença ao gênero humano. Como assinala Martins, trata-se de uma “sociedade em que índios e camponeses precisam proclamar de voz viva que são humanos, que não são animais, e menos ainda animais selvagens. [...] Uma sociedade que, no final, não tem clareza sobre a linha-limite que separa o homem do animal” (Martins, 1993, p.63). No passado recente, como ainda hoje, a atribuição de uma identidade negativa, ou no mínimo indefinida aos trabalhadores, notadamente rurais, significava para os empresários e fazendeiros dispor de mão-de-obra barata; trabalhadores que, por não serem “cidadãos”, nem “gente humana”, podiam ser explorados até os limites do corpo.

No que diz respeito à peonagem, a sedução presente no aliciamento ficava para trás assim que o trabalhador aceitava o dinheiro. Ao embarcar no caminhão, o peão, já passava a ser tratado como um devedor e, como tal, deixava de ser dono de seu destino. Diante de qualquer reclamação, haveria sempre algum empreiteiro, gerente ou jagunço para lhe lembrar que estava devendo e, como tal, não podia escolher onde, com quem, como e/ou por quanto tempo trabalhar. Havia se tornado um cativo.

Na primeira metade da década de 1960, surgiram em Araguaína os primeiros hotéis - “Hotel Sena”, “Hotel dos Viajantes”, “Grande Hotel” - e pensões - como a de “dona Nazaré” e do “Mineiro” - destinados a “arranchar” os peões a espera de trabalho (Kardec, Araguaína, 2007; Chico Louro, Araguaína, 2007). A alocação do trabalhador nestes estabelecimentos, geralmente por vários dias e até semanas, implicava em custos com a estalagem, avultando e agravando a dívida criada com o “abono”. Este montante era pago pelo gato, gerente ou pelo próprio fazendeiro num ato que combinava o resgate, compra e contratação do trabalhador:

E o peão tava arranchado e comendo, quando vinha aquele gato atrás dos cliente deles, aquele gato perguntava: “deu quanto? Tanto”. Pagava e levava já. O gato vinha de lá da fazenda e procurava o peão que precisa trabalhá e que tava devendo na pensão. Eles pagavam e já levavam no caminhão. Marcava o horário de pega e já levava (Chico Louro, Araguaína, 2007).

Antes mesmo de começar a trabalhar, o peão já estava endividado, devia o “abono”, o transporte no “pau de arara”, as “diárias” e a alimentação no hotel. O empreiteiro ou fazendeiro que saldava seu débito se tornava seu patrão e credor. Uma vez na fazenda, a sua dívida aumentava devido aos gastos com alimentação, remédios, querosene e outros artigos, geralmente comercializados pelos próprios fazendeiros a preços extorsivos:

Os gastos do peão na pensão ficavam por conta do fazendeiro, mas ele [peão] ia pagar aquilo lá no rabo da enxada. Já tava devendo. Ele já saía devendo daqui. E aquela conta ia rendendo rapaz, porque o caboclo comprava as cosas aqui para vendê na cantina, comprava arroz, feijão, óleo, açúcar, café, sal, querosene, doce, essas coisas que peão, que a gente come e eles, os peão, também gosta. É lógico, é lógico que gosta e aí carne e etc e tal. Aí levava pra fazenda aquele peão e num quilo de café, num pacotinho de café que custa, às vezes, um real e cinquenta centavos, lá ele [fazendeiro] ia cobra três real. E o peão ia só oiando – sinal – só aumentando a conta (Kardec, Araguaína, 2007).

Enquanto não saldasse o débito, o trabalhador não podia deixar a fazenda sob pena de sofrer violências que podiam ir desde uma surra, trabalhar acorrentado até o assassinato. Na vigilância dos peões, além dos gatos, os fazendeiros contavam com seus prepostos, geralmente, aos vaqueiros era dada a incumbência de buscar “peão fugido”,⁸⁷

⁸⁷“Naquela época era um sistema ainda de escravidão, que nêgo teria que trabalhá chegava lá e não tinha data pra sair, só no dia que o patrão quisesse. Tinha nêgo que não se dava muito bem com o tratamento e acabava fugindo de lá da área. Que na época a gente morava próximo, a gente via o trabalhador descendo e pedindo pra gente não dá informação se viesse alguém de lá procurando informação se tinha descido

ficando os pistoleiros, muitas vezes os próprios patrões, responsáveis pela aplicação dos castigos. Tentativas de fugas, reclamações e “falhas” no serviço eram tratadas com brutalidade pelos jagunços e fazendeiros num regime de trabalho em que a repressão era ostensiva e, muitas vezes, praticada de forma teatral. Falar em teatralização da dominação pode sugerir um certo abrandamento da violência mediante expedientes de ritualização. Creio que o passado histórico do país, com o pelourinho, as forcas, os esquartejamentos seguidos da exibição de cabeças humanas e a degola, por parte da repressão privada e estatal, assinalam o quanto a teatralização da dominação, longe da redução ou limitação da brutalidade, podia contemplar situações em que a destruição da personalidade e/ou do corpo da vítima transcendiam o ato em si assinalando as enormes distâncias sociais entre elite e povo.

Assim, práticas de violência aberta, como, por exemplo, o “tapa na cara”, as “peias”, ameaças, violências sexuais e os assassinatos, muitas vezes cristalizados em monumentos, como as ossadas humanas expostas e os cemitérios clandestinos, enfeixavam uma espécie de ritualização da predação social na fronteira. Neste sentido, as filas de cruzeiros dispostas na entrada de algumas propriedades e/ou as ossadas humanas espalhadas no campo comunicavam, entre outras coisas, a introdução do peão no território do fazendeiro, cujo arbítrio incluía o poder de vida e morte sobre seus trabalhadores. Parece que essa também era a intenção dos matadores da fazenda “Capinga”, famosos por enterrar os peões com o braço para fora da sepultura, “com o relógio marcando as horas” (Braz, Araguaína, 2003). Tais práticas e monumentos - mais do que demarcar um cenário de morte característico da fronteira - assinalavam a destinação, potencial, do trabalhador à morte. Nas palavras do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Araguaína:

O endividado não saía, não. Ficava. Se saísse eles iam buscar e matavam. Eu to falando por que eu vi, eu vi, peão amarrado pela cintura derrubando de machado. Você acredita? Peão amarrado por a cintura. Derrubando de machado: “E terminei aqui, solta aqui”. Aí levavam para frente lá e botavam no cadeado. Amarrado por a cintura igual a macaco e derrubando de machado. Era, era desse jeito (Kardec, Araguaína, 2007).

alguém. E a gente nordestino. Naquela época chovia muito e a gente falava sempre, quando via os vaqueiro descendo a cavalo, a gente falava que não tinha visto, porque naquele momento, chovendo muito, a gente tava fechado dentro da casa e não tinha visto descê ninguém. É o vaqueiro ia atrás pra vê se encontrava o trabalhador. Eu morava ali na fazenda que é, hoje eu não to mais lembrado o nome, ficava bem próximo lá, que hoje chama essa fazenda do Paulista lá, esqueci o nome, fica na beira de um grotão, próximo ao Caracol. Chama fazenda Joaquim Leite. Não era deles [Boa Sorte], a terra deles ficava próximo. Os trabalhadores fugindo da Levinha [propriedade dos Boa Sorte] passavam nesta fazenda [Joaquim Leite]” (Chico Louro, Araguaína, 2007).

Situações como estas sugerem uma espécie de sacrifício mediante o qual o trabalhador era destruído para permitir a reprodução ampliada de seus patrões (Martins, 1997). Com efeito, o peão “comprado” ou “caçado” era identificado a um estranho que, por força da “dívida”, havia se tornado um “cativo” e, como tal, aparecia como alguém, virtualmente, designado ao sacrifício. O trabalhador, separado de seus familiares, fora das redes de amizade e vizinhança, convivendo em meio a desconhecidos, tornava-se uma pessoa sem relações, um verdadeiro “zé ninguém”, metido num ambiente onde direitos civis e sociais não possuíam qualquer efetividade.

O desnudamento, iniciado assim que o lavrador deixava sua localidade, fazia-se acompanhar de práticas de rebaixamento e estigmatização. Desde a viagem no “pau-de-arara”, cujo próprio termo já sinaliza para um processo de desumanização, passando pela permanência no “hotel” como “cliente”, até o trabalho nas fazendas, quando o trabalhador era alocado em barracos de lona, habitando brejos, bebendo água dos ribeirões ou da chuva, comendo mal, sujeito ao arbítrio do fazendeiro, superpõem-se várias situações de maus tratos, ameaças, humilhações e condições degradantes de vida e trabalho (Chico Louro, Araguaína, 2007).

Resultava destes processos, entre outras coisas, a construção, a princípio externa e depois internalizada, de uma identidade negativa do trabalhador rural. Neste percurso surgia a figura do peão, geralmente associada à miséria, à violência e, no limite, ao não-humano. Para os patrões e seus prepostos, o peão, aparecia como uma espécie de “caça” ou “mercadoria”, já para os demais trabalhadores, tendo em vista a sua exterioridade em relação ao ambiente da fazenda, tratava-se de um estranho cuja indefinição, longe de criar alguma identidade, acabava sendo mal visto pelos demais produtores. A própria perspectiva do “caseiro” e/ou do “vaqueiro” vir a se transformar em peão contribuía para o distanciamento ou cegueira dos trabalhadores e empregados “da casa” em relação aos maus tratos e a violência praticada contra os trabalhadores temporários.

Pode-se dizer que, entre os peões, havia, não raro, a expectativa de estabelecer vínculos com os patrões, “gatos” e fazendeiros, e, por aí, receber um melhor tratamento ou mesmo se tornar um trabalhador da fazenda. Neste sentido, entre os próprios trabalhadores rurais havia aqueles que, tendo sido contratados diretamente pelo fazendeiro (ou um de seus prepostos) e/ou graças à existência de relações com o empreiteiro, costumavam se diferenciar dos demais peões. Tal situação se traduzia em melhores condições de trabalho, receber algumas funções de comando, fazer saldo - isto

é, não ter suas contas manipuladas - e, o que era ainda mais importante, poder sair da propriedade sem ter de se esconder dos pistoleiros. Neste sentido, parece que a lógica da proximidade/distanciamento também concorria para legitimar a peonagem entre os peões. Tal foi o caso de José Manoel, cujo pai era vizinho e compadre do “gato” que o trouxe para as fazendas dos irmãos Boa Sorte. Este, graças à existência de relações de vizinhança e compadrio entre a sua família e a do empregador, pôde trabalhar em várias fazendas da localidade, acompanhando o mesmo “gato” e sem sofrer violência física e/ou acumular dívida (José Manoel, Araguaína, 2007).

Quando o trabalhador não possuía relações prévias com o empregador, a sua situação ficava mais difícil, já que dependeria da simpatia do patrão. “Seu Mourão”, por exemplo, trabalhou como peão durante vários anos nas fazendas do grupo Boa Sorte. A relação direta com o fazendeiro - Moura foi contratado pelo próprio Ademar Vicente Ferreira - e, principalmente, a sua disposição para o trabalho contribuíram para que o lavrador recebesse um tratamento diferenciado em relação aos demais peões. Neste sentido, Moura podia habitar numa das casas próximas à sede da fazenda, era-lhe facultado, como aos demais empregados (gerentes, vaqueiros, tratoristas, jagunços), o acesso à alimentação e, em caso de doença ou acidente (Mourão chegou a ser picado por uma cobra), contava com alguma “assistência” do fazendeiro. Por outro lado, “impedimentos” como a proibição de morar com a família na fazenda ou deixar a propriedade sem a autorização do gerente aproximavam o trabalhador dos demais peões.⁸⁸ Como Moura não foi objeto da escravidão por dívida - não pagava pelos alimentos - e também não foi vítima de emboscadas, por parte de pistoleiros, sua trajetória permite apontar para a superexploração dos trabalhadores temporários mediante o pagamento de salário insuficiente para garantir a reprodução do trabalhador e de sua família:

Aquele salariozinho que eu ganhava, que me pagava lá, era mixaria. Comprava mode o feijão e o arroz e acabava. Muitas vez, a gente vai na venda, você tem crédito, conforme o crédito compra fiado, quando você vai pagar tem uma bichuda. Aí já a-redobra o salário da gente. Minha família era muita gente. A mãe só e com sete filho. A casada com mais quatro filho. Era gente demais. E era eu e minha mãe que ajudava em casa.(...) Era muita gente, tinha uns sete

⁸⁸ “Era o Darci que era o gerente de lá. E ele era muito ruim. Não tinha dó com ele não. Não espancava, mas era mau. O povo não gostava dele porque ele era grosseiro, você pedia uma coisa pra ele, pedia dinheiro e ele não dava de jeito nenhum. Tinha pessoas que tem sua família pra cuidar. A pessoa pensava na família e dizia: ‘Rapaz, me da tanto aí, que é pra mim levar em casa, levar em casa ou mandar o dinheiro pra família’. Era esquisito. Só dava o dinheiro quando a pessoa terminasse o serviço. Aí é que ele pagava tudo” (Moura, Araguaína, 2007).

filhos [silêncio]. Sete, oito, nove, dez, treze pessoas. Eu na fazenda e mãe apanhando uma coisa e outra pra arrumar o sustento. O que eu recebia na fazenda ficava tudo dentro de casa. Não dava, mas tinha que dar. Eu comia um feijão com arroz, eu comprava um pedaço de osso pra misturar [risos] pra fortalecer um pouco. Não pode comer carne por que a carne é caro demais. Isso aí não chega pra muita gente não. A roupa a mãe comprava uma peça de roupa pra cada um. Comprava às vezes pra um e depois arrumava dinheiro pra comprá pra outro. Da roupa eu nem lembro o tempo que tinha que durar [risos] Era muita gente. Sofri demais rapaz. A mãe trabalhava dia e noite nesta máquina aí, máquina de costura. Fazendo roupa pros outro. Lavando pros outro (Moura, Araguaína, 2007).

Em virtude da insuficiência do salário, a situação de dívida, apesar de purgada da violência aberta, acabava reproduzida na relação do peão com o comerciante do bairro. A dívida, a “bichuda que a-redobra”, além de drenar os escassos recursos do trabalhador, era motivo de vergonha para o chefe de família que se via, constantemente, na condição de “cliente” do dono do armazém. Andrajoso, morando num barraco sem paredes, “não alcançando comer carne”, mas, ainda assim, devendo no armazém. Não bastasse a humilhação da dívida no mercado, havia a “vergonha” decorrente do fato de sua mãe ter de “costurar e lavar para fora” (Moura, Araguaína, 2007).

Para quem vivia no limite da fome e alheio a qualquer programa de “seguridade social”, qualquer acidente de trabalho ou doença poderia implicar na miséria. O trabalhador contratado pelo gato vitimado de alguma doença, como a febre amarela, por exemplo, ou acidente de trabalho, ficava entregue à própria sorte. No caso dos trabalhadores rurais contratados diretamente por gerentes e/ou fazendeiros, os considerados “bons patrões”, a “assistência” não ia além da prestação dos primeiros socorros e do transporte até o hospital. Abandonado, o peão amargava períodos que podiam variar de semanas, meses e anos na mais completa miséria:

Em 1967 nós chegemo pra cá e eu arrumei serviço. Fui pra fazenda. Mais ou menos uns três anos depois eu fui picado por cobra. É fiquei bastante doente. Quando eu recebi alta do médico eu só tomava remédio caseiro mesmo, não tinha recurso pra comprar remédio. Passei muito tempo arrastando a bunda pelo chão. Não caminhava não. Não podia levantar nada. Só fui trabalhar depois que eu melhorei, desinchou a perna, fui tomando remédio e foi desinchando. Assim eu passei mais de ano. Neste tempo eu não recebia salário porque não tava trabalhando. Não recebia nada. Eu não tinha carteira assinada (Moura, Araguaína, 2007).

Vê-se estampada na trajetória de pessoas como Moura uma situação de expropriação continuada que, geralmente, começava na expulsão da terra e

acompanhava o trabalhador durante toda a sua vida. Graças ao ímpeto patriótico de nossos empresários e dos governos militares, os caboclos e sertanejos eram, enfim, integrados à economia nacional e global. Mas, se alguns peões tinham o privilégio de serem superexplorados aos poucos, outros, na verdade a maioria, era vítima de expedientes, digamos, clássicos de acumulação primitiva. Como assinala Marx, “na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação e o assassinio para roubar, em suma, a violência, desempenham principal papel” (Marx, 1996, p.340). Neste ponto, além da, já referida, escravidão por dívida, os assassinatos de peões, que deixavam a fazenda com “saldo” eram comuns durante a abertura das fazendas. O trabalhador que conseguia controlar seus gastos, sacrificando sua própria alimentação ou higiene pessoal, poderia, no final do serviço, deixar a fazenda com algum dinheiro. O problema é que, nestas situações, o peão corria o risco de ser apanhado e morto numa emboscada: “fosse um peão inteligente saía com saldo, corria o risco de morrer na estrada, antes de chegar, mas peão veiaço, viu, peão saía da estrada e arroteava por outro canto pra sair vivo” (Kardec, Araguaína, 2007). Daí se entende a recusa dos peões em aceitar “carona” dos “polícia” da fazenda e/ou porque evitavam andar por estradas e trilhas conhecidas. Mesmo saldando a sua “dívida”, o peão continuava sob o risco do cativo e, como cativo, era um “cabra marcado para morrer”:

Aqui teve muita morte. Teve muita morte. Teve morte demais. Inclusive o exército teve aqui em Araguaína, aí no quartel da polícia militar, teve em Xambioa que era sede, parece, em Xambioa o negócio daqueles terroristas, isto já era 64. O negócio daqueles terroristas, mas nesse meio aí a Polícia Federal, juntamente com o exército brasileiro prenderam muita gente. Muito, muita gente que matava os outro pra não pagá, um pagava o peão e lá na frente ele tinha outro pra matá aquele e levá o dinheiro pra trás [...]. Teve uma vez que aconteceu aqui em Araguaína, numa fazenda deles [Boa Sorte] que eu não sei qual delas foi. Eles vinha trazendo o peão e mataram o peão, mas o peão não morreu sabe. Ficou vivo. E aí eles tava sem a ferramenta de fazer um buraco pra jogar o peão dentro e aí o peão saiu e entrou no mato e saiu noutra e veio se arrastando e chegou aqui, em Araguaína. Chegou no hotel São Vicente, nessa noite ia te um comício de oposição ao Benedito, ao Benedito Boa Sorte, aos Boa Sorte vamos dizer. Aí o cabra se apresentou e botaram o homem lá em riba do palanque e aí o hôme foi e disse que eles foram buscar o enxadão pra cavá o buraco, pra enterra ele, mas, por sorte, ele acordou antes deles chegar e saiu e chegou ali (Kardec, Araguaína, 2007).

Uma vez, eu com um motor de arroz, aí no lado do JK [atual bairro de Araguaína], naquele tempo não tinha estrada e aí tinha um cara lá arranchado, que ele fugiu sabe. Aí eles vieram panharam ele e botaram pra trabalhar, pra pagá a conta. Aí ele quando pago, ele tinha ganhado mais, naquele tempo

quatrocentos cruzeiros era muito dinheiro. Aí tinha ganhado mais que os outros. Aí eles mandô matá ele. Mandô embora, ele tinha lá os cara pago só pra fazer isso. Aí eles pegaram ele e foram, mandaram ele abrir a sepultura. Ele abriu e aí perguntaram pra ele de que jeito ele queria morrer. Se era de tiro ou de faca, que escolhesse. Mas já não tendo, era só caí dentro, só joga terra em riba. Aí ele disse que de tiro era meiór. E eles: “Rapaz, nós não vamo te mata não, mas tu some dele”. E ele sumiu de lá e veio pra cá, [cidade] foi quando chegou esse exército aqui. Ele veio pra cá, ficou na cidade. Eu acho que ele era do Piauí, eu nem sei de onde ele era. Aí eu vim com o arroz e fiquei lá junto com ele, quando ele deu parte. Aí fizeram eles pagá o rapaz que, depois, foi embora (Braz, Araguaína, 2003).

Nas duas passagens, aparecem referências ao assassinato de trabalhadores rurais cometidos por pistoleiros a mando dos patrões com vistas à apropriação do “saldo”. Principalmente os peões que não gozavam da simpatia dos gatos e fazendeiros, os considerados preguiçosos, indisciplinados e aqueles que, acertado as contas, ficavam com um saldo razoável corriam maior perigo; diferentemente dos “castigos” aplicados aos peões que fugiam sem pagar suas dívidas, no mais das vezes, senão legitimados pelo menos contando com a aquiescência dos próprios trabalhadores. Os assassinatos com intuito de expropriar a vítima do seu ganho não costumavam ser praticados sob às vistas dos demais trabalhadores. Tal atitude desmoralizaria o regime de peonagem podendo ensejar conflitos abertos entre peões e fazendeiros. Por isso, a estratégia dos patrões era dispersar os trabalhadores para, depois, tentar “atocaiar” os “cabras marcados” ao longo do “trecho”.

Talvez isto ajude a explicar as memórias das “viúvas da Cimba”. É provável que, dentre as mulheres que procuravam por seus companheiros na fábrica, boa parte fossem esposas de trabalhadores rurais. Nas fazendas, seus maridos, os peões, ao invés de dinheiro, costumavam receber “vales” que eram pagos no escritório da indústria. Parece que muitos destes peões acabaram sumindo, no trecho entre as fazendas e o escritório, sem que alguém soubesse de seu paradeiro. As mulheres que procuravam por seus maridos no portão da fábrica ouviam dos empregados a mesma resposta: “que fulano, sicrano ou beltrano já haviam recebido seu dinheiro e sumido no mundo” (Anésio, Araguaína, 2003). Diz-se que, na verdade, eles haviam sumido do mundo.

Outro aspecto destacado na fala dos entrevistados diz respeito ao comportamento das autoridades e instituições públicas, polícia, polícia federal, exército e judiciário, diante das reiteradas e notórias práticas de violência contra trabalhadores rurais. Apesar de algumas operações e prisões, os resultados da repressão a estes crimes

foram, no mínimo, escassos. Diante de situações que revelavam flagrante descumprimento das leis do país e violência extremada, autoridades públicas federais, como os militares, por exemplo, limitavam-se a admoestar os patrões e fazer com que pagassem o “ganho” dos trabalhadores. Fora este empenho pedagógico, não se tem notícia de que sequer um fazendeiro tenha sido preso e/ou processado. Os próprios Boa Sorte, por exemplo, mesmo tendo sido acusados publicamente, do alto de um palanque, em meio a populares e autoridades públicas, pela tentativa de matar um peão e, diga-se de passagem, pela própria vítima, jamais foram alvo de qualquer ação policial e/ou processo judicial envolvendo maus tratos, ameaças e/ou homicídios de trabalhadores rurais:

Tem a história daquele sobrevivente, de um outro, que levaram pra caçar tatu e atiraram nele. Acontece que esqueceram da lanterna e do enxadeco pra enterrar. Aí voltaram e não acharam mais. Ele se escondeu nas folhas e fugiu. E aí apresentaram ele na hora que o Boa Sorte tava no palanque do governador. Eles vieram caçar as tralhas pra enterrar e ele [peão] muito ruim, mas ia se arrastando e entrando nas moitas. Diz que eles [pistoleiros] vieram e alumiararam com o jipe. Vinham e viravam o jipe. Que ele via luz alumiá por cima dele e ele ficava baixado no capim. Aí ele saiu, saiu no “capim grosso” aqui, um lugarzinho que tinha, aí daí buscaram ele pra levar pra lá [comício]. Trabalhava com o Ademar. Quando tinha um tinha saldozinho, ele, diz que eliminava (Braz, Araguaína, 2003).

Processo pra que? Não, nunca, não adiantava não. O homem era senador biônico, o homem era quem mandava no congresso nacional e no senado federal, fazer o quê? Que diabo é que vai processá o quê menino? Naquele tempo é diferente de hoje, hoje eu sou um peão, mas eu posso mover uma ação em cima de um deputado federal, de um senador e até do presidente da república. Naquele tempo isso não era assim não. No governo militar quem era que ia se expor? Ia apanha demais. Os Boa Sorte era quem mandava, quem mandava aqui era eles, mesmo aqui. Nesse norte aqui era eles. A ordem que o velho Benedito dava, tava dado, acabou-se (Kardec, Araguaína 2007).

A exterioridade do peão em relação ao ambiente das fazendas modernas implicava em condições degradantes de vida e trabalho. Os peões, diferentemente dos agregados e moradores, não contavam sequer com a reciprocidade mínima dos maus patrões. Submetidos a processos de expropriação continuada, realizavam o sonho das oligarquias regionais. Eram trabalhadores livres, dos meios de subsistência, facilmente mobilizados pelos patrões, adscritos ao âmbito rural e, portanto, fora de qualquer cobertura social e jurídica por parte do Estado. Não possuíam um “lugar” social

definido. Trabalhavam nas fazendas, mas não possuíam vínculos pessoais com o patrão.

Todavia, a dívida que ensejava o cativo - mais do que uma categoria externa, cujo poder de coerção, estava respaldado na existência das “guardas pretorianas” dos potentados rurais – também possuía uma dimensão internalizada:

Naquela época, nós era trabalhador escravo e não sabia. Fazia tudo que o patrão mandava por obrigação: “você te quem fazer isso e eu só pago depois”. Então você era obrigado a fazer. (...) Uma palavra valia por um documento assinado. Hoje nem com um documento assinado você não tem garantia. O trabalhador era honesto, não existia malandragem e tal. Era por palavra, era por uma questão de honra, um fio do bigode servia de documento. O Trabalhador dizia o seguinte: “Eu sou homem, eu tenho saúde, sou novo, tenho coragem de trabalhá eu vou me sustenta matando cobra, onça, ou por cima de pau e pedra, mas eu tenho que manter aquilo que eu prometi. Mesmo comendo e dormindo mal. Eu não quero nem saber, eu quero terminar o meu serviço” (...). Era um capricho. Não existia o sistema dos municípios, existia o sistema de quem for mais fraco que se quebre. Nós pegava assim uma carreirona pra capinar um mato, tirar um mato dum mandiocal, e o bom sempre ia sempre na frente. Então tem aquele negócio se todo mundo se escorasse como é que ia fazer o serviço. (...) Naquele tempo tinha o sistema de capricho, de honra. O trabalhador assumia aquele trabalho e ia tocar por honra. Eu fiz isso: “homem e vou mantê a minha palavra. To sofrendo, vou perdê, mas eu vou fazer o meu serviço pra deixar o meu nome honrado” (Chico Louro, Araguaína, 2007).

Através da expressão “sistema de honra”, o entrevistado categoriza as relações estabelecidas entre os peões e patrões na fronteira agrícola do ponto de vista dos trabalhadores. Aí ganhava importância o empenho da “palavra” ensejando um “compromisso” ou “obrigação” do próprio trabalhador para com seu patrão, os demais lavradores e em relação a si próprio. Nestas situações, a realização do trabalho se tornava ponto de honra para o produtor, de modo que não estava em jogo apenas o “ganho” para a sobrevivência, mas também a própria auto-imagem do lavrador enquanto “homem”.

Transformações introduzidas pela legislação trabalhista no campo, a sindicalização dos trabalhadores rurais, emergência dos movimentos de luta pela terra e, notadamente, as transformações sócio-econômicas e ambientais decorrentes do avanço das pastagens sobre as florestas e áreas de roçado inviabilizaram e/ou diminuíram a importância que a agregação e a morada possuíam no passado. Já, a peonagem, trabalhadores rurais sazonais, se afirmou e generalizou-se enquanto relação dominante no campo. A exterioridade do peão em relação aos patrões e trabalhadores da fazenda representou fator de estigmatização e predação social, mas, por outro lado, repercutiu ou favoreceu a construção de uma identidade coletiva, em detrimento dos vínculos

hierárquicos. Isto parece claro quando se tem em mente que, para os trabalhadores rurais temporários, a construção da sua identidade social não dependia da participação nos atributos patronais. O peão não só deixava de participar do humano genérico representado pelo patrão, como também se colocava contrário a este, notadamente em relação ao arbitrário patronal, traço marcante entre os potentados regionais. Se entre os trabalhadores “da casa” e seus patrões os conflitos eram protagonizados por indivíduos, no caso, dos peões ganhava destaque o papel assumido pelo coletivo nas situações de antagonismo envolvendo trabalhadores rurais e os fazendeiros e seus prepostos:

Às vez se formava um grupo de peão pensando em matá o gato, pensando até em matá o gato, porque não saiu o dinheiro e ele mentindo pra defendê o patrão. A gente não recebe o que trabalha, esse cara ta puxando o saco do patrão, nós vamo é acaba com ele também. (...) Outra vez, a gente, já no sul do Goiás, a gente saiu duma fazenda por questão de tratamento, alimentação. A gente não agüentou, trabalhou certos dias, uma base de dez, quinze dias e não tava dando alimento. Aí largou tudo pra trás e saiu. No Mato Grosso a gente foi trabaiá. A gente foi pressionado por gato, mas não chegou aquela ocasião mais difícil, sofrer altas pressões, risco de vida. Foi difícil, mas, graças a Deus, a gente venceu que tá contando a história hoje (Chico Louro, Araguaína, 2007).

A imposição/criação da dívida significava, para o trabalhador, além de um expediente de superexploração, uma forma de violência simbólica geradora de uma outra “obrigação” superposta à primeira. Cumprido o compromisso do serviço, restava a dívida no armazém ou no barracão do fazendeiro, de modo que, não saldar a dívida, além da repressão externa, representava duro golpe sobre a auto-estima do trabalhador. Uma vez aceito o mecanismo falacioso da dívida, o próprio trabalhador se via dividido entre manter o “nome honrado” e garantir a sua sobrevivência. Por aí o fazendeiro sempre podia acusar o trabalhador de “preguiçoso”, porque não trabalhava o suficiente para fazer saldo, ou de “moleque”, quando fugia deixando dívidas para trás. Neste sentido, a dívida constituía um dispositivo destinado a minimizar e/ou retardar a emergência dos trabalhadores rurais enquanto classe. Aí a deslegitimação do trato baseado na palavra e do código da honra, e a interiorização do salário, vem tornando unilateral e, portanto inaceitável, do ponto de vista do próprio trabalhador, o cativo por dívida nas fazendas desta porção da Amazônia:

O trabalho escravo não acabou, mas pelo menos tá tendo prejuízo por parte do fazendeiro. Eu já tenho visto fazendeiro meio preocupado, mas as práticas continuam. Depende da qualidade do conhecimento do trabalhador. Quando o

fazendeiro vê que o caboclo não tem muito conhecimento, ele faz aquilo que pode com ele pra ele ser escravizado. Quando o trabalhador é mais informado, ele já vai todo por dentro da situação, aí eles já tem medo deste povo. Muitas vezes, o fazendeiro quando vai pegá o trabalhador aqui, pra levar pra fazenda, ele pergunta se ele é sindicalizado, se ele disser que é ele já não quer. Por que ele, por pior que o sindicato da região seja, tem medo de o caboclo saber dessas condições e ele já não quer, quer outros mais desinformados (Chico Louro, Araguaína, 2007).

Como o próprio trabalhador sugere quando contrapõem o antigo “sistema da honra” ao atual “sistema de municípios”, o processo de redemocratização do país criou condições para que os trabalhadores rurais reforçassem suas organizações e implementassem uma agenda política baseada na defesa de seus direitos civis e sociais. Os próprios sindicatos e movimentos sociais têm permitido ao trabalhador rural recriar a sua secular luta pela terra, agora não mais como uma mercê do Estado ou concessão do fazendeiro, mas como um direito.

Assim, a travessia realizada pelos trabalhadores rurais ao longo de quase meio século significou, entre outras coisas, o abandono da perspectiva que levava ao recebimento do “ganho” e da “palavra” empenhada numa situação de dívida, ou melhor, à interiorização da dívida enquanto “obrigação”. Os próprios trabalhadores rurais e suas entidades de classe percebem como determinados aspectos da sua cultura como a personalidade, a expectativa da reciprocidade e seu apego à honra eram parte do sistema de exploração e dominação imposto pelos patrões na fronteira.

Restos de máquinas usadas construção da Belém-Brasília



Trator usado no trecho da Belém-Brasília Guarai/Araguaína construído pelo “Gaúcho”.



Além do trabalho na abertura de fazendas e madeiras, a construção da Belém-Brasília, BR-010, também demandava grandes contingentes de trabalhadores. Acima restos de máquinas usadas na construção da estrada.

Trabalhadores rurais



Chico Louro, trabalhador rural e membro do sindicato dos trabalhadores rurais de Araguaína. Trabalhou como morador, agregado e peão em várias fazendas do Goiás e do Tocantins. Como membro do sindicato vem enfrentado o uso do trabalho escravo nas fazendas da região, mas também mobilizando os trabalhadores rurais e pressionando autoridades para desapropriar as, inúmeras, fazendas improdutivas no município. Acredita que é melhor morar num barracão com lote de terra próprio do que na cidade, em casa de alvenaria, sem emprego e renda.

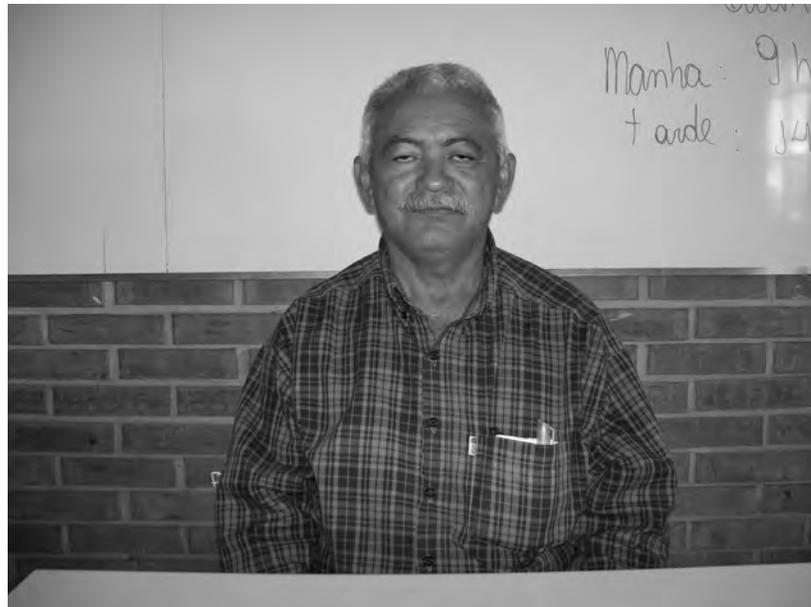


João Aurora em frente ao seu barracão no povoado do Caracol. Convidado por Chico Louro para retomar a luta pela terra declinou afirmando que está velho e cansado para enfrentar polícia, fazendeiro e jagunço.

Trabalhadores Rurais



Pedro Buriti foi agregado no Maranhão, ainda moço migrou para Araguaína onde estabeleceu uma posse no Xixeбал. Expulso da terra resolveu mudar para a cidade de Araguaína, então, em pleno processo de urbanização. Foi dono de um dos primeiros bordéis da cidade, logo fechado devido a prejuízos e ameaças dadas por empreiteiros que se recusavam a pagar seus gastos.



Domingos, mais conhecido como Dominginho, veio com a família do Maranhão, ainda pequeno, fugindo da agregação e com a expectativa da “terra livre”. Expropriado pelos fazendeiros “sulistas”, trabalhou como agregado, operário na Belém-Brasília e motorista no sul.

5 - O trabalho urbano e fabril na fronteira

Trabalhar aqui na fábrica era melhor. Por que na mata, o que eu vejo falar, que eu nunca vejo, tinha muitos deles aí que peão trabalhava, mas não levava o dinheiro e deixava a vida. Aí esses que trabalhavam aqui levavam o dinheiro e ficavam com a vida. Eu procurava mais aqui (estivador, Araguaína, 2005).

Procurei sustentar no capítulo anterior que a modernização da agricultura através da criação de fazendas semi-extensivas de gado não significou o aparecimento, no sentido pleno, de um mercado de trabalho livre, já que a presença de tipos “intermediários” - agregados e moradores - nas fazendas do município apontava para o estabelecimento de relações e tipos sociais originados em outras temporalidades, com destaque para a importância do político na extração do sobre-trabalho. Veja-se que mesmo a peonagem, relação de trabalho mais próxima ao trabalho assalariado, estava organizada com base em mecanismos coercitivos – extra-econômicos – que facilmente levavam à escravidão por dívida. Neste capítulo, conjuntamente a uma descrição do trabalho urbano e fabril na frente pioneira, pretendo apontar para a importância das formas de dominação herdadas do passado na organização da produção nas indústrias estabelecidas nesta área de fronteira. Tendo em vista a centralidade do urbano e da indústria no desenvolvimento do capitalismo, a presença de modos de dominação de classe com forte acento no político reforçam e completam a idéia da fronteira enquanto *locus* de reprodução de sistemas de dominação assentados em formas de repressão da força de trabalho.

5.1 – O mito da fartura de trabalho e a raridade do emprego na fronteira urbanizada

No início da década de 1960, Araguaína, então com uma área de 9.672 km, possuía uma população de aproximadamente 10.826 habitantes, sendo que 2.382 pessoas habitavam na zona urbana e 8.444 na área rural. Na década de 1970, esta cifra

saltou para 37.915 pessoas, com 17.529 na cidade e 20.386 no campo. Já no decênio seguinte, o município possuía 72.069 residentes, sendo 48.024 moradores urbanos e 24.045 rurais (IBGE, 1960,1970); portanto, perfazendo, num período de 20 anos, um crescimento demográfico geral – contabilizados os habitantes do campo e cidade - da ordem de 665%, com destaque para o aumento da população urbana, algo em torno de 2012%. A urbanização acelerada ligava-se, em grande parte, ao papel da localidade na re-distribuição da força de trabalho nordestina nas frentes de expansão pioneiras do sul do Pará, norte mato-grossense e setentrião goiano, neste caso, com destaque para os projetos agropecuários estabelecidos no próprio município.

A esperança de obter um pedaço de terra e/ou trabalho na abertura das fazendas, estradas, madeiras, indústria de óleo, beneficiamento de arroz, construção civil e, a partir da década de 1970, nos frigoríficos, atraía milhares de nordestinos. Aos olhos dos migrantes, Araguaína - como outras cidades que surgiam da noite para o dia na “beira das estradas”, “faixas” ou “pistas” - aparecia como um lugar de “fatura de serviço”. Desenharia-se aí a imagem da “fronteira aberta”, no estilo turneriano?⁸⁹ Sim e Não. Sim, no que diz respeito ao discurso oficial e à retórica dos patrões e chefes políticos regionais. Aliás, são os herdeiros destes, bem mais do que os populares, que não se cansam de falar sobre a “vocaçãõ” do município de Araguaína e do estado do Tocantins para o “desenvolvimento”, “progresso”, “geraçãõ de emprego” e “renda”. Não, quando se levam em conta as reservas com que os velhos moradores se referem ao período da frente pioneira. Aí as lembranças das dificuldades de obter emprego e a escassez de dinheiro, no passado, sugerem uma leitura distinta e mesmo antagônica à imagem da “fronteira em movimento”, tão cara ao discurso oficial e à fala dos patrões, econômicos e políticos. Assim, por detrás do aparente consenso, o que se vê são diferenças entre a retórica modernizante e descolada da realidade, por parte das velhas e novas oligarquias, e a perspectiva, pode-se dizer desencantada, dos populares. No discurso oficial, a representação da localidade como um lugar de “geraçãõ de emprego e renda” ligava-se

⁸⁹ Na “tese de Turner”, o processo de expansão sobre o Oeste norte-americano correspondeu a uma situação de “fronteira aberta”, com o avanço dos pioneiros sobre as “terras livres”, ensejando o surgimento de uma sociedade de “farmers”, baseada no pequeno produtor rural, apresentando fortes tendências individualistas e democráticas, gerando poderosos efeitos sobre a história, a identidade e a cultura política norte-americana (Turner, 1996). A interpretação de Turner reforça a auto-imagem dos norte-americanos enquanto povo distinto, apresenta uma visão instrumental das culturas indígenas e, notadamente, faz abstração da expropriação/violência perpetrados pelos pioneiros contra os povos nativos. Para uma visão crítica da “tese turneriana” sobre a fronteira, veja-se, por exemplo, José de Souza Martins, “A chegada do Estranho” (1993) e “Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano” (1997).

à legitimação de um estado de coisas estabelecido. Já a visão de Araguaína como uma terra de “fartura de serviço”, por parte dos migrantes pobres, decorria menos da realidade econômica da localidade, pecuária semi-extensiva e urbanização com escassa geração de emprego, e mais daquilo que os sertanejos deixavam para trás, isto é, a estagnação econômica e a miséria social do sertão nordestino, de modo que, a partir da década de 1960, só se pode falar de “fronteira em movimento” enquanto virtualidade, no caso das populações nordestinas que continuam chegando ao norte goiano, ou como ideologia mobilizada pelos fazendeiros, empresários e governo autoritário. É claro que entre a saída destas populações do sertão e a chegada no Goiás havia muita propaganda, desde a oficial feita através dos meios de comunicação, até a informal realizada pelos próprios empresários, fazendeiros e/ou seus prepostos, principalmente os empreiteiros de mão-de-obra que costumavam aliciar os trabalhadores nos povoados e cidadezinhas do interior dos estados nordestinos.

No município de Araguaína, a fronteira já estava fechada para os lavradores na década de 1960, de modo que as levas de imigrantes pobres - nordestinos e regionais - que afluíam para a localidade ensejavam o aparecimento de um exército de trabalhadores à disposição dos fazendeiros e empresários. No norte do Goiás - além do aporte das populações sertanejas - parte considerável da força de trabalho era composta pelos próprios regionais. Lavradores expropriados à medida que a Belém-Brasília cortava o território goiano e que acabavam se deslocando para os centros urbanos tributários da própria estrada. Veja-se que, em boa medida, os próprios responsáveis pela expulsão dos agricultores das terras de trabalho eram os beneficiários do uso da mão-de-obra liberada dos meios de vida.

Apesar da urbanização acelerada da fronteira constituir a outra face do processo de valorização capitalista das terras, aos olhos dos lavradores, diante da superexploração presente nas fazendas, a moradia na cidade implicava na expectativa de uma ocupação urbana, significando, entre outras coisas, obter melhores condições de vida, inclusive alcançando alguns direitos sociais, inexistentes no campo. Contra esta perspectiva pesava a desqualificação dos trabalhadores, egressos do meio rural, mas também as próprias restrições ao desenvolvimento econômico e social que acompanham o capitalismo extensivo. Postos de trabalho que exigiam certa qualificação, tais como pedreiros, motoristas, soldados, mecânicos e operadores de serras - bem como empregos ligados ao setor de serviços e à burocracia - eram ocupados por trabalhadores recrutados no centro-sul, de modo que, para os regionais e/ou nordestinos, sobrava “a pá

e a enxada”, isto é, os trabalhos menos valorizados, os chamados “braçais”, tais como “serviços gerais”, “serventes de pedreiro”, “ajudantes de caminhão”, “machadeiros” e, para os mais afortunados, empregar-se como “auxiliar” de algum operário qualificado, numa serraria, fábrica ou oficina, com vistas a aprender uma profissão. Estes empregos representavam a maioria das ocupações criadas na cidade, de modo que a oferta de trabalho urbano ficava muito aquém da procura. É verdade que isto ensejava, para muitos desempregados, uma nova migração em busca de melhores condições de vida. Contudo, o contínuo fluxo de trabalhadores, trazidos pelos “gatos” ou atraídos pela fama da localidade, era mais que suficiente para garantir a reposição dos contingentes de peões empregados na agro-pecuária e/ou indústria. Não fica difícil imaginar que toda esta mobilidade populacional, diante das limitadas possibilidades de trabalho, traduzia-se, para os contemplados com algum emprego, em jornadas extensas e baixos salários. Assim, quando os velhos moradores falam de Araguaína como uma espécie de “garimpo” em alusão às “multidões” de trabalhadores que chegavam à cidade, ou, de modo mais direto, da “fatura de serviço” existente do passado, estão se referindo ao município como um todo e, é claro, dando ênfase aos empregos criados com a abertura das fazendas. Após um período inicial, em que se obtinha alguma colocação, as opções de emprego urbano eram bastante escassas. Nas palavras de um ex-operário da Cimba:

Aqui tinha muito serviço, muito serviço, por isso, naquela época, a procura de Araguaína era grande. Todo mundo que chegava encontrava serviço. Quando não tinha serviço na indústria, eles tinham serviço fora, nas fazendas ou na madeira. Naquele tempo era formação de fazenda, mas não tinha máquina como tem hoje. A máquina era o braço. O cabra formava fazenda com gente por que não tinha trator (Antonio, Araguaína, 2003).

Tendo em vista que a fome de braços gerada pelos projetos agropecuários se limitava a um curto período de tempo - não mais do que três ou quatro anos, correspondente à abertura das fazendas, com a atividade pecuária, propriamente dita, caracterizando-se por um pequeno emprego da força de trabalho⁹⁰ - logo se percebe o quanto expressões como: “fatura de trabalho”, “garimpo”, “a redenção do caboclo” ou “a meta é o homem” possuem de idealização do passado ou de ideologia, dependendo de quando e quem fala. Os velhos moradores, quando se referem especificamente aos

⁹⁰ Neste sentido, a organização do trabalho nas fazendas de gado do município de Araguaína segue, talvez fosse melhor dizer, introduz, as relações de produção que, daí por diante, serão dominantes na Amazônia Oriental. Segundo Octávio Ianni, na fazenda típica do sul do Pará, após o estágio de implementação dos projetos agropecuários (quando se atinge o máximo de necessidade de mão-de-obra), o emprego de força de trabalho oscila em torno de um administrador e dois ou três vaqueiros (Ianni, 1979, p.88).

empregos criados na cidade, apresentam uma leitura mais distante da usual imagem da “fatura de serviço”, nestas situações, geralmente, o que ganha relevo nos seus discursos é justamente a “raridade do trabalho”:

O serviço aqui era muito escasso, naquela época, a pessoa, principalmente de fora, do Maranhão do Piauí, chegava aqui e queria agarra um emprego na fábrica. Então sempre tinha gente aí fora querendo trabalhar, mas normalmente aquele pessoal que trabalhou na fábrica, trabalhou foi dez, quinze, dezesseis, dezoito anos (Osmar, Araguaína, 2005).

Se o “progresso” gerado no campo pode ser questionado (conforme capítulo três), o mesmo vale para o ambiente urbano. Aí as possibilidades de trabalho ficavam, no geral, restritas aos empregos menos valorizados com destaque para a construção de prédios públicos, obras de infra-estrutura e para as indústrias de fronteira. Como referi anteriormente, o termo indústria, na frente pioneira, costuma ser usado para descrever atividades ligadas ao desmatamento, principalmente às serrarias.⁹¹ No período em tela, Araguaína possuía três ou quatro serrarias, sendo a maior delas propriedade do grupo Boa Sorte. A unidade estava estabelecida na planta da Cimba e contava com cerca de 150 operários, distribuídos entre a serraria, propriamente dita, marcenaria e pessoal de “rua” (oito caminhoneiros e 16 ajudantes). Além da unidade da Cimba, havia mais três ou quatro madeireiras na localidade, com destaque para a serraria São Jorge, dos irmãos Seba, empresários originários de Goiânia, possuindo algo em torno de 100 trabalhadores. A fabricação de óleo e outros derivados do coco-babaçu – atividades concentradas na Cimba - empregavam centenas de operários, de modo que - somando-se aos trabalhadores da serraria, beneficiamento de arroz e oficina – esta unidade fabril aparecia entre as maiores empregadoras de mão-de-obra na região:

Cinco e meia à gente via aquela rua Dois de Julho se tornar uma rua escura de tanta gente, tantos homens e mulheres subindo, voltando a seus recantos. Parecia uma espécie de garimpo, em volta da fábrica [Cimba] formava aquele formigueiro. Por que era o único lugar que se tinha pra trabalhar (Almerciades, Araguaína, 2005).

Junto com a indústria madeireira e de óleo, a construção civil, com destaque para a firma do “Gaúcho”, empreiteiro de trechos da Belém-Brasília e de outras obras de

⁹¹Veja-se que os grandes patrões - tanto os empresários nacionais como os grupos transnacionais - tinham nas serrarias uma das suas principais atividades econômicas na Amazônia. No estado do Pará e no Amazonas, nos grandes rios e próximo à saída para o Oceano, apareciam as grandes serrarias, na sua maioria de propriedade do capital estrangeiro.

infra-estrutura na região (como, por exemplo, a usina do “Corujão”), demandava contingentes expressivos de trabalhadores, notadamente motoristas, pedreiros e serventes de obra. O beneficiamento de arroz, outra indústria típica da fronteira, contava com mais empresas na localidade. Além dos irmãos Boa Sorte e outros pioneiros, havia também alguns patrões tradicionais dedicados a esta atividade, que, diga-se de passagem, tratava-se mais de intermediação comercial do que propriamente indústria. Apesar do maior número de empresas, o beneficiamento de arroz gerava poucos postos de trabalho, no geral, um “maquinista” e dois ou três ajudantes por unidade. No final da década de 1960, o mercado, o que incluía pequenos quiosques onde se vendia comida e pinga, estabelecido junto à rua Cônego João Lima, próximo à Praça da Bandeira, resumia-se a alguns armazéns, algumas lojas de tecidos e roupas e a “Casa Boa Sorte”, “onde se podia encontrar algum eletrodoméstico”, de modo que o incipiente setor de comércio também se caracterizava por uma pequena demanda de trabalho (Osmar, Araguaína, 2005). Boa parte do trabalho urbano era composta por biscateiros, lavadeiras, costureiras, domésticas, engraxates, ambulantes, prostitutas e outras ocupações, as mais variadas e sofríveis, executadas por mulheres, crianças e homens que, não conseguindo emprego numa das “firmas” (urbanas e rurais), dedicavam-se à execução de pequenos serviços, no mais das vezes, desvalorizados e estigmatizados. Ainda assim, para muitos trabalhadores - a exemplo da mãe de Miguel que desaconselhou seu filho a trabalhar com os Boa Sorte - era preferível viver de biscates, ou mesmo amargar períodos de desemprego, do que trabalhar, isto é, arriscar-se como peão numa das fazendas da região. No início da década de 1970, com a expansão da agropecuária surge a indústria frigorífica, com destaque para o “Frimar”, primeiro frigorífico de Araguaína, também de propriedade dos irmãos Boa Sorte. Contudo, como o estabelecimento desta cadeia produtiva ocorreu de modo coetâneo, melhor dizendo, às custas da Cimba, o impacto das novas atividades não alterou significativamente a demanda por trabalho na localidade. O fato de que muitos operários da Cimba foram simplesmente transferidos para o frigorífico aponta nesta direção.

5.2 – A organização do trabalho numa indústria pioneira

A indústria Cimba foi estabelecida na cidade de Araguaína durante o ano de 1964 e permaneceu funcionando até 1974 (ano do assassinato de seu patrão Ademar Boa Sorte). A fábrica produzia óleo e sabão de coco de babaçu, beneficiava madeira, produzia alguns artigos para a construção civil (marcos, portas e janelas etc) e, durante algum tempo, também beneficiou o arroz produzido no *hinterland* de Araguaína. A empresa também chegou a ensaiar a produção de algodão e de óleo de amendoim, todavia tais tentativas não duraram mais do que dois ou três anos. Parece que o exclusivismo da pecuária e o uso da terra como reserva de valor acabaram por inviabilizar estas e outras agriculturas de mercado.⁹² Os produtos da Cimba atingiam mercados regionais, do Norte e Centro-Oeste do país (óleo e sabão de coco de babaçu) e exterior (caso do mogno). Tratava-se de uma indústria rural, voltada para o beneficiamento da madeira, do arroz e industrialização do coco babaçu, portanto uma unidade capitalista típica da fronteira amazônica. Segundo um ex-gerente, seus patrões, ao migrarem para o norte goiano, aplicaram seus capitais na compra de terras e na aquisição de uma pequena fábrica de óleo de babaçu chamada “Dirce”, logo ampliada para o estabelecimento da Cimba. De acordo com o informante, os recursos necessários ao estabelecimento da empresa - obras de ampliação da planta fabril, maquinismos (incluindo três caldeiras) e uma frota de aproximadamente vinte caminhões - contaram com o financiamento público através da SUDAM/BASA (Septimal, Araguaína, 2005).

A Cimba beneficiava produtos e matérias-primas extraídas na região – madeira, arroz, babaçu – com destaque para a amêndoa do coco e a madeira, sendo a última, além de matéria-prima, também fonte de energia para alimentar suas caldeiras. Esta característica rural era ainda reforçada pelo fato de que a empresa contava com uma “retaguarda agrícola” destinada a produzir parte da matéria-prima (madeira e arroz) e alimentos destinados a baratear a força-de-trabalho. A fábrica destacava-se pelas dimensões da sua planta, pelos maquinários, tanto um quanto outro significativos para a época e região, mas também pelo número de trabalhadores, cerca de 300 operários

⁹²Também é possível que fossem projetos destinados, exclusivamente, à captação de recursos governamentais, o que, aliás, constitui expediente bastante comum entre os empresários regionais. Basta, por exemplo, visitar o setor industrial de Araguaína com suas instalações novas que já nasceram em ruínas.

distribuídos em várias seções (caldeiraria, refinaria, serraria, estamparia, saboaria e marcenaria), oficinas, armazéns e no setor de transporte. O espaço fabril apresentava quatro setores: a) setor de fabricação, constituído por várias seções com os operários operadores de máquinas e seus ajudantes; b) o setor das oficinas, com operários responsáveis pela manutenção das máquinas e caminhões; c) o setor de transportes formado pelos motoristas e um número significativo de diaristas atuando na carga e descarga; d) um setor de serviços gerais, com forte presença de mulheres e crianças realizando serviços variados como limpeza e alimentação de seções e caldeiras.

Do ponto de vista do uso capitalista da força de trabalho foi possível identificar um espaço fabril bi-segmentado, constituído por um grupo de produtores qualificados e outro, majoritário, sem qualificação. Os operários qualificados estavam distribuídos pelos setores de transporte, de fabricação e nas oficinas, enquanto os sem qualificação apareciam por todos os setores, atuando como auxiliares nas seções e oficinas ou como serventes nas várias dependências da fábrica. Os trabalhadores do grupo principal foram aliciados pelos próprios patrões ou por seus gerentes em centros urbanos do centro-sul, principalmente em Goiânia, muitos participaram da construção da fábrica e possuíam vínculos pessoais de proteção e dependência com gerentes e patrões, de modo que esta classificação “funcional” era legitimada pelos operários com alguma qualificação. Veja-se que, os operadores de máquinas, mecânicos e motoristas ocupavam posições estratégicas na produção. Esta posição, conjugada à impossibilidade de substituição destes trabalhadores no curto prazo (dadas às condições do mercado de trabalho local), contribuía para suavizar alguns aspectos da dominação patronal. Assim, expedientes como o prolongamento da jornada de trabalho e a manipulação dos direitos trabalhistas eram compensados por alguns benefícios patronais como estabilidade na empresa, melhores salários, obtenção de emprego para os filhos, concessão de alguns direitos trabalhistas e a moradia na Vila da Cimba. É crível que este segmento de operários tenha conjugado a qualificação técnica, isto é, atributos relacionados a tarefas de participação direta na produção, com tarefas relacionadas à disciplina e à transmissão de ordens superiores. Neste sentido, aspectos como a origem, qualificação e a presença de relações pessoais com os patrões criavam condições para que os produtores do grupo principal incorporassem a ideologia do pioneirismo, comum entre os patrões regionais. Nas palavras de um ex-operário da Cimba:

Eu nasci em Cristalina, estado do Goiás, fomos para Goiânia, morávamos em

Goiânia até certo tempo. Através do Senador, que neste tempo era seu Benedito e também o seu Ademar, comerciantes em Goiânia, compraram aqui esta firma [Dirce] e conseguiram fundar a Cimba. Aí foi feito um convite ao meu pai, seu Ademar já falecido. Meu pai reuniu a família e disse “vamos para lá”. Aí nós viemos para cá. A gente era jovem, cheio de fantasia na cabeça e ouvia falar muito em Araguaína que era um novo meio de vida (...). O benefício nosso era o seguinte: os nossos conhecimentos que ajudava a empresa [risos]. Ele pegava as pessoas assim para ajudar realmente a montar a empresa, cada um de nós dava uma contribuição, naquilo que conhecíamos e nós tocávamos o barco pra frente. Mesmo que a empresa tava soerguendo e mão de obra qualificada não existia aqui. Então era o pessoal que vinha de Goiânia que ajudava a montar mesmo (Osmar, Araguaína, 2005).

O convite dos empresários feito ao pai de Osmar, ainda em Goiânia, sugere um padrão de relacionamento com forte acento na pessoalidade. Esta proximidade que, por assim dizer, inaugurava a relação entre patrões e “profissionais”, ganhava corpo na ideologia do pioneirismo, segundo a qual o governo, os empresários e trabalhadores, cada um com seus atributos “naturais” - Estado com planejamento, financiamento e garantia da segurança; empresários com seus capitais e iniciativa; trabalhadores com sua força de trabalho - estavam construindo um novo mundo, pleno de possibilidades, em meio aos sertões e florestas.

Os trabalhadores do centro-sul aparecem como que secundando os empresários em seu papel civilizador, expresso na fundação da Cimba. Veja-se que, além dos vínculos pessoais que, por assim dizer, preexistiam à construção da fábrica, os produtores do grupo principal também seriam portadores de traços pioneiros como juventude, idealismo, saber técnico e iniciativa. Aliás, a própria leitura da fronteira presente na fala do entrevistado - “ouvia falar muito em Araguaína que era um novo meio de vida” - sugere a incorporação da ideologia do pioneirismo. Procurarei mostrar adiante como a estes traços, construídos em referência às origens, relações e ao espaço da produção, eram reforçados pelas relações e valores advindos do espaço doméstico dos produtores, com ênfase nos operários do grupo principal, moradores da Vila da Cimba.

De outro lado, havia um segmento majoritário de trabalhadores sem qualificação, formado por homens, mulheres e crianças, que auxiliavam os operadores de máquinas nas seções, os mecânicos nas oficinas e/ou realizavam serviços gerais tais como carregar e descarregar caminhões, abastecer armazéns e seções e manter as dependências fabris limpas. Se, por um lado, os “profissionais” estavam “imobilizados” pela moradia, de outro, os auxiliares e serventes (designados como braçais pela

administração fabril) apresentavam maior tendência à mobilidade. Neste sentido, a cessão de lotes da empresa para trabalhadores regionais e a própria venda a crédito no armazém da Cimba constituíam mecanismos capazes de estabelecerem vínculos mais estáveis entre trabalhadores “braçais” e a empresa. Em se tratando destes produtores, a dominação patronal assumia formas mais duras expressa nos “salários de fome”, na negação dos direitos trabalhistas e ausência de compensações patronais como a concessão da habitação.

Quadro 1 – Segmentos de trabalhadores fabris e atividades:

Fabris	Serventes	Carregar e descarregar caminhões, transporte de carga até seções e armazéns, limpeza, alimentar as seções com matéria-prima etc...
	Auxiliares	Ligado a um profissional, isto é, com tarefas especificadas de acordo com o trabalho do operário principal.
	Profissionais	Denominação específica: motorista, caldeireiro, refinador etc... Ligado a uma máquina ou oficina e tendo serventes ou auxiliares sob suas ordens.

Pode-se dizer que o sistema de exploração/dominação estabelecido na Cimba participava do capitalismo “raso” característico da fronteira Amazônica, com destaque para a acumulação primitiva de capitais mediante a imposição de um regime fabril extensivo e repressivo da força de trabalho. A origem relativamente modesta dos recursos dos empresários (comércio varejista e atacadista no Goiás), a imobilização de boa parte deste capital na compra de terras e o próprio financiamento público sugerem um quadro de baixa composição orgânica do capital compensado pela superexploração da força de trabalho, de modo que a organização da produção, além de heterogênea (na verdade, a fábrica era um conjunto de unidades produtivas superpostas), era também circunscrita pela instância política. Assim, com base na fala dos ex-operários, é possível sugerir que, no caso da Cimba, o “aumento do grau de exploração do trabalho” compensava a baixa “composição orgânica do capital” (Marx, 1996, 245), o que era e é perfeitamente coerente com a prática das empresas capitalistas e modernas estabelecidas na fronteira amazônica (Martins, 1997).⁹³ Veja-se que a extração do sobretrabalho

⁹³ Segundo Martins, mecanismos e procedimentos de acumulação primitiva não se limitam apenas à produção dos meios de produção, portanto, embora a formação das fazendas seja o principal *locus* da peonagem e da escravidão por dívida, expedientes primitivos de acumulação também aparecem no interior do processo de reprodução ampliada de capital, principalmente nos setores menos pujantes, “marginais”, da economia. Neste caso, tratar-se-ia de situações de superexploração do trabalho, isto é,

dependia, em grande parte, da dimensão propriamente política do sistema, o que não deixava de ser consentâneo aos modos de dominância, baseados na “repressão da força de trabalho” (Velho, 1976). Tendo em vista que o acento no político confere centralidade a uma série de aspectos extra-econômicos nas relações entre patrões e trabalhadores, pode-se dizer que um “sistema repressivo da força de trabalho” implica num “sistema extensivo de dominação”, isto é, que ultrapassa o espaço da produção englobando o âmbito doméstico dos produtores diretos (Lopes, 1988).

5.3 - Os Profissionais

Os profissionais da Cimba estavam distribuídos pelos setores de transporte e produção, todavia, apesar das variadas formas de alocação da força de trabalho, era na fabricação que estes se opunham aos demais operários construindo a sua especificidade. Deste fato, deriva a centralidade atribuída ao discurso dos operários ligados a este setor para efeitos de análise da atividade econômica do segmento principal de produtores diretos.

Quando os profissionais descrevem seu trabalho, tendem a enfatizar a trajetória da matéria-prima através das máquinas, aliás, a relação materiais/maquinismos assume, muitas vezes, um lugar central na descrição do trabalho em detrimento de sua própria prática econômica:

A serraria [serra maior] tirava as pranchas e as pranchas passavam por uma serra circular e a gente ficava numa segunda circular fazendo aproveitamento. Tirava bigorna, caibro, ripa e outros aproveitamentos de madeira (ex-serrador).

Era o seguinte o coco babaçu chegaria em estado de grãos, ele ia para o esmagamento depois de esmagado ia para uma parte chamada, praticamente torrar, depois ia para as prensas extrair o óleo, óleo *in natura*, como se diz, e esse óleo passava para um filtro, depois ia para o processo de refinação, ou seja, tinha que passar por uma caloria muito grande e através de máquinas tipo desnatadeira - vamos botá assim que fica mais claro. Aí tirava aquela parte gordurosa e aquela outra que chama borra. Vamo botá assim, borra, mas tem um outro nome. Aí depois outro processo muito fácil que era decantar ele através de vácuo, então tirava todas as impurezas e finalmente,

situações em que os patrões extraem mais-valia além do limite necessário para a reprodução da força-de-trabalho, “pagando aos trabalhadores salários insuficientes para a recomposição de suas forças físicas após a jornada de trabalho, ou após o pagamento do salário” (Martins, 1997, p.101).

depois deste processo todinho, ia para outro filtro onde finalmente a parte de enlatar. A gente trabalho dois ou três anos nesta parte (ex-refinador).

A fala do ex-serrador destaca o movimento das “serras” e “pranchas” elevadas a categoria de sujeitos – a “serra” “tirava” as “pranchas” e estas, num segundo momento, “passavam”, como se portadoras de vontade própria, para a serra circular. Na narrativa do produtor fica implícita a atividade dos trabalhadores que operavam as duas primeiras serras, neste caso, nada menos do que o trabalho de quatro *serradores* e de um *apontador* fica ocultado, de modo que a sua atividade é descrita de forma isolada da prática dos demais operários. Esta representação do labor fabril sugere a imposição e interiorização de uma cooperação complexa que incorpora o trabalho vivo na base de uma cooperação simples.

A dependência e a passividade que caracteriza a atitude do profissional diante do sistema de máquinas também fica sugerida no discurso do ex-refinador sobre o seu trabalho. Na fala do operário, a matéria-prima parecia possuir vontade própria, passava de uma seção para outra sem qualquer interferência dos trabalhadores, cuja participação na produção ficaria implícita não fosse a referência ao fato de que o informante trabalhou “dois ou três anos nesta parte”. O material só não é alçado à condição de sujeito do processo produtivo devido à ação dos maquinismos que esmagam, torram e extraem o óleo do coco babaçu. Aí, o maior aporte de capital constante cristalizado no sistema de máquinas dotava o trabalho do refinador de um caráter monótono e passivo, bastante próximo a uma “vigilância das máquinas”. Todavia, para efeitos de controle da força de trabalho, *pari passu* à vigilância contínua dos operários sobre as máquinas, desdobrava-se a vigilância continuada das máquinas sobre os operários, o que tendia a reduzir o trabalhador à condição de um “vigia vigiado das máquinas” (Lopes, 1976). A interiorização do sistema *moto-perpétuo*, por parte dos produtores da fabricação, implicava, de um lado, num controle patronal menos ostensivo na fábrica de óleo, e, de outro, no estabelecimento de uma relação moral entre o profissional e a administração fabril, expressa em categorias como o “cuidado” e a “responsabilidade” dos trabalhadores pelos materiais e máquinas dos patrões, colocados em movimento no processo produtivo.

Nas seções nas quais a relação entre os operários e a hierarquia fabril era mediada pelo sistema de máquinas, o esgotamento da força de trabalho representava o ponto de inflexão, a partir do qual os maquinismos imprimiam severos danos aos seus operadores humanos - o que era bastante comum na serraria - e/ou acionavam a

fiscalização dos padrões e seus prepostos. Assim, a acumulação do cansaço, por parte do produtor, acarretava descontinuidade, num sistema que, embora marcado pela importância do capital variável, já se definia por uma lógica *moto-contínua*, gerando a intervenção da hierarquia fabril com vistas a assegurar a continuidade da produção. Do ponto de vista do produtor direto, a falha involuntária resultante do seu esgotamento, implicava na rotura com o cotidiano do trabalho, podendo resultar em acidentes, perda do emprego e/ou num ataque à sua dignidade:

Lá, morreu dois homens. Um morreu na circular e outro na estampadeira [...]. O trabalho é assim, ele pega a gente de surpresa e ela, a circular, quando ela para por alguma coisa, aí você tem que desligar ela, pra você puxar a madeira [...]. Às vezes, a pessoa que vai com você, ali só trabalhava de dois, o serrador de lá e o serrador de cá. Então quando um facilita é fatal pro outro, certo, principalmente se é a circular. Se eu tô empurrando aqui a madeira, aí eu vejo que tá bem pertinho da serra, aí eu solto, se eu virar e o outro serrador deixar soltar é fatal. Ela [a serra] não vai, ela volta. Em vez dela sair, ela volta pra trás. Foi o que aconteceu. O rapaz soltou, que a serra deu uma parada, aí o rapaz soltou, quando ele soltou, pensando que o outro ia puxar e outro soltou também, só que ele revirou, na viração dele, que ele gritou, que ele levantou, já não teve mais tempo. (...) por que o motor é 20hp, quando era uma rotação de 220, então quando ela [serra] volta é fatal. Foi, mais não teve como (...) pego assim no intestino dele, arrebentou o intestino do rapaz. Eles já levaram morto. Chegou lá, o médico olhou, mas já tinha arrebentado o intestino dele todo por dentro. E a estampadeira também foi do mesmo jeito. Eles estampam a madeira, tem que cortar a madeira no meio. Agora também havia outros casos de pessoa perdê mão, braço. Assim cortar e deixar a pessoa deficiente eram vários casos (...). A indústria, ela é terrível (Antonio, Araguaína, 2005).

O coco babaçu enquanto tava aqui embaixo era somente duas turmas. Aí não tava dando produção, porque o babaçu, às vezes, era meio pouco e eu ficava contínuo, todo o tempo, tanto que eu fiquei tão “supernoitado”, cansado de tanto trabalhar, que uma vez me puseram pra ... Falou assim [patrão]: “Não, agora tá cheio os tambores, o tanque grande, você vai encher esse tambor aqui e trabalha controlado”. Eu estava trespassado por causa do serviço. Aí o que aconteceu; eu abri os tambor, lá embaixo, recebi um lá embaixo e um lá para cima e ali ia marcando. Aí esqueci, esqueci. Já tava passado. Também, não dormia que prestasse. Alimentá, até que se alimentava, mas nunca como era merecido. Aquilo passou e quando eu fui vê, vai. Quando o patrão chegou: “Já encheu os tambores?” Ichii, pus a mão na cabeça, esqueci... Aí, também não falou nada. Ele já tinha fechado o tambor. Por que ele andava por tudo, fechou o tambor... Eu pus a mão na cabeça, esqueci! Eu olhei e falei assim: Agora eu tô rodado! Pensei comigo, agora eu tô rodado. Mas Deus é bom seu. Deus é bom mesmo. Ele [patrão] não fez nada para me agravar, nada, nada, nada. Eu tinha meus ajudantes, mas não podia sair, uns três ou quatro que trabalhava lá. Mas eu não podia sair, cada quatro completava um serviço, quer dizer, eu olhava as máquinas. Olhava se as máquinas estavam ali funcionando direitinho. Eu dava uma voltinha para ver como é que tava rodando (ex-refinador).

O trabalhador da serraria tinha sua prática econômica ditada pelo movimento das

serras, circulares e estopadeiras. A presença humana, integrada e subsumida ao movimento das máquinas, vinha à tona quando a “falta de atenção” dos operadores humanos das serras - “falha”, diga-se de passagem, ligada ao caráter extensivo e intensivo do trabalho na serraria⁹⁴ - provocava um descompasso entre o funcionamento dos maquinismos e a prática dos produtores, com estes, geralmente, tornando-se vítimas das serras. O serrador mutilado ou morto não deixava de aparecer enquanto metáfora da violência que preside as relações dos homens com o ambiente e entre eles mesmos na frente pioneira. Violência, até certo ponto, reconhecida pelos próprios trabalhadores quando se referem ao caráter “terrível da indústria”.

O cotidiano do trabalho do profissional da refinaria, organizado em termos de um vigiar vigiado das máquinas, encontrava seu limite na exaustão do produtor direto, ou, nas categorias de Natividade, na condição de “trespassado” e/ou “transnoitado”. Era sob tais circunstâncias que, geralmente, os operários podiam cometer alguma falha “técnica” - como, por exemplo, esquecer de fechar um tanque ou danificar uma máquina ou material - ensejando a intervenção da hierarquia fabril, não raro, protagonizada pelo próprio patrão, “que andava por tudo”, restabelecendo o controle do capital sobre a força de trabalho. A interferência patronal, direta e ostensiva, no processo de trabalho, não raro, se fazia acompanhar de práticas de violência aberta e simbólica, implicando desde reprimenda, humilhação, perda do emprego e/ou mesmo castigo físico. O medo interiorizado pelo operário, expresso na passagem “Deus é bom seu. Deus é bom mesmo, ele não fez nada para me agravar”, sugere o temor pelo “agravo” – portanto o que seria uma ameaça à dignidade do produtor. Todavia, em se tratando do patrão da Cimba, do “agravo”, facilmente, se passava para violência aberta. Neste sentido, a expressão “agora eu tô rodado” tanto sugere a ameaça da brutalidade, física e moral, como a própria ameaça do desemprego, comum sob o regime capitalista e potencializada sob as condições do capitalismo “raso” da fronteira.

O discurso dos ex-operários permite apreender um ritmo de trabalho ditado pelo funcionamento das máquinas, mas também particularizado por sua inserção num contexto de expansão pioneira, portanto, ligado ao uso de estratégias de acumulação primitiva de capital através de expedientes como prolongamento da jornada,

⁹⁴“Quem mexia com serraria, por que tinha serraria também, eu nunca trabalhei com serraria, mas era direto, não parava não. Era direto só parava na hora da refeição e pronto, deu hora de almoço ta chovendo vai para casa almoçar, voltou ta chovendo ta trabalhando, não parava não” (Natividade, Araguaína, 2003).

diversificação e imposição de atividades simultâneas aos trabalhadores:

O Benedito sempre gostou que a pessoa fosse versátil, coringa, tinha um problema lá: “Ô rapaz vai lá resolve aquilo pra gente e tal”. Inclusive nas indústrias mesmo. “Ô rapaz dá uma chegadinha lá na refinaria, vai ver isso aí pra gente e tal”. A gente ia mesmo, não tinha problema não (...). Era pau pra toda obra, pronto, era pau pra toda obra. Sem exploração do trabalho, às vezes precisava ir para uma seção daquelas ali, igual aqui aconteceu muitas vezes, então vai pra lá, vai olhar aquilo lá pra nós. Então a gente ia (Osmar, Araguaína, 2005).

A interiorização da mobilidade enquanto qualidade da força de trabalho, por parte dos próprios profissionais, assinala a importância desta estratégia na organização da produção na Cimba. Sob certa medida, a mobilidade temporal/espacial do trabalho era justificada com base na ideologia da fábrica como “escola”, isto é, como um lugar de aprendizado e qualificação dos trabalhadores, inclusive os regionais. Assim, a “plasticidade” do trabalho imposta no espaço da produção encontrava justificativa na perspectiva da “carreira” de operário dentro da fábrica, bem como na obtenção de certa mobilidade social:

Eles aprendiam profissão aqui moço. Muitos mesmo. Eu mesmo ensinei foi muitos a trabalhar neste negócio de óleo. Eu ensinei foi muitos. Você pode dizer este neguinho ta mentindo. Mas é verdade. Ensinei muitos trabalhar. Eu ensinei trabalhar de pedreiro, eu ensinei trabalhar na tiração de óleo, eu ensinei trabalhar na máquina de beneficiar o óleo, quebrar babaçu. Tudo isso aí eu ensinei. Às vezes as pessoas saía, por que, às vezes, arrumavam um serviço melhor, ganhar mais, que é um interesse nosso. Tá ganhando pouquinho, achou uma melhorinha, claro que vai. Saía e ficava por lá, terminava ou achava ruim voltava pra cá de novo. Retornava já para o serviço (Natividade, Araguaína, 2003).

Meu pai mexia com a serraria, ele montou a serraria. Tive que começar a ajudar ele na serraria, de repente o Benedito precisava de alguém para trabalhar no porco ou no almoxarifado, então nós íamos para o almoxarifado. Tinha uma seção de autopeças, tanto para os carros da indústria como de fora, a gente ia trabalhar um pouco lá. Quando montou a refinaria de óleo a gente passou a trabalhar na refinaria, eu trabalhei uns três anos, como refinador de óleo (...). Isto era uma escola para nós. Não só aqui na Cimba, mas como na outra indústria deles, o Frimar, que foi uma verdadeira escola para a gente (...). Trabalhei vários anos no Frimar, com o Benedito, no frigorífico, outra escola de formação de Araguaína. Hoje tem profissional aí pra todo o Brasil e tem este detalhe, por que lá era uma escola, inclusive deu muito profissional de refrigeração industrial, fibra de vidro. Mando nêgo para São Paulo para aprender, através dele. Profissional que mexe com caldeira também. Ele aproveitava a gente rapaz, tem alguma vocação, tem alguma inteligência, ele colocava a gente pra desenvolver. Então a gente podia ali ser um motorista, podia ser tudo (Osmar, Araguaína, 2005).

O discurso de ambos operários sugere a valorização, por parte do trabalhador, do aprendizado de profissões no próprio espaço fabril, tanto na Cimba, como, depois, no Frimar. Mas, se na fala de Natividade, o foco recai na socialização do saber realizada entre os próprios trabalhadores, profissionais e seus auxiliares, no discurso de Osmar, a fábrica aparece como uma espécie de instituição de ensino com seus padrões equiparados a mestres-escola. Nesta perspectiva, empresários e empresas modernas, além de serem agentes do progresso econômico, também, tendo em vista a “profissionalização” da força de trabalho local, estariam integrando as populações nativas ao desenvolvimento regional. Na leitura do ex-operário, certamente muito próxima ao discurso dos seus antigos padrões, os aspectos predatórios e espoliativos relativos à exploração do trabalho ficam omitidos, para, em seu lugar, ser enfatizado o papel da Cimba no “aprendizado” realizado pelo trabalhador no ambiente fabril e, por aí, a sua integração ao mundo urbano e moderno. A superexploração mediante mobilidade funcional do trabalho - nos termos do entrevistado, “ser pau para toda obra”, “coringa” – era apresentada e encoberta enquanto oportunidade de adquirir habilidades nas diferentes tarefas e seções fabris. Assim a fábrica aparecia enquanto “escola” para os milhares de nortistas e nordestinos, trabalhadores sem qualificação, que passavam por suas instalações. Mas, tratava-se de uma “escola” que, estranhamente, não emitia qualquer certificação de aprendizado aos seus “alunos”, notadamente aquela certidão de qualificação que deveria ficar impressa na carteira de trabalho. Nas palavras de um dos profissionais da Cimba:

Naquele tempo atrás a carteira de trabalho não era assim tão exigida, mas eles pediam, a gente tinha que ter documentação, quer dizer todo mundo tinha que ter os documentos. Não aqueles trabalhadores não qualificados que chegavam aí e não sabiam nem assinar.

Mas para nós [trabalhadores do grupo principal] levou um certo tempo, porque nós, inclusive aqui tava começando, então não tinha um departamento pessoal organizado, então até o pessoal vir de Goiânia e tal levou um certo tempo (...).

Mas quando se pergunta sobre a profissão registrada na carteira de trabalho:

Não lembro não, honestamente. Olha, eu não vou buscar aqui por que eu estou morando no Pará agora. Então eu tenho a minha carteira em casa (...). A gente não importava muito com as coisas não. Naquele tempo aumentava o salário por promoção, alguma coisinha assim, era só isso que faziam, mas a carteira ficava assinada como tal. Como era no começo. Aumentava para vamos supor dois salários mínimos por que é um aumento por promoção. Pronto. Seria, era deste jeito. Recebia o aumento por um acerto pessoal, o patrão reconhecia, mas

na carteira continuava registrada a função anterior. A qualificação profissional continuava a anterior (Osmar, Araguaína, 2005).

Se, por um lado, os operários do grupo principal, como o trabalhador responsável pela montagem da serraria e seus dois filhos, recebiam o dom da carteira de trabalho assinada, claro que depois de um bom tempo de serviço, por outro, isso não significava o reconhecimento desta qualificação nos termos da legislação trabalhista. Como bom “aluno”, Osmar aprendeu vários ofícios nas indústrias dos Boa Sorte, mas todas as suas qualificações, acumuladas ao longo de anos de serviço, jamais foram reconhecidas oficialmente pela hierarquia fabril que, por assim dizer, produzia sua mão-de-obra qualificada e dela se beneficiava sem remunerá-la enquanto tal. Além do privilégio de ter a carteira de trabalho assinada como “serviços gerais”, diante de uma maioria de trabalhadores mantidos na informalidade, o profissional recebia, em troca de seu saber fazer, um pequeno aumento de salário e a perspectiva de maior estabilidade no emprego.

Com efeito, o registro na carteira de trabalho aparecia antes como uma dádiva patronal do que um direito do trabalhador, mas, longe de constituir uma expressão de “privatismo”, em oposição ao poder de Estado, a fábrica aparecia enquanto *locus* de um mesmo padrão autoritário e repressivo de poder. Assim, como o governo militar aplicava de modo seletivo as leis do país em relação aos vários segmentos sociais, índios, lavradores, trabalhadores, empresários, tendo em vista a realização de projetos de desenvolvimento e integração da Amazônia ao sistema econômico e político global, os patrões da Cimba – que eram expressões particularizadas deste mesmo poder no âmbito local - administravam a legislação trabalhista conforme seus interesses. A assinatura da carteira de trabalho constituía um privilégio dos operários do grupo principal, ficando os demais trabalhadores, auxiliares e serventes, pessoas que “chegavam aí e nem sabiam assinar”, sem qualquer cobertura previdenciária. Creio que isto mostra como o arbitrário representava um ponto de convergência entre os sistemas de dominação fabril e estatal estabelecidos durante o período em tela. Com efeito, o arbitrário, expresso, entre outras formas, na manipulação dos direitos trabalhistas como o registro na carteira de trabalho, férias, décimo terceiro salário e horas extras, tanto participava nos processos de criação e valorização do capital, como também, à medida que os direitos sociais eram transformados em dons patronais, contribuía para reforçar o poder dos empresários e hierarquizar os trabalhadores.

Além do registro da CT, a manipulação do pagamento das horas extras realizadas pelos trabalhadores constituía outro expediente repressivo privilegiado, diria ostensivo, do poder patronal. O sistema de dominação vigente na Cimba, e também no Frimar, obrigava seus produtores diretos, através da ameaça do desemprego e imposição de baixos salários, a suportarem longas e intensas jornadas de trabalho. Esta situação era interiorizada pelos operários através da sua disposição para a realização de horas extras, que, se do ponto de vista da empresa, era consentâneo ao seu regime extensivo de produção, na perspectiva dos trabalhadores implicava numa forma de aumentar seus ganhos, garantindo a subsistência, ameaçada pelos “salários de fome” pagos pela empresa. Neste sentido, a contradição entre “dormir” ou “comer”, explicitada por Natividade, quando lembra que, durante o tempo que trabalhou com os irmãos Boa Sorte, “não dormia que prestasse” e, tampouco, “não se alimentava como merecido”, parece ter sido constitutiva da condição dos trabalhadores fabris nesta zona de fronteira:

Quando eu trabalhava aqui na Cimba, com os Boa Sorte, dava para sobreviver porque eu fazia muito hora. Mais se fosse só para esperar pelo salário não dava não. Dava por que eu fazia muita hora (...). Aqui passava apertado. Ganhava pouco. No Frimar eu achava que tava ganhando mais, mas valia menos. Valia menos porque no Frimar, quantas vezes, eu vinha almoçar ou levava comida, era só arroz e feijão, não tinha condições de comprar outras coisa meu amigo. Só arroz e feijão. [...].

Quando eu trabalhava no Frimar. Eu fui ajudar a fazer o começo de obra, terminamos aquelas industrias que tem lá tudo (planta do Frigorífico). Finado Betinho ficava na primeira etapa e eu ficava na segunda etapa, porque era muita gente. Aí eles falavam assim: “Dade você vai busca a comida do pessoal” E, eu ia. Quando não era no caminhão, era na caminhonete. Olha, pode acreditar, pode acreditar, que tinha deles que vinha de comida só o arrozinho branco, branco. Aí chegou um dia e eu falei assim: “Seu Benedito, faz favor, venha ver aqui um negócio”. Meu coração doía, a caminhonete pulava, vinha na estrada de chão, então dava uma destapada e ele via. Falei: “Olha seu Benedito, olha aqui ó, destampeí diversas marmitas para ele ver, esses companheiros, este pessoal aqui, não trabalham mais porque não agüentam. Um arroz e um feijão, tudo bem, mas só arroz branco não dá. Com isso aí não agüenta”. (Natividade, Araguaína, 2003).

Se, por um lado, a administração fabril costumava impor longas e intensas jornadas de trabalho, de outro, não hesitava em manipular a contagem do trabalho extraordinário realizado pelos produtores diretos, praticando sistematicamente o “roubo das horas extras”. A transformação do trabalho extraordinário em ordinário, mesmo não descartando o autoritarismo patronal, encontrava forte apoio em fatores externos e impessoais, como o mercado de trabalho local e a própria introdução de maquinismos.

Por seu turno, a manipulação do trabalho extraordinário, tendo em vista que implicava em flagrante arbitrariedade, gerava maiores descontentamentos, chegando mesmo a ensejar conflitos pessoalizados entre trabalhadores e patrões. Nas palavras de Natividade:

Olha no início diz que não tinha horas extras. Depois eu fiquei sabendo o que tava acontecendo sobre trabalho. Aí ele falou (patrão): “Não meu filho, nós vamos pagar sempre as horas a mais que tu fizer”. Eu peguei, tudo bem, todas as horas, todos os dias eu marcava direitinho. Horário de entrada, horário de saída. Eu marcava todo dia e ele (patrão) não sabia não. Quando foi no fim do mês, eles foram dá balanço, aí pagou pra nós (...). Pagou, fez o levantamento lá e pagou. Aí eu disse: “Mas ainda falta”. Nesta altura nós devíamos, que nós tirava as coisas, nós tirávamos cereais pra se alimentar. Arroz, óleo, tudo eles tinham [no armazém]. Aí falei: “Não ainda falta. Tem tantas horas de trabalho, horas à parte dos horários de serviço”. [patrão] “Não meu filho. Mas tá tudo aqui”. Falei: “Não tá não”. Eu vi que o salário não tava certo, nas minhas contas não tava. Nas contas dele eu tava devendo muito no armazém e nas contas que eu fiz sobrava dinheiro pra mim. Eu pagava as contas e ainda sobrava. O meu salário, fora as horas extras, não ia dá pra nada. O salário era muito pouquinho. Então, eu falei: “Mas tem as horas”. [patrão] “Não meu filho e tal”. “Tenho, tenho as horas. O senhor falou que me pagava assim e assim”. “Meu filho mais ta aqui”. Eu tava com o caderno, peguei o caderno tava aqui dentro do bolso. Aí, falei: “Olha aqui ó seu Ademar”. Ele olhou, achou graça, falou assim: “É você tem mesmo”. O caderno tava quase cheio. O caderno tava quase cheio. Ele falou: “Paga pra ele aí”. Quer dizer realizou minha conta e ainda sobrou dinheiro. Aí eu vim pra casa satisfeito (Natividade, Araguaína, 2003).

Parece que tais situações não ficavam somente restritas à Cimba. Pelo menos para os operários do frigorífico Frimar, estabelecido na década de 1970, experiências semelhantes não devem ter sido tão raras. Tal foi o caso de Moura, que (conforme capítulo anterior) foi peão de juquirá e de roça nas fazendas dos Boa Sorte durante a década de 1960. Após a morte do Ademar Vicente Ferreira, o peão foi transferido, pelo próprio Benedito Ferreira, para o frigorífico, onde começou sua carreira de profissional trabalhando como ferreiro e soldador:

No Frimar, eu trabalhava com a parte de ferragens. Eu sou ferreiro e soldador. Meu trabalho era mexer com coisa de soldar. Mexer com peça de trator, correntão, quando rebentava, eu que arrumava tudo. Tudo que tinha de serragem passou na minha mão [...]. Mexia com forja, fazia função, fazia suporte pra carretilha, fazia carretilha pra dependura boi, parafuso. Toda a coisa de ferragem eu fazia (Moura, Araguaína, 2005).

Tendo em vista as necessidades da produção, Moura costumava realizar várias horas extras por dia, às vezes, entrando noite adentro para consertar peças e

instrumentos de trabalho. Tanto a necessidade de melhorar o salário, como também a “responsabilidade”, contraface da “confiança”, pelo funcionamento das máquinas e instrumentos do patrão, contribuía para legitimar as longas jornadas na “graxaria”:

Eu pegava sete horas, e soltava cinco horas. Aí quando era pra arrumar alguma coisa na graxaria, aí quatro horas o velho vinha avisar: “Você não vai agora não, você vai fazer umas horas extras aqui. Ta quebrado na graxaria lá, qualquer coisa ta quebrada, você tem que concertá pra funcioná amanhã”. Aí eu tinha que ficar à noite. Pra deixar arrumado pra funcionar de manhã. Aí quando tinha serviço pesado para mexer ele chamava uma turma pra ajudar. Quase sempre tinha hora extra, fazia umas quatro horas por dia (Moura, Araguaína, 2005).

Veja-se que, levando em conta a normalidade do trabalho extraordinário, Moura realizava jornadas de trabalho que variavam entre 12 e 13 horas por dia. No Frimar, a exemplo do que havia sido na Cimba, a regra eram os “salários de fome”, pateticamente expressos nas “marmitas cheias de arroz branco” dos operários do frigorífico. A superexploração da força de trabalho, mascarada no pagamento de um salário aquém da reprodução dos trabalhadores, tornava o produtor vulnerável à extensão da sua jornada de trabalho. O que era para a administração fabril uma medida destinada a poupar trabalho evitando o inconveniente de contratar novas turmas de operários, aparecia, aos olhos dos produtores, como uma oportunidade de melhorar seus salários, garantindo, senão a carne, pelo menos o feijão para acompanhar o arroz. Para muitos operários, a exemplo de Natividade e Moura, a contradição entre o dormir e o comer era resolvida com o prolongamento das jornadas de trabalho, mesmo que isso levasse ao esgotamento. Contudo, os patrões, não satisfeitos com o pleno exercício do poder econômico sobre a sua força de trabalho, lançavam mão do arbitrário patronal mediante a prática do “roubo das horas extras”. Nisso, os trabalhadores, além de “supernotados” e “trespassados”, eram também, abertamente, “roubados”. A tensão resultante deste expediente - talvez, mais do que os baixos salários e a extensão da jornada - ensejava atitudes de enfrentamento e/ou inconformidade dos trabalhadores:

Eu trabalhei trinta e poucos anos com ele, finado Benedito, mas não recebi meus direitos. Disse que não ia pagar meus direitos porque abandonei o serviço. Eu fiquei zangado porque não pagavam minhas horas extras. Aí eu zanguiei e fui embora pro Pará. E lá eu adoeci e vim embora pra cá. E agora eu sou quase cego, doente das pernas, doente da coluna. Não presto pra nada, só passo dentro de casa [...].

Diz que o culpado disso foi o Tarcisio, o Tarcisio era o apontador. Eu disse: “Tarcisio marca minhas horas extras que é pra pagar minhas horas”. Ele ficava

enrolando, enrolando e quando foi no dia no pagamento, eu procurei minhas horas e não tava lá (Moura, Araguaína, 2005).

Nestas situações, os aspectos espoliativos e repressivos do regime de trabalho emergiam sob a forma de conflitos individualizados envolvendo trabalhadores gerentes e patrões. Tanto a aventura de Natividade, demonstrando sagacidade e coragem ao anotar as horas extras e exigir o seu pagamento, nisso confrontando o próprio Ademir Boa Sorte, como o descontentamento de Moura, que abandonou o emprego em busca de melhor sorte, mais além, no sul do Pará, assinalam a emergência de lutas de classe sob a forma de conflitos pessoalizados. O comportamento de Moura aponta, por um lado, para a importância assumida pela mobilidade geográfica ou “cultura da andança” enquanto estratégia de resistência por parte dos trabalhadores locais e, de outro, para o estranhamento das populações regionais, pessoas com origem mediata ou imediata nordestina - no geral, habituados ao trato (afiançado na palavra ou no “fio do bigode”) - diante do formalismo jurídico e da própria visão de “leis”, quer fossem trabalhistas ou civis. Mas, a própria atitude de Natividade, que permaneceu no emprego e exigiu o pagamento das horas extras, sugere que a legitimidade do seu direito dependia da palavra empenhada do patrão, portanto longe da positividade de leis ancoradas no funcionamento de uma rede de instituições públicas. Prova disso é que muitas pessoas que trabalharam para os Boa Sorte (o mesmo vale para outros empresários locais), no mais das vezes, lesadas por anos de sonegação de direitos trabalhistas, nunca moveram qualquer processo judicial contra seus antigos patrões, mesmo quando aconselhadas por parentes, amigos ou advogados a “botar causa”.

A primeira vista pode parecer paradoxal que a dependência dos operários em relação aos maquinismos - “Eu olhava as máquinas. Olhava se as máquinas estavam ali funcionando direitinho. Eu dava uma voltinha para ver como é que tava rodando” (ex-operário) – fosse contrabalançada com base na categoria da responsabilidade pelo trabalho:

A gente sabe que nem todas as pessoas querem cumprir o seu calendário, seu horário de trabalho a sua responsabilidade. Eles não querem ganhar o dinheiro como deve ser, não querem investir no trabalho o seu tempo. Não querem investir (Antonio, Araguaína, 2003).

Olha, primeiro era a pontualidade, isto foi uma das coisas que nós mais cobrávamos, que nós mais trabalhou ao longo do tempo, o horário, o horário mesmo. Matar serviço era inadmissível, não gostava que faltasse. A não ser que a pessoa estivesse doente, aí era de justificá, mas não faltá sem justificativa. Eles não aceitavam de jeito nenhum. E seriedade no serviço, dedicação que eles

gostavam muito, empenho mesmo. Isso aí exigia. Não que eles ficassem de cima da gente, aí que, não ficavam cobrando direto, mas a gente sabia que as normas eram assim, então a gente tocava dizer para os colegas: ó eles não gostam de brincadeira no serviço, é lógico, quem tem responsabilidade não vai brincar (Osmar, Araguaína, 2003)

O ganho foi melhor quando eu trabalhei na salsicharia, uns 10 anos. Salsicharia tinha dia que a gente virava a noite toda, por que a gente tinha que fazer produção. Então era melhor, melhorava mais, por que fazia muita hora extra. O trabalho na Frimar era mais pesado [comparado à Cimba], era mais pesado porque eu tomava conta da salsicharia. Eu tomava conta da seção, então a responsabilidade era maior (Ribeiro, Araguaína, 2003).

O operário que assumia a *responsabilidade* para com a sua atividade, procurando investir seu tempo na execução das tarefas e que com sua qualificação contribuía para “tocar a empresa”, encerrava-se numa situação ambígua, já que, ao assumir a “obrigação” pelo seu trabalho, acabava contribuindo para o aprofundamento de sua dependência ao capital. Como percebeu Leite Lopes (1976), a responsabilidade pelo trabalho constitui uma compensação passiva diante da passividade que marca a dependência do operário ao sistema de máquinas. Compensação passiva porque não logra ultrapassar as representações negativas na qual ela está circunscrita: não chegar atrasado, não dormir, não se distrair, não danificar as máquinas, não brincar em serviço. Mas também porque substitui habilidades específicas por uma qualificação de ordem moral. A apropriação, por parte dos profissionais, da categoria responsabilidade, cara ao discurso patronal, era comum entre os operários ligados à fabricação de óleo, justamente aqueles cuja qualificação dependia mais da socialização fabril e menos de habilidades específicas.

A noção de responsabilidade poderia ser conjugada, ou mesmo ceder terreno - dependendo da composição orgânica do capital e da maior ou menor qualificação do produtor - à categoria do “serviço bem feito”. Neste sentido, o trabalho na seção de saboaria da Cimba, nisto análogo ao da seção de ferragem do Frimar, era caracterizado pela proeminência do trabalho vivo sobre o pretérito, com a produção dependendo do saber fazer de um trabalhador que portava habilidades específicas, como o conhecimento de cores, cheiros e texturas que a matéria-prima assumia no processo de fabricação. Sob tais condições ocorria uma valorização mais concreta da prática econômica do produtor direto em relação aos instrumentos e materiais de trabalho. Aspectos com menor aporte de maquinismos e a presença de um trabalhador que comandava todo o processo de fabricação sugerem um ofício próximo da atividade do

artista e, por conseguinte, distante da produção fabril. Tal composição do capital, nada surpreendente em se tratando de uma empresa pioneira, traduz-se em relações de trabalho próximas ao artesanato, com o poder patronal não cristalizado nos maquinismos, aparecendo de modo externo ao processo de trabalho. No caso da saboaria, a imposição de dois turnos de trabalho com jornadas que poderiam variar entre 10 e 12 horas, como forma de compensar a debilidade do capital alocado, completava o regime extensivo de produção. Como não se tratava de uma seção maquinizada, dotada de funcionamento *moto-contínuo*, caberia aos chefes e empregados assegurar que o produtor colocasse as máquinas e os materiais, principais e auxiliares, em movimento. Assim, a longa jornada, embora livre da passividade e da monotonia que caracterizavam o trabalho na refinaria, deveria ser acompanhada por uma maior vigilância da hierarquia fabril compensando, do ponto de vista do capital, o maior controle do produtor sobre a sua prática econômica na saboaria. Todavia, o código da profissão não se reduzia às habilidades “técnicas”, isto é, saberes e fazeres relativos à manipulação dos instrumentos de trabalho e dos materiais necessários a produção, mas também incluía toda uma concepção mágico-religiosa que, por assim dizer, dotava o trabalho de um certo encantamento. Neste sentido, a crença coletiva na existência de forças espirituais negativas - no caso, o “olho ruim” de pessoas estranhas ao processo de trabalho - e cuja neutralização dependia da realização de rituais - lavar o rosto do portador do “mau olhado” jogando, em seguida, a água no tacho do sabão - implicava, também, no reconhecimento de que trabalhador podia identificar e manipular tais forças. O encantamento da saboaria permitia ao produtor direto ligar pessoas a possíveis alterações na produção, levantar suspeitas de “mau-olhado” e mesmo impor rituais humilhantes a pessoas estranhas ao seu ambiente de trabalho, de modo que, com base neste recurso simbólico, o operário demarcava o seu espaço na fábrica, dele afastando a vigilância dos empregados. Assim, a incorporação de um código profissional que mesclava saberes mágicos e artesanais, mediante transmissão geracional do ofício, permitia ao produtor direto estabelecer uma brecha entre os interesses do patrão - identificados com a realização da produção - e a própria administração fabril, devido aos potenciais portadores de mau-olhado, portanto agentes que seriam, sob esta óptica, contrários à valorização do capital:

Aí preparei os material tudinho, cerca de 10 horas de trabalho, eles me ajudaram fazer o tacho e tal. Abre o registro lá, abriu o registro e o pau quebrô,

aqueceu o tacho. O tacho era um tacho grande, dez toneladas. Quando alguém chegava perto do sabão o sabão chiuuu. Ele podia tá bonito do jeito que fosse, cada vez que chegasse um olho ruim e olhasse aí misturava. Mas eu já sabia como era, por que o velho já tinha me ensinado. Eu peguei e chamei o rapaz. Falei assim: “Agora fulano você vai me desculpar mais só você entrou aqui”. Ele era até funcionário da firma. “Faz favor, lava seu rosto aqui nesta bacia”. Ele lavou ficou sem graça e tal mais o que ele ia fazer. Eu peguei aquela água e joguei dentro do sabão, não levou 5 minutos, tava bonzinho de novo. É simpatia, cinco minutos e tava tudo bom, sabão normal (Natividade, Araguaína, 2003).

A visão dos profissionais sobre a sua prática econômica enfatizava a primazia dos maquinismos sobre o trabalho, mas também - tal como se depreende da desvalorização, escassez ou ausência de referências ao trabalho dos “braçais” – apontava para a existência de clivagens entre estes distintos segmentos da força de trabalho existentes na fábrica. Com afeito, para atingir a visão dos profissionais sobre os auxiliares e serventes se faz necessário, muitas vezes, questioná-los diretamente sobre os demais trabalhadores.

Nós éramos umas cinco pessoas, além do engenheiro químico, o responsável químico, que era o Jorge Saito (...). O Saito era o responsável químico. Assim, esta era à parte mais da refinaria, agora tinham os outros trabalhadores braçais que iam trabalhar na prensagem, carregar o coco em grãos para jogar na máquina de moer, estas coisas (Natividade, Araguaína, 2003).

O discurso dos profissionais sobre a sua prática econômica se constrói mediante a referência direta às máquinas e secundariamente e, muitas vezes, implicitamente em relação aos demais trabalhadores. Assim, a desvalorização do trabalho dos profissionais, diante das máquinas e materiais, era contrabalançada através da comparação das suas atividades com o trabalho exercido pelos braçais, designados, pelos próprios operários, como trabalhadores inferiores, com pouca ou nenhuma qualificação. Tal representação, realizada tendo em vista a experiência dos profissionais na produção, contribuía para a dominação patronal à medida que reforçava a hierarquia fabril estabelecendo distinções entre os principais segmentos de operários, de modo que dificultava a construção de uma identidade coletiva entre os produtores. Isto também valia para o profissional da saboaria, cuja ligação a uma prática artesanal, colocava em relevo a antecedência e a criatividade da sua atividade econômica em relação ao sistema fabril; neste caso, aparecendo como uma espécie de mestre de ofício diante dos demais produtores - nisso próximo aos profissionais responsáveis pelo conserto dos automóveis e máquinas – e,

portanto, ocupando uma posição superior na hierarquia fabril.

Por outro lado, quando os profissionais se referem ao regime extensivo de trabalho e às suas condições de vida, no passado, “não se alimentar como merecido” e o “não dormir que prestasse”, a distinção entre profissionais e braçais, embora não se apague, tende a ser relativizada. Nestes momentos, os trabalhadores percebiam que o retorno do seu “investimento no trabalho”, em termos de remuneração, condições de vida e mesmo de reconhecimento, ficava muito abaixo dos esforços despendidos. A velhice, as doenças e a impossibilidade de obter a aposentadoria por tempo de serviço só faziam aumentar a sensação do logro, por parte dos velhos operários. Do confronto das atuais condições de vida com a dedicação ao trabalho e aos patrões, no passado, não poderia advir outro sentimento que não fosse o ressentimento. Esta *sistematização afetiva* do modo de dominação resulta, em boa parte, do jogo de alteridades mediante o qual os profissionais se colocavam diante dos demais trabalhadores, mas também em relação a sua própria carreira de operário, na fábrica e no frigorífico. O distanciamento dos patrões, a sensação de abandono, mas também da ideologia do “serviço bem feito” e/ou da “responsabilidade” pelo trabalho - de modo que a prática econômica passa a ser percebida menos como fonte de vida, dignidade e alicerce da identidade e mais como atividade ligada à dilapidação de suas forças - permite uma exteriorização do operário em relação ao seu antigo trabalho. Nas palavras de Natividade: “Eu era tão bom assim, como penso que sou, por que eu trabalhei”. Substitua-se a palavra “trabalhei” por resisti e/ou sobrevivi e se chega à percepção do trabalho como violência e alheamento.

5.4 – Auxiliares e serventes

Se os profissionais travavam suas lutas cotidianas contra sua redução a apêndices de maquinismos ou a “vigias vigiados das máquinas”, os auxiliares de seção e os serventes sofriam duplamente a dominação capitalista, de um lado, estavam submetidos à lógica *moto-contínua* e, de outro, sofriam mais diretamente que os profissionais o controle da administração fabril. Aliás, para os “auxiliares de seção” este controle hierárquico já começava pela sua subordinação aos próprios profissionais de sua seção:

Eu tinha meus ajudantes, uns três ou quatro que trabalhava lá, mas eu não podia sair, cada quatro completava um serviço, quer dizer eu olhava as máquinas,

olhava se tava as máquinas ali direitinho e sempre dava uma voltinha para ver como é que tava rodando (Natividade, Araguaína, 2003).

Esta passagem extraída do discurso de Natividade, que antes de mestre da saboaria, foi pedreiro e refinador “supernoitado”, aponta para o caráter dependente do trabalho dos ajudantes em relação à prática econômica dos profissionais. Com efeito, o refinador era tanto responsável pelas máquinas, como também pelos demais operadores humanos e isto o tornava, também, um vigia do trabalho de seus auxiliares.

A fala dos profissionais aponta para a presença de “ajudantes” ou “auxiliares” espalhados pelas várias seções fabris (refinaria, estamparia, serraria etc...). Na serraria, por exemplo, segundo um ex-operário, havia dois auxiliares encarregados de colocar as toras de madeira no guincho manual e um auxiliar de “bitoleiro”, cujo papel era assessorar o trabalhador principal a “esquadrinhar” as toras para o corte. O entrevistado chegou a estender o número de auxiliares de modo a incluir também os serventes encarregados de manter a seção limpa e organizar as madeiras cortadas no pátio:

Aí já jogava lá, a serraria ficava no lugar mais alto, o cabra jogava lá em baixo. Lá em baixo. Lá em baixo já tinha outras pessoas que pegavam as madeiras jogadas, tábua de todo tamanho, vigas, todas as espécies de madeira era jogado lá e já tinha umas pessoas lá, três, quatro, que já separavam, era pegando ali e separando, já colocando nas filas separadas, tamanho por tamanho, espécie por espécie, cada tipo de madeira. Era colocado tudo separado. Os tamanhos corretos, largura e espessura. Tudo separado. Nessa época, eles [patrões] faziam exportação de madeira. Eles cortavam o mogno. Então a serraria trabalhava com uma equipe muito grande. Por exemplo, o caso daquele bagaço, do pó da madeira. Eu também já trabalhei uma época, quando a serraria parava, às vezes, dava algum problema na serraria, às vezes, olhava para baixo e enxergava aquilo alto assim. Igual a esta área aqui (quintal da casa). Aquele monte de pó era tirado com carrinho, fazia um carrinho de madeira, tirava e jogava lá fora, lá fora na montoeira, no mato e aí ficava aquele monte de pó, enorme. A gente tirava o pó, e, lá fora, ficavam muitas pessoas, inclusive havia duas pessoas só carregando pó. Tirando e jogando lá fora (Souza, Araguaína, 2005).

Tal generalização parece apontar justamente para a dificuldade de classificar trabalhadores numa indústria rural caracterizada pela imposição de um regime extensivo de trabalho no qual a mobilidade funcional é um dos traços básicos. Todavia, o mesmo operário – que começou a sua carreira como servente – reitera no final da entrevista as linhas divisórias entre auxiliares e serventes ao esclarecer a composição da “equipe”:

Só na serraria mesmo, basicamente, deveria ter uma média de 12 pessoas. Só na serraria, independente das outras coisas que fizessem, era carregador, ajudante. Na época estas toras eram puxadas de caminhão. Aí os motoristas cada um levava dois ou três ajudantes. Aí transporta as toras da mata pra lá. Dependendo disso, a serraria funcionava, só a serraria mesmo, ela funcionava com esta média de doze pessoas. Isto sem levar em contas os ajudantes e os carregadores. Isso aí era outra parte. A parte do corpo da

serraria funcionava com umas doze pessoas. A equipe era dois estopador, dois circulador, ficava mais uns três ou quatro serralheiros, que era os que bitolavam, o bitoleiro, um serralheiro e um ajudante, mais uns dois que puxavam a tora pra cima da rampa. Então seria um total de, mais ou menos, uns doze homens (Souza, Araguaína, 2005).

Apesar da existência de similitudes entre as condições de trabalho dos auxiliares e serventes - longas jornadas, periculosidade, insalubridade, controle patronal direto e sub-remuneração e ausência de cobertura social - as condições de trabalho dos primeiros eram melhores se comparadas com a dos segundos. Neste ponto, a linha demarcatória entre estes grupos de trabalhadores não se reduzia apenas ao serviço mais pesado que caracterizava o trabalho dos “braçais” - carregar toras de madeira para as caldeiras, ou sacos de babaçu para a refinaria, por exemplo – mas comportava outros aspectos importantes como a intensificação da mobilidade funcional, sendo os serventes, mais do que os demais produtores, considerados “pau pra toda obra”, como também a desvalorização do trabalho deste segmento e, por extensão, dos próprios serventes enquanto trabalhadores sem qualificação.

Tendo em vista esta clivagem, é compreensível o fato de que os postos de auxiliar de seção estivessem prioritariamente destinados aos filhos e parentes dos operários principais e/ou dos empregados da fábrica. Como descrevi antes, este foi o caso de Osmar e de seu irmão, ambos admitidos na fábrica graças à relação que seu pai, responsável pela montagem da serraria, possuía com os patrões desde Goiânia:

Eu nunca peguei para carregar um saco, essas coisas nós nunca, não. A gente tinha um pouquinho de escolaridade, então eles aproveitavam a gente aí, por que não existia gente aqui que... Sabe aquele pessoal que vem de Goiânia e tal, um pouquinho melhor assim. Eles aproveitavam alguma coisa lá e iam passando a gente até chegar “Não, você vai fazer isso, por que você tem mais capacidade”. Então a gente passava para lá. Estamparia, porque, inclusive, tinha estamparia também, que ele fazia lata e tal. Tudo tinha um jeito de ele aproveitar a gente. Nunca trabalhei de serviços gerais, não, de jeito nenhum, isso aí nunca. Inclusive meu outro irmão também trabalhou aí, era torneiro, soldador. Quer dizer nós tínhamos alguma coisinha melhor, por que não desmerecendo o operário não qualificado, mas a gente tinha mais conhecimento das coisas. Então eles aproveitavam a gente naquele setor que precisava mais (Osmar, Araguaína, 2003).

Eu entrei na fábrica através de meu primo, que trabalhava lá e aí ele arrumou com o encarregado pra mim trabalha. A gente começou como ajudante geral, carregando pedaço de madeira, amontoando, tirando do pé da madeira jogada, selecionando madeira por tamanho, comprimento e largura. Eu também carreguei, a gente carregava o pó da madeira lá embaixo. Aí depois, a partir de ajudante, eu passei a exercer a parte de auxiliar na serraria. Na serraria eu passei a trabalhar com as máquinas. Estopadeira, circular, aí o encarregado chegou à conclusão, já que eu trabalhava a tempo, de tentar a máquina (Souza, Araguaína, 2005).

Em ambos os casos, a entrada na fábrica foi facilitada pela indicação de pessoas que já trabalhavam na empresa. Souza, como os demais trabalhadores locais, tendo em vista sua condição de mão de obra sem qualificação, falta de instrução e a inexistência ou menor importância de seus “padrinhos” deveria se conformar ao trabalho braçal. As diferenças não se limitavam às condições de acesso ao emprego, já que o saber fazer – a qualificação – construído pelo operário com base no seu aprendizado prático – poderia ser legitimado ou desconsiderado pelos patrões com base nas relações de compadrio e apadrinhamento estabelecidas. Assim, os auxiliares ligados ao grupo principal, tão logo aprendessem a profissão, tinham mais chances de obterem o reconhecimento de sua qualificação, senão o registro da carteira, pelo menos um aumento do salário. Já os serventes, apesar de incorporarem novas habilidades e efetivamente exercerem funções que demandassem alguma qualificação, permaneciam, por longos períodos de tempo, recebendo como serviços gerais:

Não, tinha diferença de salário. Eu não cheguei a receber a diferença, assim como operador. Por que, no caso, a minha carteira nem era assinada, não tinha qualificação na carteira, não tinha diferença. Continuei trabalhando, mas recebendo o salário de ajudante geral. Não era como operador na profissional, não. Não tinha, não cheguei à conclusão disso, a essa diferença de salário, de ajudante pra operador (Souza, Araguaína, 2005).

Homens, mulheres, crianças, nortistas e nordestinos pobres, sem escolaridade e qualificação, compunham o grupo dos serventes ou ajudantes gerais. Tratava-se de um segmento da força de trabalho dotado de mobilidade perfeita (polivalente e rotativa), portanto, sem representar gastos trabalhistas ou vínculos duradouros com os patrões. Os serventes executavam toda sorte de serviços, os mais humilhantes e pesados, adaptando-se ao temperamento dos vários chefes, percebendo baixos salários, sofrendo mais dos que os outros operários o roubo das horas extras e sujeitos à chantagem permanente da demissão.

Dentre o segmento dos braçais eram os “estivadores” – empregados no carregamento de madeira, babaçu, arroz, banana e outros gêneros – que, devido à condição de diaristas, melhor retratavam o caráter instável desta força de trabalho. Diferentemente dos demais operários, os estivadores trabalhavam na base da “diária”, de modo que alteravam períodos sem trabalho, com outros de trabalho intenso. Nestas situações, “quando se fugia das vistas dos patrões para conseguir algum descanso”, o número de carregadores podia ultrapassar cerca de vinte homens, que costumavam ficar alocados no pátio da fábrica a espera de trabalho; não era raro, como assinei anteriormente, o emprego de crianças nesta atividade:

Na estiva fiquei toda a vida. Era serviço pesado, tinha prancha, eu vou lhe falar, quase da largura de uma carroça, com seus cinco, seis metros e a gente tinha que suspender, pra não amassar o tanque. Era para exportação foi tudo pra Belém. No correr do dia nós descarregava até 8 horas ou enquanto tivesse carro. Enquanto tivesse caminhão tava tocando. Não parava não (...).

Trabalhava por produção. Era como esses estivadores na rua descarregando caminhão. Se produzisse ganhava, tanto que produzia ganhava. Se eu pegasse um caminhão pra descarregar, neste tempo um caminhão grande era nove cruzeiros, um toco era seis cruzeiros. Eu ganhava tanto daquele caminhão que eu descarregava, era o que eu ganhava. Descarregava, cada carro, com quatro pessoas. Era um corpo de quatro. (Julho, Araguaína, 2005).

Sem escolaridade e/ou qualificação, ligado aos patrões por um contrato informal, premido entre a ausência ou o excesso de trabalho, o “estivador” constituía o trabalhador instável por excelência, isto é, aquele que não tendo os meios para garantir além da subsistência cotidiana, não consegue esboçar qualquer projeto, vivia condenado ao presente, comendo de noite o ganho do dia. Contudo, na visão dos trabalhadores, o caráter braçal do trabalho, ligado à noção de virilidade masculina, e mesmo o contrato na diária, evitando o estabelecimento de vínculos estreitos e o risco de cair numa situação de cativo, valores muito importantes no passado, conferia certa valorização aos estivadores, notadamente em relação aos demais serventes.

Com efeito, menos ambígua do que a posição dos “estivadores” era a dos trabalhadores denominados de serviços gerais. Parte considerável deste segmento hierarquicamente inferior de operários era formada por crianças - entre 12 e 15 anos - organizadas em equipes sob ordens de um chefe. Para alguns entrevistados, o uso desta força de trabalho barata encontrava sua justificativa na naturalidade do trabalho infantil e/ou na visão da fábrica como escola. Para outros, numa atitude de resignação a dominação patronal que beirava a má fé ou o cinismo, simplesmente, não havia crianças trabalhando na fábrica, ou, diante da impossibilidade de negar o fato, lançavam mão de eufemismos, procurando apresentar o trabalho infantil como uma atividade amena, quase aprazível. Em virtude do medo interiorizado ou de antigas e novas relações de compadrio e dependência, lapsos, esquecimentos e suavizações atravessam a fala de algumas pessoas, notadamente ex-chefes de seções e mesmo operários que fizeram “carreira” nas empresas dos irmãos Boa Sorte: “Crianças trabalhando na fábrica? Não tinha muito não. Não tenho uma idéia por que faz muito tempo. Mais eram jardineiros, estas coisinhas, serviço pesado não. A maioria que conheci era de 18 anos para cima” (Ribeiro, Araguaína, 2003). Segundo o entrevistado, não havia muitas crianças trabalhando e as empregadas desempenhavam serviços leves, como “jardineiro” ou alguma outra “coisinha”. É difícil conceber, mesmo para um trabalhador socializado na frente pioneira, que carregar toras de madeira para alimentar as caldeiras constitua um “serviço leve”, ou que executar serviços de limpeza nos maquinismos possa ser

comparado a uma “coisinha”. Em relação à ocupação de “jardineiro”, não foi possível encontrar mais informes, a não ser, os existentes no discurso lacônico e repleto de “esquecimentos” que caracteriza a fala do entrevistado. Já para um outro informante:

Se eu falar que não houve, eu estou deixando de ser sincero. Eu não estou sendo certo. Não se importava, não preocupava, como hoje, com o problema de menor (...). A pessoa tinha que trabalhar, por que ou trabalha ou trabalha. Tinha lugar pra trabalhar, então tinha quinze ou dezesseis anos, tinha um serviço, a pessoa ia trabalhar, não importava tanto. Porque hoje é que as cosas estão mais rígidas. Então a gente não tinha aquela coisa de dizer não (...) 14, 15 16, 17 anos já trabalhava (Osmar, Araguaína, 2005).

Com quatorze, quinze anos eu entrei na fábrica, como serviços gerais, tinha fábrica de óleo comestível, tinha fábrica de sabão e eu trabalhei um pouco nesta área (...). Eu auxiliava, por exemplo, na hora em que as caldeiras estavam com pouco fogo. A gente pegava aqueles pedaços de sarrafo de madeira e botava mais pra perto das caldeiras, que tinha um senhor, já adulto, que jogava todo aquele material na caldeira. Nós colocávamos a madeira ali perto e aí ele pegava. Ai precisava ir lá pra limpeza de uma caldeira, que tava parada, que o trabalho tinha esgotado, então tinha que fazer a limpeza, manutenção de limpeza, então nós íamos fazer, nós éramos vários para este tipo de trabalho. Manutenção de limpeza, manutenção de lenha para a caldeira, então a gente fazia mais ou menos este tipo de trabalho. (...). No Sabão também. Só que a gente não encostava muito, por que, além de ser perigoso, nós éramos garotos, então eles não deixavam, muito, a gente ficar por perto. Era um negócio enorme com caldeirões imensos. Ali, eu, por exemplo, se eu caísse dentro não dava um grama de potássio. Lá, só fazia limpeza geral. Manter o ambiente limpo. Nós éramos uns oito ou dez garotos, sempre trocava, sempre trocava. Por que se tornava de certa forma um serviço pesado para gente. E eu não posso dizer pelos outros, mas por mim, pela parte que me coube, eles não exploravam tanto, havia necessidade, sim, de trabalho. Por quê ninguém vai contratar você pra ficar sentado, sem fazer nada. O trabalho, de certa forma, era intenso, mas não era tanto de escravização. Então de vez em quando havia rodízios, pra que as pessoas não se cansassem tanto (Almerciades, Araguaína, 2005).

O depoimento de Osmar não apenas assinala o uso da mão-de-obra infantil, mas também aponta para as motivações dos jovens que buscavam emprego, numa referência direta à raridade do trabalho, mas que, também, não deixa de sugerir o emprego dos filhos com vistas a suprir as condições de subsistência. Aliás, para o entrevistado, são estes fatores que levariam a uma ampla aceitação, dir-se-ia legitimidade, do trabalho de jovens e mesmo de crianças.

Por seu turno, o discurso de pessoas como Almerciades, que, quando ainda era um “garoto”, foi operário da fábrica, permite conhecer mais de perto o emprego desta modalidade de trabalho por parte dos patrões da Cimba. Neste sentido, chama a atenção a existência de equipes de serventes formadas apenas por crianças - “nós éramos uns

oito ou dez” - realizando serviços como carregar lenha, limpeza e manutenção das caldeiras e seções. Outro traço apontado pelo entrevistado diz respeito à alta rotatividade no emprego, talvez, mais intensa em se tratando desta força de trabalho, indicando tanto a tendência a uma rápida exaustão dos trabalhadores, como assinalando a existência de uma demanda por trabalho capaz de garantir a substituição dos produtores. As clivagens relativas às diferenças de idade reforçavam os efeitos da alta rotatividade dos trabalhadores, dificultando a criação de vínculos horizontais entre estes e os demais grupos de operários. Segundo o entrevistado, a alta rotatividade da força de trabalho alocada neste setor, devido à intensidade do trabalho, correspondia a uma preocupação paternal, por parte da administração, já que “havia rodízios para que as pessoas não se cansassem tanto”. A mesma empresa que contratava crianças, sem qualquer cobertura trabalhista, e as empregava em tarefas extenuantes, como passar o dia carregando toras de madeira, aceitava e/ou promovia paternalmente o “rodízio” dos jovens trabalhadores com o objetivo de salvaguardar sua integridade física e mental. Veja-se que a palavra rodízio serve para descrever formas de trabalho solidário, muito praticadas no passado, entre parentes e vizinhos, de modo que seu emprego, por parte de um nativo, demonstra certa preocupação em suavizar as práticas de superexploração que incidiam sobre os jovens trabalhadores na Cimba. O entrevistado, assim como a maioria das pessoas da localidade, não vê antagonismo entre trabalho e infância e, diante do caráter extenuante do regime de trabalho imposto na fábrica, o que poderia levá-lo a questionar o emprego do trabalho infantil na indústria, enfatiza o caráter temporário que caracterizava o emprego deste tipo de mão-de-obra, enxergando neste expediente uma medida paternal dos Boa Sorte. No caso, a tentativa, por parte de Almerciades, de construir uma imagem, senão simpática, pelo menos “tolerável” dos seus antigos patrões, resulta, em boa medida, da busca de um equilíbrio entre a sua experiência de trabalhador superexplorado durante a infância e a necessidade, no presente, de realizar uma leitura que não lhe colocasse numa rota de choque com seus atuais patrões políticos, diga-se de passagem, herdeiros dos antigos patrões fabris. Apesar deste compromisso, as informações e representações prestadas pelo informante sobre este grupo de trabalhadores são bastante ricas, merecendo um maior aprofundamento:

Como nós éramos um número razoável de garotos, a gente fazia tudo muito rápido, muitas vezes, fazia em tom de brincadeira pra não sentir o peso do trabalho. Apesar de que, sempre, ele não gostava destas coisas não. Trabalhar ordenado que ordem é ordem e o resto é.... ele dizia que a hora de

brincar era a hora do almoço. Depois da refeição. Hora de trabalhar, vamos trabalhar, então ele não aceitava muito. De certa forma com razão porque era perigoso, mexer com aquelas caldeiras no fogo, era muito arriscado. [As brincadeiras] era uma tendência natural. Por que tu sabes que o jovem é cheio de vida. Ele esta sempre cheio de artimanhas e como era primeiro emprego e a gente tava sempre em grupo de mesmo nível, faixa etária, mais ou menos, elas por elas, então a gente tentava sempre encobrir aquela faceta do trabalho em tom de brincadeira. Vamos ver quem faz mais rápido, vamos ver quantas viagens você dá. A gente levava desta maneira pra não sentir a hora passar, também talvez fosse inconsciente a relação. Mais a gente nunca levou assim sério, a não ser quando o chefe tava perto que exigia que agente ficasse marrudo. Aí a gente tinha que ficar sério, aí era onde a gente sentia a presença de um trabalho pesado. Mas quando não, fora isto, a gente sentia a leveza pra não se machucar tanto (Almerciades, Araguaína, 2005).

Como haveria de se esperar, em se tratando de crianças, era através das “brincadeiras” que os jovens procuravam suportar o ritmo e a carga impostas pela hierarquia fabril.⁹⁵ Com efeito, o “trabalhar brincando” constitui uma modalidade de resistência comum a crianças submetidas ao labor fabril. Por meio destas “artes”, os meninos desafiavam a disciplina rígida imposta pela chefia, abrindo brechas na jornada intensiva, sem poros, que caracterizava o trabalho na alimentação das caldeiras - sempre consumindo grandes quantidades de lenha - e nas demais seções fabris. As brincadeiras que tornavam suportável o regime de trabalho não anulavam a vigilância patronal, pessoalizada na figura do chefe de equipe. Entre um e outro chiste, às vezes, chacota, a vigilância intervinha re-estabelecendo a ordem fabril e, com ela, o controle do capital sobre o tempo e os corpos das crianças. O trabalho em tom de brincadeira representava uma atitude de não conformismo, diante da disciplina de caserna implementada pelos patrões, homens que, dado seu temperamento autoritário e imagem temível aos trabalhadores, eram avessos a gracejos. Por outro lado, as brincadeiras contribuíam para que “garotos de 14, 15 e 16 anos” - talvez menos – suportassem, durante certo tempo, as duras condições de trabalho:

A gente brincava muito de fazer piadas, a gente fazia muito joguinhos, a gente brincava, por exemplo, a gente fazia sinais, a gente brincava muito pra passar o tempo. A gente mesmo com um feche de lenha nas costas, a gente falava um com o outro: O você aí, dizia coisas, apelidos. O outro respondia:

⁹⁵Leite Lopes, em sua análise da “cultura fabril” dos operários da Cia Paulista, chama a atenção para atividades como o “remanchar”, a “gozação” e as “brincadeiras” no estabelecimento de uma “microfísica” da resistência por parte dos trabalhadores. Tomavam parte nesta “segunda natureza do trabalho” desde jovens de 14 anos, neófitos no sistema fabril, até operários adultos (Lopes, 1988, p.82-84).

“Aí, que nada é você seu Você ta por fora e tal”. A gente segurava com uma mão no ombro a madeira e botava o dedo assim olha: [sinais] e depois cobrava a decodificação da mensagem. Isto tudo era uma faceta de brincadeira, de passar o tempo, com relação aquele trabalho que era, na verdade, era pesado, por que carregar madeira o dia todo não era fácil não. Pra nós meninos de 14, 15 16 anos. Mas não tinha outra perspectiva (Almerciades, Araguaína, 2005).

Outro traço importante na caracterização do trabalho das crianças (tal como aparece na página 41, nota 35) diz respeito à redução, por parte do discurso patronal, do trabalho infantil a um serviço “leve”, externo ao processo produtivo, como indica o termo – algo pitoresco – de “jardineiro” e/ou desvalorizado, como sugere a expressão “coisinha” (neste caso, além da ausência de identidade ainda remete a algo no diminutivo).

Representações análogas também eram utilizadas para se referir ao trabalho feminino, descrito, entre outros qualificativos, como “leve”, “maneiro” e “acessório”, em oposição ao trabalho dos homens, qualificado como “pesado”, “perigoso”, exigindo “responsabilidade” e/ou perícia:

Olha, [as mulheres] principalmente faziam caixotes, caixa para embalagens e, lá na parte da estamparia, também havia. Não era assim um número muito expressivo, mas existia. O trabalho era um trabalho que, naquele tempo, a mulher era considerada, como diz o outro, como é que fala... uma peça complementar. Então era um serviço bem leve, fazer caixotinhos de madeira com tabuas finas, era este serviçinho mesmo. Pegar e embalar. Pegar os litros de óleo e botar dentro das caixinhas, dali bota pra cá e tal. Era um serviço bem leve mesmo que sobrava pra elas, era um complemento pra elas mesmo. Era bom mesmo pra elas e ideal pra mulher mesmo. Mas não carrega caixa, caixa de óleo, elas faziam era rotular e fechar e já vinha um carregador e levava (Osmar, Araguaína, 2005).

Olha, pra tirar o óleo bruto tinha menos, tinha as mulheres da limpeza, tinha mulher pra costurar os sacos que vinha com o babaçu. A quantia eu não sei, não sei não. Depois quando passou pra refinaria tinha muitas mulheres, só que aí não me pertencia mais. Mas mulher tinha muitas, inclusive, eu tenho retrato delas, é difícil de eu achar, mas vou mostrar pra vocês. Muitas mulheres mesmo aí. Trabalhavam na estamparia. Faziam lata, enlatavam (Natividade, Araguaína, 2003).

A tradicional desqualificação que acometia o trabalho dos serventes, aqueles que fazem tudo porque não sabem fazer nada, era potencializada pelo uso da mão-de-obra infantil e feminina. O emprego de trabalhadoras como auxiliares em algumas seções (marcenaria, refinaria e estamparia), portanto operando com alguns maquinismos, não representava qualquer reconhecimento material ou simbólico, por parte da hierarquia

fábrica e também dos demais operários. A exploração da força de trabalho de mulheres e crianças implicava um rebaixamento do salário pago a estes segmentos de operários, rebaixamento que não era necessariamente acompanhado de um abrandamento das condições de trabalho. Aliás, é de se supor que a produtividade do trabalho infantil e feminino - tendo em vista que suas atividades eram reguladas de modo direto (caldeiras, estamperia) ou indiretamente (através das atividades dos demais produtores) pelos maquinismos - não era em nada inferior a dos operários masculinos e adultos. Na verdade, a superexploração deste segmento da força de trabalho se beneficiava dos tradicionais estigmas de idade e gênero, presentes entre os próprios trabalhadores, estigmas interiorizados a tal ponto que carregar toras de madeira aparecia, aos olhos dos demais operários, como “jardinagem” e passar de oito a doze horas em pé trabalhando numa máquina de embalar óleo, como era o caso das operárias da seção de estamperia, podia ser descrito como um “serviço leve” e “acessório”. As operárias, assim como os jovens trabalhadores, procuravam através de conversas e chistes, muitas vezes tendo por alvo o próprio chefe da seção, suavizar as rígidas regras da produção. Todavia, parece que, para as operárias, principalmente as trabalhadoras da seção de estamperia, havia um chefe de seção que, além de suscetível a brincadeiras, estava disposto a impor a disciplina de caserna ao seu pelotão feminino.

Só a parte de mulher que trabalhavam aí dentro tinha duzentas. [O que elas faziam?] “Umaz fazia lata, umas enrolava lata e outras faziam tampa. Que tinha uma estamperia aí. Cortando a lata e fazendo aquelas latas e fazendo aqueles litros, tinha uma pra fazer tampa, outras para enlatar, outras pra tapar, tinha outra pra limpar o óleo, tinha outra pra catar o arroz brilhado na peneira, catando ali aquele arroz, separadim, outras faziam caixotes, pra encaixar limão, já vinha da serraria à tabua tudo cortadinha. Era só pegando ali. Não paravam não. Um dos chefes mora bem aqui, o Gaston. Ele gritava muito com elas. “Rapaz, diz que dava” (Julho, Araguaína, 2005).

O Gaston era muito rígido com as moças. Também as meninas gostavam muito de pegar no pé dele e aí não ficava barato. A área feminina, era dele. Ele tratava duro com as meninas. Aí nos falava pra ele que não, que era pra ele ter coração e coisa e tal (Antonio, Araguaína, 2005).

Levando-se em conta o reduzido campo de escolhas destes trabalhadores, na maioria, forçados a viver na cidade por força das expropriações, sem qualificação e instrução consoante ao ambiente urbano, os rigores do regime extensivo de trabalho da Cimba - dado às longas jornadas, à realização de múltiplas atividades, aos métodos ríspidos de disciplinarização e à imposição de um salário de fome - ganhava ares de

legitimidade e a exploração mais violenta se transubstancializava no dom patronal do trabalho para os pobres da terra.

5.5 – A recriação da morada no urbano: a Vila da Cimba

A Cimba, como outras unidades capitalistas estabelecidas na Amazônia, durante o período em tela, era particularizada pela manutenção de uma vila operária, anexa a planta fabril, de modo que um segmento importante de sua força de trabalho, ficava, por assim dizer, alocado às portas da fábrica. A disposição fábrica-moradia, além dos vínculos funcionais estabelecidos entre o espaço da produção e o espaço doméstico dos produtores, implicava a manutenção de relações pessoais envolvendo operários qualificados (moradores das casas da fábrica), trabalhadores recrutados localmente (cujas habitações foram construídas nos lotes da empresa), os gerentes e os próprios patrões, também residentes na vila da empresa.

A proximidade estabelecida no espaço doméstico, traduzida no acesso à habitação, água, energia elétrica, comércio, medicamentos e atividades culturais, importava numa tendência à centralização da vida dos trabalhadores em torno da Cimba e, por aí, na construção de vínculos de identificação entre segmentos importantes da força de trabalho e os patrões da fábrica. No que diz respeito aos operários qualificados, a relação de morada reforçava a ideologia do pioneirismo contribuindo para a legitimação do poder patronal. Nas palavras do antigo gerente da empresa:

Na época tinha a Vila da Cimba, tinha a Vila da Seba, os operários eram moradores, muitos continuaram na região, mesmo os que largaram o emprego quando as empresas não tinham mais matérias-primas e fecharam, muitos continuaram aqui. Na verdade, eles são os desbravadores anônimos. Estes sim são os que trabalharam mesmo, suando na região. Quem tinha dinheiro entrou com o capital e aqueles que não tinham entraram com o trabalho (Septímal, Araguaína, 2005).

Na fala do entrevistado, aparece uma série de categorias importantes para o entendimento da relação patrão – profissional do ponto de vista dos empresários. Quando o entrevistado fala sobre os “operários”, está se referindo aos trabalhadores

qualificados, recrutados no centro-sul que - assim como os patrões e gerentes - moravam nas casas da empresa sendo que, todos (empresários, administradores e trabalhadores) são também apresentados como “desbravadores” do sertão. Neste sentido, origem, morada e pioneirismo serviam tanto para aproximar os operários do grupo principal de seus patrões, como para diferenciar os profissionais dos demais trabalhadores. A força de trabalho qualificada e o capital aparecem enquanto componentes da frente pioneira, agentes que, num esforço conjunto, estariam criando cultura em território bravo. Contudo, enquanto os profissionais não passariam de “desbravadores anônimos”, os patrões, graças aos seus recursos, formariam uma espécie de vanguarda do desenvolvimento regional. Depreendendo-se daí a notoriedade dos empresários, subentendida na fala do entrevistado, contrastando ao anonimato, explicitado, dos operários. Note-se que, as diferenças de *status* remetem, de forma sutil, às desigualdades e/ou preponderância do capital sobre o trabalho. Assim, a identificação estabelecida entre operário/empresário ou trabalho qualificado/capital, se, por um lado, aproximava as categorias, de outro, ensejava o estabelecimento de relações hierárquicas entre ambos os grupos. À primeira vista, no discurso do gerente, o trabalhador regional não ocupa nenhum lugar, seria um ausente, já que não aparece enquanto “morador” e/ou “desbravador”, termos usados para se referir à força de trabalho importada. Neste sentido, para encontrar o lugar da mão-de-obra local se faz necessário olhar o outro pólo da relação, isto é, para a própria “natureza bruta”, outra categoria implícita na fala do entrevistado, a qual as populações regionais estariam ligadas. Vê-se que a força de trabalho regional, enquanto parte da natureza a ser transformada em cultura e sociedade pela ação dos pioneiros, apareceria em oposição ao trabalho qualificado. Mas também o estabelecimento de uma dívida simbólica original por parte das populações nativas em relação aos empresários do centro-sul que, por assim dizer, apareciam como responsáveis pela inserção dos trabalhadores regionais nas relações de mercado.

Não é somente através do discurso da administração fabril, externo aos produtores diretos, que se pode aquilatar o papel das relações de morada no sistema Cimba de dominação. Na verdade, a fala dos antigos trabalhadores, enquanto forma interiorizada - seja na legitimação ou na resistência - do discurso patronal permite avaliar melhor a importância da morada na organização do espaço da produção e na hierarquia social. Nas palavras de Almerciades, que, como referi anteriormente, além de originário do norte goiano, também trabalhou, durante a infância, como serviços gerais na fábrica:

Eu lembro que foram feitas casas para os funcionários que trabalhavam na fábrica, estes eram, de certa forma, um certo escalão, eram funcionários de confiança, não eram trabalhadores comuns como os outros [...]. Pra eles era interessante, muito aconchegante, em vista das casas que tínhamos aqui, com paredes de barro e cobertas de palha. Então uma casa de madeira, bem feitinha, bem pintadinha, era um status. A gente percebia que os funcionários que moravam naquelas casas eram funcionários de status (Almerciades, Araguaína, 2005).

No discurso do entrevistado, o aspecto hierárquico da relação fica bastante evidente, as funções desempenhadas na produção e as relações de moradia são faces de uma mesma realidade enfeixada por relações de pessoalidade ou “confiança”. Derivava desta dupla inserção do trabalhador, enquanto profissional e morador, a sua posição de “maior escalão” e/ou “status”, dentro e fora da empresa. Já no discurso de Osmar, ex-refinador, as relações pessoais, implicadas na instituição da moradia, são expressas em termos de vínculos de parentela, dando uma conotação familiar à hierarquia fabril:

Nós morávamos aqui, tinha uma vila (...). Eles faziam casas aí pra gente e tudo, não pagava energia, não pagava água, nada destas coisas. [...]. E a gente inclusive se quisesse aumentar a casa poderia aumentar, fosse o caso de precisar da madeira não tinha problema nenhum, de jeito nenhum. Era simples, mas era casa viu. Pros moldes de Araguaína morar na Cimba era um espetáculo [...]. O seu Ademar pegava cedinho, cinco horas da manhã, ele levantava: “Ó gente. Vamos tomar café. Vamos lá”. Quer dizer, era uma coisa quase família mesmo (Osmar, Araguaína, 2005).

Na fala do entrevistado, o operário - *morador* é apresentado como parte de uma família estendida chefiada pelo patrão, a proximidade expressa nas relações cotidianas, o recebimento de benesses e o *status* social, ligado ao lugar ocupado pelo profissional na hierarquia, remetem à participação dos produtores na identidade dos patrões, sugerindo a importância da dádiva da moradia na interiorização do poder patronal. A iniciativa da construção da vila, à medida que conjugava a posição do patrão com a do proprietário, estendia o poder dos empresários para além do espaço da produção, alcançando o produtor no âmbito doméstico. A lembrança do chamado do Ademar Boa Sorte, feito, às vezes, de apito ou sirene, atravessando as paredes de madeira das casas da Cimba e despertando os moradores do sono, dá uma clara imagem da interferência direta dos patrões sobre a vida privada e familiar dos seus trabalhadores. Se a convocação para o trabalho, feita pelo próprio patrão, deixava claro quem mandava na casa, a deferência, a lealdade e o estado de prontidão para o serviço assinalava um

aspecto fundamental da relação de morada; entendida não apenas como a permissão para ocupar uma habitação ou terreno da empresa, mas enquanto incorporação do trabalhador num sistema de lugares que garantia benefícios materiais e simbólicos, a começar pela própria posição na hierarquia fabril, fonte do status social apontado pelos velhos da localidade.

Com base na fala dos entrevistados, ex-gerente, ex-trabalhadores, braçais e profissionais, pode-se dizer que aspectos como a origem regional, qualificação e a condição de morador eram importantes na construção do sistema extensivo de dominação e na própria identidade social dos profissionais da Cimba. A instituição da morada, reforçada pela ideologia do pioneirismo, minimizava conflitos decorrentes das condições de trabalho e vida impostas pela empresa, ensejando vínculos verticais entre patrões e força de trabalho e, por aí, inibindo o surgimento de uma identidade de classe entre o conjunto dos produtores.

À primeira vista, como sugere a fala do ex-gerente e também dos profissionais, bem como a própria ausência de iniciativas patronais visando à construção de novas casas, a instituição da morada organizava apenas as relações do segmento qualificado da força de trabalho com a administração fabril, ficando os demais trabalhadores excluídos deste tipo de vínculo. No passado, nas imediações do prédio da Cimba - embora ainda se pudesse ver, aqui e ali, algumas casas de madeira, construídas para abrigar famílias de profissionais - era a favela, composta por barracos de palha e barro, levantados pelo grosso dos trabalhadores, que se sobressaía no entorno da fábrica. As habitações dos trabalhadores regionais, assim como as moradias dos profissionais, estavam localizadas no território da empresa, isto é, nos lotes cedidos pelos patrões, donos da área próxima à planta fabril, de modo que muitos trabalhadores do grupo secundário (auxiliares e serventes) também mantinham relações de morada com a administração fabril.

Assim, a cessão patronal do lote para os trabalhadores do segmento secundário ensejava vínculos de dominação e dependência análogos aos estabelecidos entre profissionais e patrões. A distribuição desigual de casas e lotes aos trabalhadores regionais implicava a penetração da esfera do trabalho no espaço doméstico dos produtores locais e, neste sentido, um processo de hierarquização do segmento secundário da força de trabalho. A favela formada no entorno da fábrica, longe de um movimento “espontâneo” e desordenado de ocupação - como que assinalando os limites do avanço do poder patronal sobre o espaço doméstico dos produtores diretos - representava a continuidade de um modo de dominação que, por

assim dizer, englobava e diferenciava os espaços sociais, produtivos e reprodutivos (indústria, vila, favela) e segmentava os produtores diretos (profissionais, auxiliares, serventes) empregados na fábrica. Os barracos de pau a pique, erguidos a maior distância da planta da fábrica e da casa dos patrões - cujo fogo ateadado num único casebre servia para consumir ruas inteiras - assinalava a lugar inferior dos seus moradores na hierarquia fabril. A própria fragilidade das casas, feitas com barro e palha, e a maior distância dos casebres em relação aos prédios e atividades centralizadas em torno da fábrica (trabalho, comércio, remédios, sociabilidade) materializavam e, dada a sua simples existência, contribuía para reproduzir na mente dos próprios produtores a hierarquia social estabelecida pelos patrões. Entre a casa de alvenaria e telha dos empresários, erigida em centro da vila e do bairro adjacente, e a favela dos trabalhadores braçais, apareciam as casas de madeira dos profissionais, assinalando uma participação mais efetiva destes no mundo da Cimba.

As relações de morada, tendo em vista seus aspectos extensivos e repressivos, tanto reforçavam legitimando a hierarquia fabril, como também criavam tensões entre os segmentos da força de trabalho imobilizados e a administração da empresa. Com efeito, havia um preço a pagar pelo “espetáculo” ou “status” de morar nas casas da Cimba. Neste sentido, o exame da fala de ex-operários como Natividade, um dos trabalhadores trazidos de Goiânia pelos próprios empresários e cuja carreira de profissional transcorreu nas empresas do grupo Boa Sorte (tanto na Cimba como no frigorífico Frimar), pode ajudar a entender melhor como a dádiva da morada ou “ser como da família do patrão” repercutia em termos de prontidão e extensão da jornada de trabalho:

Olha menino, não tinha assim horário certo. Por exemplo, nós entrávamos seis horas da manhã, às vezes nos voltava em casa, tinha os horários de almoço e tal. Aí nós íamos até dez, onze, doze horas da noite. Se fosse necessário volta, retorna, voltava de novo para o serviço. O patrão dizia: “Então, vamos fazê aquele serviço?” Nós fazíamos. Então, não tinha um horário certo. [...] Trabalhei como contínuo, quer dizer, realizava todo o serviço que precisasse fazer e eu entendesse. O que eu não soubesse eles ensinavam, tinha chefe aí para ensinar. Eu trabalhava depois do serviço, que eu sabia lidar de pedreiro, mas tinha um outro (chefe) que até já faleceu. Aí nós ficamos assim, eu ajudava ele depois do serviço. Aí, eu mexia com condução, eu tirava leite (...). Eu morava naquela casa ali embaixo. Então precisavam de mim e eu estava pronto porque eu era funcionário. [...] Morava aqui bem pertinho. Então todo o serviço que era pra fazer nós fazia, se era pra carregar lenha para o caminhão nós íamos, se era pra cortar toras nós cortava e todo o serviço que fosse possível fazê nós tava prontinho para fazer o serviço. [...] O descanso era só no domingo

mesmo e, às vezes, nós tocávamos até domingo, pra acudir alguma coisa que tava precisando (Natividade, Araguaína, 2003).

Depreende-se da fala de Natividade que a condição do morador da Cimba implicava dois aspectos fundamentais do ponto de vista das relações de dominação e dependência entre trabalhadores e patrões. De um lado, fica claro o sobre-trabalho que acompanhava a cessão da morada, mas, por outro, esta relação também se traduzia no estabelecimento de um estado de prontidão dos operários para realizar tarefas, a qualquer hora do dia ou da noite, para seus patrões. Nisso a instituição da morada criava condições para que o arbitrário patronal se manifestasse sistematicamente contribuindo para a conversão do trabalho excepcional em normal, portanto reforçando a tendência, imposta pela sub-remuneração da força de trabalho. Aliás, a morada também contribuía para que o trabalhador – morador aquiescesse diante de práticas como a manipulação das horas extras e/ou dos seus gastos no armazém. Afinal, qualquer reclamação podia repercutir, além do desemprego, no despejo do trabalhador e sua família da Vila ou dos lotes da Cimba. Vê-se que a extensão do poder patronal sobre o espaço doméstico dos trabalhadores comportava efeitos na conduta destes, afinal qualquer falha técnica ou disciplinar no processo de trabalho podia significar a exclusão do produtor do mundo criado em torno da empresa. A percepção de participar deste arranjo contribuía para que o trabalhador identificasse seus interesses aos interesses dos empresários a ponto de que, muitas vezes, os produtores não percebiam claramente uma relação de descontinuidade entre o trabalho normal e o chamado para executar tarefas fora do expediente. O arbitrário patronal podia ser confundido com a idéia de uma “comunidade de interesses” criada em torno da empresa. Todavia, a própria extensão da jornada de trabalho feita às custas do tempo de descanso, ensejando o esgotamento físico e psíquico dos produtores, tendia a colocar sob suspeição a identidade de interesses entre patrões e trabalhadores, de modo que o dom passava a ser percebido como dívida. Neste ponto, a cessão patronal da moradia deixava de ser um mecanismo de legitimação do poder patronal e passava a ser, na perspectiva dos operários, uma obrigação para com o patrão-proprietário cujo preço a pagar era o agravamento da contradição “dormir” ou “comer” inerente ao sistema Cimba de dominação.

O aspecto extensivo desta modalidade particular da dominação capitalista, analisado nas dimensões produtiva e reprodutiva, tinha um de seus pontos altos no estabelecimento das relações de morada, representando - mais do que a habitação do

produtor no terreno da empresa - a constituição de uma aliança mediante relações de pessoalidade envolvendo patrões – proprietários e operários - moradores. Para os trabalhadores, a concessão da casa ou lote patronal materializava a sua inserção nestas relações, ensejando tanto o acesso a bens e atributos próprios aos patrões, como, no limite, gerando certa autonomia para alguns profissionais alçados a categorias de chefes, isto é claro, ao preço da interiorização da perspectiva patronal. À medida que os patrões apareciam como geradores de toda a vida social, controlando as esferas da produção e da reprodução da força de trabalho, a instância política ganhava proeminência dando margem a várias manifestações do arbitrário patronal, com destaque para a conversão do trabalho excepcional em jornada normal. Assim, as pressões advindas do controle patronal do espaço doméstico reforçavam os mecanismos ligados à produção - como a chantagem permanente do desemprego, os baixos salários – funcionando como “estímulos” à realização das horas extras, mas também permitindo uma maior margem de manipulação do trabalho extraordinário por parte dos patrões. Este arranjo prático da instituição da morada confere um caráter extensivo ao regime de trabalho estabelecido na Cimba. As relações de morada contribuía para a hierarquização dos trabalhadores, legitimavam a dominação patronal à medida que os patrões podiam aparecer como protetores dos seus dependentes, mas também aparecia enquanto peça fundamental na extração de sobre-trabalho e na própria mobilização da força de trabalho.

Por outro lado, nem todos os trabalhadores, notadamente os regionais, moravam numa casa, ou lote, cedido pelos patrões. Alguns preferiam morar fora do território da empresa e, deste modo, evitavam o inconveniente de ser recrutado em “situações de emergência”, fora do, já longo, expediente de trabalho. Contudo, para o trabalhador, morar fora do domínio da fábrica, fosse por opção ou necessidade, representava maiores riscos de ser “cortado”, isto é, ser despedido nos momentos de redução da produção, o que ocorria, com certa frequência, durante o inverno, no passado, marcado por longos períodos de chuva, de modo que as estradas de terra, principalmente aquelas abertas no interior das fazendas, para carregar a madeira derrubada pelos “machadeiros”, ficavam intransitáveis por vários dias e mesmo semanas. Vê-se que, o limite à extensão do poder patronal - materializado na extensão da jornada e na disposição para o trabalho - obtido pelos trabalhadores que moravam fora do território da empresa se traduzia numa maior exposição ao desemprego. Talvez, por isso, além é claro do peso do aluguel na subsistência das famílias, a cessão de um lote da empresa era vista como uma benesse para os operários recrutados na localidade.

A estratégia de “imobilização” da força de trabalho estabelecida pela Cimba era ainda reforçada pela venda a crédito de alimentos e outras mercadorias aos seus trabalhadores no armazém da firma. A luta de Natal para receber pelas horas extras ajuda a entender como a manipulação das contas do armazém e do salário podiam enfeixar a espoliação do trabalhador. Também parece crível que a reiteração deste mecanismo de acumulação primitiva no tempo levasse o trabalhador a uma situação análoga a do peão escravizado por dívida. Mas, diferentemente do peão, preso ao “sistema de barracão” das fazendas, os trabalhadores da fábrica, contavam com variadas redes locais de comércio garantindo os gêneros necessários a sua subsistência. Notadamente a chamada “feirinha” (feira de alimentos realizada nas imediações da Praça da Bandeira), como também os armazéns e açougues da localidade impediam, apesar das tentativas, os patrões da fábrica de estabelecer um controle monopolístico sobre o comércio local. Contudo, um trabalhador podia permanecer dias e mesmo semanas vivendo – morando, trabalhando e adquirindo os gêneros necessários à sua subsistência e mesmo realizando certas atividades de lazer e sociabilidade nos domínios dos seus patrões. Nisso, além do “barracão” da empresa, onde se “vendia de tudo” - desde alimentos até calçados – no “fiado”, havia também a própria farmácia dos Boa Sorte, onde vários remédios, públicos, eram distribuídos para os trabalhadores. Dentre as atividades culturais centralizadas no território da empresa, vale destacar a Rádio Araguaína (pirata) que funcionava num prédio anexo à planta fabril. A programação da rádio incluía modas de violão, recados entre pessoas da comunidade, notícias e serviços de utilidade pública, como, por exemplo, anúncios de trabalho nas fazendas dos empresários. Durante os finais de semana, era bastante comum a organização de jogos de futebol envolvendo os trabalhadores da fábrica e, eventualmente, o time da Cimba jogava contra equipes de outras empresas ou agremiações da localidade. Embora não circunscrevendo inteiramente a vida social dos trabalhadores - dado à existência de redes mercantis e atividades culturais fora dos domínios da fábrica, como a “feirinha”, igrejas, “banhos”, bares e clubes - pode-se dizer que, em boa medida, a participação na organização social criada pelos patrões contribuía para que os produtores diretos atendessem, a qualquer hora, ao chamado patronal para o trabalho.

Trabalhadoras da seção de estamperia



Considerações finais

Esta história do trabalho e dos trabalhadores do norte goiano, ainda que não esgote o tema, permite evidenciar alguns aspectos fundamentais do processo de integração da Amazônia Oriental ao sistema econômico e político nacional e global. Neste sentido, fica patente a anterioridade de uma produção camponesa, ligada às frentes de povoamento sertanejas, que desde o final do século XIX e, principalmente no início do século XX, vinham ocupando a região e plasmando um “mundo rústico”, baseado na dependência direta dos homens com o ambiente natural, nas relações familiares e de vizinhança e, secundariamente, com o mercado através do comércio.

Este mundo de lavradores não era, nem poderia ser, estático, isto é, além das relações voltadas para a reprodução simples, que eram dominantes, também havia processos de diferenciação social com alguns lavradores se tornando, através de sua inserção nas redes de comércio, pequenos patrões.

Creio que isto ficou suficientemente estabelecido ao longo do texto. Contudo, isto está muito longe da tese de que, na fronteira, todos os grupos sociais, independentemente de se tratarem de camponeses ou empresários, procuravam realizar uma “reprodução ampliada”, ainda que restrita, no caso dos pobres, a uma mobilidade social virtual.

Com efeito, se alguns lavradores, por exemplo, eram susceptíveis à busca dos “ganhos” com o “descobrimento” e “exploração” de cocais mediante a contratação de quebradeiras na base da “meação” e inserção desta produção nas redes de comércio regionais, outros, a maioria, estavam voltados para a manutenção das condições da “fartura”, vivendo de suas roças, complementadas pela coleta, caça e pesca, recorrendo ao comércio e à venda de sua força de trabalho, como estratégias complementares a sua subsistência e valorizando as relações de solidariedade familiares e vicinais.

Todavia, este “mundo rústico”, criado pelos lavradores sertanejos, ruiu junto com as florestas, roçados e barracões queimados nos incêndios atizados pelos fazendeiros e empresários que se apropriam das terras do norte goiano a partir da década de 1960.

Neste caso, pode-se falar de uma lógica pautada pela reprodução ampliada. Apesar da resistência oferecida por lavradores, através dos meios legais ou de fato, as

“terras de trabalho” foram privatizadas e seu modo de vida tradicional impossibilitado na área do atual município de Araguaína. Também é certo que os movimentos de luta pela terra incorporaram a experiência social anterior às expropriações e, inclusive, a própria resistência movida pelos lavradores diante do avanço dos grandes projetos agropecuários e, nisso, trabalhadores sem terra, CPT e Sindicato Rural de Araguaína lograram estabelecer pontes com o passado anterior a 1960.

Todavia, não se trata, nem poderia ser, de uma luta para reconstruir o modo de vida tradicional do lavrador rústico. A recriação de uma produção camponesa nesta e em outras porções da Amazônia Oriental, caso seja possível, far-se-á em outras bases sociais, conjugando as demandas por alimentos nos centros urbanos e, espero, levando-se em conta a questão ambiental.

Atualmente, as relações sociais de produção e trabalho dominantes na região implicam o uso de um pequeno segmento de trabalhadores moradores, os vaqueiros, e, quando se faz necessário um maior emprego de força de trabalho (hoje raramente), emprega-se grupos de trabalhadores sazonais, os peões.

No passado, nas décadas de 1960 e 70, durante a abertura das fazendas, quando havia uma situação de fome de braços, a organização da produção presente nas fazendas modernas recriava modalidades de trabalho tradicionais, como a morada, a agregação e a própria escravidão, esta última mascarada no trabalho assalariado. Neste sentido, a região de Araguaína aparecia como uma fronteira econômica e política, marcada pelo estabelecimento de formas repressivas de dominância da força de trabalho.

A agregação foi uma modalidade de trabalho bastante típica entre os novos fazendeiros e os antigos roceiros da localidade. A cessão da terra, por um curto período de tempo, como se depreende da negativa da morada por parte dos patrões, mas também pela própria imposição de culturas rápidas (dois ou três anos) e a proibição de plantar árvores frutíferas, no passado símbolo da estabilidade do agregado na terra do fazendeiro, sugere tanto a aceleração do avanço das pastagens para criação semi-extensiva de gado, como o medo dos proprietários cederem terras para aqueles que no passado imediato haviam sido apartados dela.

Isto fica evidente quando se observa que moradores – isto é, trabalhadores que obtinham a cessão patronal da moradia, do roçado e, em alguns casos, do “sítio” e acesso ao mercado, portanto ensejando situações próximas a dos moradores da *plantation* - originários de áreas do nordeste, como os cearenses dos Boa Sorte, não eram raros nas fazendas de gado estabelecidas no município de Araguaína. A recriação de modos de

exploração e dominação baseados nos sistemas repressivos herdados do passado nesta área de fronteira também pode ser percebida concretamente no emprego massivo da peonagem. Neste sentido, pode-se falar que, no período em tela, havia numa forte tendência à recriação do trabalho escravo, baseado nos mecanismos da dívida, mascarado sob a contratualidade do trabalho livre e assalariado. Tendência esta que era mais ou menos aceita pelos órgãos públicos, em tese, encarregados de coibir este tipo de prática.

Do ponto de vista da construção das relações de dominação, vale destacar a interiorização da dívida, por parte do trabalhador rural, como um elemento de legitimação da violência dos fazendeiros e seus prepostos, mas também é possível que a diversidade de relações de trabalho, com acento no emprego de segmentos de trabalhadores moradores (peões de roça e vaqueiros), tenha contribuído para a superexploração dos peões sazonais à medida que estes, mesmo trabalhando lado a lado com os moradores, eram vistos como inferiores e não dignos de grande consideração por parte dos trabalhadores da fazenda.

Outrossim, quando se olha para o espaço urbano e fabril, percebe-se também a presença de modalidades repressivas de dominação da força de trabalho, afiançadas pelo poder político local dos Boa Sorte, que faziam e desfaziam autoridades no município, mas também pelo controle patronal das moradias, circuitos mercantis, serviços e atividades culturais responsáveis pela reprodução dos trabalhadores.

Neste sentido, o domínio dos patrões sobre os trabalhadores tendia a circunscrevê-los num quadro que, embora não fosse fechado, englobava aspectos importantes de sua vida cotidiana. Creio que tal tendência ao estabelecimento de um modo extensivo e repressivo de dominação era consentânea às relações de dominância estabelecidas no país pelo Regime Autoritário.

Tendo em vista a distribuição desigual de benesses patronais - inclusive os direitos trabalhistas - distribuídos com base na maior ou menor proximidade dos trabalhadores em relação aos patrões, desenhava-se um processo de segmentação dos produtores diretos dificultando a construção de identidades de classe, à medida que limitava o próprio horizonte geográfico dos produtores, e ensejando a incorporação de vínculos hierárquicos. É claro que isto não ocorria de modo homogêneo, mas dependia da natureza das relações de poder estabelecidas entre os patrões e os distintos segmentos de produtores e mesmo entre os empresários e os diferentes trabalhadores.

Parece que esta lógica funcionava de modo bastante eficaz no que diz respeito aos trabalhadores moradores, tanto das fazendas como da fábrica Cimba. Em ambas situações, a participação dos produtores nos atributos patronais da terra, moradia e mesmo do poder - comando e repressão - criava vínculos de proximidade e hierarquia entre patrões e trabalhadores.

Já no caso dos trabalhadores que não possuíam vínculos de moradia, ou análogos à moradia, as relações de dominação podiam ser mais facilmente interiorizadas na resistência, como atesta a fuga de peões, o abandono do emprego, reclamações, denúncias e mesmo conflitos abertos. Entre este segmento de produtores, a perspectiva das relações de exploração vinha mais facilmente à tona, como também era maior o uso da violência aberta por parte dos patrões e prepostos.

Certamente deriva daí, a progressiva emergência dos trabalhadores rurais sazonais enquanto sujeitos políticos envolvidos tanto na luta por melhores condições de trabalho, como também na luta pela terra. Neste ponto, a trajetória deste segmento de trabalhadores liga-se a transformações importantes da fronteira política, que deixa de ser somente *locus* de recriação de modos repressivos de dominação da força de trabalho e passa a ser também uma fronteira de direitos sociais.

Creio que o germe destas mudanças remonta à importância de práticas de resistência, por parte dos trabalhadores rurais sazonais, durante o período em tela. Neste ponto cabe destacar o papel do coletivo mediante a “combinação” entre peões para a realização de fugas das fazendas, ou, após o recebimento do salário, a importância do grupo para andar pelas trilhas seguras, isto é, por caminhos alternativos, dentro do mato, portanto longe das estradas e dos jagunços.

A importância da solidariedade do grupo e, com ela, o aparecimento de uma identificação de classe, ficava expressa nas situações em que, em pleno dia e à vista de todos, por força de algum desentendimento com o gato, empregado ou fazendeiro, os peões decidiam enfrentar seus patrões - senão para receber seus direitos - mas para deixar a fazenda e o engodo de que foram vítimas para trás.

Contudo, de forma geral, nas fazendas ou nas empresas urbanas, os antagonismos de classe tendiam a assumir a forma de conflitos pessoalizados, isto é, envolvendo os patrões e seus prepostos contra apenas um trabalhador. Tanto a predação pura e simples do peão, roubado de seu “ganho” e “atocaiada” pelos pistoleiros, como a tensão interiorizada pelo trabalhador como um “agravo” a sua honra, não raro,

assumiam uma dimensão trágica com os trabalhadores lesados em seus direitos, roubados de seu “ganho”, salário e, não raro, de suas vidas.

Nisso a fronteira, notadamente o campo, longe dos sonhos de uma vida melhor, significava para os trabalhadores regionais e nordestinos, um espaço de morte à medida que todo peão contratado por um grande fazendeiro era convertido em “presa” e, enquanto “cativo”, podia ser “sacrificado” com vistas à reprodução ampliada de seus patrões.

Bibliografia:

- ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Família e operários de origem camponesa; uma leitura da Crise do Brasil Arcaico. In: José Sérgio Leite Lopes, (Org.). **Cultura e Identidade Operária**. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ – Museu Nacional/Marco Zero/PROED, 1987. p.123-146.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.
- AUBERTIN, Catherine (Org.): **Fronteiras**. Brasília, editora UNB; Paris, ORSTOM, 1988.
- BATALHA, Cláudio H.M. História do Trabalho: Um olhar sobre os anos 1990. **Revista de História da UNESP**, São Paulo, v.21, p. 73-88, 2002.
- _____. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências. Marcos Freitas (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo, Contexto, 2003. p.145-158.
- BATTEUX, **Diccionario, Mythologico, Historico e Geográfico para a inteligência dos nomes próprios que se encontra em Horacio**. Tradução de José Bento Said, Lisboa, 1822.
- BARREIRO, José Carlos. A história do trabalho no Brasil e o seu tempo longo: algumas observações. **Revista de História da UNESP**, São Paulo, v.21, p.89-98, 2002.
- BECKER, Bertha. K. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- _____. Mobilidade do trabalho na Amazônia: uma contribuição. **Boletim Carioca da AGB**, 1981.
- _____. Significância contemporânea da fronteira: Uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: Catherine Aubertin e Philippe Lena (Orgs.). **Fronteiras**. Brasília, ORSTOM, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo, ZOUK, 2002.

- _____. **O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais.** São Paulo, Perspectiva, 1979.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, Pretos e Congos. Trabalho e identidade étnica em Goiás.** São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano.** Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- _____. **Campesinato Goiano: Três estudos.** Goiânia, UFGO, 1986.
- BRAVEMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- CARDOSO, F. H e Muller, G. **Amazônia: expansão do capitalismo.** São Paulo, Brasiliense, 1977.
- CHAUÍ, M. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito.** São Paulo, Duas Cidades, 2001.
- _____. **O homem dos avessos.**In: Tese e antítese: ensaios. São Paulo, T.A. Queiroz, 2000.
- COSTA, Emilia Viotti. Experiência versus estruturas – novas tendências na história do trabalho na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos? **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, número especial, p.17-51, 2001.
- CUNHA, Euclides. **À Margem da História.** São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- _____. **Os Sertões: Campanha de Canudos.** São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. De bairros operários sobre cemitérios de escravos. Um estudo de construção social de identidade. *Cultura e Identidade Operária.* In: José Sérgio Leite Lopes (Org.). **Cultura e Identidade Operária.** Rio de Janeiro, Editora da UFRJ – Museu Nacional/Marco Zero/PROED, p.37-52, 1987.
- DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro, Guanabara, 1991.
- ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ENGELS, F. **La situation de la classe Laborieuse en Anglaterre.** Paris, Les Éditions Sociales, 1960.
- ESTERCI, Neide. **A dívida que escraviza. Trabalho escravo no Brasil contemporâneo** (VV.AA). Goiânia, CPT, p.101 – 125, 1999.

FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo.** Imperatriz, Ética, 1998.

FERREIRA, Benedito. **A questão fundiária.** Brasília, Senado Federal, 1986.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

_____. Por que o trabalho escravo? **Estudos Avançados.** n 14, 2000.

_____. **A Justiça do Lobo.** Petrópolis, Vozes, 1986.

FRENCH, John. A história latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica. **Revista História da Unisinos,** São Leopoldo, número 6, p.11-28, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro. Graal, 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso: um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão Veredas.** São Paulo, Perspectiva, 1972.

GARCIA JR, Afrânio. Libertos e Sujeitos: Sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** n 7, vol.3, 1988. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_07/rbcs07_01.htm

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa, Estampa, 1977.

GIRALDIN, Odair (Org). **A (Trans) Formação Histórica do Tocantins.** Goiânia, UFG, 2002.

GODELIER. Maurice. **O Enigma do Dom.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos.** São Paulo, Perspectiva, 2003.

GRAZIANO, da Silva. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo, Hucitec, 1980.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo, Centauro, 2004.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-Fantasma: A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva.** São Paulo, Cia da Letras, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Sobre História.** São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e Fronteiras.** São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1979.

- KIRK, Neville. *Cultura: Costume, Comercialização e Classe*. Cláudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva, Alexandre Fortes (Orgs.). **Culturas de Classe**. Unicamp, Editora da Unicamp, 2004. p. 49-72.
- LANNA, Marcos. **A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste Brasileiro**. Campinas, Unicamp, 1995.
- LEFORT, Claude. **As Formas da História: ensaios de antropologia política**. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Introdução a obra de Marcel Mauss**. Marcel Mauss: Sociologia e Antropologia. São Paulo, Cosac e Naify, 2003.
- LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo, UNB/Marco Zero, 1988.
- _____. (Org). **Cultura e Identidade Operária**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Marco Zero/PROED, 1987.
- _____. **O Vapor do Diabo. O trabalho dos operários do Açúcar**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- MACHADO, Luzia Cruz. **Minhas Lembranças**. Araguaína, Acalanto. 2006.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo, Pioneira, 1975.
- _____. **O poder do atraso**. São Paulo, Hucitec, 1999.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil**, Petrópolis, Vozes, 1981.
- _____. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo, Hucitec, 1997.
- _____. **A Sociedade vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, Vozes, 2001.
- MARX, Karl. **O Capital** (vol 1). São Paulo, Nova Cultural, 1996.
- _____. **O Capital** (vol 2). São Paulo, Nova Cultural, 1996.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos/Karl Marx**; seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções José Carlos Bruni et al. São Paulo, Nova Cultural, 1987.
- MELLATI, Julio Cezar. **Índios e criadores: A situação dos craôs na área pastoril do Tocantins**. Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais do Rio de Janeiro, 1967.
- MAUSS, Marcel. O ensaio sobre o dom. In: Marcel Mauss: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, Cosac e Naify, 2003.

- MESQUITA, Benjamin Alvino. As Relações de Produção e o Extrativismo do Babaçu nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. **Economia do Babaçu: Levantamento preliminar de dados**. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida, Joaquim Shiraishi Neto e Benjamin Alvino Mesquita (organizadores). Economia do babaçu: Levantamento preliminar de dados. São Luis, Editora MIQCB e Balaios Typhografia, 2000.
- MOSCOVICI, Serge. Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire. In: Denise Jodelet (Org.). **Les Représentations Sociales**. Paris. 1997.p. 70-103,.
- MOOG, Vianna. **Bandeirantes e pioneiros**. Porto Alegre, Globo, 1974.
- OLIVEIRA, Francisco. **A economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista**. Petrópolis, Vozes, 1988.
- _____. **O Elo perdido: Classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo, Perseu Abramo, 2003.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O Índio e o Mundo dos Brancos**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.
- PACHECO, M.E.L. **A pequena produção sob domínio do capital comercial e usurário**. Rio de Janeiro, 1978. (tese de doutorado) - Museu nacional, 1978.
- PALACIN, Luiz. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: O padre João e as três revoluções de Boa Vista**. Goiânia, UFG, 1990.
- PALACIN, Luís; MORAES, Maria. **História de Goiás**. Goiânia, UCG, 1994.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. **Contraponto**, ano II, Rio de Janeiro, Centro Noel Nutels, 1977.
- PAÓLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: José Leite Lopes (Org.). **Cultura e Identidade Operária**. Editora da UFRJ – Museu Nacional/Marco Zero/PROED, Rio de Janeiro, 1987. p.53-102.
- PASSERON, Jean-Claude. **O Raciocínio Sociológico. O espaço não-popperiano do raciocínio natural**. Vozes, Petrópolis, 1995.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- PETERSEN, Silvia Regina F. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”. Anos 90: **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. UFRGS, Porto Alegre, número 3, p.129-154,1995.

- POLLAK, Michael. Memória Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.
- _____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1992.
- PÓVOA, Liberato. **Besta-Fera (e outros contos)**. Goiânia, Kelps, 1998.
- RAMOS, Alcida Rita. **Hierarquia e Simbiose (Relações intertribais no Brasil)**. São Paulo, Hucitec, 1980.
- ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.
- RONCARI, Luiz. **O Brasil de Rosa: mito e história no universo rosiano: o amor e o poder**. São Paulo, Unesp, 2004.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: Marieta M. Ferreira e Janaína Amado (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p.93-102,
- SADER, Maria Regina C. Toledo. **Espaço e Luta no Bico do Papagaio**. 1986 (tese de doutorado) - USP, São Paulo, 1986.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Goiás**. São Paulo, Itatiaia, 1975.
- SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. Culturas de Classe. In: Cláudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva, Alexandre Fortes (Orgs.). **Culturas de Classe**. Unicamp, Editora da Unicamp, 2004. p.25-48.
- SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: José Sérgio Leite Lopes (Org.). **Cultura e Identidade Operária**. Rio de Janeiro: UFRJ – Museu Nacional/Marco Zero/PROED, 1987.p.103-122,
- SIGAUD, Ligia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo, Dias Cidades, 1979.
- _____. Trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste. **Anuário Antropológico**, 79, Rio de Janeiro, tempo Brasileiro, 1982.
- SILVA, Fernando Teixeira. Valentia e Cultura do Trabalho na Estiva de Santos. In: Cláudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva, Alexandre Fortes (Orgs.). **Culturas de Classe**. Unicamp, Editora da Unicamp, 2004. p.205-248.
- SILVA, G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SILVA, Márcio Antonio Both. **Por uma lógica Camponesa: Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense**. 2003 (dissertação de mestrado), UFRGS, Porto Alegre, 2003.

- THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- _____. **Tradicción Revuelta y Consciencia de Classe**. Barcelona, critica, 1984.
- _____. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: Natureza, Homem e Tempo**. Conquista.
- TURNER, F. Jackson. **The frontier in American History**. New York, Courier, 1996.
- VALVERDE, O e FREITAS, M.L. **O problema Florestal da Amazônia Brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1980.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- _____. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo, DIFEL, 1976.
- _____. **Besta-Fera: recriação do mundo**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **Á procura das Bandeiras Verdes: Viagem, Missão e Romaria. Movimentos Sócio-religiosos na Amazônia Oriental**. 2001 (Tese de Doutorado). Campinas, Unicamp, 2001.
- WEBER, Regina. **Os Operários e a Colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil**. UNIJUI: Editora Ijuí, 2002.
- _____. **Considerações sobre a cultura operária**. Humanas. Londrina: Ed. UEL, 1999.
- _____. **Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em História Oral e Ciências Sociais**. **DADOS**, Rio de Janeiro, 1996.
- WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)**. HUCITEC-EDUSP, São Paulo, 1993.
- WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. Zahar, Rio de Janeiro, 1970.
- WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. In: **Revista Brasileira de Estudos da População**. 1990, p. 35 – 51.

Anexos

I – Lista das pessoas entrevistadas:

- 1 – Anésio Neto, Araguaína, 2003.
- 2 – Braz Oliveira, Araguaína, 2003.
- 3 – Deusa Barbosa, Araguaína, 2003
- 4 – Félix Silva, Araguaína, 2003.
- 5 – João Natividade, Araguaína, 2003.
- 6 – José Ribeiro, Araguaína, 2003.
- 7 – Luis Antonio, Araguaína, 2003.
- 8 – Almerciades Silva, Araguaína, 2005.
- 9 – Tarcisio Septímal, Araguaína, 2005,
- 10 – Osmar dos Santos, Araguaína, 2005.
- 11 – Eurivan Souza, Araguaína, 2005.
- 12 – Julio da Silva, Araguaína, 2005.
- 13 – Pedro Moura, Araguaína, 2005.
- 14 – Cristóvão Maia Dindo, Babaçulândia, 2006.
- 15 – Alan Kardec, Araguaína, 2006.
- 16 – Chico Louro, Araguaína, 2006.
- 17 – Antonia, Souza, Babaçulândia, 2006.
- 18 – José Manoel, Araguaína, 2006.
- 19 – Odete Souza, Babaçulândia, 2006.
- 20 – Luzia Parnaíba, Araguaína, 2006.
- 21 – Anísio Guedes, Araguaína, 2006.
- 22 – João Tavares, Araguaína, 2006.
- 23 – Raimunda Quebradeira, Babaçulândia, 2006.
- 24 – Alzira Brito, Araguaína, 2007.
- 25 – Davi Soares, Araguaína, 2007.
- 26 – Gregório Maranhão, Babaçulândia, 2007.
- 27 – João Aurora, Araguaína, 2007.
- 28 – José Carneiro, Babaçulândia, 2007.
- 29 – José Dantas, Araguaína, 2007.
- 30 – Domingos Alves, Araguaína, 2007.
- 31 – Ezequiel Tubá, Araguaína, 2007.
- 32 – Raimunda Silva, Babaçulândia, 2007.
- 33 – Domingos Machado, Araguaína, 2007.
- 34 – Hilário Silva, Araguaína, 2007.
- 35 – Manoel do Bruno, Pé do Morro, 2008.
- 36 – Diolino Barqueiro, Araguaína, 2008.
- 37 – Pedro Buriti, Araguaína, 2008.
- 38 – Pedro Cardoso, Araguaína, 2008.
- 39 – Joaquim Veneranda, Araguaína, 2008.
- 40 – Luíza Loreto, Araguaína, 2008.

- 41 – Raimundo Cruz, Araguaína, 2008.
42 – Luis Melo, Araguaína, 2008.
43 – Maria Feliz, Araguaína, 2008.

II – Anuários, relatórios e outros documentos:

- Anuário Estatístico do Brasil, 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
Anuário Estatístico do Brasil, 1965. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.
Anuário Estatístico do Brasil, 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
Anuário Estatístico do Brasil, 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
Conflitos no Campo – Brasil 2004. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2004.

III - Fotos:

Riacho dos Porcos



Visão parcial do Riacho dos Porcos, próximo ao local onde, no passado, ficava o Centro Xixébal.

Visão parcial do povoado Crato.



Habitação de barro e palha no centro do Crato, Zona rural de Araguaína.

O cemitério do Gaúcho





Vista parcial do depósito de caminhões, tratores e máquinas usadas para construir a Belém-Brasília. O “Cemitério do Gaúcho” era uma das atrações de Araguaína. Em meados de 2007 os restos de máquinas foram vendidos como sucata.

João Aurora no Patrimônio do Caracol



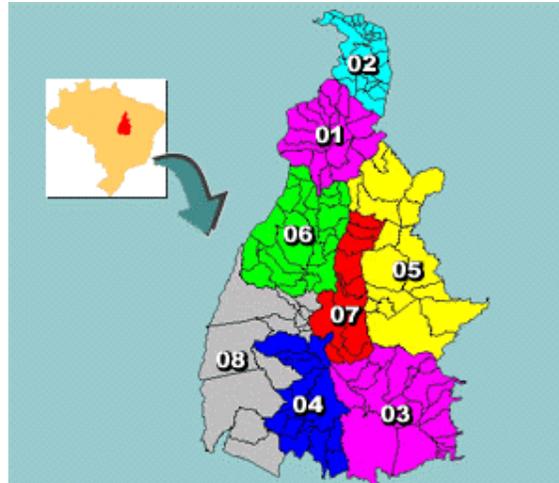
João Aurora, junto a mesa de bilhar, no Patrimônio do Caracol.

Vista do Rio Tocantins



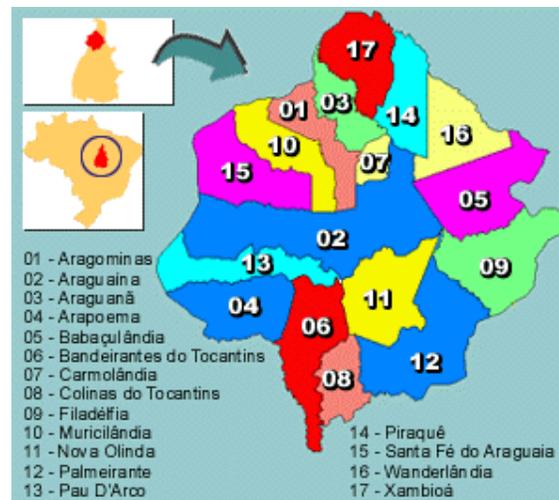
Vista parcial do Rio Tocantins, junto ao porto de Babaçulândia, de acordo com o programa do “PAC” está área, e grande parte da cidade, deve ser transformada em lago para a criação da Usina do Estreito.

IV - Carta do Município de Babaçulândia



Fonte: <http://www.citybrazil.com.br/to/microregiao.php>

VII – Mapa da microrregião de Araguaína



Fonte: <http://www.citybrazil.com.br/to/microregiao.php>

VIII - Roteiro temático para entrevistas

Origens sócio-geográficas

Localidade de origem;
Ocupação;
Outros lugares em que viveu;
Ocupações exercidas;
Quando e por que se mudou para Araguaína;

Mercado de Trabalho local

Ocupações rurais;
Ocupações urbanas;
Mobilidade profissional e espacial da força de trabalho
Contratação pela Cimba;

Trabalho fabril

Ocupações;
Extensão da jornada de trabalho;
Intensidade do trabalho;
Condições de trabalho;
Salário;
Horas extras;
Estabilidade na empresa;
Rotatividade de ocupações;
Vigilância patronal;
Trabalho de mulheres;
Trabalho de crianças;

Direitos trabalhistas

Carteira de trabalho;
Férias;
13º salário;
Insalubridade;
Periculosidade;
Seguridade social;

Concessões patronais

Moradia;
Compra a crédito;
Direitos trabalhistas;
Emprego para filhos ou parentes;
Madeira para construção de barracões;

Conflitos;

- Conflitos gerados pela vigilância patronal sobre os trabalhadores;
- Conflitos envolvendo pagamento de salário e horas extras;
- Conflitos envolvendo demandas trabalhistas (férias, 13º, FGTS etc...);
- Conflitos motivados pelo controle patronal da moradia;
- Conflitos motivados pela compra a crédito no armazém da empresa;

Poder político dos empresários

- Participação dos empresários nas disputas políticas locais;
- Relação dos empresários com administração pública local;
- Participação dos empresários na política nacional;
- Relações dos empresários com autoridades e órgãos públicos estaduais e federais (SUDAN, Exército, Ministério do Trabalho, órgão do Judiciário).

As Fazendas dos “Boa Sorte”

- Atividades produtivas;
- Ocupações nas fazendas;
- Recrutamento para o trabalho;
- Condições de trabalho;
- Salário;
- Direitos trabalhistas;
- Vigilância patronal;
- Moradia;
- Consumo;
- Roçados;
- Tensões envolvendo peões, administradores e patrões;

Os babaquais

- Abastecimento de babaçu;
- Compradores da fábrica;
- Cobertura dos compradores na região;
- Existência de compradores de outras empresas;
- O comércio do coco- babaçu;
- Relação das quebradeiras de coco com os donos dos babaquais;
- Relação dos donos e/ou arrendatários dos babaquais com compradores da fábrica;
- O trabalho das quebradeiras de coco;
- Usos do coco-babaçu;
- Outras ocupações das quebradeiras de coco;
- Ocupações dos maridos e filhos;
- Antagonismos entre quebradeiras de coco-babaçu e fazendeiros e/ou quebradeiras e comerciantes;